



Imagem 1: Fonte: <http://bonecosdebolso1.blogspot.com/2013/09/porta-antiga.html>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO  
NÍVEL DE MESTRADO/PPGEFB  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: PRÁTICAS  
COTIDIANAS**

**PERLA APARECIDA ZANETTI CRISTOVON**

Francisco Beltrão - PR

2019

**PERLA APARECIDA ZANETTI CRISTOVON**

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES: PRÁTICAS  
COTIDIANAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação – nível de mestrado - Área de concentração: Educação; Linha de Pesquisa: Cultura, Processos Educativos e Formação de Professores, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE campus Francisco Beltrão - PR, para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Sônia Maria dos Santos Marques.

Francisco Beltrão - PR

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Cristovon, Perla Aparecida Zanetti  
Violência doméstica contra as mulheres : práticas cotidianas. / Perla Aparecida Zanetti Cristovon; orientador(a), Sônia Maria dos Santos Marques, 2019.  
203 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

1. Violência doméstica. 2. Relacionamento abusivo. 3. Repetição. 4. Cenas cotidianas. I. Marques, Sônia Maria dos Santos. II. Título.

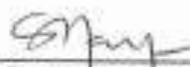
## FOLHA DE APROVAÇÃO

**PERLA APARECIDA ZANETTI CRISTOVON**

**TÍTULO DO TRABALHO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES:  
PRÁTICAS COTIDIANAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, Área de Concentração: Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

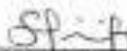
### COMISSÃO EXAMINADORA



**Sônia Maria dos Santos Marques (orientadora)**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
(UNIOESTE)



**Eduardo Nunes Jacondino**  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
(UNIOESTE)



**Sandra Cristina Ferreira**  
Universidade do Centro Oeste - Campus de Guarapuava (UNICENTRO)



**Teresa Kazuko Teruya**  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Francisco Beltrão, 05 de novembro de 2019

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as mulheres que já vivenciaram ou que continuam vivenciando situações de violência doméstica em seus relacionamentos familiares e afetivos. Dedico também a todos os profissionais que participaram e que ainda participam do Núcleo Maria da Penha – NUMAPE Unioeste/Francisco Beltrão – e que, de uma maneira ou de outra, acreditam nesse trabalho e que contribuem para que estas mulheres consigam encontrar portas e caminhos alternativos, identificar outras possibilidades de relacionamentos e avistar outros horizontes para viver uma vida sem violência doméstica.

## AGRADECIMENTOS

Depois da caminhada longa e do aprendizado incomensurável, é chegada a hora de agradecer as pessoas que contribuíram para que essa conquista se tornasse possível. Para compor a escrita destes agradecimentos, um filme passou em minha cabeça, desta constatação percebi o quanto os amigos são fundamentais em nossas vidas. Tais lembranças me fizeram lembrar do período que ingressei na universidade, dos meus primeiros passos como bolsista de graduação e de como fui feliz nesse itinerário. Lágrimas rolaram em meu rosto ao lembrar quantas pessoas incríveis passaram pela minha vida durante estes sete anos atuando no NUMAPE Unioeste/FB, quantas histórias de força eu escutei, quanto choro tive ímpeto de secar, quantas alegrias, quantas mulheres que conheci em momentos de fragilidade e que, de alguma forma consegui ajudar. Hoje percebo como todas essas relações me tornaram a pessoa que sou hoje. Quem me conhece sabe o amor e a gratidão que sinto pelo trabalho que o NUMAPE Unioeste/FB realiza.

Começo agradecendo a DEUS, pois tenho a mais plena convicção de que se ele não estivesse me sustentando, guiando e protegendo, nada seria possível em minha vida.

Agradeço de maneira especial a minha orientadora e amiga professora Dr<sup>a</sup> Sônia Maria dos Santos Marques. Professora, nunca vou ser capaz de agradecer por tudo o que me ensinaste. Desde o primeiro momento que nos conhecemos eu já sabia que você se tornaria especial para mim. Quero que saiba que ocupa um lugar muito importante em meu coração e em minha vida. Quero que saiba, também, que você é minha maior inspiração como pessoa, profissional, mulher, educadora, e como ser humano. Agradeço por todo o incentivo que me destes para embarcar nesse desafio de fazer mestrado e de estudar uma temática tão importante e que merece mais visibilidade na pesquisa e na vida acadêmica. Jamais vou esquecer de todos os momentos incríveis da minha vida que eu tive o prazer em compartilhar com a senhora. Meu carinho, respeito e admiração serão eternos.

Agradeço a minha mãe Genessi Maria Aguiar por, muitas vezes, ter sacrificado seu sono, seu lazer, sua alimentação, e, em muitos casos, seus sonhos, para trabalhar praticamente dezessete horas por dia, a maior parte de sua vida, para conseguir criar

seus seis filhos sozinha. Obrigada por nunca ter desistido de nós, mãe, e por ter dado tudo o que pôde para que nos tornássemos pessoas de bem. Sou e sempre serei eternamente grata. Você é tudo pra mim. Te amo.

Agradeço ao meu pai (*in memoriam*). Sou grata por ter tido você em minha vida. Te amo.

Agradeço ao meu marido, Celso Alves Junior, por esses nove anos de amizade, companheirismo e por dividir a sua vida comigo. Ao seu lado eu passei os momentos mais importantes da minha vida. Ao seu lado tive conquistas fundamentais para a vida. Você me ensinou a viver e a olhar para a vida com mais leveza e a sorrir mais, você me ensinou a me colocar em primeiro lugar e que a minha felicidade só depende de mim. Obrigada por compreender minhas ausências e por entender o quanto tudo o que está escrito nas páginas que seguem são importantes na minha vida. Obrigada por partilhar os momentos difíceis e por alegrar-se com os momentos bons que tivemos ao longo desta jornada. Sempre serei grata por todo o apoio que me destes nesta caminhada. Te amo mais do que você pode imaginar.

Gratidão também a minha amada sogra, Lidia Cecconet. Lidia, a senhora sabe o tamanho do meu carinho e admiração por você. Sabe também que nossa relação nunca foi de sogra e nora e sim de mãe e filha. Obrigada pelo incentivo que sempre me destes para estudar. Obrigada pelo cuidado que tens comigo e com o Celso e obrigada por toda a ajuda que me destes durante essa caminha. Sou grata a Deus por ter a senhora em minha vida.

Agradeço aos meus irmãos, em especial a Rita de Cassia Aguiar. Mana, você é outro exemplo que quero seguir em minha vida. Obrigada pela ajuda em todos os momentos que precisei. Obrigada por fazer o papel de mãe e de irmã em muitos momentos da minha vida. Te amo e te admiro muito.

Agradeço a todos os colegas/amigos que a vida me deu o prazer de conhecer enquanto atuava no NUMAPE Unioeste/FB. Todos marcaram a minha existência, mas de maneira especial, gostaria de agradecer a Camila Cristina Senger, Thainá Luiza Zuza Mendes, Jessica Brum Barancelli, Michaelli Pires que estiveram comigo nos últimos três anos me apoiando e torcendo pelas minhas realizações pessoais e profissionais. Sou grata a Deus por ter colocado vocês em minha vida.

Agradeço aos professores que compuseram a Banca de Qualificação e Defesa, professoras Dr<sup>a</sup> Sandra Cristina Ferreira, Dr<sup>a</sup> Ivonete Pereira, Dr<sup>a</sup> Teresa Kazuko Teruya e professor Dr<sup>o</sup> Eduardo Nunes Jacondino. Professores, obrigada pelo aceite em participar das bancas, pela disponibilidade em realizar a leitura do trabalho e por contribuírem com seus conhecimentos para compor este texto que hora apresento à comunidade acadêmica.

Agradeço a assistente do programa de Mestrado em Educação da Unioeste campus Francisco Beltrão - PR Zelinda Correa. Zelinda, seu profissionalismo, sua competência e carinho são admiráveis.

Agradeço a todos os professores que ministraram disciplinas no Programa de Pós-Graduação em Educação. Obrigada pelas contribuições e por todos os conhecimentos partilhados. O trabalho de todos vocês foi fundamental para a escrita e organização da investigação.

Agradeço também ao programa Universidade Sem Fronteiras - USF e a Secretaria de Estado, Ciência Tecnologia e Ensino Superior - SETI pelas bolsas que, como extensionista, pude usufruir durante os últimos sete anos, e que, com toda a certeza, fizeram grande diferença para o meu processo de construção como pesquisadora.

Agradeço a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus Francisco Beltrão, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Educação.

Agradeço de maneira especial a todas as mulheres que participaram desta pesquisa e a todas as mulheres que eu tive o prazer em conhecer durante minha atuação no NUMAPE Unioeste/FB. Sem o relato da história de vida de vocês, essa dissertação não seria possível. Parabéns pela coragem em compartilhar suas histórias com os leitores e obrigada por confiar suas histórias e por acreditar que elas podem ajudar outras mulheres a sair de relações abusivas e violentas. Minha admiração e gratidão a cada uma de vocês.

Aos colegas de turma, agradeço por todos os aprendizados que compartilhamos e pelos momentos que vivenciamos juntos. De maneira especial, gostaria de agradecer a Flávia Nascimento Giongo, Francieli Maria David e a Claudia Cristina pelos momentos

em que nos encontramos para tomar um café e compartilhar angústias, medos, conquistas, planos e sonhos sobre essa desafiadora missão de pesquisar.

Gratidão também a minha amiga Josiane Balbinot, primeiro presente que a graduação me deu. Josy, obrigada por compartilhar tantos momentos incríveis comigo. Obrigada por dizer a coisa certa, do jeito certo e na hora certa. Você fez, faz e sempre fará a diferença em minha vida. Você é especial e sempre vai ter um lugar de destaque em minha vida e no meu coração. Sua força, coragem e determinação me inspiram dia após dia.

Agradeço também a minha grande amiga Déborah Luiza Marcon por todo o apoio e incentivo, por partilhar comigo as fases boas e ruins, pelas tardes de estudo, e pelas orações. Você é um presente de Deus em minha vida.

Agradeço a Deus pela oportunidade que me concedeu de iniciar minha prática docente na Escola Municipal Madre Boaventura e por todas as pessoas maravilhosas que eu tive o prazer de conhecer e compartilhar minhas vivências. De forma especial, agradeço as amigas e colegas Jéssica Correia da Silva, Lidiane Possamai, Daiane Barcaro, Sandra Mara Benask, Paula Perin Gehlen, Tailize Manarin, Camila Manarin, Juliana Blange Cavalheiro que me acolheram tão carinhosamente e me ensinaram que, receber um abraço verdadeiro e carinhoso de um aluno, acompanhado da frase: “profª, eu te amo”, pode curar qualquer ferida e renovar nossas forças para seguir em frente acreditando que a educação, a escola e os professores podem transformar a vida dos alunos.

Enfim, estendo meus agradecimentos a todas as pessoas que fizeram parte da minha formação acadêmica, pessoal e profissional nos últimos anos. Serei eternamente grata por tudo o que aprendi.

## RESUMO

CRISTOVON, P. A. Z. **Violência doméstica contra as mulheres: cenas cotidianas**. 2019. 203 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2019.

A dissertação **Violência doméstica contra as mulheres: práticas cotidianas** se propõe a apresentar as narrativas das mulheres que viveram situação de violência doméstica e que foram atendidas no Núcleo Maria da Penha-NUMAPE Unioeste/FB: apoio às mulheres na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. A partir das experiências de atendimento decidimos os objetivos, quais sejam: objetivo geral, conhecer as histórias de vida das mulheres que experimentaram situações de violência doméstica; os objetivos específicos selecionados foram: compreender o cotidiano de mulheres que vivem em situação de violência doméstica; identificar, nas narrativas das depoentes, as razões da permanência em relacionamentos abusivos; inferir a forma como produz, mantém e reproduz o discurso de gênero em famílias que vivem em situações de violência doméstica. Na investigação delineamos como problema de investigação o questionamento: quais são as histórias de vida das mulheres que viveram situações de violência doméstica? As questões de pesquisa selecionadas foram: Quais os conceitos de relacionamentos para as mulheres sujeitos da pesquisa? Como é o cotidiano das mulheres que vivem situações de violência doméstica? Quais os conceitos de gênero presentes nos discursos de mulheres que vivem situação de violência doméstica? Para fundamentação teórico-metodológica contamos com as contribuições de autores como Del Priore (2000); Fischer (2003); Maffesoli (2001, 2003); Saffioti (1998, 1999, 2004) Scott (1990); Teles e Mello (2012); Certeau (2008, 2009) Veiga Neto (2003) dentre outros que auxiliaram a compreender o fenômeno estudado. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, na qual utilizamos os procedimentos metodológicos da História Oral na modalidade Histórias de Vida, buscando responder aos objetivos da investigação. Foi desenvolvida análise documental a partir de entrevistas narrativas, realizadas com oito mulheres que viveram situações de violência doméstica. A partir dos materiais coletados organizamos as categorias de análise: a) Família: segredos e revelações; b) Relacionamentos: afetividade e violência; c) Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama. A totalidade do material coletado indicou a importância da escrita de novas histórias e de encontrar formas que ajudem a curar feridas do passado e reestruturar condutas que não tomem o trauma como elemento estruturante da vida presente. Encontramos pontos de intersecção entre as falas de diferentes depoentes: a relação entre violência e vivência familiar, a dependência afetiva, uma representação do amor romântico e a percepção da comunidade sobre os sujeitos envolvidos em relacionamentos abusivos. Percebemos o significado das perdas e desamparos para a manutenção de relacionamentos abusivos. Também é possível inferir que as escolhas amorosas das depoentes não são aleatórias, estão associadas à repetição que se reencena em diferentes gerações da mesma família. Depreendemos que a partir desta análise, nomeando e discriminando a violência vivida da escolhida, atribuindo sentido à violência, anulando a pulsão de morte e a compulsão à repetição, atribuindo sentido a suas histórias de vida e metabolizando psiquicamente o excesso-produto da violência, que foi vivenciada ao longo de suas vidas, as mulheres podem passar por transformações significativas abrindo novas portas nas quais a violência não esteja presente.

**Palavras-Chave:** Violência Doméstica; Relacionamento Abusivo; Repetição; Cenas Cotidianas.

## ABSTRACT

CRISTOVON, P. A. Z. **Domestic violence against women: daily scenes**. 2019. 203 f. Dissertation (Master) Post-Graduate Program in Education – Master, State University of West of Parana, Francisco Beltrão, 2019.

The Dissertation Domestic violence against women: daily scenes present the narratives of women with the experience of domestic violence and were attended in Core Maria da Penha – NUMAPE- UNIOESTE/FB: legal and educational support to women in the State University of West of Parana, Campus of Francisco Beltrão. From now on experiences of attending, we decided the objectives, which are general objective, to understand the life journey of women that had situations of domestic violence. The specific objectives are: to understand the daily of women present the experience of domestic violence; to identify in narratives of women, the reasons of stay in abusive relationships; to infer as produced, maintain and reproduce the gender discourse in families in situation of domestic violence. In the investigation, we outline as problem of investigation the questioning: which are the life journey of women that had situations of domestic violence? The questions of research select were which the concepts of relationships to women with subjects of research? How is the daily of women with experience in situation of domestic violence? Which the concepts of gender present in discourses of women in situation of domestic violence? To explanation theoretical methodological have with the contributions of authors: Del Priore (2000); Fischer (2003); Maffesoli (2001, 2003); Saffioti (1998, 1999, 2004); Scott (1990); Teles e Mello (2012); Certeau (2008, 2009); Veiga Neto (2003) among others that help to understand the phenomenon studied. Mean of the qualitative research, using the methodological procedures of Oral History in modality life journey seeking to answer the objectives of investigation. The research was development from now of interview realized with eight women in situation of domestic violence, documental analysis. From now the collected materials, we organized the categories of analysis: a) Family: secrets and revelations; b) Relationships: affectivity and violence; c) Daily Scenes: the experience of tragic and drama. In the totally, the material collected indicated the importance of writing of news histories and to find ways that help the heal wounds of past and restructure conducts. We find points of intersection between the lines of different women: the relation between violence and familial experience, affective dependence, a representation of romantic love and the perception of community about the subjects involved in abusive relationship. We understand the meaning of loss and helplessness to maintenance of abusive relationships. Also, is possible to infer the loving choice of women are random, are associated the repetition that repeat in different generations the same family. We comprehend form now this analysis naming and discriminating the lived violence from the chosen one, giving meaning to the violence, nullifying the death drive and the compulsion to repeat, attributing meaning to their life histories and psychically metabolizing the excess product of the violence that was experience throughout their lives. The women can go through significant transformations by opening new doors in which violence is not present.

**Keywords:** Domestic Violence; Repetition; Abusive Relationship; daily scenes.

## LISTA DE IMAGENS

- IMAGEM 1:** Desenho da porta. Disponível em:  
Fonte: <http://bonecosdebolso1.blogspot.com/2013/09/porta-antiga.html>. Acesso em: 01/08/2018.....1
- IMAGEM 2:** Imagem mostrando a fechadura antiga de uma porta.  
Fonte: <https://www.flickr.com/photos/dudulinhares/5556801306>.  
Acesso em 01/08/2018.....20
- IMAGEM 3:** Imagem mostrando dois possíveis caminhos a se seguir.  
Fonte: <http://cenariosbomdia.blogspot.com/2013/04/na-porta-do-ceu.html>. Acesso em 01/08/2018.....26
- IMAGEM 4:** Imagem retratando duas portas de madeira, uma azul e outra amarela, com cadeado no lugar das fechaduras.  
Fonte: <http://www.panopramangas.com/2011/09/portas-doors.html>.  
Acesso em 01/08/2018.....73
- IMAGEM 5:** Imagem mostrando uma entrada. Fonte: Google imagens.....142
- IMAGEM 6:** Imagem mostrando um portal de entrada na cidade. Fonte: Google imagens.....183

## LISTA DE TABELAS, QUADROS E MAPAS

<b>TABELA 1</b>	Levantamento das instituições de ensino superior que possuem mestrado e/ou doutorado na área da educação, nos três estados da região Sul do Brasil.....	73
<b>TABELA 2</b>	Local da agressão (%), por sexo no ano de 2014.....	94
<b>TABELA 3</b>	Número, distribuição por sexo (%), estrutura (%) e taxas de atendimento (por 10 mil) por violências no SUS, segundo etapa de vida e sexo. Brasil. 2014.....	96
<b>TABELA 4</b>	Número e estrutura (%) de atendimentos a mulheres pelo SUS, segundo agressor e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014.....	98
<b>TABELA 5</b>	Homicídios de mulheres por UF e região. Brasil 2003/2013.....	126
<b>TABELA 6</b>	Número e estrutura (%) de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014.....	129
<b>QUADRO 1</b>	Comparativo de indicadores criminais – quantitativo de vítimas por faixa etária – violência doméstica com vítimas gênero feminino – município de Francisco Beltrão – CAPE/SESP.....	55
<b>MAPA 1</b>	Comparativo de indicadores criminais de violência doméstica contra as mulheres - municípios da região sudoeste do Paraná - no período de janeiro a setembro de 2017 e indicativo dos municípios atendidos pelo NUMAPE Unioeste/FB.....	203

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2013.....	43
<b>GRÁFICO 2</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB.....	44
<b>GRÁFICO 3</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB de 2014.....	45
<b>GRÁFICO 4</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2014.....	46
<b>GRÁFICO 5</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB de 2015.....	47
<b>GRÁFICO 6</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2015.....	47
<b>GRÁFICO 7</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB em 2016.....	49
<b>GRÁFICO 8</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2016.....	49
<b>GRÁFICO 9</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB .....	52
<b>GRÁFICO 10</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2017.....	52
<b>GRÁFICO 11</b>	Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2018.....	53
<b>GRÁFICO 12</b>	Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2018.....	54
<b>GRÁFICO 13</b>	Dados referentes a etnia das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no	

	período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.....	56
<b>GRÁFICO 14</b>	Dados referentes a escolaridade das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.....	57
<b>GRÁFICO 15</b>	Dados referentes aos filhos das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.....	57
<b>GRÁFICO 16</b>	Dados referentes a dependência financeira das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.....	58
<b>GRÁFICO 17</b>	Dados referentes ao dia de registro do B.O.....	59
<b>GRÁFICO 18</b>	Relação da mulher com o produtor da violência.....	59
<b>GRÁFICO 19</b>	Dados referentes a reincidência da agressão.....	60
<b>GRÁFICO 20</b>	Dados referentes as formas de violência.....	61
<b>GRÁFICO 21</b>	Denúncias realizadas anonimamente no canal Disque 180, que apontam quais violências eram denunciadas. ....	124

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS**

**B.O** – Boletim de Ocorrência

**CAPE** - Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico

**CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social

**CREAS** - Centro de Referência Especializado da Assistência Social

**DEAM** - Delegacia Especializada do Atendimento à Mulher

**DSTs** - Doenças Sexualmente Transmissíveis

**FURG** - Universidade Federal do Rio Grande

**IES** - Instituições de Ensino Superior

**NUMAPE/FB** - Núcleo Maria da Penha, Unioeste campus Francisco Beltrão

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**PAIF** - Programa de Atendimento Integral as Famílias

**PR** – Paraná

**RS** – Rio Grande do Sul

**SC** – Santa Catarina

**SETI** - Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

**SINAN** - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

**SUS** - Sistema Único de Saúde

**UDESC** - Fundação universidade do Estado de Santa Catarina

**UEL** - Universidade Estadual de Londrina.

**UEM** - Universidade Estadual de Maringá

**UEMP** - Universidade Estadual de Ponta Grossa

**UFFS** - Universidade Federal da Fronteira Sul

**UFPEL** - Universidade Federal de Pelotas

**UFPR** - Universidade Federal do Paraná

**UFRGS** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**UFSM** - Universidade Federal de Santa Maria

**UNICENTRO** - Universidade Estadual do Centro Oeste

**UNIOESTE** - Universidade Estadual do Oeste do Paraná

## SUMÁRIO

<b>ADENTRAMENTO: INSERÇÃO NA TEMÁTICA DA PESQUISA.....</b>	<b>20</b>
<b>SEÇÃO I</b>	
<b>TRAJETÓRIAS DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICA.....</b>	<b>26</b>
1. Contando Histórias: metodologia da pesquisa.....	29
a) Entrevista Narrativa.....	35
b) Análise documental .....	38
1.1 Lócus da investigação: Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/FB: apoio às mulheres.....	39
1.2 Sujeitos da pesquisa .....	62
1.3 Coleta de dados .....	69
<b>SEÇÃO II</b>	
<b>VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COTIDIANO E PRÁTICAS... ..</b>	<b>73</b>
2. Família: Segredos e revelações.....	77
2.1 A casa como espaço de vivencia.....	88
2.2 A família e a violência .....	97
2.3 Relacionamentos: afetividade e violência.....	117
2.4 Das formas de violência contra a mulher.....	121
a) Violência Física .....	122
b) Violência Psicológica .....	129
c) Violência Sexual .....	133
d) Violência Patrimonial .....	137
e) Violência Moral .....	139
<b>SEÇÃO III</b>	
<b>CENAS COTIDIANAS: A EXPERIÊNCIA DO TRÁGICO E DO DRAMA NA VIDA DIÁRIA.....</b>	<b>142</b>
3. Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama.....	143
3.1 Decisões sobre o estar junto: entre o ir e vir.....	167
3.2 Entre o medo do fim e o medo do novo: o desafio da nova vida.....	174
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>198</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>201</b>



**Imagem 2:** Fonte: <https://www.flickr.com/photos/dudulinhares/5556801306>.

*A casa é um reino  
De duzentas portas  
Onde os invernos deixam  
Marcas de suas botas*

*A casa é um nau  
De turbulentas velas  
Síngrando os desejos  
Dos que moram nela*

*A casa é um porto  
Onde a barca da morte  
De quando em vez ancora*

*A casa é uma pilastra  
Que sustenta a alma  
Dos que vão embora*

*Fagner - Reino/Minuetto da Porta*

---

## ADENTRAMENTO: INSERÇÃO NA TEMÁTICA DA PESQUISA

**“Uma mulher de 33 anos estava a caminho do trabalho, quando foi morta no centro da cidade, pelo ex-marido, um subtenente do exército”** (Outubro de 2012, G1); **“Mulher é morta pelo companheiro na frente da filha de três anos”** (Dezembro de 2017, Tarobá News); **“Mulher é morta pelo ex-companheiro em Francisco Beltrão<sup>1</sup>”** (Fevereiro 2015, RBJ); **“Mulher grávida é encontrada morta após 22 dias em Palmas/PR”** (Agosto 2017, RBJ) **“Mulher denuncia ex-companheiro e é morta dentro do carro da polícia”** (Outubro de 2017, Uol)<sup>2</sup>.

As notícias retratam as proporções alarmantes que a violência doméstica contra as mulheres tem no Brasil<sup>3</sup>. Muitas são as vítimas deste fenômeno social que, a cada dia, parece ganhar legitimidade na sociedade brasileira visto que, na maioria dos casos, as mulheres continuam desamparadas tanto pela família como pela justiça e o produtor da violência permanece impune.

Minha relação com a temática existe de longa data. Lembro-me, com alegria e gratidão, do momento em que ingressei na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE para cursar Pedagogia no período noturno. Naquele momento, buscava a realização de um sonho: ser professora. Confesso que, quando iniciei o percurso acadêmico, não era meu objetivo me envolver em tarefas externas às aulas e ao cumprimento do currículo do curso. Primeiro, por falta de tempo, pois trabalhando nove horas por dia no comércio e estudando no período noturno não haveria tempo livre para atividades complementares; segundo, porque naquele momento não imaginava as

---

<sup>1</sup> Francisco Beltrão é um município brasileiro localizado na região sudoeste do Estado do Paraná, com uma população atual de aproximadamente noventa e um mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE no ano de 2019.

<sup>2</sup> As notícias foram retiradas de meios de comunicação online que noticiaram as ocorrências na internet.

<sup>3</sup> Numerosas são as notícias que circulam na mídia sobre a temática da violência doméstica contra as mulheres. O que temos visualizado, é que por vezes tais notícias ganham força e visibilidade na mídia, quando o ocorrido tem como vítima uma pessoa pública, seja pelo trabalho que desenvolve no meio televisivo ou jornalístico, ou quando os envolvidos ocupam status privilegiados dentro da sociedade. Quando se trata deste público, o tema ganha visibilidade nos meios de comunicação, e de forma momentânea se fala sobre a temática, envolvendo no debate geralmente os órgãos jurídicos que tomaram conhecimento do caso. Quando os envolvidos são mulheres e homens anônimos, geralmente a notícia não circula e não tem a mesma repercussão e impacto na sociedade. Outro fator importante é a abordagem que os programas de entretenimento fazem em relação a temática. Um exemplo deles são as novelas que tratam da temática por vezes mostrando o que de fato não ocorre no cotidiano das mulheres, colocando as mulheres na posição de culpadas pelas agressões, ou que forjam os hematomas para culpabilizar o homem que supostamente, não teriam cometido as agressões. Essa conduta, por vezes acaba banalizando e naturalizando a violência contra a mulher, que continua sendo vista apenas como uma briga de casal.

possibilidades que a universidade apresenta para os alunos, tanto no campo da pesquisa e do ensino, quanto no da extensão.

Lembro-me de que foram poucos aqueles que me incentivaram para o início do curso superior. Para a minha família, estudar era necessário até se formar no ensino médio, depois o mais importante era conseguir um bom emprego e viver a vida trabalhando bastante para conseguir adquirir, aos poucos, os bens materiais necessários à sobrevivência. Meus pais são separados desde a infância. Minha mãe criou os seis filhos sozinha, trabalhando em três empregos, praticamente em três turnos para conseguir pagar aluguel, água, luz, comprar roupa, calçado e comida para todos os filhos. Meu pai seguiu vivendo sozinho na sua casa sem ajudar financeiramente com o sustento dos filhos. Talvez, esse posicionamento social, justifique o lugar ocupado pelo estudo na vida familiar. Para minha amada mãe, o fundamental é trabalhar.

Casei cedo, com dezessete anos e, no ano seguinte, ingressei na universidade. Talvez o único sonho de criança. Logo no início da graduação, no ano de 2013, foi aberto o edital para os alunos que tivessem interesse em atuar na temática da violência doméstica contra as mulheres. Olhei o edital, organizei a documentação e me candidatei à vaga. Participei do processo seletivo e no final fui selecionada para ocupar uma das vagas de bolsista de graduação em Pedagogia.

O projeto de extensão, no qual eu iniciava a minha participação, foi criado pela Professora Sônia Maria dos Santos Marques, professora do curso de Pedagogia da UNIOESTE, juntamente com a Professora Adriana do Val Alves Taveira, professora do curso de direito da UNIOESTE. O projeto se chamava “Direitos Humanos: apoio jurídico e educativo para as mulheres em Francisco Beltrão”, o qual recentemente foi renomeado como “Núcleo Maria da Penha – NUMAPE/FB: apoio às mulheres”. Durante os anos de graduação, estive envolvida nas mais variadas atividades (organização de oficinas, palestras, encontros com mulheres...). Tais ações modificaram o meu jeito de pensar e, da mesma forma, ampliaram as dúvidas e inquietações sobre a temática da violência doméstica contra as mulheres. No decorrer da participação no projeto, foi possível perceber que a violência de gênero é imposta pela sociedade e, ao mesmo tempo, produto social.

Até então, não tinha a mínima ideia da situação das mulheres vítimas de violência doméstica no Município de Francisco Beltrão - PR, nem mesmo nos municípios vizinhos. Logo que iniciei as atividades, pensava: “uma equipe tão grande para cuidar de mulheres que são vítimas de violência doméstica. É necessário?” Nunca

escuto falar sobre esse tipo de ocorrência nos meios de comunicação ou leio nas redes sociais sobre a ocorrência deste fenômeno na região.

Pouco tempo depois, na prática do dia a dia, percebi o significado das ações. Identificamos que as mulheres estavam desassistidas pelos gestores do Município e, por vezes esquecidas pelas políticas públicas que não conseguiam alcançá-las. Nesse contexto, o ambiente doméstico era relatado pelas mulheres como lugar de sofrimento. Um novo mundo se descortinava: casa, violência doméstica e sofrimento das mulheres como fenômeno social.

Quando concluí a graduação, um novo edital mudou o rumo do que programara. Poderia participar do processo seletivo para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão. Diferentemente de quando ingressei na graduação, foram muitos os incentivadores. Professores, colegas de graduação e do NUMAPE Unioeste/FB. Os argumentos de que deveria pensar a longo prazo e tentar o mestrado, pois estudar é um caminho prazeroso; estudar os temas que mobilizam a inquietação é fundamental; a pesquisa tem função social e que acreditavam que eu tinha qualidade para prosseguir os estudos, me fizeram acreditar que seria possível. Novo momento inquietação! Dois sentimentos se mesclavam: medo e desejo. Fui aprovada na seleção do mestrado e ingressei no ano de 2017.

Depois das vivências como extensionista e da escuta das narrativas das mulheres, durante os atendimentos que presenciei, pude perceber a complexidade e os desdobramentos da violência doméstica. Durante a minha participação em palestras e atividades correlatas, identifiquei a persistência da percepção de que as mulheres devem se submeter aos desmandos machistas. No diálogo que estabelecemos com estudantes da educação básica e ensino superior, foi possível entender que ainda precisamos de longos processos de discussões até entendermos que as diferenças de gênero não devem justificar o uso de sistemas classificatórios que impliquem a diminuição da mulher. Tais constatações justificam a escolha da temática para a pesquisa do mestrado. Assim, ainda que inconscientemente, o projeto de investigação gestou-se nos quatro anos de atividades no NUMAPE Unioeste/FB.

Aprendi muito com as atividades que desenvolvemos no NUMAPE Unioeste/FB. Acima de tudo, aprendi a escutar sem julgar, sem apontar ou procurar o certo ou errado. Praticamente todas as assistidas do NUMAPE Unioeste/FB pareciam precisar de alguém que as escutasse e que compreendesse o pedido de ajuda, o que, por vezes, está presente na maneira como a mulher fala, como senta na cadeira, no olhar

amedrontado, na cabeça que só consegue se direcionar ao chão, como que não suportando as indagações ou conclusões que encontraria no olhar do outro.

Foi a partir desse conjunto de experiências que se desenhou a investigação, que tem como **objetivo geral** conhecer as histórias de vida das mulheres que experimentaram situações de violência doméstica. Os objetivos específicos selecionados foram: a) Compreender o cotidiano de mulheres que vivem em situação de violência doméstica; b) Identificar, nas narrativas das depoentes, as razões da permanência em relacionamentos abusivos; c) Inferir a forma como produz, mantém e reproduz o discurso de gênero em famílias que vivem em situações de violência doméstica. O problema central da investigação consiste em saber: **quais são as histórias de vida das mulheres que viveram situações de violência doméstica?** Sabendo da amplitude e da complexidade da temática, estabelecemos questões de pesquisa, para explicitar o problema de investigação, quais sejam: **a)** quais os conceitos de relacionamentos para as mulheres sujeitos da pesquisa? **b)** como é o cotidiano das mulheres que vivem situações de violência doméstica? **c)** quais os conceitos de gênero presentes nos discursos de mulheres que vivenciam situação de violência doméstica?

O texto foi organizado a partir de duas escolhas: primeiro, a letra da música Minueto da Porta do cantor Raimundo Fagner. Quando a ouvimos consideramos que auxiliaria a entender as representações do espaço da casa na sua multiplicidade, não somente como espaço de proteção, mas como lócus de diversidade de violências; segundo, escolhas de imagens como metáforas do que queríamos tratar na sessão. Assim, buscamos na internet, imagens que complementavam a escrita e que, de alguma forma, direcionavam o leitor em relação ao que desejávamos tratar e que dialogavam com o movimento de redação da dissertação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual utilizamos os procedimentos metodológicos da História Oral na modalidade Histórias de Vida, para responder aos objetivos da investigação. Como já referido, trabalhamos com as histórias de vida de oito mulheres que viveram ou vivem situação de violência doméstica. O acesso às entrevistadas aconteceu por intermédio do NUMAPE Unioeste/FB.

A coleta de materiais foi densa e a intensidade das respostas produziram o total de seis horas de gravações, oitenta e seis páginas de transcrições e um riquíssimo material que organizamos em três categorias: 1. Família: segredos e revelações; 2. Relacionamentos: afetividade e violência; 3. Cenas cotidianas: a experiência do trágico

e do drama. Tal seleção aconteceu a partir da leitura e análise das entrevistas gravadas e transcritas.

Após definir as categorias de análise, organizamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, apontamos os traçados teóricos-metodológicos da pesquisa, apresentando os caminhos e escolhas para desenvolver a investigação e organização do relatório de pesquisa.

Na segunda seção, realizamos apontamentos sobre a temática da pesquisa discutindo conceitos importantes para a investigação, sendo alguns deles: Gênero, cotidiano, identidade, representação, poder, violência, memória dentre outros. Analisamos o artigo 5º, da Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha<sup>4</sup>, para compreendermos o que se configura como violência doméstica contra a mulher e debatemos três questões centrais: o espaço da casa, as questões relacionadas aos relacionamentos afetivos e o exercício da violência e sobre a violência doméstica, como aparece no relato das depoentes. Nesta seção analisaremos as duas primeiras categorias, sendo elas: 1- Família: segredos e revelações e 2 – Relacionamentos: afetividade e violência.

Na terceira seção, tratamos sobre dois conceitos interconexos: tempo e repetição. Tais conceitos permearam as narrativas das depoentes e se mostraram relevantes para que possamos compreender questões centrais para a pesquisa. Também realizaremos a análise da terceira e última categoria de análise, sendo ela: Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama.

---

<sup>4</sup> O Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.



**Imagem 3:** Fonte: <http://cenariosbomdia.blogspot.com/2013/04/na-porta-do-ceu.html>.

Histórias de vida, por mais particulares que sejam, são sempre relatos de práticas sociais: das formas com que o indivíduo se insere e atua no mundo e no grupo do qual ele faz parte.

Bertaux D. L'approche biographique: sa validé méthodologique, ses potentialités. Cahiers int sociol 1980; 69: 197-225.

---

## I. TRAJETÓRIAS DE PESQUISA: ESCOLHAS METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresentamos o itinerário percorrido para a elaboração da dissertação apontando a temática, as escolhas metodológicas, o problema de investigação, os sujeitos da pesquisa, o lócus de investigação, os instrumentos utilizados para a coleta de dados e os objetivos da pesquisa.

Para fundamentação teórico-metodológica das ações, utilizaremos as contribuições de: Alberti (2005); Bauer e Gaskell (2015); Bogdan e Biklen (1994); Chizzotti (2001); Delgado (2006); Jacques Le Goff (1996); Meih e Holanda (2007); Oliveira (2010); Paulilo (1999); Santos e Santos (2008); Thompson (2006); Worcman e Pereira (2006), entre outros.

Para o ingressante no mundo da pesquisa, escrever é um desafio. São muitas as perguntas que se apresentam: como expressar, de forma escrita, os pensamentos e impasses próprios do escrevente? Como encarar a folha em branco e a necessidade de preenchê-la? Como fazer escolhas metodológicas que permitam captar (e não capturar) a riqueza do material empírico coletado explorando-o a partir do problema de investigação? Talvez sejam questões que muitos mestrandos se defrontam, talvez seja necessário o mergulho no mundo da leitura e escrita para intensificar o relacionamento com as palavras. Neste contexto, desenvolver uma escrita de pesquisas bem-sucedida, como alerta Oliveira (2010), exige que,

[...] a escolha de um tema de pesquisa deve ser relevante para o pesquisador (a) e trazer numa contribuição para o avanço do conhecimento. Uma pesquisa de sucesso depende de uma boa definição de um tema, do gosto em estudar tal problemática, da clareza do trajeto a ser feito durante as diferentes etapas da pesquisa. É preciso gostar do tema. Para isso ele deve estar relacionado com a nossa vida, nossas experiências. É necessário que sintamos prazer em estudar e aprofundar tal tema para nosso conhecimento pessoal, e, ao mesmo tempo para o desenvolvimento de novos conhecimentos (OLIVEIRA, 2010, p. 46).

No fragmento de texto, a autora demarca o significado da relação entre a escolha da temática, do olhar curioso que permite adensar os questionamentos sobre o estudado e sobre as escolhas metodológicas que, de alguma forma, definem como será desenvolvida a investigação.

A pesquisa teve abordagem qualitativa. Em tal perspectiva há intensa relação entre a subjetividade de quem pesquisa e o que é investigado, visto que suas decisões impactam a capacidade de percepção, a coleta, a análise, enfim, as diferentes fases do processo investigativo. O mesmo se constitui como principal instrumento no processo de investigação de determinado tema, quando se compromete em explorar os elementos que envolvem o objeto que deseja estudar e ser fiel com a transcrição das informações obtidas, mesmo que elas não confirmem suas hipóteses. Segundo Paulino (1999, p. 135):

A investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, apresentações, opiniões e adequa-se a aprofundar a complexidade de fatos e procedimentos particulares e específicos a indivíduos e grupos. A abordagem qualitativa é empregada, portanto, para a compreensão de fenômenos caracterizados por um alto grau de complexidade interna.

Para o autor, a pesquisa qualitativa consiste em um trabalho que visa aprofundar as complexidades que norteiam um fato ou algum procedimento particular ou específico acontecido com os sujeitos, podendo ser analisado tanto individualmente quanto em grupo. Trabalhando com valores, crenças, hábitos, atitudes, apresentações e opiniões, a abordagem qualitativa é então empregada para compreender os fenômenos sociais que são considerados por suas características, com um grau de complexidade interna. Podemos, a partir das contribuições do autor, considerar que o fenômeno da violência doméstica contra a mulher, objeto deste estudo, é complexo e pode ser analisado se pautando na abordagem qualitativa.

Para Oliveira (2010, p. 60),

A pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ato social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que encontra o objeto da pesquisa. Os dados podem ser obtidos através de uma pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários, planilhas e todo instrumento (técnica) que se faz necessário para obtenção de informação.

Dessa forma, a pesquisa qualitativa pode ser utilizada quando se pretende estudar detalhadamente um fato, um grupo de pessoas, um objeto, um fenômeno da

realidade ou um ato social. Utilizando tal mecanismo, o pesquisador intenta buscar informações para que possa explicar o significado e as características do contexto em que se encontra o objeto de sua pesquisa. Outro fator importante da pesquisa qualitativa para o autor é em relação à coleta de dados, que, segundo ele, podem ser obtidos por vários meios, dentre eles a pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários e alguns outros instrumentos que o pesquisador considerar necessário para que possa responder os objetivos da pesquisa.

Portanto, a pesquisa qualitativa tem condições de responder melhor o problema da investigação. Tal escolha se justifica pois,

O universo não passível de ser captado por hipóteses perceptíveis, verificáveis e de difícil quantificação é o campo, por excelência, das pesquisas quantitativas. A imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social do qual emergem, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Através dela, consegue-se penetrar nas intensões e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Sua utilização é, portanto, indispensável quando os temas pesquisados demandam um estudo fundamentalmente interpretativo (PAULINO, 1999, p. 136).

Na pesquisa nos propomos a analisar um fenômeno complexo - a violência contra as mulheres. Sabemos que a análise da temática exige que olhemos para valores, crenças, hábitos, atitudes e representações de gênero que circulam na sociedade brasileira. Neste contexto, não desejamos quantificar essas mulheres e apresentá-las como números de uma estatística, não obstante os números sejam expressivos e justifiquem urgência em ampliar a discussão no espaço acadêmico, nas políticas públicas e na vida intrafamiliar. Conhecer a história de vida das mulheres que viveram situações de violência doméstica e o contexto no qual estão inseridas é de total importância para compreensão de tal fenômeno. Assim, ainda que todas as entrevistadas tenham em comum a vivência da violência doméstica, desejamos conhecer suas histórias para além da violência. Daí a escolha de narrar as histórias de vida, pois, como afirma Chizzotti (2001, p.79);

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é a parte integrante do processo de conhecimento e

interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

Para o autor é relevante perceber a relação entre a subjetividade do sujeito e a objetividade do conhecimento, uma vez que o conhecimento é sempre socialmente produzido. Na investigação, valemo-nos das contribuições de Bogdan e Biklen (1994 p. 70), pois denotam que

[...] o objetivo dos investigadores qualitativos é o de compreender o comportamento e experiência humanos. Tentam compreender o processo mediante o qual as pessoas constroem significados e descrever em que consistem estes mesmos significados. Recorrem às observações empíricas por considerarem que é em função das instâncias concretas do comportamento humano que se pode refletir com maior clareza e profundidade sobre a condição humana.

Desse modo, a intenção da pesquisa é compreender os processos experimentados pelas mulheres que viveram situações de violência doméstica e a forma como atribuíram significados às suas histórias de vida, como descrevem suas práticas cotidianas e os discursos que manifestam.

Nestes termos, Bogdan e Biklen (1994) consideram que a pesquisa qualitativa tem cinco principais características: a) a fonte direta de dados é o ambiente natural, sendo o investigador o instrumento principal para que a pesquisa aconteça; b) a investigação qualitativa é descritiva; c) Os investigadores que utilizam a abordagem qualitativa se interessam não apenas pelos dados ou produtos das suas pesquisas, mas pelos processos que os levaram a tais constatações; d) a análise dos dados geralmente é feita de forma indutiva. Os dados não são recolhidos para comprovar algo e sim para que, ao final da pesquisa, o pesquisador possa relacionar as respostas dos sujeitos da pesquisa em relação ao problema da pesquisa; e) o significado é imprescindível na abordagem qualitativa.

## **1. Contando histórias: metodologia da pesquisa**

Após anunciar a escolha pela abordagem qualitativa, apontaremos algumas considerações sobre o método e a metodologia utilizada para realização da pesquisa. Consultando o dicionário etimológico, verificamos que a palavra método deriva do

grego *methodos*, comporta de meta: através de, por meio, e de hodos: via, caminho. Servir-se de um método é, antes de tudo, tentar ordenar o trajeto através do qual se possa alcançar os objetivos projetados. Portanto, para conseguirmos responder aos objetivos propostos utilizaremos os procedimentos metodológicos da História Oral na modalidade Histórias de Vida. Para Paul Thompson (2006, p. 20), a história oral

[...] é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registo das suas histórias de suas vidas. A habilidade fundamental da história oral é aprender a escutar. [...] considero a história oral como um campo interdisciplinar. Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica antropológica é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental para de interação humana, que transcende as disciplinas.

Como podemos perceber, Thompson (2006) considera a metodologia da história oral ampla e importante para a interpretação da história no geral, tanto das sociedades, quanto das diversas culturas que estão em processo de transformação. Como menciona o autor, a habilidade fundamental para quem utiliza a metodologia da história oral, é aprender a escutar, pois é por intermédio da escuta atenta dos depoentes e da história de vida deles que o pesquisador<sup>5</sup> tem a possibilidade de realizar uma análise do que se propôs a compreender. Além de ser considerada ampla essa metodologia se apresenta como interdisciplinar e se complexifica quando há esforço para analisar sob diversos pontos de vista. Tal metodologia se torna apropriada para trabalhar com a história de vida de mulheres que experienciaram situações de violência doméstica, na qual a escuta atenta é fundamental, da mesma forma que é importante o diálogo com vários campos do conhecimento.

Alberti (2005, p. 18), entende história oral como

[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo.

---

<sup>5</sup> Reiteramos aqui, que a escolha da utilização do sujeito universal masculino na escrita da dissertação, se deu pelo fato de entendermos que assim, preservaríamos a fluidez do trabalho, considerando que se a cada momento tivéssemos que apresentar os dois sujeitos, masculino e feminino, a leitura do texto poderia se tornar truncada e de difícil compreensão do leitor em determinados momentos. Como já referimos, desenvolver pesquisa não é atividade neutra, portanto o conhecimento da história de vida das mulheres em situação de violência não pode ser desarticulada do significado da defesa dos direitos das mulheres. Assim, acreditamos que a utilização do sujeito universal masculino não interferiu na análise dos dados e no objetivo geral da investigação e nos posicionamentos que assumimos ao longo do texto.

Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que dele participam ou os testemunharam.

Alberti (2005) indica um novo viés para utilização da metodologia da história oral. A autora considera que a realização de entrevistas com pessoas que tenham participado ou testemunhado algum acontecimento e que nesta perspectiva o material coletado pode colaborar para que o pesquisador se aproxime do seu objeto de estudo. A produção de fontes de consulta é outro ponto de destaque quando utilizamos as entrevistas, pois estudamos os acontecimentos à luz dos depoimentos, que podem dar a conhecer a percepção de quem vivenciou ou experimentou tais acontecimentos e não apenas como observador ou espectador de tais episódios.

Meihy e Holanda (2007, p. 15), apresentam uma definição de história oral como:

[...] um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos, conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento, e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

No fragmento acima, as autoras apresentam a história oral como meio de produção de documentos históricos. Para utilizar a metodologia da história oral para esta finalidade, o pesquisador deve elaborar o projeto e estabelecer o grupo de depoentes que participarão das entrevistas. No projeto, o pesquisador deve esclarecer o cenário das entrevistas, o tempo médio de duração dos depoimentos, como se dará a transcrição e, depois desses procedimentos, o entrevistado deve assinar o Termo de Concordância com o que foi transcrito. Por fim, o pesquisador deve conferir o produto final e arquivá-lo.

Assim, tal como asseveram Meih e Holanda (2007), o principal papel do entrevistador é o de escutar atentamente o depoente evitando interrupções e induções das respostas, especialmente quando se estuda temas relacionados à cultura, grupos sociais, fenômenos e instituições. Outra etapa que demanda atenção do entrevistador é a

gravação das entrevistas, que deve ser realizada quando o depoente estiver à vontade para falar e no lugar escolhido por ele. Estes movimentos influem na qualidade do material coletado.

Assim, para trabalhar com a metodologia de história oral é significativo compreender que a história da humanidade é construída pela inter-relação de fatos, processos e dinâmicas que, “através de diversos movimentos e da ação de sujeitos históricos, sejam eles individuais ou coletivos, transformam as condições de vida do ser humano ou se empenham em mantê-las exatamente como estão” (DELGADO, 2006, p. 15).

Segundo Delgado (2006, p.15), a história oral quando utilizada como procedimento metodológico,

[...] busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.

Portanto, ao utilizarmos a metodologia da história oral para o desenvolvimento da pesquisa, estamos buscando meios, caminhos para a produção de conhecimentos históricos em torno do fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Utilizando tal meio para produção de conhecimento científico, obtivemos informações sobre as vivências das depoentes, sobre os acontecimentos recentes e também sobre suas expectativas para o futuro, tanto em relação aos episódios de violência como em outros aspectos da sua vida cotidiana. Esta sobreposição de temporalidades, espaços e acontecimentos tornam-se fundamentais para que as depoentes possam organizar a narrativa sobre a sua história de vida.

Nesse contexto, concordamos com Bosi (2003, p. 19-20), quando afirma que

Mais que o documento unilinear, a narrativa mostra a complexidade dos acontecimentos. É a via privilegiada para chegar até o ponto de articulação da História com a vida cotidiana. Colhe pontos de vista diversos, às vezes opostos, é uma recomposição constante de dados.

Assim, as histórias de vida, possibilitam obter informações sobre os significados atribuídos pelo sujeito sobre sua experiência (individual e coletiva). A técnica de

histórias de vida possibilita aos sujeitos a liberdade para falar livremente sobre sua experiência pessoal em relação ao que o investigador indaga e, no caso da pesquisa, possibilitar que as mulheres possam contar suas histórias e que possamos, por meio dessas narrativas, compreender o fenômeno da violência doméstica. Ainda que não seja possível fazer generalizações, a pesquisa pode colaborar para ampliar a compreensão sobre o fenômeno da violência doméstica.

Segundo Chizzotti (2001, p. 96), o uso da história de vida como meio de pesquisa tem uma evolução crescente;

Introduzida pela Escola de Chicago, em 1920, e desenvolvida por Znaniecki, na Polônia, foi preterida pelas técnicas qualitativas e proscrita dos meios de pesquisa. A partir dos anos 60, a história de vida procura superar o subjetivismo impressionista e formular o estatuto epistemológico, estabelecer as estratégias de análise do vivido e constituir-se em método de coleta de dados do homem concreto. No contexto da pesquisa, tende a romper com a ideologia da biografia modelar de outras vidas para trabalhar os trajetos pessoais no contexto das relações pessoais e definir-se como relatos práticos das relações sociais.

A partir das contribuições podemos perceber que a utilização da técnica de histórias de vida é recente no mundo acadêmico, pois sua credibilidade era questionada entre os pesquisadores, visto que parcela da comunidade científica julgava como não científica e imprecisa. Os detratores desta forma de investigação consideravam que havia dificuldade do pesquisador em manter imparcialidade em relação ao seu objeto de estudo e os sujeitos da pesquisa. De qualquer forma, sabe-se que a imparcialidade não é prerrogativa possível nas ciências sociais e humanas, uma vez que a simples escolha da temática já denota a posição de sujeito do pesquisador.

Importante salientar que utilizaremos a história de vida das participantes da pesquisa na forma autobiográfica, “onde o autor relata suas percepções pessoais, os sentimentos íntimos que marcaram a sua experiência ou os acontecimentos vividos no contexto da sua trajetória de vida” (CHIZZOTTI, 2001, p. 95). Nosso objetivo, com a coleta destas histórias de vida, é enfatizar o ponto de vista das mulheres sobre suas trajetórias. Sabemos que narrar também produz efeitos na vida do sujeito que, ao fazer uma espécie de balanço dos acontecimentos na sua vida, recordar fatos e acontecimentos, produz novos significados e compreensões sobre o vivido. Para Paulino (1999, p. 142) a modalidade de histórias de vida pode ser considerada “instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora

experiências subjetivas mescladas a contextos sociais”. Por meio dela, pode-se compreender os componentes históricos dos fenômenos individuais e coletivos de determinados sujeitos.

Assim, na pesquisa a memória é um conceito importante, tornando-se, portanto, um dos recursos metodológicos para a coleta do relato das histórias de vida das participantes da pesquisa, visto que por meio das entrevistas orais as depoentes têm a possibilidade de reorganizar suas ideias e lembranças com o objetivo de relembrar suas histórias e, na pesquisa em questão, usar tais lembranças para conseguir se desvencilhar das situações de violência. Segundo Le Goff (1996, p. 243), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ela represente como passadas”. Dessa forma, podemos depreender que os sujeitos ao narrar recriam o passado e o atualizam a partir da experiência presente.

Segundo Delgado (2006, p. 16),

A memória, principal fonte dos depoimentos orais, é um cabedal infinito, onde múltiplas variáveis - temporais, topográficas, individuais, coletivas - dialogam entre si, muitas vezes revelando lembranças, algumas vezes, de forma explícita, outras vezes de forma velada, chegando em alguns casos a ocultá-las pela camada protetora que o próprio ser humano cria ao supor, inconscientemente, que assim está se protegendo das dores, dos traumas e das emoções que marcaram sua vida.

Como salienta Delgado (2006), a memória se apresenta como a principal fonte de depoimentos orais que o ser humano pode obter. Segundo o dicionário da língua portuguesa, “cabedal”, termo que o autor utiliza acima, quer dizer “acumulação de coisas de valor [...] os bens intelectuais e morais adquiridos pelo estudo ou pela experiência”. Assim, a memória retém lembranças de experiências e as atualiza a partir de um ato presente. No caso das depoentes da investigação, algumas destas lembranças podem causar sofrimento, enquanto outras podem significar força, potência e capacidade desvencilha-las das situações de violência. Em alguns casos, as depoentes também criaram essa “camada protetora” que o autor se refere, com o objetivo de se proteger das dores, dos traumas e das emoções que essas lembranças ensejam.

Worcmán e Pereira (2006, p. 201), apresentam considerações importantes sobre o conceito de memória, para ambos

[...] se adotarmos uma simples definição do dicionário Aurélio – “do latim, memória: faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos anteriores adquiridos” – podemos dizer que a memória pressupõe registro: anda que tal registro seja realizado em nosso próprio corpo. Mas, não se trata de um registro incondicional, como se fossemos um papel em branco carimbado com nossas experiências sucessivas. Guardamos aquilo que, por um motivo ou por outro, teve ou tem algum significado em nossas vidas. Nesse sentido, nossa memória individual é única, pois mesmo tendo vivido as mesmas experiências que outras pessoas, cada um de nós seleciona e compõe seu próprio conjunto de registros, uma espécie de patrimônio pessoal.

Considerando as contribuições podemos depreender que cada um é responsável, de uma maneira ou de outra, pela sua memória. O que guardamos na memória, o que rememoramos ou criamos, tem sentido para nossas vidas. Acreditamos que o mesmo aconteça com as mulheres vítimas de violência doméstica participantes da pesquisa. Cada uma delas, apesar de terem passado por experiências análogas, armazenam essas memórias de maneiras distintas e a forma como cada reminiscência emerge pode ser influenciada por fatores internos e externos. A memória é única e fugaz.

Compreendemos, portanto, que a memória é a protagonista no momento da produção do material coletado por intermédio das gravações das narrativas oriundas de lembranças e recordações, constituindo-se, assim, como ponto chave para que possamos utilizar o material para produção de conhecimento científico. Neste contexto, história, tempo e memória são processos interligados.

Portanto, indiferente da finalidade, para que possamos fazer uso da metodologia da história oral, exige-se que cumpramos protocolos e que tenhamos cuidados com a qualidade do material coletado para a posterior análise. A fala das mulheres terá tratamento hermenêutico<sup>6</sup>. Nesta ação consideraremos os seguintes instrumentos de pesquisa:

#### **a) Entrevistas narrativas**

A entrevista narrativa visa uma situação que estimule o depoente a contar a história sobre episódios, acontecimentos ou situações que tenham ocorrido em sua vida.

---

<sup>6</sup> Cada mulher tem uma história de vida única e específica. A análise dos depoimentos será feita de forma individualizada considerando cada relato, realizando análise cuidadosa para compreender os questionamentos que fizemos no início dessa investigação.

A ideia principal de tal técnica é reconstruir os acontecimentos narrados partindo da perspectiva de quem narra, sob o ponto de vista do depoente, da forma mais direta possível.

Sendo assim, utilizaremos a entrevista narrativa com as depoentes da pesquisa. Jovchelovitch e Bauer (2015) entendem que as narrativas são infinitas e que podemos encontrá-las em todos os lugares, compreende também que existe em todas as formas de vida humana uma necessidade de contar. A entrevista narrativa se apresenta como a melhor opção para realizar a coleta de dados para tal pesquisa. Para Jovchelovitch e Bauer (2015. p. 91 e 92),

[...] narrações são ricas de colocações indexadas, a) porque elas se referem à experiência pessoal, e b) porque elas tendem a ser detalhadas com um enfoque nos acontecimentos e ações. A estrutura de uma narrativa é semelhante à estrutura da orientação para a ação: um contexto é dado; os acontecimentos são sequenciados e terminam em um determinado ponto.

Portanto, foi a partir dessa perspectiva que solicitamos para as depoentes que narrassem suas histórias de vida. Convém salientar que as depoentes sabiam que a temática da investigação era violência doméstica e que houve uma tendência de que as depoentes narrassem fatos e acontecimentos relativos à temática. Ademais, percebíamos que as depoentes organizavam suas falas em determinada sequência narrativa, possibilitando, assim, que organizassem as ideias e refletissem sobre suas experiências.

Não há experiência humana que não possa ser expressa na forma de uma narrativa. Como Salienta Roland Barthers apud Jovchelovitch e Bauer (2015, p. 91)

A narrativa está presente no mito, lenda, fábula, conto, novela, epopeia, história, tragédia, drama, comédia, mímica, pintura (pensemos na Santa Úrsula de Carpaccio), vitrais de janelas, cinema, histórias em quadrinho, notícias, conversação. Além disso, sob esta quase infinita diversidade de formas, a narrativa está presente em cada idade, em cada lugar, em cada sociedade; ela começa com a própria história da humanidade e nunca existiu, em nenhum lugar e em tempo comum, um povo sem narrativa. Não se importando com boa ou má literatura, a narrativa é internacional, trans-histórica, transcultural: ela está simplesmente ali, como a própria vida.

Todos têm histórias para contar. Assim, acreditamos que a entrevista narrativa é a forma mais adequada para coletar informações nesta investigação. Utilizando esse instrumento mantivemos uma relação ainda mais próxima com os sujeitos da

pesquisa. No uso deste instrumento de coleta nos preocupamos com o antes, o durante e o depois do depoimento, pois a “entrevista narrativa tem em vista uma situação que encoraje e estimule o entrevistado ou depoente a contar a história sobre algum conhecimento importante de sua vida e do contexto social” (JOVCHELOVITCH E BAUER, 2015, p.93).

Ainda utilizando as contribuições de Jovchelovitch e Gaskell (2015, p. 96), podemos perceber como a entrevista narrativa deve ser processada:

[...] através de quatro fases: ela começa com a iniciação, move-se através da narração e da fase de questionamentos e termina com a fase da fala conclusiva. Para cada uma dessas fases é determinado um número de regras. A função dessas regras não é tanto encorajar uma adesão cega, mas oferecer guia e orientação para o entrevistador, a fim de fazer com que surja uma narração rica sobre um tópico de interesse, evitando os perigos do esquema pergunta-resposta de entrevista. O seguimento destas regras levará certamente a uma situação isenta de constrangimentos, e manterá a disposição do informante de contar uma história sobre acontecimentos importantes.

O papel do entrevistador que utiliza a modalidade de histórias de vida também é crucial para que a coleta dos dados seja realizada corretamente. Para os autores<sup>7</sup>, o ideal é que, no momento de realizar as entrevistas, o pesquisador informe ao depoente que está gravando ou filmando a entrevista. Quando o depoente começar a falar, a participação do entrevistador deve ser mínima, mantendo uma escuta atenta. Na maioria dos casos, durante o relato surgem dúvidas e novos questionamentos que foram anotados no Caderno de Campo. Por vezes, em outro momento, fizemos questionamentos para responder dúvidas ou perguntas relacionadas ao problema de investigação.

Depois de marcar o horário e o local para realizar a entrevista, deslocamo-nos até a área escolhida pela depoente, que, na maioria dos casos, foi a sua casa, local que selecionaram para narrar suas histórias. O primeiro passo foi informá-las de que a entrevista seria gravada, explicando que a gravação era necessária naquele momento para que pudesse realizar análise dos dados coletados. Informamos que, a partir do material transcrito, organizaríamos a escrita da dissertação. Antes que as depoentes começassem a contar suas histórias, apresentamos o Termo de Consentimento Livre e

---

<sup>7</sup> Jovchelovitch e Gaskell (2015).

Esclarecido – TCLE<sup>8</sup>, esclarecendo suas dúvidas em relação a investigação e explicando que a assinatura do documento era o que possibilitava a participação delas na pesquisa. Após a assinatura do termo, procedemos à gravação das entrevistas, que na sequência foram transcritas na íntegra, conforme relatos das depoentes.

## **b) Análise documental**

Realizamos também análise de documentos que consideramos importantes para obter informações acerca do tema da dissertação. Entre os documentos analisados, destacamos a Lei Nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha<sup>9</sup>, os documentos de implementação do Núcleo Maria da Penha – NUMAPE Unioeste/FB: apoio às mulheres da cidade de Francisco Beltrão, o Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil<sup>10</sup>. Tivemos acesso, também, ao relatório que o NUMAPE Unioeste/FB recebeu da Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico – CAPE, que apresenta dados da violência doméstica no período de janeiro a setembro do ano de 2017, abordando tanto, em específico, o Município de Francisco Beltrão, como também, alguns dados dos outros 41 municípios da região Sudoeste do Paraná. O relatório foi solicitado pela equipe do NUMAPE Unioeste/FB para que as ações do ano de 2018 fossem planejadas para os municípios com maiores índices de violência doméstica (maior número de registro de Boletins de Ocorrência). Analisamos também os documentos disponíveis no site de políticas públicas para mulheres do Estado do Paraná<sup>11</sup>. Ao visitar o site,

---

<sup>8</sup> O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é o documento que utilizamos para mostrar para as depoentes para qual finalidade sua entrevista vai ser utilizada. A assinatura do Termo garante para a depoente que seus dados não serão divulgados pela pesquisadora e é a forma que a pesquisadora tem de comprovar que foi autorizada pelas depoentes a gravar a entrevista e utiliza-la para fins relacionados a pesquisa. Todas as entrevistas estão autorizadas através da assinatura do termo.

<sup>9</sup> A Lei Maria da Penha foi criada em 7 de agosto de 2006, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. A lei homenageia Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de duas tentativas de homicídio que sofreu de seu ex-marido.

<sup>10</sup> O Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres, foi elaborado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) para colaborar com os diversos chamamentos nacionais e internacionais pelo fim da violência contra as mulheres, como início dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, ações da campanha do Secretário-Geral da ONU UNA-SE Pelo Fim da Violência contra as Mulheres, o Dia Internacional de Eliminação da Violência contra as Mulheres e também o Dia Nacional da Consciência Negra. O mapa apresenta dados sobre homicídios femininos nos últimos anos, além de fazer um balanço da situação e evolução dos assassinatos femininos fere a aprovação a Lei do Feminicídio.

<sup>11</sup> <http://www.spm.gov.br/>. Acesso em 15/07/2018.

encontramos programas existentes para combater a violência doméstica contra as mulheres, dentre eles: Programa mulher viver sem violência, Ligue 180 – central de atendimento à mulher, informações sobre os doze anos que a Lei Maria da Penha completou em agosto de 2018 e, por fim, a publicação de algumas pesquisas que discutem o tema.

### **1.1 Locus da pesquisa: Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/FB: apoio às mulheres.**

O Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/FB: apoio para as mulheres,<sup>12</sup> é coordenado pela Professora Sônia Maria dos Santos Marques, responsável também pela sua criação, e desenvolve suas atividades desde o ano de 2013 nas dependências da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE Campus de Francisco Beltrão. Conta com uma equipe de profissionais formados e de alunos de cursos ofertados pela instituição. Atualmente, o núcleo conta com duas orientadoras (uma da área do Curso de Direito e outra da área da educação) uma advogada, uma psicóloga e uma pedagoga, que cumprem uma carga horária semanal de 30 horas para o planejamento e a execução das atividades propostas pelo núcleo. Além das bolsistas recém-formadas, o núcleo ainda tem a colaboração de uma bolsista voluntária do curso de direito e bolsistas voluntários que realizam ações pontuais.

O projeto foi pensado e criado no ano de 2013, logo após o assassinato de uma vítima de feminicídio. O crime ocorreu no dia 15 de outubro de 2012, por volta das sete horas da manhã. Antonio Adelar Mingoti<sup>13</sup>, quarenta e quatro anos, subtenente do 16º

---

<sup>12</sup> O NUMAPE é financiado pela Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior –SETI, por meio do Programa Universidade Sem Fronteiras – USF subprograma Inclusão e Direitos Sociais. O Numape Unioeste/FB é coordenado pela Professora Doutora Sônia Maria dos Santos Marques, docente do Curso de Pedagogia da Unioeste, campus de Francisco Beltrão e tem como objetivo geral promover assistência jurídica, educativa e psicológica às mulheres que vivem em situação de violência doméstica na região sudoeste do Paraná, e como objetivos específicos: oferecer assistência e orientação jurídica e psicológica em relação aos Direitos Humanos das mulheres em situação de risco; realizar divórcio das mulheres em situação de violência doméstica; esclarecer a importância das questões de gênero para a cidadania e proposições de políticas públicas; realizar minicursos e debates sobre legislação e defesa dos direitos das mulheres; aplicar o kit pedagógico desenvolvido para trabalhar a temática abordada pelo projeto com estudantes do ensino fundamental e ensino médio; atuar na rede de proteção à mulher no município de Francisco Beltrão; realizar trabalho conjunto com os agentes de saúde para fazer levantamento dos números da violência contra a mulher; atuar no coletivo de mulheres, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais para atender as mulheres do; trabalhar geração de renda com mulheres vítimas de violência doméstica no Ateliê Tecendo a Cidadania.

<sup>13</sup> Todas as informações sobre a identificação, tanto dos agressores quanto das vítimas, que citamos no decorrer do trabalho, foram veiculadas nos mais diversos meios de comunicação da cidade da ocorrência do crime, podendo qualquer pessoa ter acesso a notícia do crime. Por esta razão, decidimos colocar o nome real das vítimas e dos agressores no corpo do trabalho.

Esquadrão de Cavalaria Mecanizada da Cidade de Francisco Beltrão – PR, assassinou sua ex-namorada, Elenir Bedenarski, de trinta e três anos, quando ela saía de casa para ir trabalhar.

Antônio utilizou-se da arma de fogo que portava por conta de suas funções militares para disparar contra Elenir, sete vezes, e, logo após, atirou contra sua própria cabeça cometendo suicídio. Como o crime foi cometido em uma das principais vias da cidade, muitos civis o presenciaram e, conseqüentemente, realizaram comentários sobre o que viram ou ouviram falar. Logo após a ocorrência do fato, os comentários que se ouviam na cidade envolviam perguntas como: o que esta mulher fez? Por que o marido a assassinou? O que será que aconteceu para que ele a matasse? As indagações deixavam à mostra certa percepção dos moradores da cidade: parecia que algo justificaria a ação do ex-marido assassino.

Desta maneira, a Professora Sônia, decidiu fazer a proposta para a criação de um projeto de extensão que problematizasse os discursos de gênero presentes na sociedade com o objetivo de debater conceito de gênero e discutir a ideia persistente de que a vítima é a culpada pelas agressões que sofre e, até mesmo, pela sua morte.

O NUMAPE Unioeste/FB, de alguma forma teve como nascedouro o assassinato de uma mulher e desde 2013 até o mês de setembro de 2019, já havia alcançado 22.055 mil pessoas atendidas diretamente. No início das atividades, o público alvo do projeto eram os grupos de mulheres que participam dos Clubes de Mães, as famílias atendidas pelo Programa de Atendimento Integral as Famílias – PAIF<sup>14</sup>, as mulheres atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS<sup>15</sup> e o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais - SUAS. Fonte: <http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif>. Acesso em 10/10/2017.

<sup>15</sup> O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. O CRAS oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. No CRAS, os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. O CRAS atende famílias e indivíduos em situação grave desproteção, pessoas com deficiência, idosos, crianças retiradas do trabalho infantil, pessoas inseridas no Cadastro Único, beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada - BPC dentre outros.

No desenrolar das atividades, mais uma mulher foi vítima fatal de violência doméstica no Município de Francisco Beltrão. O crime ocorreu no dia 02 de março de 2016 e vitimou Leila Cristina Bloemer, trinta e um anos de idade, assassinada pelo ex-namorado, dentro da casa dos seus pais. Após o assassinato, a escola em que seu filho mais velho estudava entrou em contato com o Núcleo solicitando atividades pedagógicas sobre a temática para os alunos da escola, que estavam assustados com o ocorrido.

Atendendo à solicitação do colégio, o NUMAPE Unioeste/FB desenvolveu atividades educativas e preventivas com os alunos da escola. Naquele momento, ampliaram-se as atividades educativas, uma vez que havia interesse das instituições de ensino em atividades que versassem sobre relacionamentos abusivos, sobre os tipos de violência doméstica prevista na legislação brasileira e também informando como os alunos poderiam ajudar caso presenciassem situações de violência doméstica.

A partir deste dia, os alunos das escolas estaduais e municipais também se tornaram parte do público alvo das atividades do projeto, considerando que a prevenção e a informação são os caminhos para que menos mulheres se tornem futuras vítimas e que os meninos não sejam agressores em seus relacionamentos. Neste contexto, desnaturalizar conceitos e representações sobre a relação entre gênero e violência doméstica parecia urgente.

O NUMAPE Unioeste/FB é espaço de atendimento no Município de Francisco Beltrão que proporciona, no mesmo local e sem filas de espera, o atendimento jurídico, educativo e psicológico para as mulheres vítimas de violência doméstica. No ano de 2017 o NUMAPE Unioeste/FB se tornou regional e estendeu suas atividades aos demais municípios da região Sudoeste do Paraná, considerando que os índices de violência doméstica contra a mulher são elevados.

---

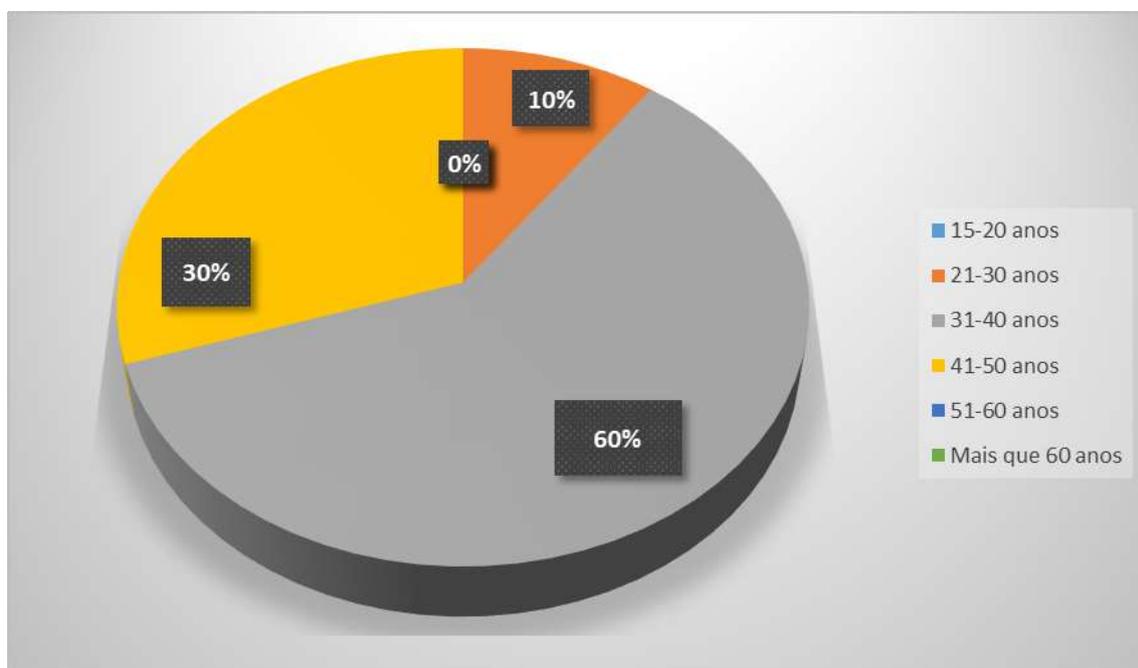
Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em 10/10/2018.

<sup>16</sup> O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é uma unidade pública da política de Assistência Social onde são atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Além de orientar e encaminhar os cidadãos para os serviços da assistência social ou demais serviços públicos existentes no município, no CREAS também se oferece informações, orientação jurídica, apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estimula a mobilização comunitária. O CREAS atende as famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos, como: violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras. Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>. Acesso em 10/10/2018.

Na sequência apresentamos os dados sobre as mulheres atendidas no período de 2013 até o mês de outubro de 2018. Importante reiterar, que os dados apresentados na sequência são das mulheres que procuraram o núcleo para iniciar os procedimentos jurídicos, confecção de Boletins de Ocorrência – B.O e a solicitação das Medidas Protetivas de Urgência. Muitos são os atendimentos prestados no dia a dia de trabalho da equipe do NUMAPE Unioeste/FB com os vários públicos atendidos. Os gráficos que apresentamos na sequência são referentes ao atendimento jurídico

Os gráficos 1 e 2 exibem a faixa etária das mulheres que receberam atendimento jurídico no ano de 2013 e se elas possuíam ou não filhos, respectivamente. No total, 10 mulheres procuraram o núcleo em busca de atendimento jurídico no referido ano, sendo que destas, a maior parte, 60% possuíam idade ente 31 e 40 anos e 90% delas têm filhos com os sujeitos produtores das agressões. Para contextualizar o leitor no ano de 2013, o NUMAPE Unioeste/FB iniciou as atividades em julho, encerrando-as em dezembro do mesmo ano.

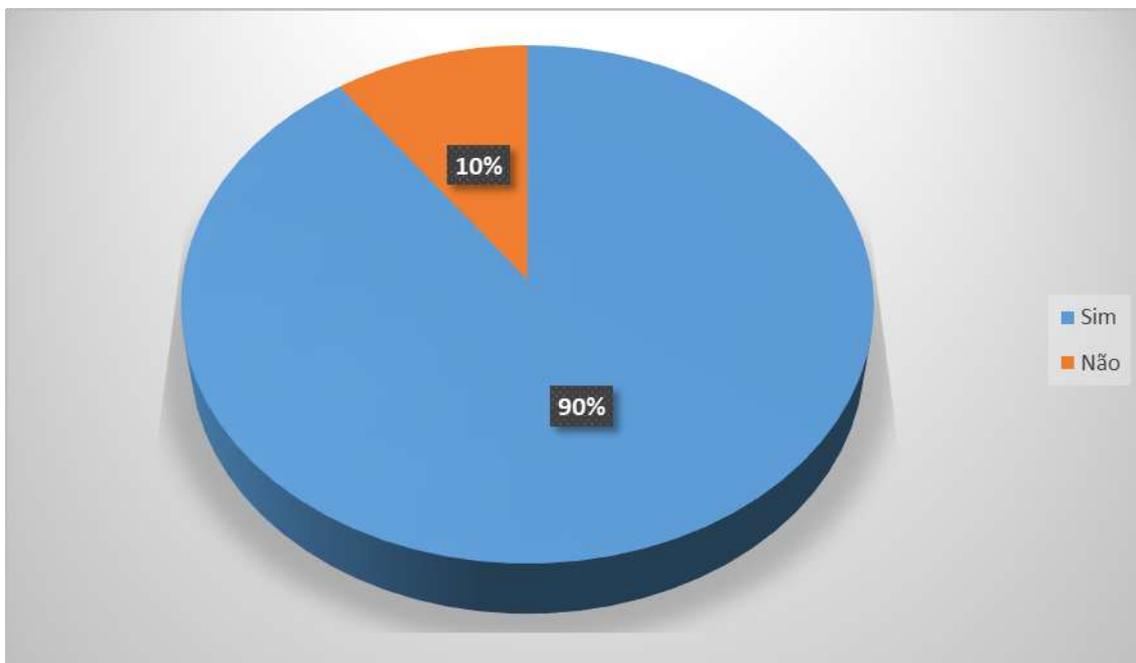
**Gráfico 1:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2013.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 2:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB no ano de 2013.

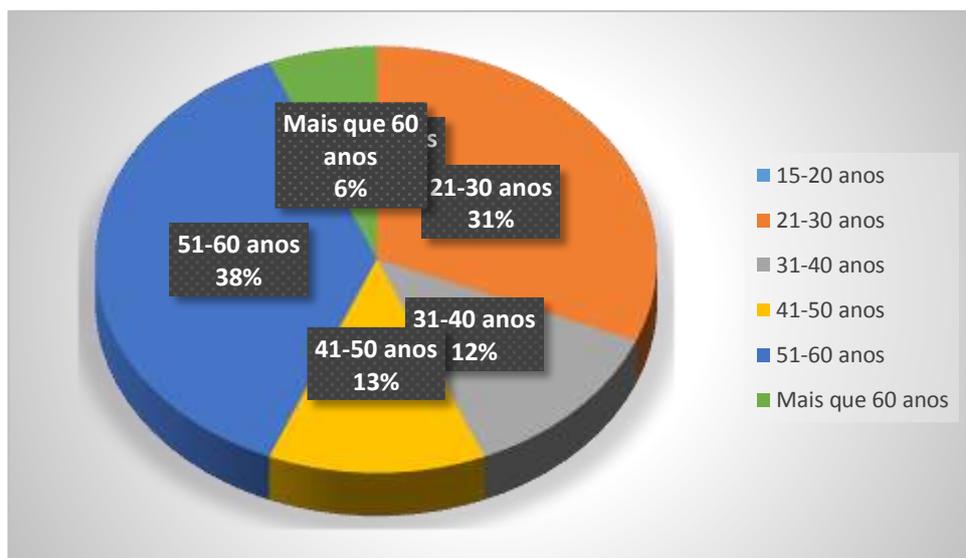


**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Já no ano de 2014, dezesseis mulheres buscaram o NUMAPE Unioeste/FB para solicitar assistência jurídica conforme retratado no gráfico 3. Em relação à idade das mulheres, visualizamos que 38% tinham entre 51 e 60 anos, 31% entre 21 e 30 anos, 13% entre 41 e 50 anos, 12% entre 31 e 40 anos e 6% tinham mais que 60 anos. Se compararmos os dados do ano de 2013 com os de 2014, observaremos diferenças na faixa etária que mais procurou atendimento. Em 2014 foram as mulheres que tinham entre 31 e 40 anos, já em 2014 foram as mulheres de 51 a 60 anos que mais precisaram dos aparatos judiciais para se desvencilharem das situações de violência doméstica.

**Gráfico 3:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB de 2014.

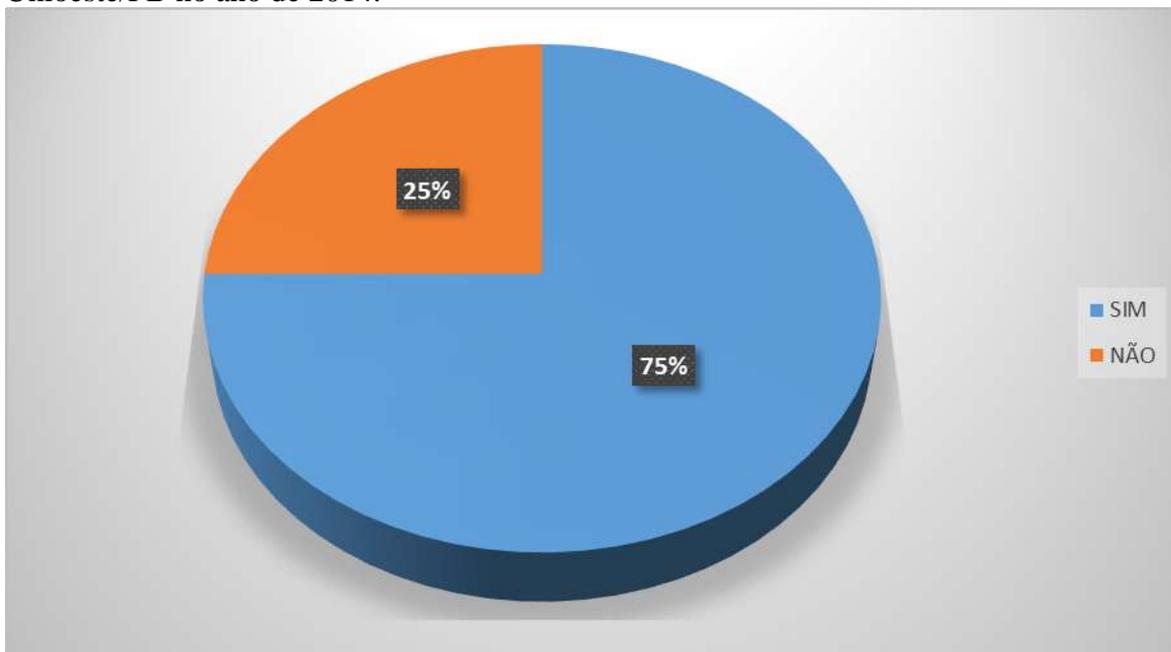


**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Outra parcela do gráfico que chama a atenção, são os 6% que representam as mulheres que possuem mais de 60 anos de idade e que sofreram violência doméstica. Tal informação mostra que mulheres de todas as idades vivem situações de violência doméstica e que a violência se dissemina entre diferentes faixas etárias. O gráfico 4 aponta que 75% das mulheres atendidas possuem filhos, apenas 25% declararam não ter filhos.

**Gráfico 4:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2014.

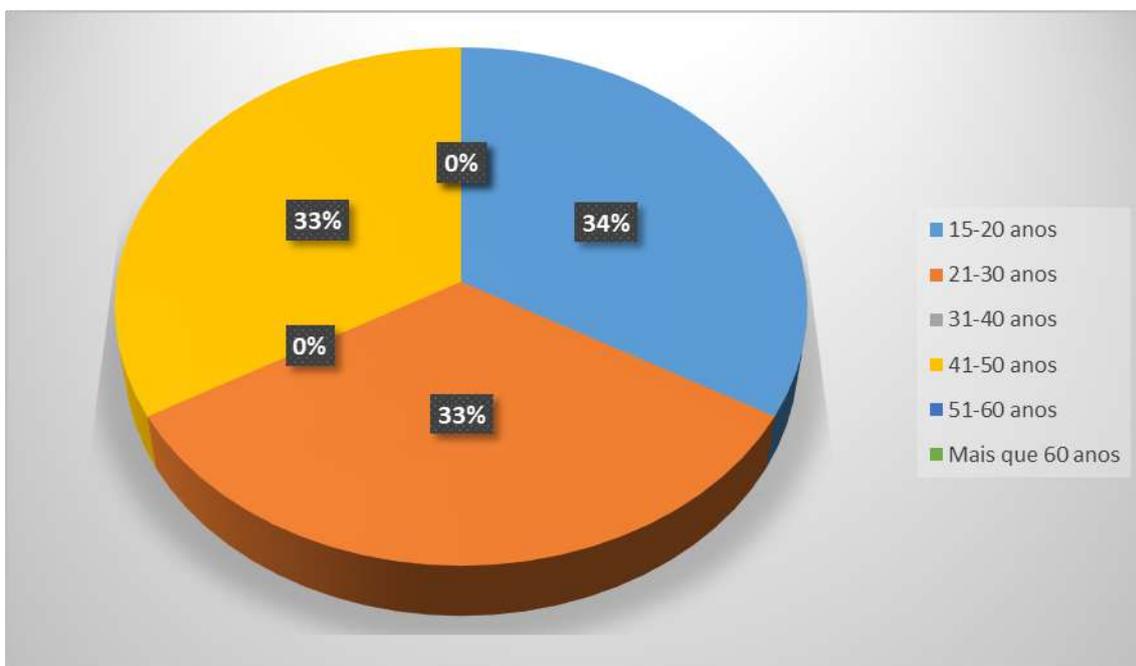


**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Em 2015, foram registrados apenas 3 atendimentos jurídicos, como é possível visualizar no gráfico 5. A primeira assistida tinha 50 anos, a segunda 20 anos e a terceira 26 anos. Em relação aos filhos, 100% delas possuem filhos com os homens que as agrediram, como podemos visualizar no gráfico 6.

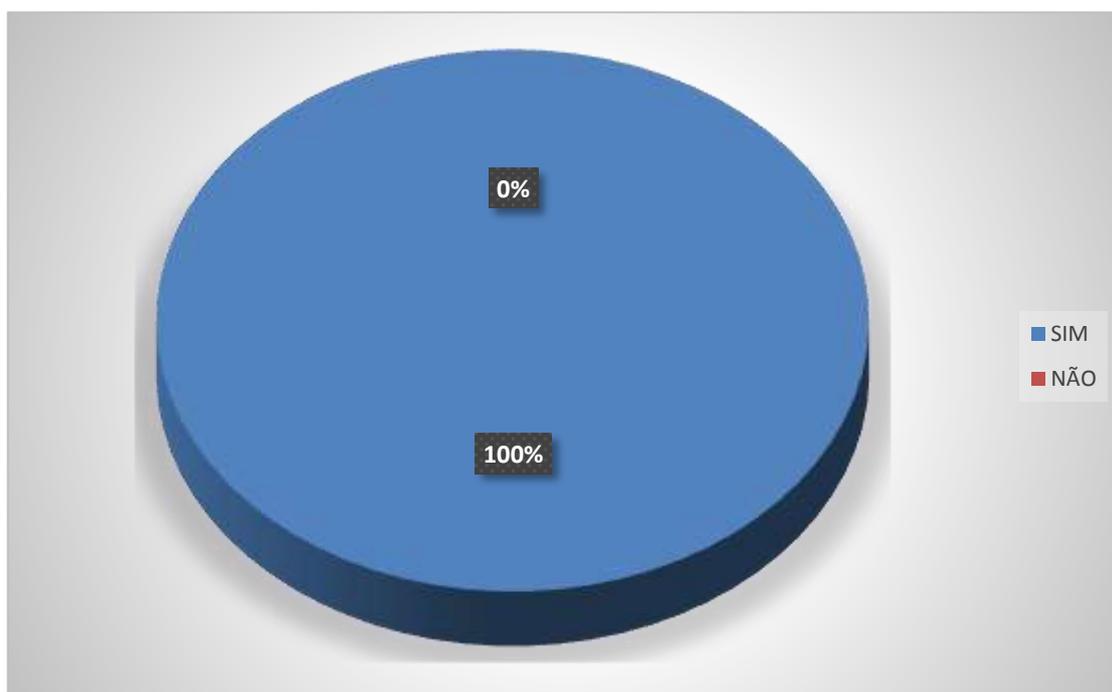
**Gráfico 5:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB de 2015.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 6:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2015.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

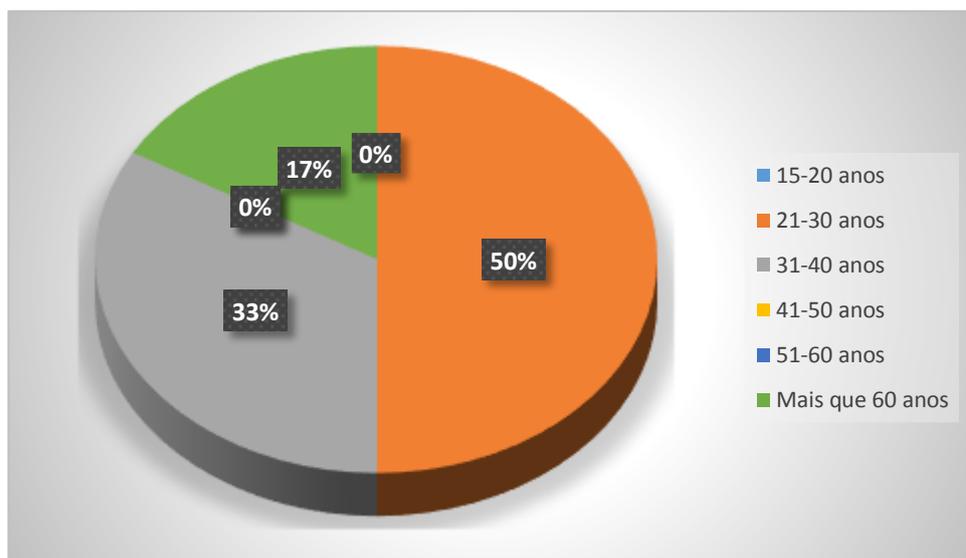
**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Acreditamos ser relevante informar ao leitor que, no ano de 2013, o projeto era aprovado em edital com duração de doze meses (julho/2013 até junho de 2016), iniciando suas atividades no mês de julho, concluindo-as no mês de dezembro do mesmo ano. No ano seguinte, 2014, as atividades iniciaram no mês de janeiro, sendo encerradas em junho do mesmo ano, momento em que o contrato firmado em Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, Unioeste, Programa Universidade Sem Fronteira – USF e governo do Estado do Paraná se findava.

De agosto de 2014 até maio de 2015 o projeto não desenvolveu suas atividades por falta de recursos, pois o contrato não foi renovado e novo edital não foi lançado para que as coordenadoras pudessem tentar novo recurso para continuarmos desenvolvendo as ações. Em junho de 2015, novo edital foi lançado e fomos contemplados para que pudséssemos continuar desenvolvendo as atividades e prestando os atendimentos jurídicos para as mulheres que necessitassem dele. A partir do ano de 2016, o projeto não teve mais interrupções, com início no mês de janeiro de cada ano e encerramento em dezembro do mesmo ano.

Em 2016, foram realizados seis novos atendimentos jurídicos, sendo que, segundo os dados apresentados no gráfico 7, 50% são mulheres jovens que possuíam idade entre 21 e 30 anos. 33% delas tinham de 31 a 40 anos e 6%, o que representa uma assistida tinha mais do que 60 anos, portanto considerada uma pessoa idosa quando buscou atendimento. Em relação a maternidade, 50% delas possuíam filhos e os outros 50% não, como demostramos no gráfico 8.

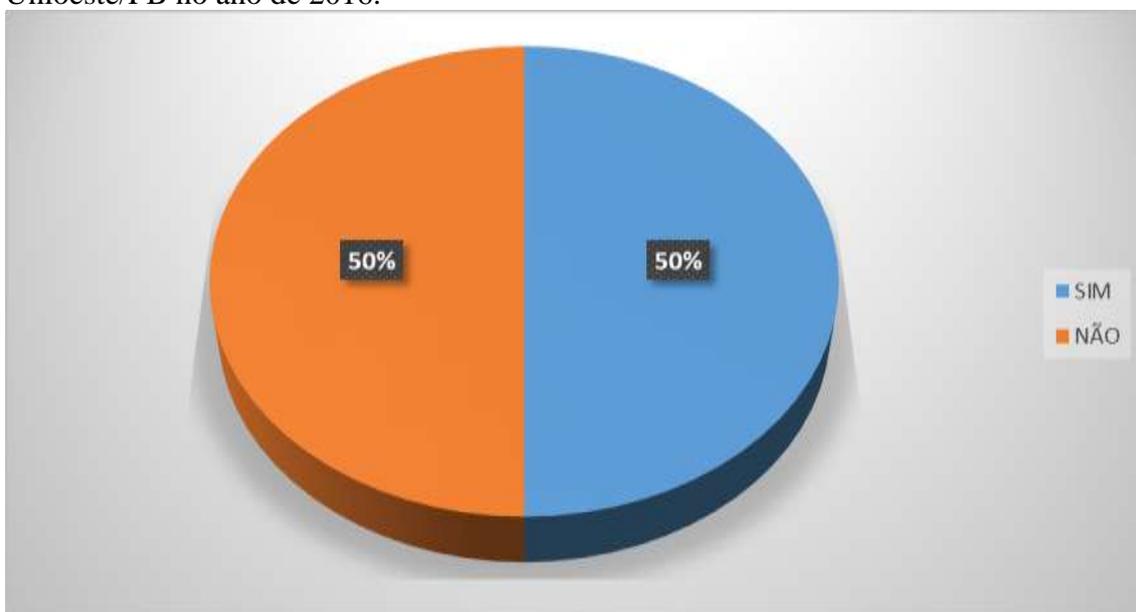
**Gráfico 7:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB em 2016.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 8:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2016.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Antes de apresentarmos os dados sobre os atendimentos realizados em 2017 e 2018 consideramos importante mencionar sobre a instalação da Delegacia Especializada

no Atendimento às Mulher - DEAM no Município de Francisco Beltrão. A Delegacia da Mulher foi inaugurada no dia 16 de outubro de 2016 e trouxe inúmeros benefícios para as mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica e que precisam recorrer ao judiciário para solucionar os conflitos. Antes de possuímos uma delegacia especializada, elas precisavam registrar o B.O na delegacia civil, onde eram atendidas por homens, que por vezes as violentavam<sup>17</sup> novamente quando realizavam questionamentos sobre o ocorrido, culpabilizando as mulheres pelas agressões sofridas, influenciando-as, em alguns casos, a desistirem de realizar a denúncia por se sentirem intimidadas, com medo e sem apoio para seguirem adiante com o processo judicial.

Com a vinda da Delegacia especializada para este Município, as mulheres passaram a ser atendidas por uma equipe composta somente por mulheres, que, pelo menos em Francisco Beltrão - PR, são atendidas com mais empatia e cuidado, visto que já estão, na maioria dos casos, fragilizadas e machucadas e que procuram o atendimento esperando encontrar auxílio para se desvencilharem das situações de violência que vivenciaram em seus lares, com seus familiares e companheiros amorosos.

Quando a equipe do NUMAPE Unioeste/FB tomou conhecimento de que a delegacia seria instalada, de imediato marcou uma reunião com as profissionais que atuariam na delegacia para que pudessem apresentá-las às atividades desenvolvidas pelo núcleo, visto que, a partir daquele momento passariam a trabalhar juntos enquanto órgãos que prestam o atendimento às vítimas.

A partir de então, o relacionamento que o núcleo mantém com a delegacia da mulher é bem estreito e tem surtido efeitos positivos, principalmente para as mulheres que buscam e que precisam do atendimento. Atualmente, quando a mulher chega até a delegacia para registrar o B.O sozinha, a escritã, profissional que colhe o relato da mulher, entrega a ela um cartão do NUMAPE Unioeste/FB, orientando-a para que, após concluir o registro da ocorrência, entre em contato com o núcleo para que possa solicitar o atendimento jurídico, tendo assim o acompanhamento da advogada durante os trâmites judiciais além de esclarecer dúvidas que geralmente possuem sobre as situações que vêm vivenciando.

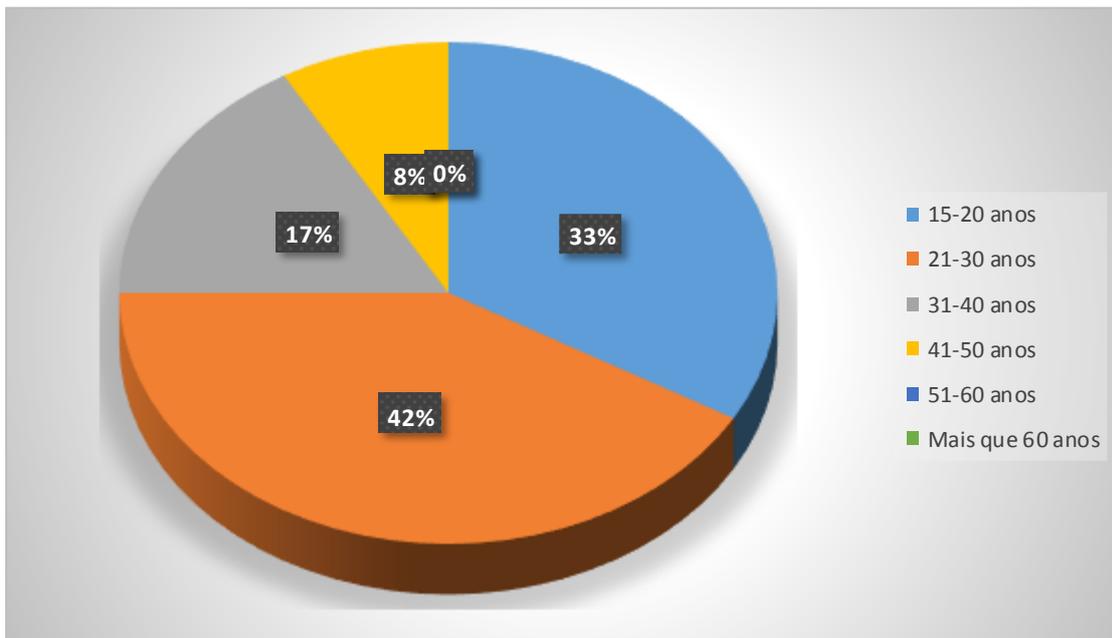
---

<sup>17</sup> A violência que por vezes sofriam no momento da denúncia se trata de uma violência estrutural, que acontecia com frequência e que foi relatado por mais de uma assistida do projeto, quando ainda sofrendo violência, recorriam ao atendimento do Núcleo para conseguir realizar o B.O.

Relevante mencionar também que, em muitos casos, a mulher chega na Delegacia da Mulher, é informada sobre a existência do NUMAPE Unioeste/FB e prefere consultar primeiro a advogada para depois voltar até a delegacia e registrar o B.O na companhia dela. Existem, também, os casos das assistidas que procuram o atendimento jurídico do projeto e não almejam registrar a ocorrência, pelo menos naquele momento. Se não for da vontade da mulher, o B.O não é confeccionado.

Agora continuaremos com a explanação dos dados do atendimento jurídico do ano de 2017. Conforme aponta o gráfico 9, a parte mais expressiva, representando 42% das mulheres atendidas, são mulheres de 21 a 30 anos consideradas jovens. 33% delas estão na faixa etária dos 15 a 20 anos consideradas adolescentes. Tais dados demonstram que a cada dia mais adolescentes estão sendo vitimadas por esta forma de violência. Os relacionamentos amorosos entre adolescentes estão cada vez mais frequentes na nossa sociedade e a maioria destes são relacionamentos abusivos, em que o companheiro já apresenta sinais de controle, ciúmes excessivos e, por vezes, já violenta a companheira quando a impede de fazer uso de roupas ou acessórios que ela gosta, impossibilitando-a de se relacionar com familiares ou amigos, dentre outras ações simples do cotidiano que em muitas situações não são consideradas violências em um relacionamento, ainda mais entre adolescentes. Em relação aos filhos, 75% das assistidas possuem e as outras 25% não, como visualizamos no gráfico 10.

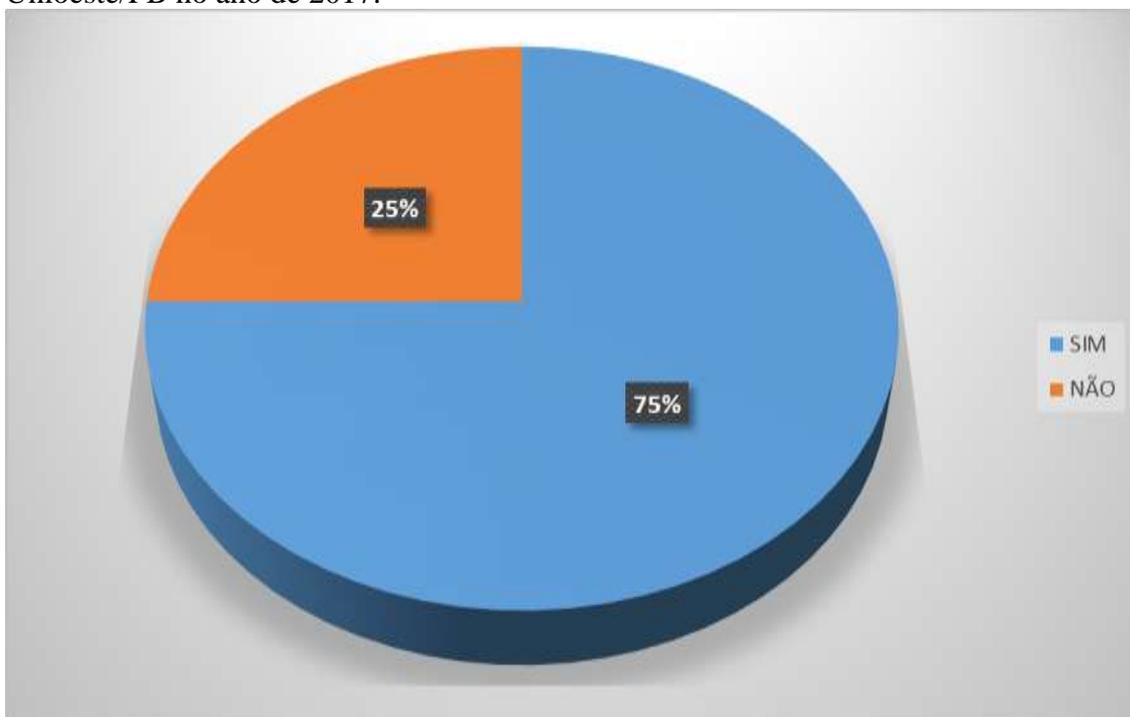
**Gráfico 9:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste /FB em 2017.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 10:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2017.

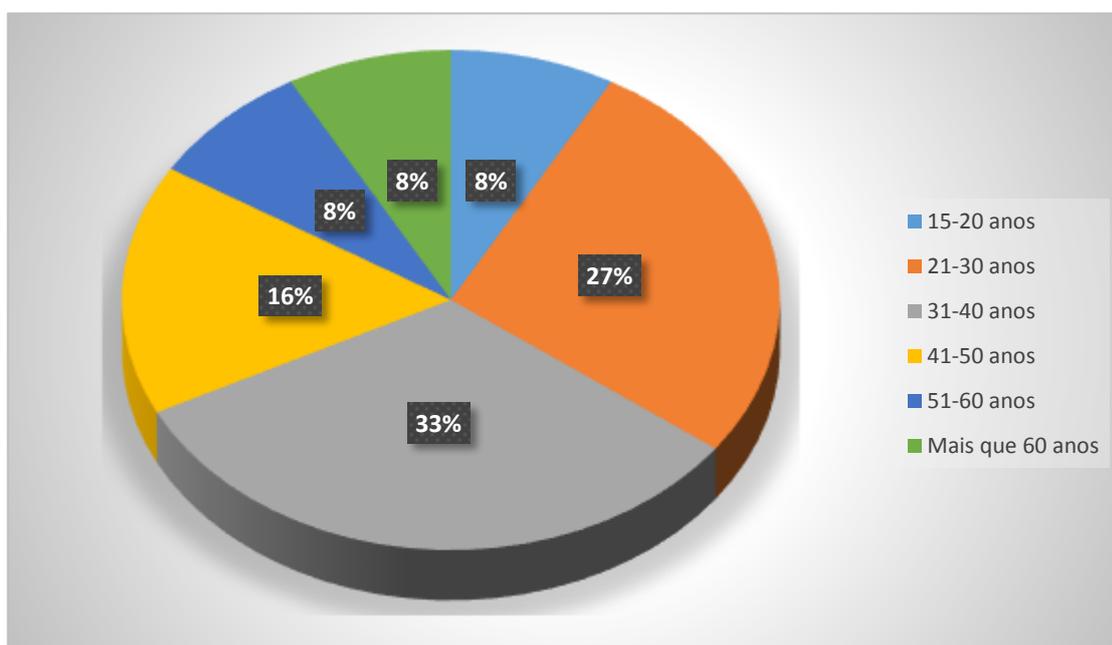


**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Chegamos agora, então, aos dados referentes a 2018. De janeiro a outubro do referido ano, 37 mulheres buscaram atendimento jurídico. Como é possível observarmos no gráfico 11, a maior parcela delas, 31%, são mulheres que possuem entre 31 e 40 anos, 27% de 21 a 30 anos, 16% 41 a 50 anos, e 8% as demais faixas etárias. Portanto, em 2018, as mulheres que mais precisavam do aparato judicial para se desvencilharem das situações de violência foram as mulheres jovens. Em relação aos filhos, 92% das assistidas têm filhos com os sujeitos produtores da violência como indica o gráfico 12.

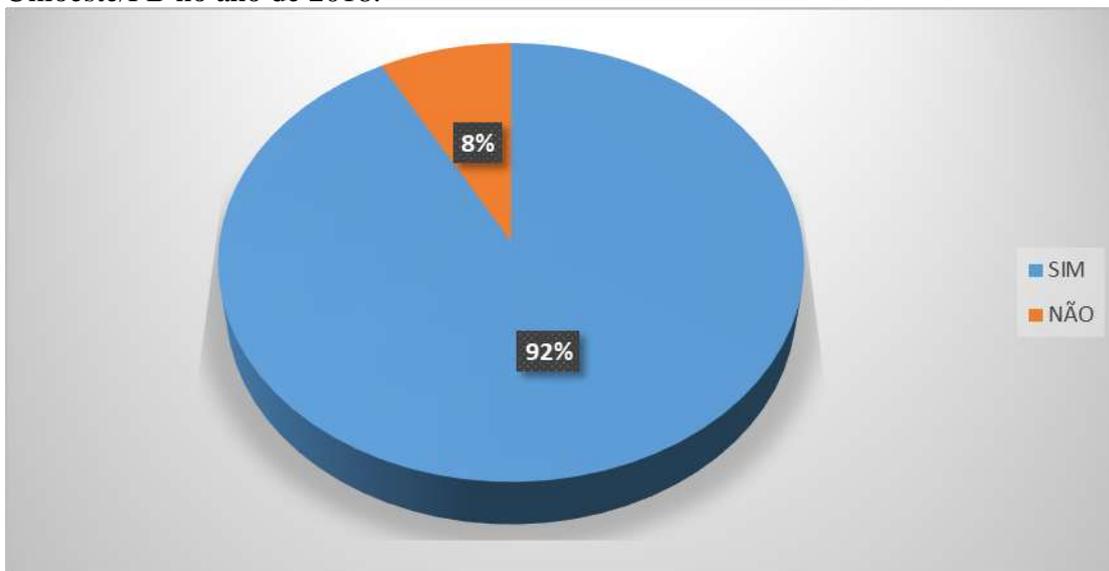
**Gráfico 11:** Faixa etária das mulheres que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2018.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 12:** Porcentagem das mulheres que tiveram filhos com os companheiros ou ex-companheiros, agentes da violência, que buscaram atendimento jurídico no NUMAPE Unioeste/FB no ano de 2018.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Analisando os gráficos apresentados acima, constatamos que as mulheres jovens com idade entre 31 e 40 anos foram as que mais procuraram o atendimento jurídico do NUMAPE Unioeste/FB desde que iniciou suas atividades em 2018. Tal dado se assemelha com o quadro disponível abaixo, que apresenta a faixa etária das mulheres que realizaram o B.O no Município de Francisco Beltrão, fazendo um comparativo entre os anos de 2013 e 2017, no qual aponta que as mulheres que realizaram mais denúncias foram as que estão na faixa etária dos 18 aos 24 anos e em segundo lugar as mulheres de 35 a 45 anos de idade.

Outras duas faixas chamam atenção no quadro abaixo, as adolescentes com idade de 12 a 17 anos e as mulheres de 46 a 60 anos. Tais dados demonstram como a violência se inicia cedo na vida dessas mulheres.

**Quadro 1:** Comparativo de indicadores criminais – quantitativo de vítimas por faixa etária – violência doméstica com vítimas gênero feminino – município de Francisco Beltrão – CAPE/SESP.

Faixa etária	ANO 2013	ANO 2014	ANO 2015	ANO 2016	ANO 2017
<b>01 - Entre 01 e 11</b>	0	6	2	7	20
<b>02 - Entre 12 e 17</b>	3	20	38	30	55
<b>03 - Entre 18 e 24</b>	1	99	153	127	196
<b>04 - Entre 25 e 29</b>	0	58	97	106	125
<b>05 - Entre 30 e 34</b>	0	50	97	101	116
<b>06 - Entre 35 e 45</b>	2	69	141	178	184
<b>07 - Entre 46 e 60</b>	0	51	110	127	150
<b>08 - Maior que 60</b>	0	24	31	48	51
<b>TOTAL VÍTIMAS</b>	<b>06</b>	<b>377</b>	<b>669</b>	<b>724</b>	<b>897</b>

BOU – Boletim de Ocorrências Unificado – 06/09/2018 09:41min.  
TR:ASC

**Fonte:** Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico - CAPE

Os dados apresentados acima demonstram, em sua totalidade, que a violência se instala na vida das mulheres, na maioria dos casos, quando ainda são bem jovens. Se considerarmos todos os atendimentos realizados pelo NUMAPE Unioeste/FB, constatamos que mulheres pertencentes a praticamente todas as faixas etárias procuraram, em algum momento, os serviços prestados pelo projeto. Em alguns casos, a mulher realizava a denúncia e, em alguns dias, retornava ao projeto para que a filha também pudesse denunciar a violência doméstica.

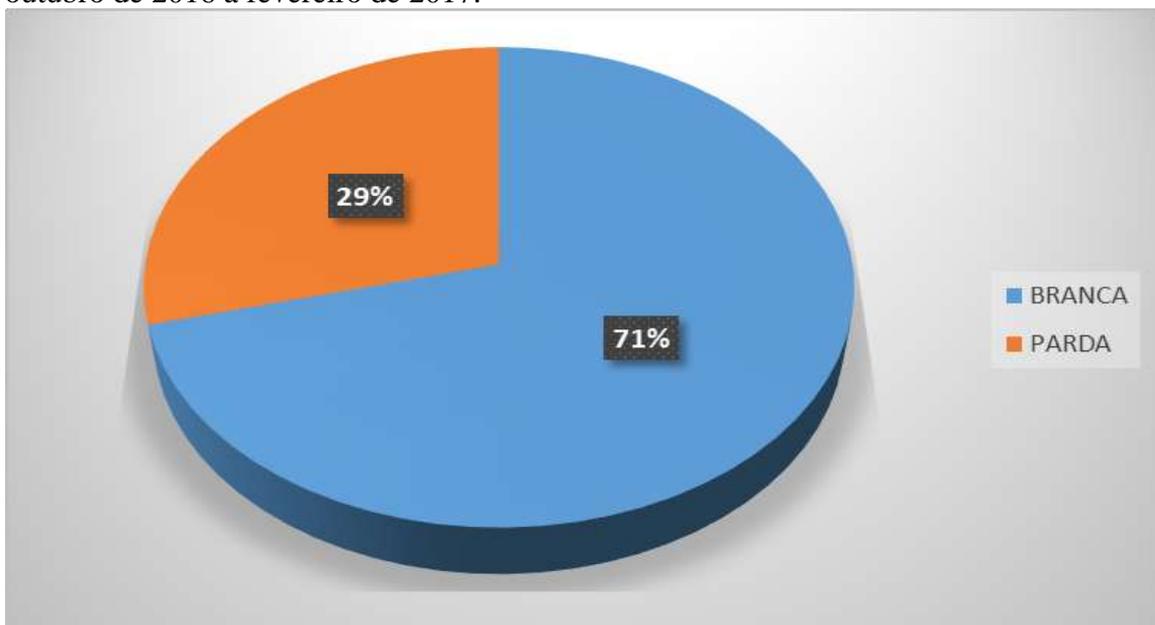
Tal dado também nos leva a observar que a maioria das mulheres possuem filhos e que a existência de filhos é um dos motivos para que elas permaneçam no relacionamento. Trataremos em específico sobre esta questão mais adiante.

A seguir, apresentaremos os dados que foram coletados pela equipe do NUMAPE Unioeste/FB sobre o perfil das mulheres que registraram o B.O na Delegacia da Mulher no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.

Em relação à autodeclaração da etnia, como visualizamos no gráfico 13, 71% das denúncias foram realizadas por mulheres que se autodeclararam brancas e 29% por mulheres pardas. Em relação ao nível de escolaridade, o gráfico 14 aponta que 37% possuíam o ensino fundamental completo, 27% fundamental incompleto, 18% o ensino médio completo e 18% se declararam alfabetizadas. Já o gráfico 15 demonstra que, quando indagadas sobre a existência de filhos, 72% das mulheres declararam ter filhos

oriundos do relacionamento que tiveram com os companheiros ou ex-companheiros produtores da violência. Sobre a dependência financeira em relação ao agressor, 69% não dependem da renda do agressor, 23% dependem totalmente do autor da violência para se manterem financeiramente e 8% dependem parcialmente, como é possível visualizar no gráfico 16.

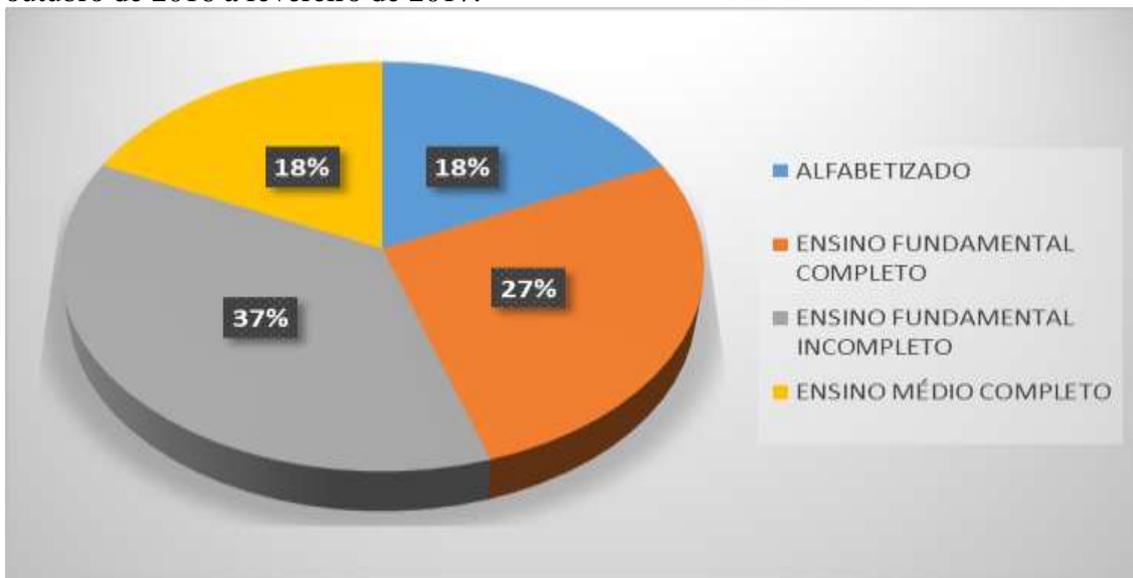
**Gráfico 13:** Dados referentes a etnia das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

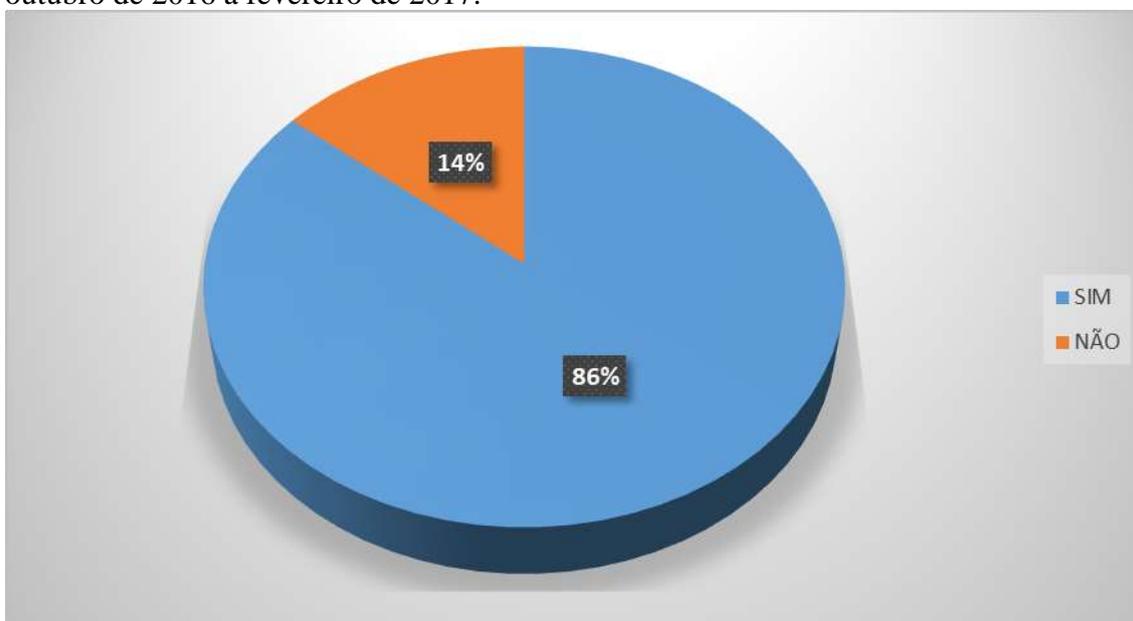
**Gráfico 14:** Dados referentes a escolaridade das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

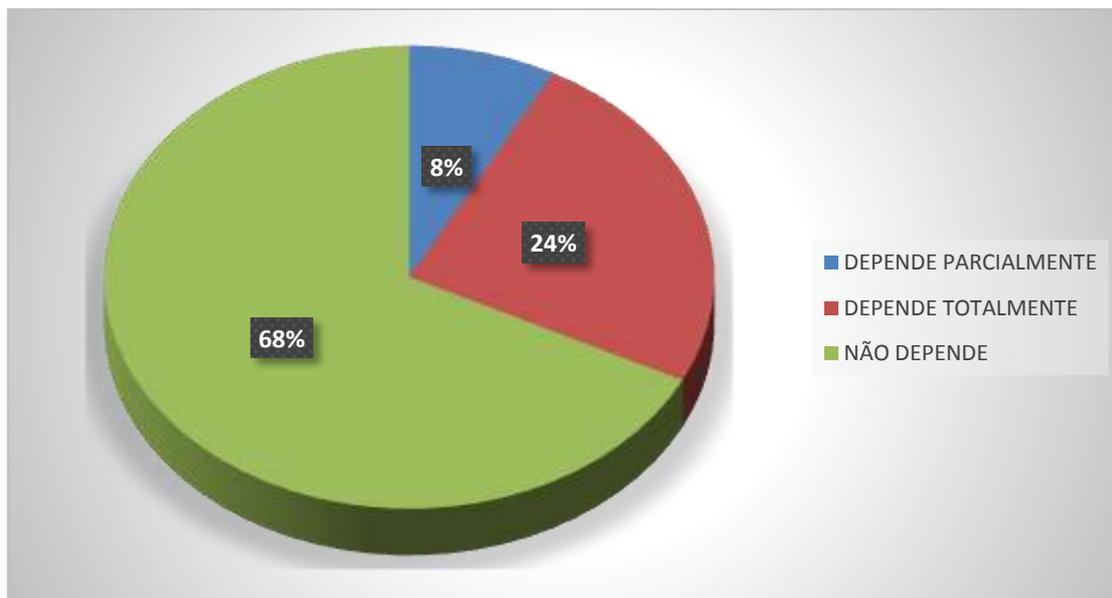
**Gráfico 15:** Dados referentes aos filhos das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 16:** Dados referentes a dependência financeira das mulheres que registraram Boletim de Ocorrência na delegacia da mulher da cidade de Francisco Beltrão no período de outubro de 2016 a fevereiro de 2017.



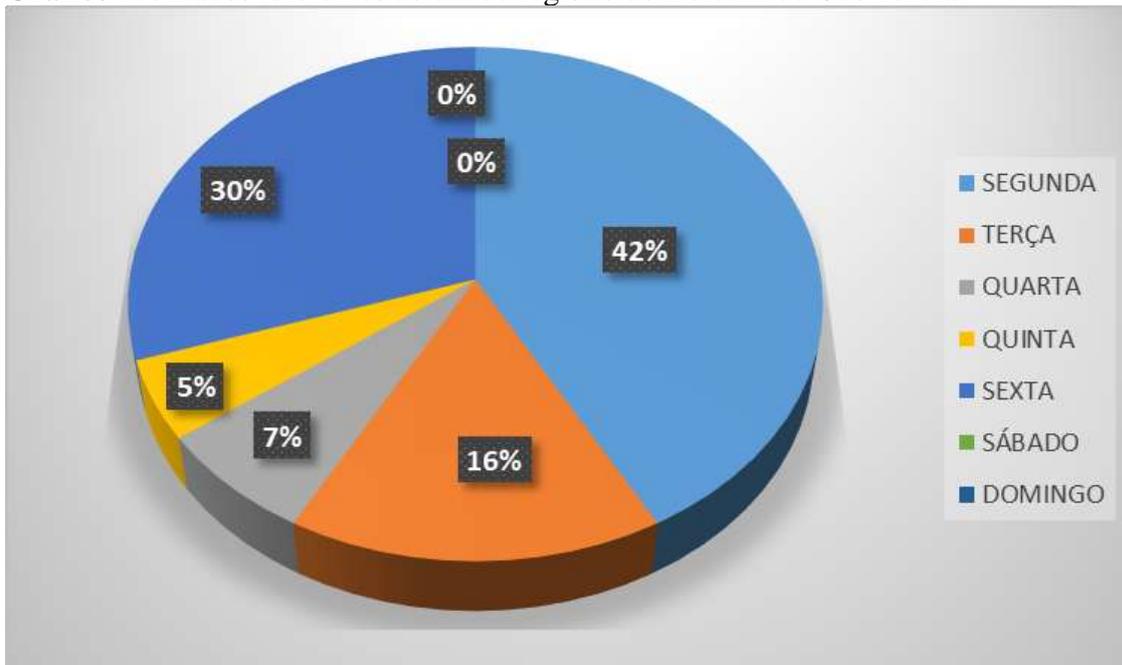
**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Com base nas informações apresentadas nos gráficos 13, 14, 15 e 16, o perfil que podemos traçar destas mulheres é que, em sua maioria, são mulheres brancas, com baixo nível de escolaridade, que possuem filhos e não dependem financeiramente do agressor.

Obtivemos, também, informações relativas ao dia de registro dos Boletins de Ocorrência e o tipo de relação que a mulher mantinha com o agressor. Tais informações podem ser visualizadas no gráfico 17 e 18, consecutivamente.

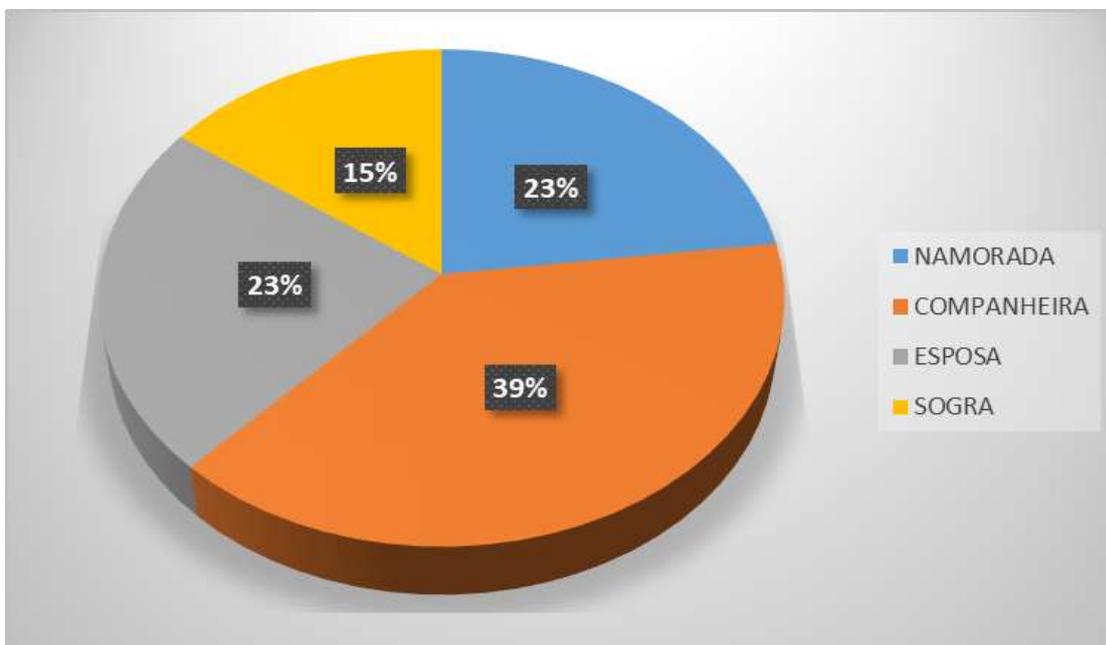
**Gráfico 17:** Dados referentes ao dia de registro do Boletim de Ocorrência



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 18:** Relação das mulheres com o produtor da violência.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

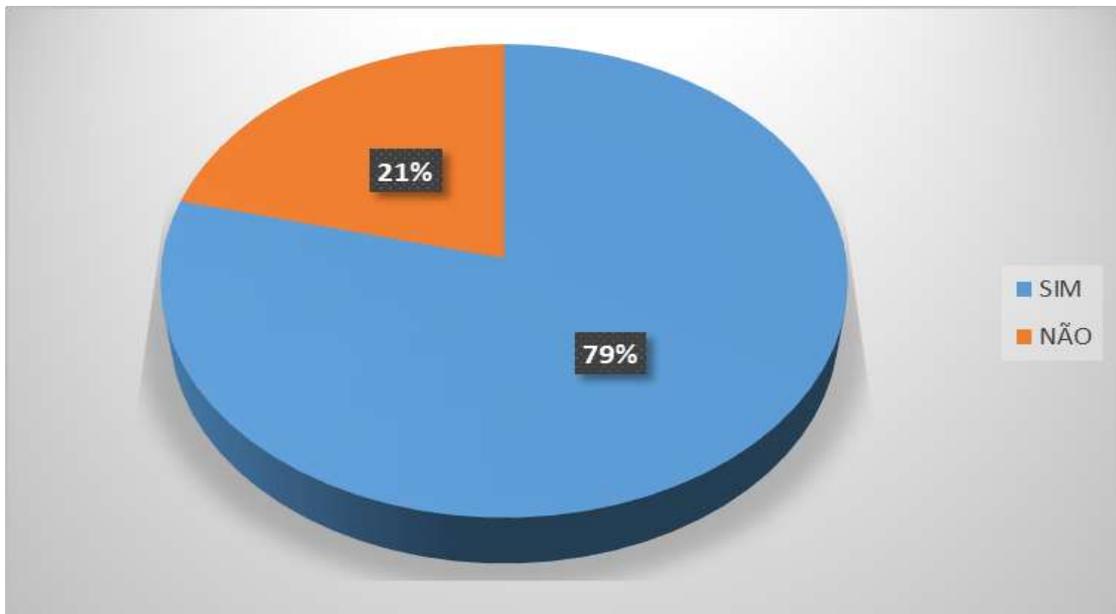
**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

Visualizamos, portanto, que o dia em que as mulheres mais procuraram a Delegacia da Mulher foi a segunda-feira, o que representou 42% das denúncias. A partir das informações inferimos que a violência ocorre com mais ênfase no final de semana,

visto que são nesses dias que a família passa mais tempo reunida. Importante considerar, também, que é no final de semana que a ingestão de substâncias químicas, como o uso drogas lícitas e ilícitas são mais consumidas. Em 39% dos casos, a relação da mulher com o agressor é a de companheira. Namorada e esposa representam igualmente 23% das ocorrências, totalizando 46%. Neste período, as agressões impetradas pela sogra correspondem a 13% dos Boletins de Ocorrência.

Os gráficos 19 e 20 apresentam informações sobre a reincidência da agressão e a natureza das formas de violência que acometeram as mulheres que procuraram a delegacia para registrar o B.O.

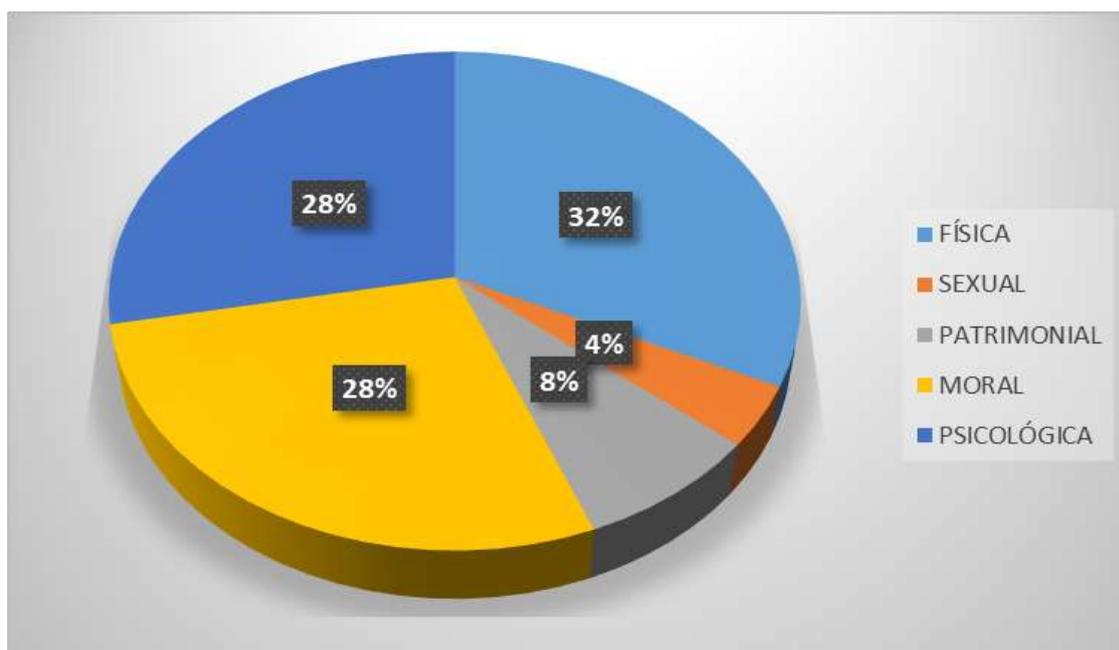
**Gráfico 19:** Dados referentes a reincidência da agressão.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

**Gráfico 20:** Dados referentes as formas de violência.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao arquivo do NUMAPE Unioeste/FB.

**Organização:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2018.

A partir da leitura do material gráfico, percebemos que em 75% dos casos as mulheres foram agredidas mais de uma vez antes de procurar a Delegacia da Mulher para realizarem denúncia. Constatamos que a violência física representa 32% das situações, seguida da violência psicológica e moral que representa 23% das ocorrências. Na sequência, a violência financeira (patrimonial) com 8%, e em 5º lugar a violência sexual, que corresponde a 4% dos casos.

Segundo dados coletados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico – CAPE<sup>18</sup>, e disponibilizados para o NUMAPE Unioeste/FB, no ano de 2017, todos os Municípios da região Sudoeste do Paraná registraram Boletins de Ocorrência por violência doméstica contra a mulher, sendo que Francisco Beltrão ocupa o segundo lugar da lista, ficando atrás apenas da Cidade de Pato Branco.

<sup>18</sup> A Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico - CAPE tem como propósito identificar os principais problemas existentes na área de capacitação de dados de ocorrências criminais e, desenvolver e aplicar metodologias para o georeferenciamento desses dados. Temos como missão produzir conhecimento em segurança pública, por meio de análises, estudos e pesquisas multidisciplinares e multissetoriais, objetivando assessorar a tomada de decisões estratégicas e o processo de gestão por metas e resultados, contribuindo ainda em sua área para o fomento da doutrina e a disseminação de cultura. Fonte: <http://www.cape.seguranca.pr.gov.br/>. Acessado em 10/05/2018.

Como mencionado anteriormente, o NUMAPE Unioeste/FB atende variados grupos de mulheres, participantes de diversas instituições e de heterogêneas faixas etárias. No ano de 2017, o projeto atendeu mais de 6.000 (seis mil) pessoas com as atividades das suas áreas de atuação, superando esse número com os atendimentos realizados em 2018, que totalizaram 6.136 (seis mil cento e trinta e seis) atendimentos. Consideramos importante reiterar que no ano de 2017 o NUMAPE Unioeste /FB recebeu diversas solicitações para realização de atividades nos municípios da região, demonstrando a importância de discutir a temática, com o objetivo de auxiliar as vítimas de violência a saírem das situações de risco em que vivem. Portanto, baseado no relatório recebido pela CAPE e também nas solicitações recebidas para realização das atividades, o NUMAPE Unioeste/FB decide os municípios a serem atendidos no ano.

Durante a realização das atividades nos variados municípios, identificamos a carência de informações, tanto das mulheres que necessitam de atendimento, quanto dos profissionais (saúde, assistência social, segurança dentre outros) que atendem esse público. As principais dúvidas são em relação aos direitos das mulheres, a aplicabilidade da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha<sup>19</sup>, sobre os tipos de violência caracterizados como violência doméstica contra a mulher, quem pode ser a vítima, quem pode ser o agressor, como requerer as medidas protetivas de urgência, entre outras. Dessa experiência constatamos que a falta de informações prejudica a vítima, pois retarda o processo de atendimento, já que a mulher precisa se dirigir a vários órgãos públicos na tentativa de resolver a situação-problema.

Por que então escolher o NUMAPE Unioeste/FB como locus desta investigação? A escolha foi feita, levando em consideração a experiência nas atividades do NUMAPE Unioeste/FB. A atuação no projeto desde o ano de 2013, inicialmente como bolsista de graduação e posteriormente como bolsista recém-formada da área de educação.

Durante todo esse período, muitas foram as perguntas sem respostas e, em várias ocasiões, durante a execução das atividades, escutamos frases como: “mulher que apanha, gosta de apanhar”, “elas são sem vergonha”, “mulher merece apanhar mesmo”, “precisamos ver o lado do homem também, o que ela fez para que ele batesse nela”, “alguma coisa ela fez para apanhar”, dentre tantas outras que apresentam indicações

---

<sup>19</sup> Criada dia 07 de agosto de 2006, com o objetivo de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

sobre a forma como a sociedade analisa a violência doméstica. É significativo demarcar que tais percepções foram proferidas por homens e mulheres. Tais frases precisam ser problematizadas pela sociedade, para que não sejam naturalizadas e legitimadas como vem ocorrendo na atualidade. Os sujeitos que possuem esse entendimento sobre as mulheres que vivenciam situações de violência cotidianamente, vão educar seus filhos para que pensem e ajam da mesma forma, dando continuidade ao ciclo da violência doméstica. Esta dissertação se apresenta como uma das formas que possuímos de problematizar o assunto.

Tais discursos e as interrogações constantes culminaram na decisão de fazer do NUMAPE Unioeste/FB lócus da investigação, a partir do relato das histórias de vida de oito mulheres que receberam atendimento, seja ele, psicológico, jurídico ou educativo, e de compreender quem são esses sujeitos.

## 1.2 Os sujeitos da pesquisa

Apresentamos as mulheres que, por meio de seus depoimentos, serão sujeitos da pesquisa. Ao realizar o convite para que a mulher participasse da pesquisa, a primeira pergunta era se o nome delas apareceria na pesquisa ou se seria divulgado de alguma maneira. Prontamente respondemos que não, que sua identidade seria preservada e que, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido - TCLE, comprometer-nos-íamos a não divulgar o nome das participantes, assim, o nome que utilizamos para nos referirmos a elas na investigação foi selecionado por nós. Decidimos, portanto, homenageá-las utilizando o nome de mulheres que atuaram como protagonistas, por suas lutas e desejo de equidade entre homens e mulheres. Na sequência, apresentaremos as oito participantes da pesquisa:

**ANITA<sup>20</sup>:** é uma mulher de 56 anos, trabalhou durante boa parte da sua vida como empregada doméstica e sua última ocupação foi trabalhando em um colégio estadual nos serviços gerais. Atualmente está aposentada. É casada e tem dois filhos adultos.

---

<sup>20</sup> Anita Garibaldi casou-se aos 15 anos por insistência de sua mãe. Em 1837, com a Revolução Farroupilha, conheceu Giuseppe Garibaldi, um dos principais líderes do movimento, e acabou se apaixonando pelos ideais democráticos e pelo próprio revolucionário. Abandonou o casamento infeliz para acompanhar Garibaldi nos combates, aprendendo a usar espadas e armas de fogo. Participou da Batalha de Curitibanos, na qual foi capturada e fugiu; depois em Montevidéu, apoiou a revolta contra o ditador Fructuoso Rivera; na Itália, lutou pela independência.

Nasceu em Santa Catarina, mas se mudou para o Paraná, para a cidade de Francisco Beltrão, com três anos. Anita (2017) sofre violência doméstica desde a sua infância, quando foi violentada sexualmente pelo seu pai. Do seu primeiro relacionamento, ainda jovem, teve dois filhos e sofreu várias formas de violência desde os primeiros dias de convivência com seu ex-marido. Quando conseguiu desvencilhar-se das situações de violência vividas no seu relacionamento, Anita (2017) ficou sozinha cuidando dos filhos e trabalhando para manter a si e a família, já que não recebia auxílio do seu ex-marido. Depois de algum tempo, Anita (2017) encontrou um novo companheiro, com quem vive até hoje. Afirma que o que mais gosta de fazer na vida é ajudar o próximo e diz projetar para o futuro uma velhice com muita saúde e paz. Disse que tem expectativa de ter muito amor para dar às pessoas próximas.

**MERCEDES<sup>21</sup>:** tem 46 anos, trabalha como secretária, é viúva e tem duas filhas, sendo uma delas adolescente e a outra jovem. Nasceu no interior de Francisco Beltrão, e com cinco anos mudou-se com a sua família para a cidade. Mercedes (2017) conheceu seu ex-companheiro muito jovem e com dezenove anos casou-se. Como ela mesma diz, ele “foi o meu primeiro e único homem até a gente se separar”. Mercedes (2017) começou a sofrer violência depois do nascimento da segunda filha. A partir do momento que Mercedes (2017) denunciou as agressões e decidiu sair da situação de violência na qual se encontrava, seu ex-companheiro ampliou a violência reivindicando os “direitos matrimoniais” com Mercedes, sendo que ele já não morava mais na mesma casa. O ex-marido não auxiliava nos gastos para manutenção das filhas. O falecimento do ex-marido pôs fim às situações de violência doméstica. Conhecemos a história de Mercedes (2017) em uma das atividades educativas proporcionadas pelo NUMAPE Unioeste/FB, no bairro em que reside. De acordo com sua narrativa, a maior alegria da vida de Mercedes (2017) foi o nascimento das filhas, que para ela são “meus tesouros”. O que mais gosta de fazer é curtir sua família, trabalhar, passear, enfim, viver a liberdade que anteriormente não tinha. Relata que projeta para seu futuro viver uma vida com alegria, podendo acompanhar a vida das filhas e não descarta a possibilidade de

---

<sup>21</sup> Mercedes Batista nasceu em 1921. Trabalhou em diversos lugares antes de se dedicar à dança, seu sonho. Em 1940 ingressou na Escola de Danças do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, e em 1947 foi selecionada como bailarina profissional. Teve de lidar com o preconceito e a discriminação. Nesse mesmo período conheceu o Teatro Experimental do Negro. Ao voltar para o Brasil, fundou o Ballet Folclórico Mercedes Baptista. Mercedes Baptista é tida como a principal responsável pela identidade negra na dança brasileira.

encontrar uma pessoa “companheira e dedicada a mim e às minhas filhas”, como menciona.

**KARLA<sup>22</sup>**: tem 30 anos, é professora, casada, não tem filhos, mora na Cidade de Francisco Beltrão. Karla (2017) sofreu violência doméstica desde a sua infância. Quando pequena, foi violentada sexualmente pelo irmão mais velho. Depois de sofrer violência do irmão, ainda morando na residência dos pais, Karla (2017) foi violentada sexualmente por um tio e pouco tempo depois por um amigo da família. Hoje Karla (2017) é casada e segundo ela “eu não amo meu marido” “eu tenho certeza disso, que eu nunca gostei, eu vi nele uma saída pra minha fome e pra minha falta de ajuda financeira”. Karla (2017) sofre de alguns transtornos em decorrência das violências cometidas contra ela, não deseja ter filhos e continua sendo violentada psicologicamente e moralmente pela sua família, que não aceita seu posicionamento em relação a algumas decisões sobre a sua própria vida. Afirma que nunca teve uma relação de amor com ninguém da sua família. Karla (2017) relatou que o que mais gosta de fazer na vida é comer. Segundo ela “comer para mim, além de ser muito prazeroso é uma fuga, a comida pra mim está presente nos momentos felizes e tristes”. A maior alegria para ela é poder ajudar os animais abandonados na rua, alimentá-los e medicá-los. É poder “olhar dentro dos olhinhos deles e ver aquele olhar de gratidão, de que eu fiz alguma coisa para melhorar a vida deles [...]o que me deixa mais feliz é poder ajudar os animais”. Karla (2017) almeja para o futuro saúde para que possa trabalhar, para viver uma vida digna e continuar ajudando os animais de rua. Quer, também, ter mais tempo par continuar frequentando a igreja, desempenhando um papel dentro da instituição que possa ajudar mais pessoas.

**DANDARA<sup>23</sup>**: tem 42 anos, é professora, atualmente namora, tem uma filha e mora na cidade de Ampére - PR. Dandara (2017) viveu com seu agressor três anos e sofreu várias formas de violência. Depois que conseguiu sair do relacionamento abusivo em que vivia, ainda passou por momentos de represália por parte de seu ex-companheiro, que depois do término do relacionamento, continuava perseguindo e controlando-a.

---

<sup>22</sup> Karla foi a única depoente que solicitou que utilizássemos esse nome para nos referirmos a ela no texto escrito.

<sup>23</sup> Dandara dos Palmares foi guerreira da resistência negra do século XVII. Sua origem é desconhecida e acredita-se que tenha chegado ao Quilombo dos Palmares ainda menina. Dandara foi uma liderança importante, tendo participado de ataques e defesa de Palmares. Esposa de Zumbi, cuja morte inspirou a homenagem do dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

Dandara (2017) só conseguiu sair das situações de violência, porque fugiu para outra cidade em busca de ajuda para que pudesse continuar sua vida. Dandara (2017) também apresentou dificuldades em denunciar seu ex-companheiro, pois ele tinha renome na cidade em que o casal residia e as suas queixas com relação às agressões não surtiram efeitos (preventivo ou punitivo) para o agressor. Hoje, Dandara (2017) vive um relacionamento com outra pessoa, mas relata que ainda sente medo de seu ex-companheiro. Dandara (2017) chegou até o NUMAPE Unioeste/FB através de uma atividade de formação para professores da escola em que leciona. Durante a explanação, ela solicitou espaço para relatar suas vivências, que são conhecidas pelos colegas de trabalho e por parte da sociedade do município em que reside até hoje.

**ENEDINA<sup>24</sup>:** tem 36 anos, é casada, professora, não tem filhos e reside na cidade de Francisco Beltrão - PR. Começou seu relacionamento com seu ex-companheiro com dezessete anos e permaneceu com ele até os 20 anos. Durante o relacionamento, sofreu diversas formas de violência e conseguiu sair da situação em que se encontrava com o apoio da família. Enedina (2018) não conseguia proteção, pois seu ex-companheiro, como ela mesmo menciona, tinha um “sobrenome que agregava”. Depois que conseguiu sair da casa do agressor, ainda ficou praticamente dois anos recebendo ligações, mensagens e visitas indesejadas do ex-companheiro, que a ameaçava e pressionava constantemente para reatar o relacionamento. Depois de algum tempo, o ex-companheiro foi preso pela prática de outro crime e assim ela conseguiu escrever um novo capítulo da sua história. Pouco tempo depois, conheceu seu atual companheiro com quem mantém relacionamento há treze anos. Enedina (2018) também conheceu o NUMAPE Unioeste/FB em uma das oportunidades que tivemos de realizar as atividades com os alunos da escola em que ela trabalha como professora atualmente. O que Enedina (2018) mais gosta de fazer na vida é viajar e “tomar um bom banho, passar um creme bem cheiroso, colocar o meu roupãozinho branco bem cheirozinho, deitar na cama, queimar um incenso e escutar uma música clássica bem tranquila que me relaxa”. “Outra coisa que amo fazer, é pegar um livro bom, bem bom, e tomar uma taça de vinho

---

<sup>24</sup> Enedina Alves Marques nasceu no dia 13 de janeiro de 1913, em Curitiba no Paraná. Filha de Paulo Marques e Virgília Alves Marques, formou-se engenheira no ano de 1945, sendo a primeira mulher negra no Brasil a se formar em Engenharia e primeira mulher a ter essa graduação no estado do Paraná. Filha de doméstica, foi criada na casa da família do delegado e major, Domingos Nascimento Sobrinho, para quem sua mãe (carinhosamente chamada dona Duca) trabalhava. Sempre foi tratada como parte da família. Enedina tinha a mesma idade da filha de Domingos e para que pudesse fazer companhia uma a outra ele a matriculou nos mesmos colégios e assim, foi alfabetizada na Escola Particular da Professora Luiza Dorfmond, entre 1925 e 1926.

e ler. Adoro ficar comigo, assim, sabe”. Suas maiores conquistas da vida foram quando engravidou, pela primeira vez<sup>25</sup>, e quando se formou na faculdade como ela mesma relatou “quando eu descii a rampa da Unioeste foi pra mim significativo de mais, eu nunca vou esquecer aquela sensação sabe, foi uma sensação ímpar, maravilhosa!” Enedina (2018) pretende “viajar muito na vida, concluir o mestrado, talvez tentar um doutorado, e se Deus abençoar nós termos um filho né”. Outro sonho de Enedina (2018) é morar na praia, “sentir a onda do mar batendo nos pés [...] seria maravilhoso terminar a vida na praia”.

**LYGIA<sup>26</sup>:** tem 21 anos, quatro filhos, ainda vive com o agressor e reside na cidade de Francisco Beltrão – PR. Lygia (2018) tem quatro irmãos, sendo dois mais novos e dois mais velhos. A história de vida de Lygia (2018) impressiona. Quando criança, foi vendida pela mãe para um casal estrangeiro, que a levaria para a Europa. Sua avó e o pai conseguiram impedir com a ajuda da polícia e Conselho Tutelar. Aos cinco anos de idade, foi violentada sexualmente pelo seu avô. Aos doze anos, depois de ser abandonada tanto pela mãe quanto pelo pai, casou-se com seu atual marido e agressor. Naquele momento procurava um lugar seguro para morar. Poucos dias depois de se mudar para a casa do marido sofreu violência física e psicológica. Com 14 anos Lygia (2018) engravidou do primeiro filho. Lygia (2018) teve quatro filhos, sendo que foi violentada fisicamente durante todas as gestações. Passou necessidade em praticamente todos os âmbitos de sua vida, não consegue se libertar do seu atual contexto, pois não tem apoio da família e segundo relato da própria Lygia (2018): “Eu vou sair daqui eu vou pra onde?”. Portanto, Lígia segue vivendo em situação de violência doméstica há oito anos e tem dificuldade de visualizar uma saída para o atual cenário. Apesar de tudo o que já viveu, considera-se “uma mulher forte sabe” e deseja sair da situação em que se encontra. Conhecemos Lygia (2018) em uma atividade que realizamos com as famílias que são beneficiadas pelo Programa de Atendimento Integral às Famílias – PAIF, que recebem o auxílio do Programa Bolsa Família. Na ocasião, quando começamos a falar sobre o projeto e sobre as formas de violência que existem contra a mulher, visualizamos as lágrimas de Lygia (2018) escorrerem pelo rosto. O que nos fez imaginar

---

<sup>25</sup> Enedina (2018) engravidou e sofre um aborto durante a gestação de seu primeiro filho.

<sup>26</sup> Lygia Fagundes Telles nasceu em 1923, é escritora, vencedora do Prêmio Camões, além de membro da Academia Paulista de Letras, da Academia Brasileira de Letras e da Academia das Ciências de Lisboa. Entre outras Obras estão “Ciranda de Pedra”, e “As Meninas” este último ganhador de um prêmio. No dia 3 de fevereiro de 2006, o nome de Lygia Fagundes Telles foi escolhido com unanimidade pela União Brasileira de Escritores e encaminhado como indicação ao Prêmio Nobel de Literatura

sua situação. Quando concluímos a atividade, Lygia (2018) veio em nossa direção e contou de forma bem resumida o que estava acontecendo. Na sequência, agendamos o atendimento pela equipe do NUMAPE Unioeste/FB.

**CLARICE<sup>27</sup>**: tem 21 anos, dois filhos, mora na cidade de Francisco Beltrão – PR e está em fase de separação do agressor. Clarice (2018) iniciou o relacionamento com o atual companheiro aos 13 anos de idade, namorou durante pouco tempo, saiu da casa da sua mãe para dividir as despesas com o companheiro e, em decorrência disso, não conseguiu concluir os estudos. Com quinze anos de idade engravidou do seu primeiro filho, que atualmente tem sete anos de idade. Seu companheiro não queria ter filhos e obrigou Clarice (2018) a tomar medicamentos para induzir aborto. Pouco tempo depois de engravidar Clarice (2018) começou a sofrer agressões físicas, o marido continuou agredindo-a na segunda gestação. Nestes oito anos de relacionamento tiveram diversas idas e vindas, uniões e separações, brigas e acertos, porém, no momento, Clarice (2018) está em fase de separação e afirma “eu vou conseguir sair dessa que eu não vou precisar me submeter a um relacionamento abusivo”. Atualmente mora com seus dois filhos e luta para conseguir criá-los sozinha. Porém, ainda tem um forte sentimento pelo marido como é possível perceber em uma de suas frases: “sou uma prisioneira até hoje e eu não sei como me libertar disso”. Clarice (2018) procurou o NUMAPE Unioeste/FB para atendimento psicológico no momento em que estava desempregada. Quando conseguiu o emprego, não continuou com os atendimentos, pois não conseguiu conciliar os horários. A maior alegria da vida de Clarice (2018) é ter uma rotina e uma “vida normal”, ser mãe e dona de casa, ter meu trabalho, ser independente. Quando perguntamos o que ela planejava para o futuro, ela respondeu “Ah eu planejo muita coisa para meu futuro, mais o principal é poder dar estudos para meus filhos e ser exemplo para eles, exemplo de mãe e mulher, ser orgulho para eles! Afinal, se vim a esse mundo para ser mãe quero cumprir esse papel com muito amor e dedicação”.

**BERTHA<sup>28</sup>**: tem 34 anos, não tem filhos e mora na cidade de Francisco Beltrão - PR. Com treze anos se assumiu transexual e, a partir desse momento, começou a sofrer

---

<sup>27</sup> Clarice Lispector nasceu na Ucrânia e se naturalizou brasileira. Clarice declarava antes de tudo ser pernambucana. Entre suas obras mais conhecidas, estão “A hora da Estrela”, “A Paixão Segundo G.H” e “Laços de Família”. Clarice é, inclusive, muito celebrada fora do Brasil e reconhecida pela sua escrita singular.

<sup>28</sup> Bertha Maria Julia Lutz nasceu em 1894, foi uma ativista pelo feminismo, bióloga e política brasileira. Foi especializada em anfíbios, pesquisadora do Museu Nacional e uma das figuras mais significativas do

violência e discriminação da família, dos amigos, na escola e em todos os âmbitos da sociedade. Bertha (2018) abandonou a escola ainda no ensino médio e foi agenciada por cafetões. Começou a trabalhar na prostituição. Aos dezessete anos, foi para a Europa, com proposta de ganhar muito dinheiro, voltar para o Brasil e mudar de vida. Bertha (2018) saiu do Brasil com uma dívida de trinta mil reais, que era o preço cobrado pelos cafetões para levar as meninas para se prostituírem na Europa. Bertha (2018) sofreu violência quando estava na Europa, tanto dos clientes como dos agenciadores, que a exploravam em todos os sentidos. Após algum tempo na Europa, Bertha (2018) voltou ao Brasil e diz que “com muita luta e resistência tenta escrever sua história todos os dias”. Hoje, Bertha (2018) mora com a mãe e ainda trabalha na prostituição. Da sua profissão advém a principal fonte de renda familiar. Conhecemos Bertha (2018) em uma das atividades educativas que realizamos dentro da Universidade. Bertha (2018) se interessou pelo projeto e quis conhecer mais. Durante a conversa, contamos a ela a temática da dissertação e ela disse que desejava participar da pesquisa, ponderando que quase nunca teve espaço para falar das violências que havia sofrido durante sua vida.

A escolha de cada uma das depoentes se deu em momentos distintos. Como mencionado acima, algumas conhecemos durante atividades educativas proporcionadas pelo NUMAPE Unioeste/FB, nos diversos grupos de trabalho, outras procuraram o núcleo para atendimento após participarem de ações educativas, ou de encontrar o material de divulgação nos locais como postos de saúde, escolas, assistência social, dentre outros.

As histórias de vida destas oito<sup>29</sup> mulheres são tão fortes que acabaram marcando nossa memória considerando o alto grau de violência relatado por elas durante os atendimentos. Todas chamaram nossa atenção de uma maneira especial, entendemos assim que tais histórias poderiam auxiliar a escrita do trabalho, bem como

---

feminismo e da educação no Brasil do século XX. Filha de Adolfo Lutz, cientista e pioneiro da Medicina Tropical, e de Amy Bruce Lee, enfermeira inglesa, Bertha era bióloga de profissão. Licenciou-se em 1918 em Sciences (ciências naturais) em Paris, na Sorbonne, com especialização em antifíbios anuros. No ano seguinte, passou em um concurso e se tornou docente e pesquisadora do Museu Nacional, tornando-se a segunda brasileira a fazer parte do serviço público no Brasil. Depois de tomar contato com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, Bertha criou as bases do feminismo no Brasil. Uma das principais bandeiras à época era o sufrágio feminino.

<sup>29</sup> Na decisão do número de mulheres que seriam entrevistadas duas questões foram consideradas: primeiro, a decisão metodológica, visto que trabalhar com histórias de vida geralmente envolve número pequeno de sujeitos para possibilitar análise visto que há produção de quantidade e densidade do matéria; Segundo, como já tínhamos tido acesso as histórias de vida das depoentes contada de forma breve no momento dos atendimentos, acreditávamos que o número de oito mulheres, seria suficiente para que pudéssemos organizar a escrita da dissertação considerando o cronograma de trabalho que havíamos estabelecido.

oportunizar um espaço de fala para tais depoentes, que, por vezes, manifestaram o desejo de contar suas histórias, com a intensão de ajudar outras mulheres que se encontram nas mesmas situações que um dia elas se encontraram ou que ainda vivem.

### **1.3 A Coleta de dados**

No que tange à coleta dos dados para realização da pesquisa, primeiramente, decidimos em conjunto que seriam convidadas mulheres atendidas pelas diversas áreas<sup>30</sup> do NUMAPE Unioeste/FB.

Consideramos importante reiterar que, até o início das atividades do ano de 2018, o NUMAPE Unioeste/FB não contava com um profissional da área da psicologia para prestar o atendimento às mulheres. Tal fato, fez com que muitas mulheres, ao procurar o NUMAPE Unioeste/FB, narrassem suas histórias de vida e de violência para a pedagoga e a advogada do núcleo (pareciam querer contar suas histórias), surgindo, assim, o interesse pelo tema da investigação.

Depois de decidir quem seriam as convidadas que participariam da pesquisa, realizamos o contato, primeiramente via telefone, ou quando a mulher se dirigia ao núcleo em busca de atendimento. Horários foram marcados com elas para explicar o que era a pesquisa, quais os objetivos, o porquê do desejo de conhecer suas histórias. Depois de algumas tentativas frustradas, as mulheres entenderam o objetivo da pesquisadora e o comprometimento tanto com elas quanto com o desenvolvimento da investigação e, então, as respostas positivas começaram a aparecer.

A partir do momento em que a mulher aceitava fazer parte da pesquisa, um segundo encontro era agendado, com base na disponibilidade de horários da depoente para proceder à gravação e posteriormente transcrição.

Sobre este desafio, Delgado (2006, p.23) salienta que;

O bom entrevistador deve ser hábil tanto no primeiro momento de contato com seus entrevistados como no decorrer das entrevistas e depoimentos, buscando respeitar ao máximo as idiossincrasias e características da personalidade de cada depoente, além de considerar suas limitações estruturais, por exemplo: dificuldades em abordar determinados temas, idade, origem social. Além disso, deve respeitar também as limitações conjunturais, como enfermidades,

---

<sup>30</sup> Direito, Educação, psicologia.

indisposições, dificuldades de mobilidade, compromissos profissionais, entre outras.

O momento da entrevista é o cerne do trabalho com o uso da história oral na modalidade de história de vida, visto que as análises das categorias selecionadas derivam do momento da entrevista, portanto, se não for realizada com o máximo de atenção do entrevistador para com o depoente, pode ser que o resultado não seja satisfatório para o pesquisador, e, mais prejudicial ainda, para o depoente, que pode entender a desatenção do entrevistador como falta de respeito e interesse por sua história de vida.

A entrevista é um momento de troca, de relação entre o entrevistador e o depoente, como bem explica Alberti (2005, p. 101) quando diz que

Uma relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado. Esse interesse é acrescido de um conhecimento prévio a respeito do assunto: da parte do entrevistado, um conhecimento decorrente de sua experiência de vida, e, da parte do entrevistador, um conhecimento adquirido por sua atividade de pesquisa e seu engajamento no projeto. Tem-se então uma relação em que se deparam sujeitos distintos, muitas vezes de gerações diferentes e, por isso mesmo, com linguagem, cultura e saberes diferentes, que interagem e dialogam sobre o mesmo assunto.

Como podemos perceber com base nas contribuições acima, a entrevista é, em primeiro lugar, um momento de relação entre pessoas diferentes, mas que têm algo em comum. Importante demarcar que a troca que ocorre entre entrevistador e depoente é um momento ímpar, enredam-se no fio narrativo. Por este motivo é que a atenção do pesquisador deve estar voltada para aquele momento, para aquele lugar e principalmente para as palavras e reações do depoente. Em muitos casos, como o depoente se porta durante a entrevista, o olhar fixo para algum ponto, ou aquele olhar muito disperso e perdido, podem dizer coisas importantes para o entrevistador.

Neste primeiro capítulo, apresentamos ao leitor a temática de trabalho a violência doméstica contra a mulher. Indicamos a metodologia da história oral como possibilidade de acessar as histórias de vida de oito mulheres que procuraram o Núcleo Maria da Penha - NUMAPE Unioeste/FB. Possibilitamos ao leitor, mesmo que de forma breve, conhecer os sujeitos da pesquisa.

Como lócus da investigação, apresentamos trabalho realizado pelo NUMAPE Unioeste/FB. Encontrar as mulheres que hoje são sujeitos da pesquisa, só foi possível graças ao trabalho que este projeto oferece à população do Sudoeste do Paraná. Expomos, também, informações referentes às mulheres atendidas.

No capítulo seguinte, apresentaremos duas das três categorias de análise que definimos no primeiro capítulo, sendo elas: 1- família: segredos e revelações e 2 – Relacionamentos: afetividade e violência.



**Imagem 4:** Fonte: <http://www.panopramangas.com/2011/09/portas-doors.html>.

*A casa é um reino  
De duzentas portas  
Onde os invernos deixam  
Marcas de suas botas*

*(Fagner - Reino/Minueto da Porta)*

---

## II - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA: COTIDIANO E PRÁTICA

Iniciamos as discussões deste capítulo realizando uma breve introdução sobre a temática da violência doméstica contra a mulher e a forma como a questão aparece nos trabalhos acadêmicos, para que, posteriormente, possamos conceituar algumas questões que vão nortear o debate no decorrer da escrita desta seção. Utilizaremos alguns autores para nortear a escrita, dentre eles: Scott (1990); Maffesoli (2001); Penha (2006); Foucault (1984, 2007); Teles e Mello (2012); Veiga Neto (2003); Saffioti (1994).

Após decidir por pesquisar a temática da violência doméstica contra a mulher, realizamos a revisão bibliográfica, para conhecer como o tema é trabalhado nos programas de pós-graduação das universidades estaduais e federais dos três Estados da região sul do Brasil, - Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Utilizamos como recorte temporal para realizar a pesquisa, produções acadêmicas dos programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, nível de mestrado e doutorado em Educação das Instituições de Educação Superior - IES nos últimos dez anos (2008 - 2018). Após realizar busca na internet, constatamos que existem cinco IES no Estado do Paraná, quatro no Estado do Rio Grande do Sul e três em Santa Catarina que possuem Mestrado ou Doutorado na área da Educação, como podemos visualizar na tabela abaixo.

**Tabela 1:** Levantamento das instituições de ensino superior que possuem mestrado e/ou doutorado na área da educação, nos três Estados da região Sul do Brasil.

NÍVEL	ESTADO	IES
M	Paraná	UNIOESTE
M e D	Paraná	UEL
M e D	Paraná	UEM
M e D	Paraná	UEPG
M e D	Paraná	UNICENTRO
M	Rio Grande do Sul	UFRGS
M	Rio Grande do Sul	FURG
M e D	Rio Grande do Sul	UFPEL

<b>M e D</b>	Rio Grande do Sul	UFSM
<b>M e D</b>	Santa Catarina	UDESC
<b>M e D</b>	Santa Catarina	UFSC
<b>M</b>	Santa Catarina	UFFS

**Fonte:** Sites das instituições de ensino superior que possuem programas de Mestrado e/ou Doutorado.  
**Organizadora:** Perla Aparecida Zanetti Cristovon, 2017.

Ao acessar o site das instituições, foram utilizados os descritores “violência contra a mulher”, “violência de gênero” e “histórias de vida”, e, assim, realizamos um levantamento das teses e dissertações defendidas nas referidas instituições. Encontramos algumas produções que trabalharam as questões de gênero no ambiente escolar, outras que utilizaram a modalidade da história de vida para coletar os dados utilizados, produções que analisaram os Boletins de Ocorrência registrados pelas mulheres, e também as que procuraram compreender a aplicabilidade da Lei Maria da Penha no enfrentamento a esse tipo de violência.

Ao concluir a consulta, foi constatado que não foram encontradas produções, nos programas de pós-graduação em Educação, nível de mestrado e doutorado das IES da região Sul do Brasil, que tivessem analisado as histórias de vida de mulheres que sofreram ou que ainda estão vivendo em situações de violência doméstica, buscando compreender quem são essas mulheres.

Quando nos deparamos com essas informações, ficamos surpresos em constatar que o tema da violência doméstica contra as mulheres tem ocupado pouco espaço para debates das IES nos programas de pós-graduação em educação. Sabendo que o fenômeno da violência doméstica cresce diariamente no Brasil e no mundo, entendemos que as instituições de ensino, em especial do ensino superior, podem se tornar, por meio dos pesquisadores e das pesquisas que desenvolvem, um instrumento de relevância no enfrentamento a esse tipo de violência.

Se considerarmos que, das doze instituições pesquisadas que estão apresentadas na tabela anterior, não encontramos produções nos últimos dez anos que tratassem em específico da violência doméstica contra as mulheres, fica evidente o quanto é difícil discutir essa temática na sociedade atual.

Enquanto realizávamos o levantamento das produções mencionadas acima, encontramos algumas que, mesmo não tratando em específico sobre a temática desta

dissertação, foram relevantes para que pudéssemos compreender melhor a metodologia utilizada.

Iniciamos com as contribuições da pesquisadora Janaína Miranda Muradás Anmorim, que defendeu sua dissertação no Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no ano de 2015. A pesquisa tem como título: **Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no programa nacional mulheres mil – instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins – IFTO**. Anmorim pesquisou a história de vida de mulheres participantes em cursos de qualificação profissional, ofertados nos *campi*: Palmas e Porto Nacional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, por meio do Programa Nacional Mulheres Mil. Como procedimento metodológico, utilizou a História Oral, na modalidade de Histórias de vida, entrevistando cinco estudantes. Durante a escrita da dissertação, Anmorim apresenta ao leitor contribuições valiosas de alguns autores que utilizou na pesquisa, como MEIHY (2002); THOMPSON (1992); LE GOFF (1996). A pesquisadora utilizou a metodologia da História Oral, pois partiu do princípio de que ela é utilizada para estudar as experiências sociais, os cotidianos de pessoas e/ou de grupos, oportunizando aos silenciados pela oficialidade documental o direito de contar suas histórias de vida.

Já Ariane Camila Tagiacolo Miranda produziu sua dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2013, intitulada **Relações de gênero na escola e violência contra as mulheres: a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação**. O objeto de estudo da investigação são as relações de gênero e seu objetivo consiste em investigar as percepções dos/as professores/as sobre as relações de gênero no espaço educativo e o cenário da violência de gênero contra as mulheres no espaço social, que chegam à Delegacia da Mulher. Tal produção apresenta conceitos de gênero, patriarcado, violência de gênero, entre outros. A pesquisadora faz uma breve explanação sobre alguns apontamentos históricos do movimento feminista e de autoras que até hoje são lembradas pelas contribuições que fizeram por meio de seus estudos e escritos sobre a temática, tais como Louro, Safioti, Scott, Swain, Butler, entre outros.

Para Miranda,

[...] gênero consiste numa categoria definida por representações sociais e culturais que se configuram como dominantes em relação ao masculino e feminino, e é dessa construção social em torno do sexo que nos identificamos. Nessa conjectura, consideramos que as

relações de gênero são relações de poder em que o princípio masculino ainda é tomado como parâmetro universal.

Consideramos importante citar, também, o trabalho da pesquisadora Cinára Dalla Costa Velasquez, mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Defendeu sua dissertação no ano de 2010, com o título **Memórias de professoras rurais: um tempo... um vento... sentidos e significados de vivências**. Velasquez buscou analisar, através das memórias de professoras rurais (1950-1980) e de suas histórias de vida, as significações e os sentidos atribuídos às suas vivências, à profissão docente, à escola e aos alunos/as. Através da escuta sensível do relato de suas depoentes, a pesquisadora consegue perceber que o apoderamento feminino, inscrito nas histórias que teve acesso, marca de forma significativa e introduz a ruptura daquilo que, por anos, cristaliza-se na história docente feminina: espaço outorgado do sujeito feminino. Velasquez também tece uma trama teórica, envolvendo as categorias de gênero e de memória. Destaca autores/as como Joan Scott, Guacira Lopes Louro, Beariz T. Daudt Fischer, Michelle Perrot, Mary Del Priori, Maurice Halbwachs, Paul Thompson, Pierre Nora.

Os trabalhos de Anmorim (2015), Miranda (2013) e Velasquez (2010) utilizaram a metodologia da História Oral na modalidade de Histórias de Vida para realizarem suas pesquisas. As três produções nos apresentaram autores, conceitos e fontes importantes para que pudéssemos produzir esta dissertação. As três pesquisadoras trabalharam com autores e conceitos centrais para nossa pesquisa. Conceitos como gênero, memória, histórias de vida, poder, violência de gênero, violência doméstica, história, entre outros que também faremos uso no desenrolar da pesquisa.

A leitura destas e de tantas outras produções foram valiosas para que conseguíssemos construir nossa pesquisa com o auxílio de autores que discutem a temática que nos propomos a estudar no início desta investigação.

Na sequência, iniciaremos a construção da análise de duas das três categorias que organizamos com base no relato da história de vida das depoentes que aceitaram participar da investigação, visando responder aos objetivos desta pesquisa. Depois de coletar as entrevistas e realizar o processo de transcrição, organizamos as categorias de análise e realizamos a leitura minuciosa do material coletado. Posteriormente, selecionamos unidades de significado em cada uma das entrevistas. A partir desta seleção, foram identificadas vinte subcategorias que foram reorganizadas até que obtivéssemos as três categorias de análise. Na sequência, iniciaremos a análise das duas

primeiras categorias, sendo elas **1- Família: segredos e revelações** e **2- Relacionamentos: afetividade e violência**.

## **2. Família: segredos e revelações**

A violência doméstica contra as mulheres está presente em variados âmbitos da nossa sociedade, sendo um problema social que não se restringe a um grupo minoritário de mulheres, mas atinge um público expressivo, em que a condição socioeconômica, cor, religião ou idade não são variáveis determinantes para que a violência ocorra. Para iniciar a discussão sobre a violência doméstica contra as mulheres, precisamos compreender como se produziu culturalmente a acepção “ser mulher”.

A posição de submissão que a mulher ocupa até hoje em nossa sociedade é uma construção histórico-social que deu ao homem supremacia em relação às mulheres, situação que por vezes se transformou em violência de gênero.

Ao analisarmos a história das mulheres no Brasil colônia, Del Priore (2000, p. 12 e 14) afirma que:

Seu cotidiano era marcado por cuidados com o corpo, com os filhos e a sobrevivência. Sua infância era passada à sombra da mãe, com quem dividia as tarefas diárias. Entre 15 e 25 anos recebiam um convite de casamento, quando seus pais não as ofereciam a um pirata francês ou a um colono português, em troca de gêneros. Depois de casadas, acompanhavam seus maridos, carregando as costas com todos os utensílios necessários aos preparos de provisões durante as longas jornadas na mata. Quando grávidas, trabalhavam até a hora de dar à luz e depois do parto prosseguiam nas suas tarefas domésticas. Fiavam algodão, confeccionavam barro para fazer vasilhames e panelas, fabricavam farinhas e vinhos, cuidavam da roça e preparavam a refeição diária. Depois dos quarenta nos eram consideradas “velhas” pelos cronistas que as descreviam como “enrugadas como um pergaminho” encarregava-se de preparar o cauim e todas as bebidas fermentadas.

Podemos, assim, observar que às mulheres eram destinadas tarefas que deveriam desempenhar da infância até a velhice. Tais ações estavam relacionadas com os afazeres domésticos, cuidado com os filhos e acompanhar o marido em todas as situações. A mulher esteve vinculada às instituições privadas, excluída da vida pública, condicionando suas escolhas à figura do marido. O lugar das mulheres foi o lar e sua função a maternidade. Casar, constituir família, ter filhos e viver única e exclusivamente

para a família são imposições históricas destinadas às mulheres que também são produtos da sociedade machista e patriarcal da qual ainda fazemos parte.

Para que possamos adentrar na temática de estudo da investigação, reputamos relevante alguns apontamentos sobre os conceitos de “machista” e “patriarcal” e qual a influência dos mesmos na vida das mulheres sujeitos da pesquisa.

O machismo tem estreita relação com o patriarcalismo. Podemos entender como machismo o comportamento que se expressa por meio de opiniões ou ações de indivíduos que não aceitam a igualdade que deveria existir entre os gêneros. O machismo enaltece a figura masculina e discrimina, oprime e ridiculariza a figura feminina. O machismo se concretiza na ideia errônea de que o homem é superior à mulher e de que ela deve ser submissa e satisfazer aos desejos, de qualquer natureza, do homem.

Já o sistema patriarcal foi instaurado no Brasil como estratégia da colonização portuguesa, possuindo como bases institucionais de dominação a “família rural ou semi-rural” (FREYRE, 2006, p. 80). Freyre 2006, nos apresenta em sua importante obra “Casa-Grande e Senzala”, algumas considerações importantes para que possamos compreender um pouco como o sistema patriarcal ganhou vida no Brasil a partir da colonização.

A colonização portuguesa do Brasil visava à formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. Tais elementos foram estruturantes para a formação da sociedade brasileira, que nas mãos dos senhores de engenho concentraram terras, homens e mulheres. Freyre, apresenta a Casa-Grande e a Senzala como símbolos da formação patriarcal, pois representa

[...] todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo) (FREYRE, 2006, p.36)

A casa-grande venceu no Brasil a igreja, nos impulsos que está a princípio manifestou para ser a dona da terra. Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. [...] A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres. Suas casas representam esse imenso poderio feudal. “Feias

e Fortes”. Paredes Grossas. Alicerces profundos. (FREYRE, 2006, p.38)

[...] a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino, do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas crendices da senzala [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro: a nossa continuidade social. (FREYRE, 2006, p. 44-45).

Com base nos fragmentos acima, entendemos, portanto, que a dominação do homem em relação a mulher se deu em todos os sentidos. Se a força se concentrou nas mãos dos senhores donos das terras, e, por consequência, donos dos homens (entendendo homens aqui como homens e mulheres), submetidos à autoridade indiscutível que provinha da temida e venerada figura do patriarca, estavam todos sobre o comando do patriarca.

O poder pertencia aos homens. Quando casava, casamento sempre arranjado entre as famílias, a mulher passava apenas da tutela do pai para a tutela do marido, a quem a mulher seguia obedecendo e servindo. Para as mulheres brancas, cabiam-lhes proteger a família, entendida como a espinha dorsal da sociedade, cuidar dos filhos, das ordens em relação à organização da casa e do casamento. Sua principal função era a de reprodução do maior número de filhos possível, para que a hegemonia familiar nunca se findasse. As mulheres negras eram escravas e existiam para servir. Para elas, eram destinadas as tarefas de cuidado com a casa, com os filhos dos senhores, eram responsáveis por confeccionar toda a vestimenta dos integrantes da família. Responsáveis também pela amamentação dos filhos das senhoras, mais conhecidas como as “amas-de-leite”, e, também, por satisfazerem sexualmente todos os homens que estavam acima delas, como os patrões, os capatazes, e até os escravos, que por serem homens tinham poder sobre o corpo daquela escrava mulher.

É possível perceber que as mulheres negras eram violentadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres brancas, que por vezes pediam a cabeça da mulher negra principalmente porque tinham ciúmes das mesmas com seus maridos, por serem mulheres bonitas e sensuais, entendendo que, de alguma maneira, estariam trazendo perigo para seu casamento e conseqüentemente para a perduração da família burguesa.

Para Saffioti (2004, p. 105) “neste regime, as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras [...] a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de

serviços sexuais a seus dominadores”. Assim, a mulher era vista apenas como objeto sexual, sendo dominada e explorada a todo o momento.

Sabemos muito bem que por mais que muita coisa tenha mudado, que as mulheres tenham obtido muitas conquistas ao longo dos anos, que tenham avançado tanto nas áreas profissionais, quanto políticas e econômicas do Brasil, continuam sendo vitimadas pelo sistema patriarcal que ainda figuramos. Como salienta Saffioti (2004, p. 106) “Se na Roma antiga o patriarca tinha direito à vida e à morte de sua mulher, hoje o homicídio é crime capitulado no Código Penal, mas os assassinos gozam de ampla impunidade”. Podemos ainda corroborar com Saffioti ao mencionar que hoje já existe no Brasil a Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015, intitulada Lei do Feminicídio, que é caracterizado quando uma mulher é morta em razão do seu gênero. Tal Lei visa punir com mais severidade os casos de homicídios que acontecem, principalmente em decorrência da violência doméstica que a mulher vem sofrendo, e que a cada dia que passa vem, estatisticamente, aumentando em nosso país. Percebemos, portanto, que nos casos de feminicídio os homens ainda continuam decidindo sobre a vida da mulher, inclusive se ela vive ou se ela morre.

A mulher ainda continua sendo vista pela sociedade, em muitos casos, apenas como objeto sexual, reprodutora e cuidadora dos filhos, responsável pelo casamento e por tudo o que está relacionado ao ambiente privado. Uma das depoentes conta que vem de uma família “basicamente estruturada, pai, mãe e três filhos, pai trabalhando fora e minha mãe nunca pôde trabalhar porque meu pai nunca permitiu que ela trabalhasse, nunca deixou ela sair de casa pra trabalhar nem pra estudar” (ENEDINA, 2018). Enedina (2018) é uma mulher de meia idade, o que significa que seu pai possui uma idade entre 60 e 70 anos, o que nos leva a perceber o quando ainda é presente nas famílias essa configuração, de que o homem impedia/impede a mulher de trabalhar fora e de estudar, usando da justificativa de que o cuidado com os filhos é mais importante do que trabalhar fora e ter uma formação acadêmica. É possível perceber, também, que, por vezes, essa ação de impedir a mulher de trabalhar fora e de estudar é uma arma que o agressor usa para manter a mulher dentro do ambiente doméstico, sem contato com outras pessoas, senão as da família. O ficar em casa, cuidando dos filhos e da casa, aos poucos é internalizado pela mulher como natural e normal de todas as mulheres, pois, segundo esta sociedade, cabe às mulheres o cuidado majoritário da educação dos filhos e do trabalho doméstico.

Por esta e por outras razões, frequentemente é possível presenciar a discriminação que as mulheres, que optam por não casar e não ter filhos, sofrem na sociedade atual. O que parece é que essa decisão não cabe à mulher, já que está condicionada a casar e ser mãe simplesmente por ser mulher, como se essa decisão não fosse digna de ser tomada pela mulher. Portanto, mulheres são violentadas quando são obrigadas a ter filhos, a casar, quando ficam restritas ao lar. São violentadas quando suas vontades não são respeitadas e consideradas e, por fim, são violentadas simplesmente por serem mulheres.

Em função do machismo e do sistema patriarcal, as mulheres no Brasil são atingidas pela violência de gênero. Apresentaremos, na sequência, considerações sobre a violência de gênero, conceituando os termos gênero e violência de gênero. A Organização Mundial da Saúde - OMS<sup>31</sup> diferencia sexo de gênero, trazendo as seguintes definições:

Sexo como algo que se refere a características biológicas e físicas que definem homens e mulheres e gênero como referência a papéis construídos socialmente, comportamentos, atividades e atributos que uma determinada sociedade considera apropriado para homens e mulheres (REIS, 2010, p. 33).

Para Teles e Melo (2012, p. 16),

---

<sup>31</sup> A Organização Pan-Americana da Saúde é um organismo internacional de saúde pública com um século de experiência, dedicado a melhorar as condições de saúde dos países das Américas. A integração às Nações Unidas acontece quando a entidade se torna o Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde. A OPAS/OMS também faz parte dos sistemas da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Organização exerce um papel fundamental na melhoria de políticas e serviços públicos de saúde, por meio da transferência de tecnologia e da difusão do conhecimento acumulado por meio de experiências produzidas nos Países-Membros, um trabalho de cooperação internacional promovido por técnicos e cientistas vinculados à OPAS/OMS, especializados em epidemiologia, saúde e ambiente, recursos humanos, comunicação, serviços, controle de zoonoses, medicamentos e promoção da saúde. Todo esse esforço é direcionado para alcançar metas comuns, como iniciativas sanitárias multilaterais, traçadas pelos governos que fazem parte da OPAS/OMS, sempre com uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis: mães e crianças, trabalhadores, idosos, pobres, refugiados e desabrigados.

**Visão:** A Repartição Sanitária Pan-Americana será o grande agente catalisador para assegurar que todos os habitantes das Américas gozem de ótima saúde e contribuam para o bem-estar de suas famílias e comunidades. **Missão:** Orientar os esforços estratégicos de colaboração entre os Estados-Membros e outros parceiros, no sentido de promover a equidade na saúde, combater doenças, melhorar a qualidade de vida e elevar a expectativa de vida dos povos das Américas. **Valores:** Equidade: Lutar por igualdade e justiça mediante a eliminação das diferenças desnecessárias e evitáveis. Fonte: [https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=885:opas-oms-no-brasil&Itemid=672](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=885:opas-oms-no-brasil&Itemid=672). Acesso em 10/05/2018.

O termo gênero não pode ser confundido com o sexo. Este, na maioria das vezes, descreve características e diferenças biológicas, enfatiza aspectos da anatomia e fisiologia dos organismos pertencentes ao sexo masculino e feminino. As diferenças sexuais assim descritas são dadas pela natureza. Mulheres e homens pertencem a sexos diferentes. O gênero, no entanto, aborda diferenças socioculturais existentes entre os sexos masculinos e feminino, que se traduzem em desigualdades econômicas, colocando as mulheres em posição inferior à dos homens nas diferentes áreas da vida humana.

Percebemos que os autores apresentam sexo e gênero como conceitos distintos. Enquanto o sexo é definido biologicamente, o gênero corresponde à construção social e cultural que ocorre quando a sociedade define padrões que estabelece para homens e mulheres, como: controle e adequação de roupas, formas de comportamento para homens e mulheres, gestão dos corpos. Meyer (2010) aponta que gênero engloba todas as formas de construções sociais, culturais e linguísticas implicadas com os processos que diferenciam mulheres e homens, incluindo os processos que produzem seus corpos se considerando que são corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade.

Ainda para Meyer (2010, p.16)

O conceito de gênero privilegia, exatamente, o exame dos processos de construção dessas distinções – biológicas, comportamentais ou psíquicas - percebidas entre homens e mulheres; por isso ele nos afasta de abordagens que tendem a focalizar apenas papéis e funções de mulheres e homens para aproximar-nos de abordagens muito mais amplas, que nos levam a considerar que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são construídos e atravessados por representações e pressupostos de feminino e masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações.

Percebemos, assim, que é por meio das instituições sociais, das práticas em tais instituições e com os sujeitos que as movem que nos produzimos como mulheres ou homens. Assim, tal como afirmado por Silva (2010) no pós-estruturalismo, a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como marca material. Destarte devemos reconhecer a dificuldade de compreender gênero quando afixamos uma representação de masculino e feminino. Se assim o fizermos, estaremos essencializando a ideia de gênero. Em síntese, Sartori (2004, p. 174) corrobora essa ideia ao afirmar que se faz necessário “desenvolver um pensamento anti-essencialista; criticar a identidade universal de homens e mulheres;

criticar a visão dualista produção-reprodução e criticar a concepção de homem e mulher como identidades dadas pelo sexo”.

Outros autores colaboram para ampliar as discussões acerca do conceito de gênero. As contribuições de Lauretis (1994, p. 209) são oportunas, pois a autora indica quatro proposições para compreender gênero:

“(1) Gênero é “uma” representação - o que não significa que não tenha implicações concretas ou reais, tanto sociais quanto subjetivas, na vida material das pessoas. Muito pelo contrário. (2) A representação do gênero é a sua construção – e num sentido mais comum pode-se dizer que toda a arte e a cultura erudita ocidental são um registro da história dessa construção. (3) A construção de gênero vem se efetuando hoje no mesmo ritmo de tempos passados, como na era vitoriana, por exemplo. E ela continua a ocorrer não só onde se espera que ela aconteça – na mídia, nas escolas públicas e particulares, nos tribunais, na família nuclear, extensa ou monoparental [...] a construção do gênero também se faz, embora de forma menos óbvia, na academia, na comunidade intelectual, nas práticas artísticas de vanguarda, nas teorias radiais, e até mesmo de forma bastante marcante, no feminismo. (4) Paradoxalmente, portanto, a construção de gênero também se faz por meio de sua desconstrução, quer dizer, em qualquer discurso, feminista, ou não, que veja o gênero como apenas uma representação ideológica falsa. O gênero, como o real, é não apenas o efeito da representação, mas também o seu excesso, aquilo que permanece fora do discurso, como um trauma em potencial que, se/quando não contido, pode romper ou desestabilizar qualquer representação.”

O fragmento demonstra a complexidade do conceito de gênero e as corroborações da autora se aproximam da fala de uma das entrevistadas, quando diz “Me lembro muito da minha mãe, sempre fazia as coisas, desde a comida, e sempre falava que era pra deixar aquilo pra fulano, que era pra deixar que ele se servisse primeiro” (CLARICE, 2018). A partir do fragmento de texto podemos depreender a produção de um determinado conceito de gênero. A entrevistada afirma que o pai tinha prioridade na hora de fazer as refeições. Cabia a ele a melhor parte do alimento. Ademais, percebe-se a preocupação da mãe com o lugar de autoridade exercido pelo pai. A lembrança da entrevistada demonstra, de alguma forma, que havia uma representação de masculino, que indicava que o homem tinha precedência sobre a mulher, de tal forma que a atividade cotidiana de usufruir do alimento era mediada pela ideia de masculino e feminino compartilhada naquele espaço.

Outra depoente refere o papel social da mãe quando afirma “essa coisa muito forte da família, que diz que a mulher não abandona o marido, que a mulher edifica a

casa. Eu tenho pavor disso hoje”. (ENEDINA, 2018). Como é possível perceber, a declarante questiona a representação de mulher em circulação. Problematiza a ideia de que a mulher é responsável pela edificação e manutenção da família. Nesse sentido, assevera os estudos de Lauretis (1994) quando diz que a história ocidental é, de alguma forma, “um registro da história dessa construção”. Nesse contexto, o conceito de gênero é permeado pela construção histórica do sujeito. De tal forma que diferentes espaços sociais (vida universitária, produção científica, movimentos artístico-culturais...) não estão isentos das representações de gênero circulantes. Eis o paradoxo das sociedades históricas: construção e desconstrução como componentes do mesmo processo de fabricação do sujeito.

Esse processo de construção do gênero nunca se completa, visto que as práticas e relações sociais são constantemente atualizadas em nossas vivências cotidianas.

Nesse cenário, é cabível considerar que em decorrência da pluralidade de lugares, tempos, circunstâncias e de culturas nas quais estamos inseridos, é que se estabelece a construção do feminino e do masculino. As relações de gênero só existem nas e pelas relações de poder que se tecem entre homens e mulheres que, por meio da cultura, constituem-se como sujeitos pertencentes a um gênero.

Para Scott (1990, p. 07) “gênero constituído por – e constitutivo de – variadas relações sociais de poder que situam os sujeitos em diferentes posições, muitas vezes de forma hierarquizada e desigual”.

O termo gênero é também utilizado para designar relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade de dar à luz as crianças e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções sociais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

Assim sendo, a construção do gênero é mais do que uma identidade que deve ser aprendida, ou papéis que devem ser distribuídos e desempenhados por homens ou mulheres, o gênero é construído e instituído nas relações sociais pelas várias instituições, pelas doutrinas e discursos produzidos, pelas práticas e representações das práticas integrantes da mesma sociedade.

Se gênero é um conceito labiríntico, discutir violência de gênero exige que o pesquisador se debruce sobre o significado e os efeitos da violência para, na sequência, coligar as duas noções. Na investigação, ao transcrevermos as entrevistas, percebemos pontos de intersecção entre as falas de diferentes mulheres: a relação entre violência e vivência familiar, a dependência afetiva, uma representação do amor romântico e a percepção alheia sobre os sujeitos envolvidos em relacionamentos abusivos. A seguir, apresentamos depoimentos que auxiliam no debate de tais questões:

Minha mãe sempre implorando que eu deixasse desse homem, minha família sempre implorou que eu deixasse esse homem e eu nunca dei ouvido a eles. Na minha cabeça eu tinha um relacionamento que nunca existiu. Afinal eu sempre quis um relacionamento que nunca existiu, eu sempre tinha uma esperança que ele mudasse então foi uma coisa fora do comum, eu querer uma coisa que não existia (CLARICE, 2018).

A entrevistada afirma que projetava um relacionamento que tinha uma representação do amor e que via a ação da família como uma barreira para a concretização desse amor. Nesses termos, as expectativas da mudança do parceiro podem ser relacionadas a representação do amor romântico tão difundidas nas sociedades ocidentais.

A mulher, portanto, é vítima de uma violência de gênero, advinda das desigualdades existente entre homens e mulheres.

As desigualdades não são naturais, elas são inseridas pela tradição cultural, por todas as estruturas de poder e pelos diversos agentes envolvidos na trama das relações sociais. A violência de gênero “pode ser perpetrada por um homem contra outro, por uma mulher contra outra. Todavia, o vetor mais amplamente difundido da violência de gênero caminha no sentido homem contra mulher, tendo a falocracia como caldo de cultura” (SAFFIOTI, 1999, p. 83). A violência de gênero produz e se reproduz nas relações de poder, onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe, raça/etnia, ou seja, se expressa pela ordem patriarcal, que dá ao homem o direito de dominar, controlar, fazendo o uso da violência. De acordo com Saffioti, a violência de gênero “é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas existentes para garantir obediência, subalternidade de um sexo ao outro”. (SAFFIOTI, 1987, p.07).

Raramente escutamos noticiar que um homem foi agredido ou morto por uma mulher porque pertencia ao gênero masculino. O que acontece, na maioria dos casos de agressões de homens contra homens, são desavenças que envolvem outros motivos, alguns deles como: brigas de trânsito, jogo de futebol, jogos de bar, o tráfico. Em todos esses exemplos, as brigas geralmente acontecem porque um precisa mostrar para o outro que é maior, que tem a razão e que detém o poder de decidir sobre determinado fato.

Bem diferente é em relação a agressão de mulheres, tanto por parte dos homens, quanto por parte das mulheres. As mulheres são agredidas pelos homens, na maioria dos casos companheiros, ex-companheiros, namorados e pais, porque são mulheres, porque através da cultura disseminou-se que historicamente as mulheres são submissas e subservientes a eles. Quando elas agem diferentemente do esperado pelos homens que ainda atuam segundo essa dada cultura, elas são agredidas, e, por vezes, não sabem nem o motivo de tais agressões.

Enedina (2018) narra que, “um dia ele brigou comigo, me bateu porque eu comprei mamão sabe, uma coisa sem sentido sabe, eu fui no mercado fazer as compras do dia, e ele não queria que eu tivesse comprado mamão” (ENEDINA, 2018). Atentemo-nos para a narrativa de Enedina (2018). Quando ela imaginou que, porque tinha comprado uma fruta no supermercado, seria agredida pelo companheiro. Esse exemplo mostra que, por vezes, essas mulheres são agredidas única e exclusivamente por serem mulheres.

A violência de gênero pode ser encontrada na modalidade familiar e doméstica e ela “não ocorre aleatoriamente, mas deriva de uma organização social de gênero que privilegia o masculino” (SAFFIOTI, 2004, P. 81).

Portanto, a violência doméstica contra a mulher é resultado dessa violência de gênero. Em consulta realizada à Lei Nº 11.340/2006 – Lei Maria da Pena<sup>32</sup>, conseguimos visualizar, que no Capítulo I, o Art 5º dispõe dos dispositivos gerais da lei e as condutas que configuram violência doméstica e familiar contra a mulher, sendo elas,

[...] qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo

---

<sup>32</sup> A Lei nº 11.340/2006 intitulada Lei Maria da Pena, foi criada no ano de 2006, e tem como principal objetivo é criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006).

É possível observar que a principal motivação para que as mulheres estejam sofrendo algum tipo de violência doméstica e familiar são as ações ou omissões que tomam como base o gênero do sujeito, ou seja, que são direcionadas a elas com a justificativa de que elas pertencem ao gênero feminino, que lhes cause qualquer forma de sofrimento, podendo ser ele físico, psicológico, sexual ou ainda que proporcione algum dano moral ou patrimonial para as mulheres.

Logo na sequência, no inciso I, outra característica fundamental. Os sofrimentos e danos mencionados são impingidos às mulheres por pertencerem ao gênero feminino, e precisam ocorrer no âmbito da unidade doméstica, entendido pelos doutrinadores da lei como um espaço de convívio permanente de pessoas que possuam ou não um vínculo familiar.

Sendo assim, as mulheres vítimas de violência doméstica são violentadas por pessoas do seu convívio, com quem elas mantêm vínculo, podendo ser ele consanguíneo afetivo ou por afinidade. Entendem-se por agressores com vínculo consanguíneo o pai, a mãe, irmãos, avós, tios, primos, entre outros agentes que possuam um vínculo de sangue com a vítima. No vínculo afetivo se enquadram, então, como agressores namorados (as), esposos (as), ex-companheiros (as) (não necessitando obrigatoriamente ter realizado o contrato de casamento), sogra, sogro, cunhados, entre outros. E por afinidade, considerando como possíveis agressores, todas as pessoas que, mesmo não coabitando na mesma residência ou tendo firmado compromisso formal com a vítima, possam lhe oferecer risco à saúde física ou emocional, dentre elas, a empregada doméstica que reside junto com os patrões, estudantes que partilham moradia, amigos, dentre outros.

Observamos, também, no inciso III da Lei, que família é entendida como uma comunidade de pessoas que se consideram aparentadas e que são unidas por algum laço natural de afinidade ou por vontade expressa. Entendemos que nos dias atuais não necessitamos encontrar uma definição ou um padrão de família, visto que tal definição não se apresenta mais como necessária para que possamos compreender as relações sociais que estão envoltas nesta instituição que se apresenta como a mais antiga e a mais

disseminada de todas as instituições sociais. Therbor (2006, p. 11 e 12) apresenta a família como “um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através da fronteira entre membros e não membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações”.

A história de vida das depoentes faz repensar a situação das mulheres envolvidas em relacionamentos conturbados e violentos. Na coleta, ao escutar e transcrever as entrevistas, foi possível perceber que a família se apresenta para as depoentes como um campo de batalha, espaço de disputa no qual a violência é componente contínuo. Ademais, essas mulheres lidam com o julgamento público, com profusão de sentimentos e incompreensões e com a prevalência do patriarcado na maioria dos lares brasileiros.

## **2.1 A casa como espaço de vivências**

Escolhemos como epígrafe do capítulo I a música do cantor Fagner, que mostra sentimentos e impressões associados ao espaço da casa. Neste sentido, referir sobre violência doméstica implica ver a casa como espaço multiforme: reúne acolhimento, desamparo, proteção, abandono, tranquilidade, arrebatamento, silêncio, estrépito, etc. Poderíamos pensar exaustivamente no conjunto de sentimentos e percepções associados à casa. Nessa perspectiva, cabe romper o imaginário de casa como proteção que por vezes aparece e transparece nas representações que temos deste espaço multiforme. Na pesquisa, por meio da narrativa das depoentes, tivemos acesso às vivências experimentadas pelas mulheres no interior da casa, que aparece como lugar multifacetado, abrigo e proteção, mas, também como desarrimo e desamparo.

O ambiente em que a violência doméstica contra a mulher mais ocorre é o lar, a casa em que vivem os personagens das histórias que com respeito e cuidado tivemos acesso por meio das narrativas e que pretendemos compreender no desenrolar da investigação.

Para muitos, a casa é lugar de encontrar a família, ficar mais próximo dos filhos; em que é possível descansar após um dia difícil no trabalho; onde o sujeito se sente seguro longe dos perigos da rua. Também consideramos relevante conceituar o termo “lugar”, partindo das reflexões de Certeau (2008, p. 76 - 77) quando diz que,

Antes de saber o que diz de uma sociedade, é necessário saber como funciona dentro dela. Esta instituição (o lugar) se inscreve num complexo que lhe *permite* apenas um tipo de produção e lhe *proíbe* outros. Tal é a dupla função do lugar. Ela torna *possíveis* certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras *impossíveis*; exclui do discurso aquilo que é sua condição num momento dado; representa o papel de uma censura com relação aos postulador presentes (sociais, econômicos, políticos) da análise.

Portanto, os discursos produzidos pelas mulheres que entrevistamos são produções de lugar. O lugar que a mulher ocupa condiciona e limita o discurso. Neste contexto, o não-dito é componente deste processo, pois, como salienta Certeau (2008), o lugar tem um duplo sentido: tornar possível certos discursos e impossíveis outros. No caso da pesquisa, as mulheres se produzem como sujeitos a partir do lugar que ocupam.

A casa também é considerada porto seguro, refúgio, onde podemos receber abraços ou palavras de conforto. É vista ainda como o espaço de resolução dos problemas familiares, das angústias, de deliberar e tentar solucionar as possíveis falhas que aparecem ao longo da convivência em família. É também lugar de estabelecer novos planos e metas. Por fim, há ainda a ideia de que é em casa que podemos ser quem somos, sem dissimulações ou fantasias, para sustentar personagens que a sociedade impõe.

A casa, como nos apresenta DaMatta (1997, p. 15), não é apenas entendida como um espaço geográfico, mas também como “entidades morais, esferas de ações sociais, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados, e por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas”. Dessa forma, a casa como entidade moral e esfera de ações sociais é o espaço em que as relações entre homens e mulheres se constroem, desde a infância, no convívio com a família, até a fase adulta, quando se relacionam afetivamente e definem seus modos de ser, pensar, sentir e agir consigo e com os outros.

O espaço da casa aparece nas narrativas analisadas. Na música que utilizamos como epígrafe, podemos observar que o primeiro verso nos apresenta a casa como “um reino e duzentas portas onde os invernos deixam marcas de suas botas”. Relacionando tal verso com a história de vida das mulheres sujeitos da investigação, percebemos que o espaço da casa aparece no relato delas como o local de acontecimentos marcantes, palco no qual as depoentes realizam sonhos de felicidade, como também o espaço que

ficou gravado na memória como sinônimo de sofrimento e dor, onde foram violentadas pela família, pelos amigos e pelos parceiros amorosos.

Os depoimentos também indicam que dentro de casa os sentimentos se apresentam de forma confusa e que, ao mesmo tempo, as mulheres podem se sentir protegidas, acalentadas e amadas, como também, por vezes, em situações de padecimento, tortura e tristeza. Os trechos separados na sequência demonstram que a casa é marcada como o lugar em que as agressões ocorrem. Lygia (2018), quando narra que precisa se trancar dentro do próprio quarto para se proteger do agressor, tentando se livrar da violência, no caso dela, da violência sexual. Em suas palavras, o medo aparece relacionado à casa e aos riscos de sofrer violência a que está sujeita.

Quando ele chega bêbado dentro de casa eu pego tudo eles, coloco eles tudo dentro do quarto. Dorme tudo nós em uma cama de casal, sabe! Eu e as quatro crianças e eu passo a chave na porta pra ele não chegar perto de mim, porque ele me bate sabe. Eu não quero fazer as coisas com ele, e daí já pensou eu engravidar de novo (LYGIA, 2018).

No relato de Lygia (2018), é possível detectar três apreensões: o primeiro é o medo que tem de ser agredida novamente pelo companheiro quando está sob os efeitos da bebida alcoólica. Quando narra “eu não quero fazer as coisas com ele”, está se referindo à prática do ato sexual. Segundo, a depoente assevera que teme ser estuprada pelo companheiro. Lygia (2018) narrou em outro momento da entrevista que não queria ter engravidado de nenhum dos filhos, que seu companheiro não usava preservativo e que a impedia de fazer uso de métodos contraceptivos para prevenir a gravidez. Afirmou, que algumas relações sexuais mantidas com o companheiro poderiam ser qualificadas como estupros. E o terceiro medo que desponta na narrativa da depoente é, justamente, o medo de engravidar decorrente de relações sexuais não desejadas.

Lygia (2018) também lembra de outro episódio de sofrimento que viveu dentro de sua casa, quando precisou, mais de uma vez, deixar seus filhos sozinhos em casa para sair trabalhar para conseguir criá-los. Importante reiterar que Lygia (2018) deixava seus filhos sozinhos em casa, porque seu companheiro pouco permanecia no ambiente doméstico, ficando o cuidado com os quatro filhos sob sua exclusiva responsabilidade.

Ela relembrou dos momentos em que, pelas dificuldades financeiras instauradas em sua vida, deixava os filhos em casa para sair em busca de emprego. Nestes momentos, por vezes, ficavam deitados no sofá a sua espera se queixando de dor no

estômago, em decorrência da fome que sentiam. Lygia (2018) lembra desses momentos com sofrimento, pois ao escutar tais queixas, ela prometia que traria comida ao chegar em casa no final do dia, o que muitas vezes não ocorria.

Você tinha que atravessar uma cidade inteira grávida e você deixar os três sozinhos dentro de casa, sem nem um pedaço de pão, isso é triste. Deitar eles no sofá e falar: - não sai de dentro de casa, não pede nada para os vizinhos por mais que você esteja com fome, não pede nada que a mãe vai dar um jeito de chegar hoje e a mãe vai comprar comida, mas não peça nada. E eu chegar em casa e ver eles deitadinhos no sofá sabe, e dizer: mãe, trouxe comida mãe? A gente tá com fome. Sabe, dói, dói (LYGIA, 2018).

Podemos aproximar o depoimento ao texto usado como epígrafe, no qual percebemos as várias possibilidades vividas no interior da casa, pois “a casa é um reino de duzentas portas onde os invernos deixam marcas de suas botas”, lugar do dizível e do impronunciável, das expectativas não realizáveis e que marcam de forma indelével sua trajetória e percurso de vida.

Sabe-se, também, que a casa é o local de convivência da família e, em decorrência, o local em que as violências ocorrem. Na história de vida das mulheres que são vítimas de relacionamentos abusivos, a casa se torna um local que carrega segredos e no qual as revelações por vezes ficam em compasso de espera. Ainda na atualidade, o espaço da casa continua sendo visto como espaço de ocorrência do privado, que só diz respeito aos integrantes daquela família, o que, por vezes, dificulta tanto o pedido de ajuda da vítima, como frustra a intenção de pessoas externas ao grupo de referência que identificam como intromissão tocar em temas sabidos, mas obliterados no cotidiano do sujeito. Exemplo de tais percepções encontramos em ditos populares como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”<sup>33</sup> ou reiterado em ações e práticas cotidianas.

Podemos visualizar no trecho abaixo que as pessoas que conheciam Lygia (2018), principalmente seus familiares, julgavam seu comportamento por permanecer naquela situação. As frases seguintes são expressões desta percepção: “você tá assim porque você gosta”, “tá assim porque você quer”, “se você não quisesse não tinha

---

<sup>33</sup> Essa frase geralmente é utilizada quando um casal está passando por dificuldades no relacionamento ou até mesmo por situações de agressão e as pessoas da sociedade acreditam - e acreditam porque esse posicionamento vem do patriarcado, que apresentava a casa e o relacionamento amoroso como algo privado, secreto e que só dizia respeito aos envolvidos na relação - e justificam assim, que o ocorre dentro de casa deve ser resolvido pelo casal e que ninguém deve intervir. O que acontece, é que por conta dessa frase bem conhecida e errônea, muitas pessoas acabam não denunciando as agressões que presenciam ou que escutam que acontecem na casa do vizinho ou dos familiares.

aceitado isso” e são comuns do cotidiano dessas mulheres. A sociedade acredita que ela pode colocar um ponto final nas agressões de imediato, libertando-se da situação quando se separa do companheiro e que tal decisão só depende dela.

Porque eu não queria que eles soubessem sabe, porque eles iriam dizer o que: você tá assim porque você gosta, você está assim porque você quer. Se você não quisesse mesmo ele não tinha aceitado isso, tinha colocado ele na cadeia. Só que como que eu ia colocar ele na cadeia se a minha sogra sempre falava: o dia que você colocar ele na cadeia, o dia que você colocar o meu filho na cadeia, quando eu casei, o dia que você colocar ele na cadeia você vai me conhecer de verdade. [...] Então eu apanhava quieta de medo dela fazer algum mal pra mim, mesma coisa depois que eu tive o Bruno. Ela dizia: eu vou mexer na coisa que você mais ama quando nasceu o Bruno né, e depois veio a Rafa e depois veio o Breno, que seria os meus filhos né (LYGIA, 2018).

O trecho acima demonstra como as mulheres, muitas vezes ficam presas no ciclo da violência, não conseguindo encontrar formas de se desvencilharem de tais relacionamentos e também deixa claro que, em praticamente todos os casos, a mulher permanece naquele lugar para proteger os filhos, mesmo que isso pareça incompreensível por parte das pessoas que estão olhando aquela relação de fora.

Lygia (2018) recorda que não queria contar para a família o que estava acontecendo, primeiro para não sofrer os julgamentos que mencionamos acima, o que acaba prejudicando ainda mais a situação para a mulher, pois no caso dela, seriam ainda mais pessoas dizendo que ela estava naquela situação porque queria, o que não era verdade. Em segundo lugar, além de ser violentada – de todas as formas – pelo companheiro, Lygia (2018) ainda era violentada pela sogra, que a ameaçava, usando seus filhos como alvo, para que ela não denunciasse seu companheiro. Além da sogra, Lygia (2018) conta, em outro momento da entrevista, que já foi agredida fisicamente pela sogra e pelas cunhadas.

Analisamos agora a situação de Lygia (2018). Residia ao lado da casa da sogra com o companheiro, que em poucas ocasiões estava em casa ou com ela, não tinha o apoio da família para sair da situação em que se encontrava, a única pessoa que ajudava em relação ao cuidado e a alimentação das crianças era a sogra, como ela poderia denunciar o companheiro e arriscar de perder o que “mais ama no mundo”, segundo suas próprias palavras? Denunciando o companheiro, onde Lygia (2018) procuraria apoio e ajuda para seguir adiante?

Lygia (2018) narra, também, a ocasião em que o companheiro atirou contra ela e ela registrou o Boletim de Ocorrência e, logo em seguida,

[...] eu fui lá e fiz a minha mãe retirar a queixa contra ele porque ela me obrigou, ela falou assim: eu vou fazer a pior coisa que existe eu vou fazer pra você se você não tirar a queixa lá, então eu nunca coloquei ele na cadeia, nunca, eu apanhava quieta com medo das minhas cunhadas, medo da minha sogra sabe e medo dele também. Ele sempre dizia assim: eu posso entrar lá dentro, mas eu vou sair e a hora que eu sair eu te mato. E daí eu tinha medo, medo dele ficar um ou dois dias e sair e me matar (LYGIA, 2018).

Lygia (2018) retirou a queixa contra o companheiro porque foi ameaçada pela sogra, e as ameaças eram sempre em relação aos filhos de Lygia (2018). Novamente, aparece com severidade no depoimento de Lygia (2018) a presença do medo. Medo de perder os filhos, medo da sogra, das cunhadas, e, por fim, medo de ser morta pelo companheiro quando ele deixasse a cadeia.

Tais apontamentos ajudam a compreender porque, seguidamente, mulheres sofrem caladas e compartilham do mesmo que ocorreu com Maria da Penha Fernandes<sup>34</sup>, a mulher que inspirou a criação da Lei 11.340/2006, nominada como Lei Maria da Penha em homenagem a ela, que lutou para que hoje tivéssemos uma lei que tem como objetivo proteger e amparar as mulheres que vivem situações de violência doméstica no Brasil. Maria da Penha no livro “Sobrevivi... posso contar”<sup>35</sup>, logo nas primeiras páginas narra:

Todo esse sofrimento é passado dentro de quatro paredes, pois, perante estranhos ele se portava como uma pessoa educada, cortês e cometida. Minha família talvez tivesse algum indício do que

---

<sup>34</sup> Cearense de Fortaleza, Maria da Penha é farmacêutica bioquímica pela Universidade Federal do Ceará, com Mestrado em Parasitologia em Análises Clínicas, pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo, e hoje aposentada. Em maio de 1983 Maria da Penha foi vitimada por seu então marido, Marco Antônio Heredia Viveros com um tiro nas costas enquanto dormia, que a deixou paraplégica. Marco Antônio por duas vezes foi julgado e condenado, mas saiu em liberdade devido a recursos impetrados por seus advogados de defesa. Essa denúncia resultou na condenação internacional do Brasil, pela tolerância e omissão estatal, com que de maneira sistemática, eram tratados pela justiça brasileira, os casos de violência contra a mulher. Com essa condenação, o Brasil foi obrigado a cumprir algumas recomendações, destacando entre elas a mudança na legislação brasileira que permite, nas relações de gênero, a prevenção e proteção da mulher em situação de violência doméstica e a punição do agressor. Como resultado da punição, o Brasil elabora em 07 de agosto de 2006 a Lei Federal 11340, mais conhecida como Lei Maria da Penha.

Fonte: <http://www.institutomariadapenha.org.br/2016/index.php/sobre-maria-da-penha>. Acesso em 28/07/2018.

<sup>35</sup> O livro escrito por Maria da Penha Fernandes relata a vida da autora que sofreu violência. Maria da Penha conta a sua história de vida como uma forma de contribuir com transformações urgentes, pelos direitos das mulheres a uma vida sem violência.

acontecida, mas eu procurava não revelar esse fardo para não agravar ainda mais a situação. Quem sabe, imaginassem que nosso casamento era como os outros, compostos de momentos de alegria, de tristezas, de inquietações, pequenos desentendimentos (PENHA, 2012, não paginado).

A narrativa mostra situação recorrente nas histórias analisadas até esta seção do texto. O homem se comporta de uma maneira dentro do ambiente doméstico e de forma completamente diferente perante a sociedade. Dentro de casa é autoritário, violento, impõe suas vontades e trata a companheira com desprezo, cometendo crueldades diárias contra ela e a família, e para a sociedade se apresenta como pessoa prestativa, colaborativa, amorosa e preocupada com o bem-estar da família.

Tal ambiguidade não encontramos no Mapa da Violência, visto que o documento demonstra o crescimento no número de homicídios. O registro, deixa antever que a não discussão sobre violência doméstica pode significar vida ou morte para determinadas mulheres. Em consulta ao Mapa da Violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil<sup>36</sup>, que trata dos homicídios de mulheres no Brasil, podemos perceber, conforme tabela abaixo, o local em que homens e mulheres são mortos. Os dados mostram que quase a metade dos homicídios masculinos acontece na rua, com pouco peso do domicílio. Já nos casos femininos, essa proporção é menor: mesmo considerando que 31,2% acontecem na rua, o domicílio da vítima é, também, um local relevante (27,1%), indicando a alta domesticidade dos homicídios de mulheres.

**Tabela 2:** Local da agressão (%), por sexo no ano de 2014:

Local	Fem.	Masc.
Estabelecimento saúde	25,2	26,1
Domicílio	27,1	10,1
Via pública	31,2	48,2
Outros	15,7	15,0
Ignorado	0,8	0,7
Total	100,0	100,0

**Fonte:** Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. p. 39.

Outra informação importante do Mapa da Violência de 2015 é em relação aos atendimentos por violência doméstica, sexual e/ou outras violências registradas no

<sup>36</sup> O Mapa da Violência de 2015 trata dos dados sobre o homicídio das mulheres no Brasil. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php). Acesso em 12/07/2018.

Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN<sup>37</sup> realizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS<sup>38</sup>, no ano de 2014. A tabela abaixo demonstra que durante o ano de 2014 foram atendidas 223.796 vítimas de diversos tipos de violência. Duas em cada três dessas vítimas de violência (147.691) foram mulheres que precisaram de atenção médica por violências domésticas, sexuais e/ou outras. Isto significa que a cada dia de 2014, 405 mulheres demandaram atendimento em uma unidade de saúde, por alguma violência doméstica sofrida.

---

<sup>37</sup> O Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN é alimentado, principalmente, pela notificação e investigação de casos de doenças e agravos que constam da lista nacional de doenças de notificação compulsória, mas é facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Sua utilização efetiva permitirá a realização do diagnóstico dinâmico da ocorrência de um evento na população; podendo fornecer subsídios para explicações causais dos agravos de notificação compulsória, além de vir a indicar riscos aos quais as pessoas estão sujeitas, contribuindo assim, para a identificação da realidade epidemiológica de determinada área geográfica. O seu uso sistemático, de forma descentralizada, contribuirá para a democratização da informação, permitindo que todos os profissionais de saúde tenham acesso à informação e as tornem disponíveis para a comunidade. Pode, portanto, tornar-se um instrumento relevante para auxiliar o planejamento da saúde, definir prioridades de intervenção, além de permitir que seja avaliado o impacto das intervenções. A utilização do SINAN, em conjunto com os demais Sistemas de Informação em Saúde, torna-se uma importante ferramenta para facilitar a formulação e avaliação das políticas, planos e programas de saúde, subsidiando o processo de tomada de decisões, com vistas a contribuir para a melhoria da situação de saúde da população. Fonte: <http://portalsinan.saude.gov.br/>. Acesso em 15/07/2018.

<sup>38</sup> A Constituição brasileira de 1988 diz que a “Saúde é direito de todos e dever do Estado” e criou o Sistema Único de Saúde – SUS, um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Ele abrange desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal, e garantido para toda a população do país. Fonte: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em 15/07/2018.

**Tabela 3:** Número, distribuição por sexo (%), estrutura (%) e taxas de atendimento (por 10 mil) por violências no SUS, segundo etapa de vida e sexo. Brasil. 2014

Etapa	Número				Sexo (%)			
	Fem.	Masc.	S/D	Total	Fem.	Masc.	S/D	Total
Criança	20.707	17.411	130	38.248	54,1	45,5	0,3	100,0
Adolesc.	24.708	13.248	9	37.965	65,1	34,9	0,0	100,0
Jovem	42.442	18.213	16	60.671	70,0	30,0	0,0	100,0
Adulto	52.979	21.264	13	74.256	71,3	28,6	0,0	100,0
Idoso	6.855	5.800	1	12.656	54,2	45,8	0,0	100,0
<b>Total</b>	<b>147.691</b>	<b>75.936</b>	<b>169</b>	<b>223.796</b>	<b>66,0</b>	<b>33,9</b>	<b>0,1</b>	<b>100,0</b>

Etapa	Estrutura (%)				Taxas de atendimento			
	Fem.	Masc.	S/D	Total	Fem.	Masc.	S/D	Total
Criança	14,0	22,9	76,9	17,1	12,4	9,9	0,0	11,1
Adolesc.	16,7	17,4	5,3	17,0	24,0	12,3	0,0	18,0
Jovem	28,7	24,0	9,5	27,1	21,9	9,6	0,0	15,8
Adulto	35,9	28,0	7,7	33,2	12,4	5,5	0,0	9,1
Idoso	4,6	7,6	0,6	5,7	4,7	5,0	0,0	4,8
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>14,2</b>	<b>7,8</b>	<b>0,0</b>	<b>11,1</b>

**Fonte:** Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. P. 42.

Os dados acima foram aporte significativo para a pesquisa, pois mostram a forma como a violência doméstica se estabelece e se mantém no cotidiano das famílias. Como podemos visualizar na tabela 2, a violência se distribui em todas as etapas da vida, e os atendimentos femininos em números superiores aos atendimentos masculinos. Se analisarmos somente na fase adulta, as mulheres representaram 52.979 atendimentos em 2014, enquanto os homens representaram 21.264 casos. A incidência cresce com o aumento da idade, há certo equilíbrio entre os atendimentos a crianças, quando 54,1% são meninas, e aumenta até a idade adulta, quando 71,3% dos atendimentos são de mulheres e 28,6% são homens.

Esses dados revelam que a situação da violência contra a mulher no Brasil se mantém. Os números são impactantes<sup>39</sup>. Pai, mãe, irmãos, primos, tios, avós, quem são

<sup>39</sup> Importante considerar, que apesar dos números da violência doméstica contra as mulheres que retratamos acima, já serem alarmantes e preocupantes, precisamos lembrar que muitas mulheres ainda permanecem nos relacionamentos abusivos, pois não conseguem realizar a denúncia da violência para sair da situação de sofrimento em que se encontram. Em pesquisa realizada no Mapa da Violência do ano de 2015, que trata em específico dos homicídios de mulheres no Brasil, não encontramos menção sobre os casos de subnotificação. O documento aponta que a coleta desse dado é dificultada, porque o Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, responsável por coletar tais dados, é um sistema novo que ainda apresenta problemas de cobertura, o que significa que nem todos os locais notificam. Mesmo

atores que compõem a trama diária que é a vida dessas mulheres? Qual é a contribuição destas pessoas na escrita da história de vida das depoentes da investigação?

## **2.2 A Família e a violência**

Falar sobre família com as mulheres que vivem situação de violência doméstica, se tornou um desafio e ao mesmo tempo foi essencial para que essa pesquisa pudesse ganhar forma. No momento da gravação das entrevistas com as depoentes, solicitamos que contassem suas histórias de vida, e que, se possível, essa narrativa fosse realizada com riqueza de detalhes. Nossa intenção era conhecer as vivências das mulheres, para que pudéssemos identificar os episódios de violência e também fazer a ligação deles com a produção do seu lugar de gênero.

Das oito mulheres que entrevistamos, quatro foram violentadas por familiares com os quais possuem um vínculo consanguíneo, sendo eles pai, mãe, irmão e avô. Além da agressão sofrida pela família, em momentos posteriores foram violentadas pelos companheiros amorosos. As outras quatro depoentes, também foram violentadas com consentimento ou aceitação dos familiares, que por vezes não acreditavam na sua palavra ou não atentavam para o pedido de socorro, que precisava ser discreto e contido para que nada de mais grave pudesse acontecer com a mulher, ou quando ignoraram os pedidos de ajuda para se desvencilharem das situações de violência diante do desejo de escrever novo capítulo da sua história. Todas as depoentes sofreram em silêncio durante tempo significativo antes de conseguirem pedir ajuda para saírem das situações de abuso e violência

Na tabela abaixo, conforme dados do mapa da violência, podemos visualizar que, como mencionado acima, os principais agressores das mulheres são as pessoas da sua família. Assim, 82% das agressões a crianças do sexo feminino, de 1 a 11 anos de idade, que demandaram atendimento pelo SUS, partiram dos pais - principalmente da mãe, que concentra 42,4% das agressões. Para as adolescentes de 12 a 17 anos de idade, o peso das agressões divide-se entre os pais (26,5%) e os parceiros ou ex-parceiros (23,2%). Para as jovens e as adultas, de 18 a 59 anos de idade, o agressor principal é o

---

não obtendo informações de números oficiais em tais meios, nossa experiência no atendimento às mulheres que são vítimas de violência doméstica destaca que, o número de mulheres, mesmo as atendidas pelo NUMAPE, que não denunciam seus parceiros ou ex-parceiros é significativo, o que acaba dificultando a implementação de políticas públicas que visem colaborar para o enfrentamento a esse tipo de violência.

parceiro ou ex-parceiro, concentrando a metade de todos os casos registrados. Já no caso das idosas, o principal agressor foi um filho (34,9%). Ao analisarmos as informações contidas no documento percebemos que no conjunto de todas as faixas etárias, prepondera a violência doméstica. Parentes imediatos ou parceiros e ex-parceiros são responsáveis por 67,2% do total de atendimentos.

**Tabela 4:** Número e estrutura (%) de atendimentos a mulheres pelo SUS, segundo agressor e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014

Agressor	Número						%					
	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Pai	4.758	2.633	476	272	18	8.157	29,4	10,6	1,4	0,6	0,3	6,4
Mãe	6.849	2.694	438	348	52	10.381	42,4	10,8	1,3	0,7	0,8	8,1
Padrasto	1.576	1.273	292	83	3	3.227	9,7	5,1	0,9	0,2	0,0	2,5
Madrasta	81	0	0	0	0	81	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Cônjuge	0	2.095	9.947	15.913	813	28.768	0,0	8,4	29,7	34,0	12,9	22,5
Ex-cônjuge	0	565	4.174	5.236	106	10.081	0,0	2,3	12,5	11,2	1,7	7,9
Namorado	0	2.405	1.597	1.352	32	5.386	0,0	9,7	4,8	2,9	0,5	4,2
Ex-namorado	0	729	1.250	913	30	2.922	0,0	2,9	3,7	1,9	0,5	2,3
Filho	0	62	99	1.910	2.206	4.277	0,0	0,2	0,3	4,1	34,9	3,3
Irmão	875	3.421	3.902	3.982	445	12.625	5,4	13,7	11,7	8,5	7,1	9,9
Amigo/conh.	488	748	1.037	1.349	176	3.798	3,0	3,0	3,1	2,9	2,8	3,0
Desconhec.	2.523	5.257	3.732	4.554	485	16.551	15,6	21,1	11,2	9,7	7,7	13,0
Cuidador	275	71	29	49	216	640	1,7	0,3	0,1	0,1	3,4	0,5
Patrão/chefe	4	53	79	128	8	272	0,0	0,2	0,2	0,3	0,1	0,2
Rel. Institucional	149	133	135	243	49	709	0,9	0,5	0,4	0,5	0,8	0,6
Agente da lei	21	97	132	156	11	417	0,1	0,4	0,4	0,3	0,2	0,3
Autoprovocada	419	3.466	4.676	7.386	600	16.547	2,6	13,9	14,0	15,8	9,5	13,0
Outros	2.906	1.853	1.944	3.245	1.080	11.028	18,0	7,4	5,8	6,9	17,1	8,6
Total	16.166	24.922	33.463	46.847	6.312	127.710	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Pais	13.264	6.600	1.206	703	73	21.846	82,0	26,5	3,6	1,5	1,2	17,1
Parceiros	0	5.794	16.968	23.414	981	47.157	0,0	23,2	50,7	50,0	15,5	36,9

Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. p. 48.

Nestes termos, a família, a casa e as relações sociais fazem parte da construção do cotidiano. Para Maffesoli (2001, p. 18),

Podemos considerar o cotidiano em si mesmo, como o lugar a partir do qual se fundam os vínculos sociais. Assim, tratar-se-ia de considerar a vida “sem qualidades” que escapa às diversas instâncias dos poderes (econômica, política, simbólica), e que assegura, na longa duração, a permanência da espécie. É nesse sentido que o cotidiano deve ser entendido como laboratório alquímico das minúsculas criações que pontuam a vida cotidiana, como lugar da “recriação de si” e da manutenção da identidade que permite a resistência.

Portanto, é no cotidiano, como menciona o autor, que as minúsculas criações acontecem e pontuam a vida dos sujeitos. É na trama diária que essas mulheres tecem a vida e é nesse cotidiano que as relações entre elas, suas famílias e seus relacionamentos afetivos se fundam, por meio de tais criações, o que poderíamos denominar como existência diária. Dandara (2017), explica como conheceu seu segundo companheiro, depois produtor de violência doméstica. A entrevistada afirmou que “ele me adicionou nas redes sociais né, e a gente começou a conversar, e desta forma, digamos assim, nossa parecia a pessoa mais maravilhosa do mundo né, na verdade tudo o que ele falava era o que eu tava precisando ouvir né”.

Partindo do fragmento acima, conseguimos perceber, dentre tantos relatos e exemplos que possuímos no material coletado, que esse acontecimento no cotidiano da depoente pode ser caracterizado como as minúsculas criações e como o “lugar da recriação de si” como destaca Maffesoli (2001). Dandara (2017) estava cansada da vida que levava e conhecendo o novo companheiro, depositava nele, se respaldando no que conhecia do mesmo, que a partir desse novo relacionamos poderia viver uma vida diferente, com menos trabalho, mais diversão. O cotidiano de Dandara (2017) era marcado por duas ações segundo seu relato: trabalhar e guardar dinheiro. Quando conheceu o novo companheiro visualiza a possível recriação de si, por meio de novo relacionamento incluso no seu cotidiano,

O cotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão no presente. Todo dia pela manhã, aquilo que assumimos ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer do “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares de infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres” (CERTEAU, 2009, p. 31).

As contribuições de Certeau (2009) são apropriadas para particularizar o que significa cotidiano na vida dos sujeitos. O cotidiano é palco da vida. Todos estamos imersos em um cotidiano, que, como salienta Certeau (2009, p. 32) “nos pressiona dia após dia, nos oprime.” Exemplo, podemos encontrar nas palavras de Enedina (2018) que disse que logo depois que seus pais foram embora da cidade “acabei ficando morando com o meu irmão do meio e com a minha cunhada. Conseqüentemente essa

relação não deu certo né, enfim que fomos morar juntos eu e o namorado, né. Compramos a nossa casa e fomos morar junto. E ali começou as agressões físicas, do nada”. Enedina (2018) se viu oprimida, talvez pelos pais que foram embora da cidade. Ela, que pretendia concluir a faculdade, só se viu com uma opção, a de dividir a casa com o irmão mais novo para conseguir tal objetivo. Não dando certo o relacionamento com o irmão, o que lhe ocorreu foi dividir a casa com seu namorado, que em pouco tempo virou marido.

No cotidiano, assumimos o peso de nossas vidas e com ela as dificuldades de existir, de viver. Cada qual a seu modo. A vida das mulheres que vivenciam situações de violência doméstica demonstra quão difícil pode ser o dia a dia. O medo de ser agredida novamente, o temor de sair ou permanecer em tais situações, a relação da mulher com seus filhos, que por vezes presenciam as agressões que a mãe sofre, a inquietação com relação às formas de subsistência e às possibilidades de inserção no mercado de trabalho, a incerteza de saber se seus filhos terão o que vestir, o que comer, onde estudar. E, muitas vezes, mais preocupadas com eles do que consigo mesmas, muitas mulheres assumem o peso do cotidiano inteiramente sozinhas, sem avistarem saídas para encontrarem possibilidade de viver a vida sem violência.

Esse cotidiano que pressiona e oprime, ao qual se refere Certeau (2009) no excerto, na realidade da vida dessas mulheres, se apresenta também quando anunciam, durante as narrativas, manifestações de julgamentos que sofreram de alguns setores da sociedade, quando estavam inseridas em relacionamentos abusivos. Enedina (2018) narra que quando passou em um concurso público para assumir a vaga de professora no Município onde residia, foi questionada pelo servidor do departamento sobre a necessidade de assumir a vaga, já que o padrão de vida que seu companheiro proporcionava a ela era suficiente para a manutenção de todas as suas vontades. Dessa forma, seu salário não faria diferença no orçamento familiar, como podemos perceber na sequência:

Ai dois anos depois eu fui, eu tinha feito o concurso e ai eu fui chamada nesse concurso de professora do município. Foi em mil novecentos e noventa. Quando eu fui assumir o meu concurso tinha um senhor que trabalhava no departamento e ele falou pra mim que não era pra mim assumir o concurso. A escola em que eu iria dar aula era longe e que o padrão de vida que eu tinha não precisava eu ir lá. Disse que não faria diferença eu trabalhar. Tinha uma moça lá no meu trabalho, que eu até hoje assim; eu nunca vou esquecer e eu sempre falo dela para as minhas alunas, e ela falou assim pra mim, o melhor

marido é o teu salário e o teu emprego, esse não te abandona né.(ENEDINA, 2018).

No fragmento acima é possível perceber como ainda está enraizado na sociedade o quanto a mulher, depois de casada, deve ainda permanecer no ambiente privado. Enedina (2018) foi induzida, por um homem, a desistir da vaga em concurso público porque tinha um relacionamento com um homem abastado e “bem visto” pela comunidade da qual faziam parte. Na visão deste senhor, a mulher deveria abdicar de tudo o que não estivesse relacionado ao companheiro para se dedicar à casa, ao casamento e à família. O trabalho teria apenas função financeira, não importando as conquistas e autonomia que traz para a vida do sujeito.

Em contrapartida, a entrevistada narrou que ouviu de uma mulher “o melhor marido é o teu salário, é o teu emprego, esse não te abandona”. No fragmento persiste a visão de que garante a autonomia financeira e por decorrência a capacidade de. Importante analisarmos, portanto, que boa parte dos homens ainda continua entendendo que a mulher não precisa de autonomia financeira, porque é dever do homem trazer o dinheiro para dentro de casa e é dever da mulher permanecer dentro do lar cuidando da casa, do companheiro e dos filhos.

Atualmente ainda nos deparamos com julgamentos como o que ocorreu com Enedina (2018), pois a sociedade acredita que se o homem tem um valor aquisitivo maior, a mulher não precisa sair de casa para trabalhar e ajudar com as despesas, ou que tudo o que ela necessita pode solicitar ao companheiro que será atendida. Essa ação de proporcionar tudo o que a mulher necessita no início do relacionamento e o ato de impedir ela de trabalhar fora de casa, já é uma forma de violência e no futuro se torna uma arma do agressor contra a mulher, pois sem condições financeiras para libertar-se da situação, ela não encontra outra saída a não ser a de permanecer naquele lar, até que consiga se estabelecer financeiramente para que outras portas possam se abrir para ela.

Enedina (2018) ainda narra que, após o término do relacionamento, ela foi chamada pela diretora da escola em que trabalhava para ser alertada sobre a roupa que deveria utilizar para ir trabalhar dentro da instituição, sendo que ela era uma mulher separada e que esse fato poderia instigar os pais dos alunos da escola a assediá-la.

Essa diretora me chamou em uma sala, era segunda-feira bem após o feriado de carnaval e disse que eu não podia trabalhar se não fosse de calça comprida, blusa de manga até o pescoço, porque os homens

iriam me assediar e que provavelmente eu sairia com eles. Informou que ali não era lugar de mulher separada. E coisas assim que você não imagina quando escuta! tu não imagina que tu escuta, não tem nexo sabe, e que ela tinha me contratado sabendo da família que eu pertencia e que eles não tinham mais interesse no meu trabalho visto que eu não tinha mais esse sobrenome sabe, que agregaria (ENEDINA, 2018).

Enedina (2018) foi dispensada pela responsável da escola por não ter mais o sobrenome conhecido como era o do ex-companheiro. Atentamo-nos, agora, para o grau de violência presente na narrativa acima. A diretora da escola se pauta na separação de Enedina (2018) e do seu ex-companheiro, pessoa de renome na cidade em que residiam, para desfazer o vínculo empregatício que ela tinha com a escola. Para ela, como Enedina (2018) já não fazia mais parte daquela família, conseqüentemente não estava mais apta a ocupar a vaga de professora naquela instituição. Além da violência que sofreu do ex-companheiro, Enedina (2018) também foi violentada pela estrutura patriarcal que utilizamos para firmar as relações com o outro.

Existe no relato de Enedina (2018) duas questões importantes. A primeira é em relação à vestimenta que ela deveria usar para trabalhar, a partir do momento em que havia se separado do ex-companheiro, e a segunda é em relação ao sobrenome do ex-companheiro. Novamente a mulher é punida por ter cessado com a violência e pela escolha da separação. A diretora entendeu que, dependendo da roupa que usasse, Enedina (2018) estaria induzindo os pais das crianças a assediá-la. Quer dizer que se isso ocorresse a culpa seria dela, porque não estaria utilizando uma roupa “adequada” e condizente com o cargo de professora que estava ocupando na escola. O respeito que os pais deveriam ter por ela enquanto mulher e professora de seus filhos não tinha tanta importância.

Quantas vezes nos deparamos com comentários como, “mas também, estava pedindo que passassem a mão, olha só a roupa que estava usando”, “sai na rua com uma roupa dessa e depois não quer ser estuprada”, “depois quer que o homem se segure, mas anda com esse tipo de roupa só pra provocar”, “homem não é de ferro não é mesmo”.

O julgamento que a sociedade faz da mulher hoje, começando pela roupa que ela usa, é ainda muito forte, pois os comentários que citamos acima são ouvidos diariamente, principalmente quando são noticiados os casos de estupro contra a mulher.

Esse ponto de vista, demonstra o quanto a estrutura patriarcal está presente ainda hoje em nossas vivências. Esse entendimento de que a mulher deve ter um único

companheiro em toda a sua vida amorosa e que deve permanecer com ele, indiferente do que esteja acontecendo dentro de casa e na sua família, ainda é perpetuado pela nossa cultura, que entende ainda o casamento como algo sagrado e que, pautados em uma tradição e crença religiosa, entendem que “o que Deus uniu, o homem não separa”, e que o casal tem apenas a opção de permanecer junto “até que a morte nos separe”.

Tais exemplos apontados acima, representam, de forma bem breve, o quanto é dificultoso, para algumas mulheres, reestabelecer os vínculos com alguns setores da sociedade após conseguirem sair dos relacionamentos abusivos dos quais participaram. Percebemos que a sociedade ainda olha com “maus olhos” para as mulheres separadas, ou “desquitadas” (termo utilizado até pouco tempo para se referir às mulheres que tinham se separado dos companheiros). Acreditamos que o julgamento que a sociedade faz sobre essa mulher, acontece porque, infelizmente, a sociedade não tem real dimensão de como é grave o que elas vivenciam dentro de casa, o alto grau de violência que está impregnado na vida dessas mulheres. Isso se dá, como já mencionamos, porque os agressores se comportam de maneiras diferenciadas quando estão fora do ambiente doméstico, passando para a sociedade a impressão de que são bons maridos, pais e companheiros. Quando os episódios de violência se tornam públicos, que na maioria das vezes é quando a mulher decide denunciar, a sociedade não consegue entender os motivos que levaram aquele “bom homem” a cometer tais violências, o que acaba culminando, em praticamente todos os casos, na culpabilização da mulher por ter sofrido tais agressões.

Além de culpabilizar a mulher, a sociedade ainda não aceita que ela decidiu ou conseguiu romper com aquele ciclo de violência e que tem o direito de reescrever novas páginas da sua história. Essa não aceitação da sociedade de que a mulher pode se separar, encontrar outro companheiro ou até mesmo viver sozinha, é ainda muito forte e presente na atualidade, sendo resquício de uma história em que as mulheres não tinham outra opção senão a de continuar seus casamentos, mesmo sendo violentadas por seus companheiros em nome da família, o bem mais precioso que tinha a mulher, em razão da obrigação de zelar em nome dos “bons costumes” e da “honra”.

Trabalharemos agora com o conceito de representação, que tem relevância para o tema da pesquisa. Segundo Woodward

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos,

posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossas experiências e aquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (2011, p. 17-18).

Assim, os discursos e os sistemas de representações definem o lugar que a mulher pode ocupar e como tal fenômeno se manifesta. O lugar que ela ocupa condiciona as ações e as reações dela perante os acontecimentos de sua vida e podem colaborar para que possa responder as perguntas que a autora menciona.

Na mesma obra<sup>40</sup> em que Kathryn Woodward (2011) apresenta suas contribuições sobre o conceito de representação, Tomaz Tadeu da Silva também corrobora quando denota que

a representação é concebida unicamente em sua dimensão de significante, isto é, como sistema de signos, como pura marca material. A representação expressa-se por meio de uma pintura, de uma fotografia, de um filme, de um texto, de uma expressão oral. [...] A representação é, aqui, sempre marca ou traço visível, exterior. (2011, p. 90).

Para tanto, a representação, é importante, pois é a partir dela que damos sentido e significado a nossa existência e tudo o que dela faz parte. Embasados em uma cultura, da qual já fizemos parte desde nosso nascimento, utilizamos sistemas simbólicos como textos, imagens, expressões orais, etc. para produzir nossa identidade, conceito que ganhará espaço um pouco mais adiante em nossas discussões.

Por tais motivos, o conceito de representação é fundamental para que possamos compreender a partir de quais representações as mulheres sujeitos da pesquisa produzem e reproduzem alguns conceitos importantes – relacionamento, casamento, maternidade, paternidade, entre outros - considerando a temática da violência doméstica contra a mulher.

No depoimento de Clarice (2018), ela expõe um pouco sobre como era o relacionamento dela com a mãe e diz:

---

<sup>40</sup> A obra é intitulada Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.

[...] a minha relação e a da minha mãe sempre foi perturbada, eu sei que eu errei muito respondendo ela, sei que eu errei muito, errei muito com ela, só que ela errou muito com a gente. Então ela nunca sentou pra conversar comigo em respeito dos meus sentimentos, se eu estava gostando de alguém, de relação, o que eu tinha que fazer, se eu tinha que me cuidar, se eu tinha que me prevenir, então a minha mãe nunca foi disso, nunca nunca sentou, puxou uma cadeira e sentou pra falar comigo isso. Não tenho lembranças e eu tenho certeza que isso nunca aconteceu. (CLARICE, 2018).

Embasados pelo fragmento acima, é possível perceber qual era a representação de mãe que Clarice (2018) tinha e/ou ainda tem. No decorrer da narração, Clarice (2018) menciona, por diversas vezes, que acreditava que a vida dela poderia ter sido diferente se sua mãe tivesse conversado mais com ela sobre seus sentimentos, sobre as maneiras que são utilizadas para se prevenir de uma gravidez indesejada, dentre tantas outras questões. Para Clarice (2018) e para tantas outras pessoas, o papel social que atribuímos à mãe, dentre tantos outros, é também esse, o de proteger, de amparar, de explicar como as coisas da vida acontecem, de sentar e ter uma conversa “de mãe para filha”, conversa que em muitas ocasiões, como foi no caso de Clarice (2018), não acontece.

Essa não conversa, que segundo Clarice (2018) foi determinante para que ela se encontre na situação que está hoje, essa “função” que Clarice (2018) entende que sua mãe deixou de cumprir em relação a ela, o modo como a depoente visualiza essa representação do que é “ser mãe”, tem estreita relação com todos os símbolos que circulam e que encontramos hoje em nossa sociedade. De todas as formas – no comercial que é apresentado no horário nobre da televisão brasileira, que apresenta a família atarefada com seus afazeres e que a mulher está na cozinha cuidando do almoço ou do café da manhã, que está ajudando o filho com o dever de casa, que leva a filha menina no ballet, enquanto o pai leva o filho menino no futebol – em todos os meios de comunicação – TV, jornal, revista, livros didáticos, banners, fachadas de empresas, outdoors – em todos os âmbitos de nossa sociedade, que existe dentro de uma cultura, que de uma maneira ou de outra está relacionada a partilha de todos estes significados, ainda patriarcal e normativa, é essa a representação que a maior parte da população tem do que é “ser mãe”, “ser mulher”, “ser esposa”. Tais representações são carregadas de significados, que como salienta Woodward (2011, p.18), acabam “posicionando-nos como sujeito”.

Tais sistemas de representações, circundantes em nossa sociedade, dão suporte e sustentação para que, as identidades - que são adquiridas no dia a dia e que são moldadas levando em consideração uma série de padrões que também circulam na sociedade, com os quais as pessoas se identificam - possam ser assumidas pelos sujeitos, considerando também, que o mesmo indivíduo pode fazer uso de várias identidades, que serão acionadas dependendo do momento e do contexto em que o sujeito está inserido.

A identidade, também é entendida aqui, como um conceito relevante para a pesquisa, pois está estreitamente ligada ao conceito de representação e significado. Ainda Woodward (2011, p. 19), argumenta que

a cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade [...] Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais.

Sendo assim, as identidades que assumimos durante nossa existência, são moldadas pela cultura da qual fazemos parte e também pelas relações sociais que estabelecemos com os indivíduos e instituições que figuram a mesma. No dia a dia, “a complexidade da vida moderna exige que assumamos diferentes identidades” (WOODWARD, 2011, p. 32).

Essas diversas identidades são assumidas pelos sujeitos em relação aos lugares que frequentam e cada uma exige comportamentos diferenciados, embora não identificamos a atuação destas diferentes identidades, conforme afirma

Diferentes contextos sociais fazem com que nos envolvamos em diferentes significados sociais. Consideramos as diferentes “identidades” envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas as situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representandonos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos (WOODWARD, 2011, p. 30).

Para Bauman (2005, p. 19), “as "identidades" flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta [...]”. Nossa identidade de forma geral é instável, contraditória, fragmentada, inconsciente, inacabada, está ligada a estruturas discursivas e narrativas, e também aos sistemas de representação que a mulher constrói em estreitas conexões com as relações de poder que ela mantém com os vários agentes da sociedade. A identidade que assumimos nos diversos momentos de nossas vidas é moldada a partir da cultura, quando damos sentido às experiências e produtores de subjetividade.

A relação da agredida com os familiares chama a atenção no decorrer das narrações. Em todos os depoimentos o sentimento de mágoa e abandono é presente e, na maioria dos casos, relacionado às relações com os pais.

Nestes termos, “a família é o primeiro regulador da identidade física, psicológica e cultural do indivíduo e age sobre ele por meio de uma fortíssima ação ideológica” (CAMBI, 1999, p. 80). Assim, na infância, é dentro de casa e no espaço familiar que preponderam as relações experimentadas pelos sujeitos. É também nesse contexto, por meio dos ensinamentos e dos exemplos que somos condicionados para seguir premissas, que reproduzem repertório de comportamentos e costumes que são reproduzidos nas relações com a sociedade.

A rotina corrida, a falta de tempo e o cotidiano cada dia mais sobrecarregado de afazeres externos à família, contribuem para que, em muitas famílias, a criação dos filhos fique sob responsabilidade dos avós, tios, primos ou em muitos casos com pessoas externas à família.

Para as depoentes, a família não forneceu o apoio e as informações necessárias para entender o comportamento do corpo. Assim, em decorrência da vergonha ou medo silenciam dúvidas, calam-se diante das adversidades. Tal posicionamento é expressivo para Clarice (2018), que declara sentimento de mágoa em relação à mãe. Afirma que havia falta de atenção em relação aos seus sentimentos e ausência de informações sobre como se prevenir contra a gravidez na adolescência.

Durante toda a narrativa de Clarice (2018), a única vez em que falou do pai foi no fragmento acima. Em contrapartida, em muitos excertos da narrativa expressa sentimento de frustração em relação à mãe. Por vezes, culpabiliza a mãe pela ausência na infância e adolescência. Aponta a falta de atenção, carinho e cuidado da mãe como motivação para envolvimento com pessoas violentas.

Eu sempre lembrava dela e falava que sim, tudo poderia ter sido diferente pelo fato de você nunca ter conversado comigo. Eu não sei se a culpa é dela, eu carrego muito, uma culpa muito, muito grande dentro de mim por conta das minhas escolhas, mas eu acho que isso já vem de berço. Como diz o outro né, claro, cada cabeça é uma cabeça né, mas se ela tivesse me orientado, por eu ser nova ter me relacionado com homens. [...] ela via que eu, eu sou a mais nova da família, ela poderia ter me direcionado ao que eu poderia fazer pra não engravidar (CLARICE, 2018).

É interessante perceber, conforme o relato de Clarice (2018), que ela culpabiliza a mãe e depois se culpabiliza, pois acredita que a falta de atenção da mãe, aliada às suas escolhas foram responsáveis pela situação de violência que vivenciou. Em nenhum momento ela culpabiliza o pai e nem o companheiro, praticante das agressões, como culpados pelas violências cometidas contra ela. Outra coisa que chama atenção é quando ela fala “mas eu acho que isso já vem de berço”. Será que Clarice (2018) está se referindo às escolhas da mãe? Clarice (2018) mencionou em outro trecho da entrevista que “meu pai bebia muito e batia na minha mãe”. Percebemos, portanto, que a mãe de Clarice (2018) também vivenciou situações de violência quando casada com o pai da depoente. Quando Clarice (2018) fala que isso – a violência, já vem de berço, está se referindo ao fato de que sua mãe também foi vítima de violência e, por esse motivo, talvez ela também tenha passado por tais situações.

Comprendemos, a partir disso, que a culpabilização da mulher faz parte da cultura que, como mencionado em alguns outros momentos neste trabalho, ainda enxerga a mulher como oprimida, submissa, subserviente. A cultura do machismo, a cultura do patriarcado.

Em outro trecho da entrevista, novamente Clarice (2018) culpabiliza a mãe, pois na visão da depoente,

A minha mãe sempre deu prioridade aos relacionamentos dela do que às filhas, que no caso seriam três filhas mulher dentro da casa, [...]. Um sentimento assim que eu levo comigo que eu não posso falar com ela (choro) (pausa). Então é uma coisa que eu não consigo falar, ela sempre, ela sempre dando prioridade para as pessoas de fora e não para as filhas dela de dentro de casa, [...]. Mas a minha mágoa que eu tenho com a minha mãe é essa, (choro) dela sempre dar prioridade para os relacionamentos dela (CLARICE, 2018).

Clarice (2018) acredita que a mãe deu mais prioridades aos relacionamentos afetivos que teve na vida do que para ela e suas irmãs. Quando Clarice (2018) contou

um pouco da sua infância ela mencionou que “minha mãe sempre trabalhou muito, sempre foi muito trabalhadora, trabalhava dia e noite pra sustentar eu e as minhas irmãs,”. Cabe agora uma observação: A mãe de Clarice (2018), separada do seu pai, trabalhava em dois empregos, como ela mesma mencionou, “dia e noite”, para sustentar ela, as irmãs e Clarice (2018) ainda entende que a mãe dava prioridade para os relacionamentos.

Consideramos importante fazer essa observação, pois Clarice (2018) acredita que é função da mãe, mesmo trabalhando da forma que trabalhava, cuidar dos filhos e da casa. Ela reitera em seu depoimento que também acredita que a prioridade da mãe deve ser os filhos. Por quê em nenhum momento fala sobre a ausência do pai no sentido da ajuda para manter e subsidiar, de forma financeira, a existência dela e das irmãs? Por que não questiona o comportamento do pai, ao agredir a mãe e deixá-la sozinha cuidando de três crianças pequenas, precisando dar conta de colocar alimento na mesa da família?

Não o faz porque também olha para a mãe como o restante da sociedade, com um olhar carregado de machismo, preconceito e culpabilizações.

No depoimento da entrevistada é interessante a visão de maternidade e paternidade que se revela: o cuidado com os filhos é responsabilidade da mãe. O pai é coadjuvante e não é responsabilizado pelas dificuldades que se apresentaram ao longo da vida. Ademais, a tarefa de informar, formar e acompanhar, na visão da entrevistada, são funções femininas. De alguma maneira, esta percepção reforça o estereótipo de que há correspondência entre ser mulher e ser mãe e que o sentido da maternidade é único.

No caso da Lygia (2018), a primeira violência que sofreu foi da família, em específico pelos pais “Ela me vendeu para um casal” (LYGIA, 2018). Lygia (2018) foi vendida para um casal estrangeiro na infância. Com a ajuda do Conselho Tutelar, seu pai e sua avó, conseguiram impedir que ela fosse levada para fora do país pelo casal. Após o término desse episódio, Lygia (2018) ficou em uma casa abrigo até que seu pai conseguisse regularizar a questão da guarda.

Eu fiquei por uns dois anos e meio três anos na casa abrigo né, aí minha vó lutando pela minha guarda né, e meu pai principalmente. Minha vó nem tanto, mas daí eles conseguiram a minha guarda, então eu ficava metade do tempo com o meu pai e metade com a minha avó. (LYGIA, 2018).

Os pais da Lygia (2018) reataram o relacionamento tempos depois do episódio da tentativa de venda da filha. Lygia (2018) relata na entrevista que o relacionamento de seus pais era instável e que era comum as separações e retornos. Ela conta, também, que isso ocorria porque seu pai não tinha interesse em procurar trabalho, para que pudesse ajudar sua mãe nas despesas da casa e no cuidado com seus irmãos. A responsabilidade de criação dos filhos, o cuidado com a casa e demais recursos necessários para a sobrevivência familiar cabiam à mãe. Chegou um determinado momento que a mãe de Lygia (2018) decidiu que não queria mais o casamento e nem os filhos. Essa decisão possivelmente é resultante das dificuldades que a mãe de Lygia (2018) enfrentava no seu casamento, pois, como Lygia (2018) já relatou, seu pai não colaborava financeiramente para a manutenção da casa e despesas básicas. Conseqüentemente, todas essas responsabilidades, inclusive financeira, eram da mãe de Lygia (2018). Em um dado momento, a mãe de Lygia (2018) decidiu que não queria mais arcar com todas essas responsabilidades sozinha.

Minha mãe simplesmente colocou [...], tinha aquelas sacolonas de quem trás as coisas do Paraguai. A minha mãe colocou todas as minhas roupas e calçados dentro e me colocou pra fora de casa e falou: - a partir de hoje você se vire. Ela falou assim: você não é mais preocupação minha [...]. [...] minha mãe um dia chegou e falou assim pra mim: não sei mais o que vocês vão fazer, se você vai casar ou vai morar com o seu pai, eu só sei que eu não quero mais vocês, cansei de viver em função de filho e de casa eu quero é viver a minha vida (LYGIA, 2018).

Quando esse segundo abandono aconteceu, Lygia (2018) tinha doze anos de idade e a relação dela com a mãe era conturbada. Ela conta que seus irmãos mais velhos eram prioridade para a mãe e que, por vezes, a deixava de lado para colocar em prática as vontades dos irmãos e dos outros companheiros amorosos. Essa relação conflituosa que ela mantinha com a família influenciou no rendimento escolar de Lygia (2018). Na escola, começou a apresentar comportamentos violentos com os colegas, professores, equipe pedagógica, enfim, com todas as pessoas que tentavam, de alguma maneira, repreendê-la ou chamar a atenção por qualquer motivo. A depoente conta que, como fuga para aquelas situações, ela saía de casa e ficava até dias sem voltar.

[...] Foi aonde eu comecei a sair sabe. Eu saía e eu não tinha hora pra voltar, pra chegar, daí eu e a mãe brigava. A gente se surrava, eu avançava na minha mãe sabe, eu tava meio revoltada e eu não aceitava

mais apanhar de ninguém. O meu pai não falava nada, ele me aconselhava: - filha você não pode ficar fazendo isso, não pode fazer aquilo sabe, é errado. Mas mesmo assim eu não queria saber, eu não queria ficar na casa que eu morava e por causa da minha mãe também, porque a minha irmã morava com a gente, então tudo de melhor era pra ela. Então pra que eu vou ficar na casa se minha mãe só sabia me xingar e eu não podia me defender e só a minha irmã que prestava, então eu pegava e saía mesmo (LYGIA, 2018).

A entrevistada afirmou que era diminuída frente à irmã e que sentia falta do carinho da mãe, como na fala “[...] minha mãe sempre defendeu a minha irmã, minha mãe sempre deu de tudo pra ela, tudo, tudo, tudo, tudo, a mãe tinha que tirar da nossa boca pra dar pra ela [...]” (LYGIA, 2018). O sentimento de exclusão familiar e da disputa pelo carinho e atenção da mãe persiste.

[...] eles sempre me excluíram, sempre. Os meus irmãos eram os favoritos, os meus irmãos ganhavam presente de natal, os meus irmãos ganhavam presente de aniversário, a minha avó fazia bolo pra eles de aniversário. Eu nunca ganhei um bolo no meu aniversário, nunca, sabe. Minha mãe nunca fez uma festa pra mim quando eu era criança, era sempre pros meus irmãos e pra minha irmã sabe. (LYGIA, 2018).

Quando me deparei com a narrativa da história de Lygia (2018), senti certa similaridade com a minha: minha mãe também trabalhava fora, eu era a responsável pelo cuidado da casa e das minhas irmãs mais novas e por muitas vezes tinha sentimentos análogos. A questão é como cada pessoa produz sua subjetividade. Assim,

Através de quais jogos de verdade o homem se dá seu ser próprio a pensar quando se percebe como louco, quando se olha como doente, quando reflete sobre si como ser vivo, ser falante e ser trabalhador, quando ele se julga e se pune enquanto criminoso? Através de quais jogos de verdade o ser humano se reconheceu como homem de desejo? (FOUCAULT, 1984, p. 13).

Nesse sentido, vemo-nos diante de uma dificuldade: “pensar e pesquisar a subjetivação sem mergulhar em uma suposta interioridade do sujeito, mas dentro dos jogos discursivos de poder” (ALVES; PIZZI, 2014, p. 83) e fazer emergir as falas dos sujeitos.

Durante a narrativa, Lygia (2018) corrobora as palavras de Clarice (2018) quando revela que desde a infância, quando tinha seis ou sete anos, sua mãe saía de casa

para trabalhar de manhã e retornava ao final do dia. A narradora afirma que ficava responsável pela casa e pelo cuidado dos três irmãos mais novos.

Ao descrever este período de vida Lygia (2018) conta que “[...] nós era assim, sete dias por semana nós apanhava de cinto. Todo dia a mãe chegava em casa e nós apanhava. Nós não saía, se a mãe chegasse em casa e a gente tivesse na casa dos outros sabe, a mãe falava você não peça nada senão eu te arrebento a pau” (LYGIA, 2018). Percebemos, portanto, que a violência constituiu a existência da depoente e construiu sua subjetividade.

Nesses termos, a entrevistada reitera que a sensação de abandono foi uma constante, como na frase: “no sábado meu pai veio pegar os meus irmãos e eu arrumei as minhas malas para ir morar com a minha avó [...]. Quando eu cheguei na casa a minha avó falou simplesmente assim pra mim: aqui não tem lugar pra você, só pros teus irmãos” (LYGIA, 2018). Ninguém, nenhum familiar para acolhê-la, foi dividir despesas com algumas amigas que havia conhecido pouquíssimo tempo antes. Lygia (2018) conta que trabalhava cuidando de um casal de idosos durante a tarde e entregava o dinheiro que recebia para as meninas com as quais dividia as despesas da casa. O valor que Lygia (2018) recebia pelo trabalho que realizava era utilizado para ajudar a pagar as despesas do local de vida. Foi nesta casa, morando com essas amigas, que Lygia (2018) permaneceu por alguns meses até conhecer seu atual marido, com o qual mantém relacionamento (aproximadamente dez anos) no qual a violência é uma constante.

Clarice (2018) e Lygia (2018) foram criadas pela mãe, sem presença da figura paterna dentro do lar. Já Enedina (2018) teve a presença masculina dentro de casa, tanto na figura do pai como na dos irmãos. Ela se apresenta logo no início da entrevista como partícipe de família estruturada nos moldes patriarcais onde a mulher é proibida de trabalhar fora de casa e também de estudar,

sou a filha mais nova de uma família de três irmãos, sendo dois meninos e eu. Meu pai e minha mãe. Uma família basicamente estruturada, pai, mãe e três filhos, pai trabalhando fora e minha mãe nunca pode trabalhar, porque meu pai nunca permitiu que ela trabalhasse, nunca deixou ela sair de casa pra trabalhar nem pra estudar (ENEDINA, 2018).

Durante a narrativa, Enedina (2018) apresenta a mãe como uma pessoa “[...] extremamente submissa, ela vive um relacionamento submisso, é nunca teve violência

física dentro de casa, mas simbólica sim né, aquela coisa de oprimir, de que você não pensa de que sou eu que falo” (ENEDINA, 2018). Atualmente Enedina (2018) consegue visualizar que sua mãe sempre viveu um relacionamento abusivo e acredita que “ela não pode crescer pessoalmente porque seria uma grande mulher com certeza” (ENEDINA, 2018).

Para a entrevistada a mãe não conseguiu ser quem ela gostaria, viveu condicionada às vontades do marido, fazendo o que ele considerava certo ou adequado. Como seu pai controlava os passos da mãe, Enedina (2018) chegou à conclusão de que foi criada

[...] nessa família de que mulher não tinha voz, não tinha vez, tanto que pro meu pai eu não poderia estudar né. Fazer o ensino médio pra ele já era demais, não poderia estudar e sair fora de casa, tanto que eu fui fazer a minha faculdade tudo pelos meus próprios recursos. Ele nunca me ajudou pra estudar (ENEDINA, 2018).

Percebemos no relato de Enedina (2018) que novamente a figura masculina, no caso seu pai, criado certamente nos moldes patriarcais, acredita que a mulher não precisa estudar, tanto que nunca permitiu que sua companheira o fizesse. Enedina (2018) conseguiu, diferentemente de sua mãe, desvencilhar-se das restrições do pai, estudar e cursar o ensino superior. Por quê estudar não é entendido como fundamental para o pai de Enedina (2018) como para tantos outros companheiros ou pais das depoentes? Estudar é uma das formas que as mulheres podem obter informações valiosas de como se desvencilhar das situações de violência. Encontrar outras pessoas, presenciar cenas e histórias que se assemelhem com as suas, pode ser o primeiro passo para que as mulheres consigam visualizar que estão sendo vítimas de violência doméstica.

Manter a mulher sem contato com pessoas externas à família, sem conhecer novas possibilidades que não sejam aquelas que essas mulheres já estão acostumadas e que já naturalizaram em suas vidas, é uma forma de mantê-las cativas e sem condições de sair de tal posição.

Enedina (2018) rememora que, ao voltar para a casa dos pais, depois de sofrer violência física do seu ex-companheiro ouviu:

Escutei aquela velha frase do meu pai né: eu te avisei, você que quis, agora aguente. Enfim, que sempre naquela de que a mulher é

responsável pelo casamento e que é a gente que tem que mudar, que precisa ser amável, compreensiva (ENEDINA, 2018).

No relato acima percebemos que Enedina (2018) se sentiu segura assim que chegou na casa dos pais porque, de alguma maneira, como dizíamos no início desta seção, é o local percebido como espaço de proteção. Ela chegou à casa dos pais debilitada física e psicologicamente. O que Enedina (2018) escutou de seu pai reforça a ideia de que “[...] no interior de certa formação discursiva – esse feixe complexo de relações que faz com que certas coisas possam ser ditas (e serem recebidas como verdadeiras), num certo momento e lugar [...]” (FISCHER, 2003, p. 373). Naquele contexto, há um reforço do discurso corrente sobre o lugar que as mulheres deveriam ocupar, sobre a importância de manter as escolhas feitas anteriormente, ainda que isso significasse permanência em situação de violência.

Algumas das mulheres entrevistadas relatam dificuldades nas relações intrafamiliares. Karla (2017) é uma das depoentes que, durante a entrevista, deixou explícito que possui relacionamentos conflituosos com praticamente todos os integrantes da sua família, em especial com seu pai. Esse relacionamento conturbado é oriundo, segundo ela, da ausência que ela tem da figura paterna. Karla (2017) também conta que não sente nenhum afeto pelo pai.

[...] Ele nunca estava em casa, ele era ausente em todos os sentidos, ausente como pai, ausente como marido, ausente na vida escolar. Ele nunca foi a nenhuma reunião de escola, em nenhuma apresentação minha de escola e eu lembro que eu sofria também violência na escola. A diretora e os professores diziam: ontem teve reunião na escola e pra variar não veio ninguém da casa da Karla, nunca vem ninguém nas reuniões da casa da Karla. [...] Eu lembro que chorava escondido porque me fazia muito mal saber que eles não iam, que eles não ligavam pra mim e que as outras pessoas de fora percebiam isso. [...]. Com o meu pai não tenho nenhum tipo de afeto, eu não chamo ele de pai eu o chamou pelo nome. Eu estou chamando de pai agora em virtude dessa entrevista, mas eu, eu não conheço o que é pai. Eu não tive pai, eu não tive colo, eu não tive abraço, eu não tive ensinamentos. Eu só tive coisas ruins, conheci coisas ruins, tanto que eu não tive a figura de homem, eu não tive figura paterna (KARLA, 2017).

Essa dificuldade de afeto paterno se expressa na fala: “Eu nasci um dia depois do aniversário dele, pra piorar a situação eu nasci menina, porque ele rejeitava a gravidez. Mas ele sonhava em ter um menino e eu nasci menina! Nasci menina [...]. Nasci a menina que era a cópia dele.” (KARLA, 2017). Quando Karla (2017) fala que

seu pai queria um filho menino e ela nasceu menina, percebemos mais uma vez como a mulher é vista como inferior ao homem.

Das histórias que conhecemos ficamos perplexas e assustadas com a história da Anita (2017). Logo nas primeiras palavras de Anita (2017), durante a gravação da entrevista, meus olhos se encheram de lágrimas e a vontade de chorar se tornou quase incontrolável. Anita (2017) disse que a primeira pessoa que cometeu violência contra ela foi o pai, na infância.

Quando eu estava com meus treze para quatorze anos, mamãe foi cuidar da mãe dela que estava doente no hospital e ele de tarde foi para a bodega. A noite fui dormir, me tranquei a porta do meu quarto com meus dois irmãozinhos. Ele chegou bêbado, puxou de um facão, arrancou a tramela do quarto, entrou (pausa), tirou as crianças que estavam dormindo, colocou no outro quarto me fechou dentro do quarto, tentei fugir, me deu uma facãozada que tenho até hoje a marca do facão. Me deu um punhado de cibalena com cachaça pra tomar que era droga, eu dormi, apaguei que não vi nada. Quando acordei de madrugada tava amarrada na cama, cheia de sangue, não podia me mexer, toda doída, então comecei a chorar. Aí ele veio me soltou e disse: levanta e vai lavar toda essa roupa e não abra a boca quando tua mãe chegar que se não eu vou matar vocês. Mato vocês quatro, você tua mãe e teus dois irmãos e joga no poço que tem ali no fundo (ANITA, 2017).

Anita (2017) foi abusada sexualmente pelo pai e o resultado desse ato foi uma gravidez que mudou a vida dela para sempre. Poucos dias após a noite do abuso, a mãe de Anita (2017) voltou para casa e Anita (2017) não contou o ocorrido para a mãe, Nem ela sabia explicar ao certo o que tinha acontecido entre ela e seu pai. As ameaças surtiram efeitos, tiveram a função de provocar o medo e o pânico. Nova forma de violência, manter segredo sobre o ocorrido. Desde a tenra idade presenciara cenas de violência protagonizadas pelo pai. Neste contexto, a violência era dirigida aos irmãos, a mãe e a ela. Pouco tempo depois de ter sofrido violência sexual, Anita (2017) descobriu que estava grávida. Quebrou-se o silêncio! Contou para a mãe; novo silêncio! Anita (2017) disse que depois que seu pai descobriu que ela havia contado para a mãe,

Dali pra frente o castigo dobrou. O que ele descobriu que eu contei pra mãe, aí ele me dava tudo o que era tipo de veneno pra tomar pra matar o neném que nem ele fez com a minha irmã. Mas eu rezava e pedia a Deus que não, que não acontecesse. Rezava pra ele ir pra cadeia pra pagar o que ele tinha feito. Enfim, entre tantos e tantos venenos que ele me dava, até pólvora de espingarda com cachaça e caldo de feijão

ele fez eu tomar. Mas nada adiantou. Até que um dia eu resolvi conta pra uma cunhada minha, foi a minha sorte (ANITA, 2017).

O que estarecida com toda a situação narrada acima, é que antes de abusar sexualmente de Anita (2017), seu pai já tinha abusado também sexualmente de sua irmã mais velha e o resultado do abuso foi o mesmo: gravidez. Sua irmã também engravidou, mas antes mesmo de qualquer pessoa desconfiar do ocorrido ele deu um jeito na situação e,

[...] o velho bandido meu pai, fez aborto na minha irmã. Deu tudo o que foi veneno pra ela tomar e a noite que ela perdeu o neném eu não conseguia dormir. Ele me pôs no quarto dele, eu e meus dois irmãos pequenos no quarto dele e ficou no nosso quarto com ela. Mas pela fresta da parede eu via que ele colocava tijolo quente na barriga dela e ela chorava! Ela gritava, e eu perguntava o que ela tinha e o meu pai só me dizia que ela tinha cólica de rim e que ele tava fazendo remédio. Assim passei a noite sem dormir, cuidando o que iria acontecer. No clarear do dia, vi quando o velho nojento saiu de dentro do quarto com um embrulho no braço e foi longe de casa numa terraplanagem onde tinha um toco enorme de pinheiro e lá jogou aquele embrulho. Jogou querosene e lascou fogo. Depois veio pra dentro, fez fogo, tomou chimarrão e eu fiz que estava dormindo (ANITA, 2017)

Percebemos que na narrativa acima fica claro como a violência se perpetuou na família de Anita (2017). Primeiro, o pai violenta a mãe, depois abusa sexualmente da filha mais velha e por fim de Anita (2017). O ciclo da violência não é quebrado pela mãe, até que as filhas também sejam afetadas por tais violências. Isso ocorre com muita frequência nos atendimentos prestados pelo NUMAPE Unioeste/FB. Em muitos casos, a mulher denuncia a violência, logo na sequência fica sabendo que a filha também foi violentada, em muitos casos, inclusive, pelo pai. Quando a filha não foi abusada pelo pai, mas conviveu e presenciou muitos episódios de violência durante o relacionamento dos pais, por vezes é violentada pelo companheiro, e, em muitos casos, demora para conseguir denunciar ou contar para outras pessoas o que está acontecendo. Em grande parte, isso acontece porque não consegue quebrar o ciclo de violência no qual está inserida a tanto tempo.

A narrativa acima demonstra o quão cruel pode ser a violência doméstica contra as mulheres. O pai abusa sexualmente da filha, o abuso resultou em uma gravidez, e logo que descobre o desfecho do abuso, o agressor resolveu eliminar a nova vida, incendiar o “embrulho” como se assim fosse possível eliminar as cenas de terror

encenadas na residência. A descrição deste cenário pode ser coligada à letra da música “A casa é um porto, onde a barca da morte, de quando em vez ancora” (Fagner – Reino/Minueto da Porta). Marques (2008, p. 135) ainda que se referindo a outra situação, afirma “a casa é tradicionalmente reconhecida como símbolo de intimidade e/ou casca protetora que separa o homem do mundo, estando no mundo (mas a casa é mundo) [...] se a casa é lugar de intimidade, é também lugar de intensidades”. A autora se refere à intensidade do que é vivido<sup>41</sup> na casa.

Constatamos também que as violências passadas são componentes que permanecem ativos na produção que os sujeitos fazem de si e na forma como acessam o mundo e as relações no seu interior. Percebe-se, também, que os abusos sofridos na infância tiveram relação com as situações de violência doméstica.

Na sequência, apresentaremos como se desenvolveram as relações afetivas. Por meio das entrevistas narrativas adentramos ao mundo das entrevistadas.

### **2.3 Relacionamento: afetividade e violência**

A partir desta seção consideramos importante e necessário conceituar dois termos: poder e violência.

Para Foucault, (1979, p. 183)

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

---

<sup>41</sup> Na tese a autora explora a ideia de que o que os sujeitos vivem naquele lugar é produtor de subjetividade da mesma forma que afirma que a representação de casa como casca protetora pode não ter correspondência com o que os sujeitos experimentam na vida cotidiana.

Assim, do ponto de vista de Foucault (1979), o poder está presente em todo o tecido social e se apresenta de forma difusa. Não é algo que uns tem e outros são desprovidos, ou que aquele que não o tem pode tomá-lo daqueles que o possuem, o poder não é uma substância. Poder é exercício, circula e só funciona em cadeia. Não está presente aqui e não ali, o poder só existe quando circula e se exerce nas relações sociais (como fractais).

Tais relações sociais produzem os indivíduos, que são os primeiros efeitos do poder. Segundo Foucault, (1979, p. 183-184).

[...] aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constitui.

Portanto, onde há seres humanos, que se relacionam e dividem os mesmos espaços, há poder. O poder até pode parecer invisível, mas existe e é transmitido, reproduzido e perpetuado através dos indivíduos. O poder age de modo rebuscado e sutil, envolvendo todos os sujeitos que estão envoltos em relações de poder e não podem ser considerados fora de tais relações. Os gêneros produzem-se nas e pelas relações de poder (LOURO, 2014). Ainda, segundo Foucault (1995, p. 244):

Quando se definimos o exercício do poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, quando o caracterizamos pelo “governo” dos homens uns sobre os outros – no sentido mais largo do termo – inclui-se, nesse caso, um elemento importante: a liberdade. O poder não se exerce senão sobre “sujeitos livres” e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no qual muitas condutas, muitas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer. Não há relações de poder onde as determinações estão saturadas – a escravidão não é uma relação de poder, pois o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física de coação), mas apenas quando ele pode se deslocar, e no limite, escapar. Não há, portanto, um confronto entre poder e liberdade, numa relação de exclusão (onde o poder se exerce e a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: neste jogo a liberdade aparecerá como condição de existência do poder. A relação de poder e a insubmissão da liberdade não podem, então ser separadas.

Remetendo-nos ao tema desta investigação, os agressores e as mulheres que são alvo das agressões vivem intensas relações de poder. Ambos são “sujeitos livres”, pois, como Foucault menciona acima, o poder não se exerce senão sobre esses sujeitos. Esse “campo de possibilidades” que se refere Foucault, para as mulheres com as quais estamos trabalhando, podem ser as possibilidades de sair dos relacionamentos abusivos e conseqüentemente deixar de ocupar o lugar de vítima.

O poder se exerce em meio às relações desiguais e móveis. Os poderes que os agressores exercem sobre as mulheres que violentam são muitos, dentre eles: o poder de decidir qual roupa ela deve usar, se vai ou não ter filhos, quais serão suas amigas, com quais pessoas pode se relacionar. Quando fere sua autoestima, quando humilha, diminui. Quando a trata como ser inferior, quando atinge o psicológico da mulher. Quando controla, limita, vigia. Do outro lado do poder, temos a resistência, que, segundo Foucault, está em todo o tecido social e todos nós possuímos.

[...] onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder [...] Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a apreensão. Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa — alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder (FOUCAULT, 1995, p. 244).

A mulher, no nosso caso, está do outro lado do poder, ocupando o lugar da resistência, e seu poder contra o agressor, na maioria dos casos, é a denúncia. Ela também exerce poder em relação ao companheiro denunciando as agressões que vem sofrendo, quebrando assim o ciclo da violência.

Relacionando o conceito de Foucault (1979) com a temática da pesquisa, compreendemos que as mulheres que sofrem violência doméstica estão inseridas nos processos de produção do ser homem e ser mulher que se organizam nas relações sociais. Produto e produtoras das relações sociais.

Já o termo violência, deriva do latim *violentia*, cujo significado é violência, força. O “verbo é *violare*, significando violentar, transgredir. Ambos derivam de *vis*,

que tem o sentido de potência, vigor, força física como também de quantidade, abundância, essência, emprego da força” (RUIZ; METTIOLI, 2004, p. 113).

Já Teles e Mello (2012, p. 13), conceituam violência em seu significado mais frequente, entendendo-a como:

[...] uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Para Alfredo Veiga Neto (2003, p. 119), a violência “age apenas sobre o corpo, age diretamente sobre uma coisa, submetendo-a e destruindo-a. Existem dois polos antagônicos - um sujeito que a pratica e outro que a sofre, cuja única alternativa é a resistência ou a fuga”.

A violência ocorre quando se excede o poder. Quando o companheiro não consegue mais exercer poder de decidir sobre a vida daquela mulher, ele acaba partindo para a violência, sendo ela praticada de todas as formas.

Isto posto, é possível perceber que a violência é entendida pelos diversos autores como o uso de força física, psicológica ou intelectual, para manter sistemas classificatórios que posicionam os sujeitos.

Entende-se então que a violência doméstica contra a mulher é uma relação de poder que posiciona homens e mulheres de maneira diferenciada. Este tipo de violência demonstra que os lugares sociais são impostos tanto para os homens quanto para as mulheres e que estas relações, por vezes, tornam-se abusivas e violentas. Sabemos que muitas vezes aparece o processo de naturalização que são sobrepostos nos processos de socialização dos sujeitos.

Quando analisamos o próprio termo “violência contra as mulheres”, podemos perceber que é denominada assim por ser praticada contra pessoas do gênero feminino, e que o ser mulher a torna suscetível a ações violentas. A violência de gênero é forma de discriminação do sujeito pelo fato de pertencer a determinado gênero.

A violência contra as mulheres é vista da forma que se apresenta em nossa sociedade como resultado de um processo histórico de controle sobre os corpos e se inscreve nos homens e mulheres que partilham determinados significados. Nesse

contexto, Teles & Melo (2012) entendem que as mulheres, ao serem tratadas como propriedade dos homens, perderam autonomia, liberdade e o controle sobre o próprio corpo.

Já temos conhecimento de que toda essa construção histórica e cultural da violência doméstica contra a mulher começa com o patriarcado, que, de acordo com Therborn (2006, p. 29 e 30), “[...] refere-se às relações familiares, de geração ou conjugais – ou seja, de modo mais claro, às relações de geração e de gênero. [...] o núcleo do poder patriarcal constituiu, acima de tudo, no poder do pai sobre a filha e do marido sobre a mulher”.

Após conceituar poder e violência, a partir de agora pretendemos visualizar como tais conceitos aparecem nos episódios de violência e como eles se concretizaram e naturalizaram no cotidiano e na vida dos sujeitos.

## **2.4 Das formas de violência contra a mulher**

A Lei nº 11.340/2006, intitulada Lei Maria da Penha, é o dispositivo jurídico que o Brasil possui para julgar os casos de violência doméstica contra as mulheres que ocorrem no nosso país. Os números são indicadores de que tais ações ocorrem todos os dias em proporções alarmantes. A lei foi criada no Brasil, no ano de 2006, e teve como principal objetivo “criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006). No artigo 7º da lei, identificamos as cinco formas de violência contra a mulher, sendo elas: violência física, psicológica, sexual, moral e patrimonial.

Em consulta ao Balanço Anual<sup>42</sup> do ano de 2018, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, visualizamos que desde a criação da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 realizada no ano de 2005, a central já registrou 5.965.485 atendimentos.

No ano de 2016, último ano em que saiu tal balanço, a central realizou 1.133.345 (um milhão cento e trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco) atendimentos, tendo uma média de 94.445 atendimentos/mês, e 3.096 atendimentos ao dia. Essa quantidade foi 51% superior ao número de atendimentos realizados no ano de 2015 (749.024).

---

<sup>42</sup> O Balanço Anual é um documento criado Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, que apresenta um relatório sobre os dados e denúncias recebidos pela Central disque 180, canal de denúncia anônima.

Percebemos, portanto, que em 2016 a central teve um aumento de 51% na quantidade de atendimentos em relação a 2015, apontando que mais mulheres utilizaram tal canal para sanar suas dúvidas ou realizar a denúncia. Porém, analisando o mesmo número é possível compreender que violência contra a mulher tem aumentado.

Do número total de atendimentos realizados no ano de 2016 - 1.133.345 (um milhão cento e trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco), 53,69% corresponderam à prestação de informações. Desses registros, 25,25%, representando o número de 143.644 (cento e quarenta e três mil, seiscentas e quarenta e quatro mulheres), foram relativas à Lei Maria da Penha e à violência doméstica e familiar.

Essa informação nos ajuda a perceber que mais mulheres estão procurando cada vez mais informações sobre a violência doméstica. Conhecendo seus direitos e a existência da Lei Maria da Penha a mulher pode dar o primeiro passo para sair da situação de violência.

No viés educativo do trabalho que o NUMAPE Unioeste/FB realiza, a principal atividade é levar ao maior número de pessoas as informações básicas sobre o funcionamento da Lei Maria da Penha, quais são as cinco formas de violência que existem contra as mulheres e por qual caminho é possível desvencilhar-se de tais situações. Em várias ocasiões, recebemos relatos de mulheres que não tinham conhecimento sobre a existência da lei e nem sobre seu funcionamento. Quando tiveram acesso a tais informações, conheceram as formas de violência e puderam assim compreender que estavam sendo violentadas, pois quando liam o material de divulgação do projeto, conseguiam aplicar os exemplos que constam nele nas suas vidas. Ter acesso às informações corretas pode ser o primeiro passo para quebrar o ciclo da violência e, neste sentido, o projeto consegue auxiliar muitas mulheres que procuram atendimento todos os dias.

Esmiuçaremos a partir de agora como as cinco formas de violência aparecem no cotidiano das depoentes, apresentando ao leitor dados sobre cada forma de violência, coligando os mesmos com o relato das mulheres.

#### **a) Violência Física**

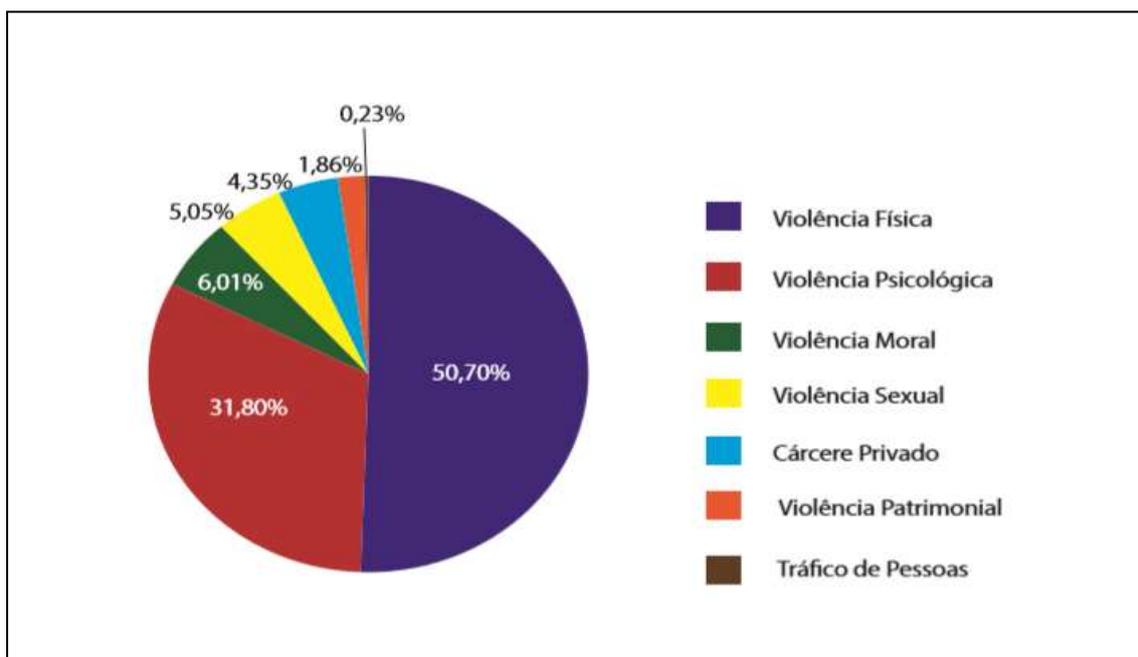
O inciso I do artigo 7º conceitua o que podemos compreender como a primeira forma de violência doméstica, sendo ela a violência física, entendida como “qualquer

conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal” (BRASIL, 2006). Na legislação, a prática do tapa, soco, empurrão, chute, mordida, puxão de cabelo, machucar o corpo da vítima com objetos cortantes, são consideradas condutas de violência física que podem ser cometidas contra a mulher no ambiente doméstico e familiar.

Todas as participantes da pesquisa foram agredidas fisicamente. Algumas delas apenas uma vez, outras sofreram esse tipo de violência desde o início do relacionamento e algumas ainda permanecem em tais situações.

No balanço do ano de 2016, realizado pela Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 12,38% das ligações realizadas para o Ligue180, o que representa o total de 140.350 (cento e quarenta mil trezentos e cinquenta), referiam-se a relatos de violência contra a mulher. A violência que mais foi relatada pelas mulheres foi a física, como podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 21:** Denúncias realizadas anonimamente no canal Disque 180, que apontam quais violências eram denunciadas.



**Fonte:** Dados obtidos em consulta ao Balanço anual do Ligue180/SPM.

O gráfico aponta que mais de 50% dos relatos foram em relação a violência física, o que consideramos um número expressivo, já que na maioria dos casos em que a violência física ocorreu as outras formas de violência também já perpassaram a vida da

mulher. Estudos como o da psicóloga americana Lenore Edna Walker<sup>43</sup>, a partir de estudos que desenvolveu com 1.500 mulheres em situação de violência doméstica, perceberam que esse tipo de violência apresentava um padrão, que ela denominou de “Ciclo da Violência”. Tal ciclo aponta que a violência entre homens e mulheres em suas relações íntimas e de afetividade, apresenta três fases, conhecidas como: a) acumulação da tensão; b) explosão; e c) lua-de-mel.

Na primeira fase - a fase de acumulação da tensão - a violência começa a aparecer de forma gradual, podendo começar com as agressões verbais, provocações, xingamentos, discussões, que vão se agravando até que incidentes de agressões físicas leves ocorram, como tapa, empurrão, puxão de cabelo, dentre outros. Na segunda fase – a fase da explosão – as agressões que antes eram consideradas leves vão acontecendo com mais frequência e se tornando agressões físicas graves, que, com o passar do tempo, culminam na explosão, onde o agressor provoca lesões sérias e graves no corpo da mulher, como vamos acompanhar no depoimento das depoentes mais à frente.

Após o incidente agudo de violência, inicia-se a fase de lua-de-mel, em que o agressor, arrependido, passa a ter um comportamento extremamente amoroso e gentil, tentando compensar a vítima pela agressão por ele perpetrada. O comportamento calmo e amoroso, contudo, depois de um tempo, dá lugar a novos pequenos incidentes de agressão, reiniciando-se a fase de acumulação de tensão e, conseqüentemente, um novo ciclo de violência.

Nos relatos apresentados na sequência, reunimos algumas narrações sobre episódios em que as depoentes sofreram violência física por parte dos seus ex-companheiros.

---

<sup>43</sup> Lenore Edna Walker é uma psicóloga americana que fundou o Instituto de Violência Doméstica, documentou o Ciclo de Abusos e escreveu *A Mulher Maltratada*, pelo qual ganhou o Distinguished Media Award em 1979. Nasceu em 3 de outubro de 1942, em Nova York. Ela viveu e trabalhou em Denver, Colorado, onde era psicóloga licenciada, era líder no campo da violência doméstica e era presidente e diretora executivo da Walker & Associates. Para pesquisar a violência familiar, Walker fundou o Domestic Violence Institute. Ela testemunhou como testemunha especialista em julgamentos envolvendo abuso doméstico e desenvolveu programas de treinamento em violência doméstica e elaborou uma reforma legislativa. Walker entrevistou 1.500 mulheres que sofreram violência doméstica e descobriu que havia um padrão semelhante de abuso, chamado de “ciclo de abuso”. Ela escreveu o livro *A Mulher Maltratada* pelo qual ganhou o Distinguished Media Award no mesmo ano.

Clarice (2018) narra uma das três tentativas de homicídio que sofreu de seu atual companheiro,

[...] então nesse momento ele me chamou até ele. Eu estava deitada no chão e ele estava sentado na cama. Eu falei pra ele que não! Que era pra gente conversar outro dia quando ele estaria mais calmo. Então ele me chamou de novo, [...] e ele falou: - venha aqui que eu quero conversar com você. Então eu levantei e a hora que eu cheguei perto dele ele falou assim: -agora eu vou te matar. [...] Ele puxou a faca e a hora que eu vi ele puxando a faca eu comecei a gritar [...] Dei um passo para correr pra fora e senti que ele já tinha me atingido por três vezes [...] A única sensação se eu senti é que ele tinha me dado um soco nas costas, apenas um soco, e foi nessa hora que eu caí no chão (CLARICE, 2018)

Nesta ocasião, Clarice (2018) foi golpeada com uma faca por três vezes. Clarice (2018) relata também que essa agressão aconteceu quando ela decidiu que não queria mais continuar naquela relação e que gostaria de separar de forma amigável de seu companheiro. Quando narra que “estava deitada no chão e ele estava sentado na cama”, percebemos, a partir do posicionamento deles, que o homem ocupa o lugar de poder naquele momento, ele olha de cima para a companheira que está deitada no chão. Antes que fosse agredida com as facas, discussões entre os dois já haviam ocorrido, pois o companheiro não aceitava o término do relacionamento.

Outra questão importante que podemos visualizar no relato acima é que, ao saber da decisão de dar fim ao relacionamento, a primeira ação cometida pelo agressor foi tentar matar Clarice (2018). Hoje, em praticamente todos os casos de feminicídio, a mulher é morta porque o companheiro não aceita o fim do relacionamento. Na mídia, o que mais encontramos são manchetes noticiando tais mortes. “Enciumado”, “inconformado com o término do relacionamento”, “descontrolado” e até “apaixonado”, são os adjetivos utilizados pela sociedade para nomear os homens que assassinaram suas namoradas, ex-namoradas, mulheres, companheiras etc., contribuindo para a legitimação da morte de tantas mulheres hoje no Brasil.

O Mapa da violência apresenta dados relacionados ao número de homicídios de mulheres no Brasil, fazendo um panorama da violência durante dez anos, do ano de 2003 ao ano de 2013. Realizamos um recorte somente dos dados da região sul do Brasil, como podemos visualizar abaixo.

**Tabela 5:** Homicídios de mulheres por UF e região. Brasil 2003/2013.

UF/REGIÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Δ% 2003/13	Δ% 2006/13
Paraná	227	249	239	249	241	306	331	338	283	321	283	24,7	13,7
Rio Grande do Sul	177	195	209	162	193	219	225	227	202	247	210	18,6	29,6
Santa Catarina	69	79	68	91	70	86	93	110	74	104	102	47,8	12,1
Sul	473	523	516	502	504	611	649	675	559	672	595	25,8	18,5
BRASIL	3.937	3.830	3.884	4.022	3.772	4.023	4.260	4.465	4.512	4.719	4.762	21,0	18,4

Fonte: Mana da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. P. 42.

Percebemos, portanto, que, por exemplo, no Estado do Paraná, se considerarmos a partir do ano da promulgação da Lei Maria da Penha, em 2016, o número de mulheres mortas aumentou no Estado, como também no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Importante considerar também que o Paraná é o Estado com maior número de vítimas.

Agora atentamo-nos para os números a nível de Brasil. Em 2003 o número de mulheres mortas foi de 3.937. Já em 2013, esse número chegou a 4.762 mulheres, um acréscimo de 21% em uma década. Ainda, segundo informações do Mapa da Violência, os números registrados em 2013 representam uma média de 13 homicídios por dia no Brasil.

Na vida de Dandara (2017), a violência física cometida pelo ex-companheiro contra ela vitimou seus dois filhos. A seguir ela relata como aconteceu.

[...] Eu estava grávida de gêmeos. Quando ele chegou em casa, ele estava transtornado e ele me deu um soco e um chute que eu cai da beira da cama[...] Daí depois daquele momento eu não senti mais movimento nenhum na minha barriga. Mas eu também não podia falar porque ele podia me matar né, aí eu fiquei a noite inteira agonizando de dor. [...]eles me sedaram e os bebês estavam mortos. Os dois estavam mortos, um tinha morrido lá na quarta-feira com a pancada e o chute que eu levei porque ele estava com o nariz assim (leva a mão até a região do nariz) todo machucado e a cabecinha roxa assim (leva a mão até a região da cabeça) afundada e o outro morreu intoxicado (DANDARA, 2017).

Usamos como exemplo um dos episódios de violência narrados pela depoente, dentre tantos que ocorreram em sua vida, inclusive enquanto estava grávida. Dandara (2017) já tinha uma filha com seu primeiro companheiro, que no momento do ocorrido

já era adolescente. Por insistência do marido, que nutria nele a vontade de ser pai, Dandara (2017) engravidou novamente.

É possível, por meio do relato da depoente, perceber o quão grave são os efeitos da violência, neste caso física, que ocorre dentro das casas das mulheres. Dandara (2017) foi agredida pelo companheiro de forma tão grave que acabou perdendo os filhos que esperava. Com “socos” e “chutes” o ex-companheiro feriu gravemente o corpo de Dandara (2017) e tirou a vida de seus dois filhos. Atentamo-nos aqui para a gravidade da violência que é praticada contra essas mulheres. Uma, aliás, duas vidas foram ceifadas pelo agressor. Muitas pessoas podem imaginar que violência física se resume em tapas, pontapés, socos e chutes, mas, por meio do depoimento de Dandara (2017) pudemos depreender que é muito mais grave do que aparenta ser.

No momento em que as violências aconteceram, Dandara (2017) já sabia que tinha perdido os filhos, pois não sentia mais nenhum movimento dentro da barriga. Mesmo depois de ser agredida tão brutalmente, como relatou, ela ainda precisou sofrer em silêncio, pois tinha medo de ser morta pelo companheiro: “ele podia me matar né”. O medo de morrer acompanha essas mulheres durante toda a vida.

Lygia (2018) também foi agredida fisicamente pelo companheiro de diversas formas. Já esteve sob a mira de uma arma de fogo: “ele pegou e empurrou a minha cabeça assim no chão e ele pegou a arma e apontou assim pro lado e ele deu um tiro. O tiro atravessou a porta” (LYGIA, 2018). Depois de quase ser morta por um tiro de arma de fogo, o companheiro ainda “me bateu, me bateu, me bateu! Me bateu até eu não conseguir levantar. Eu entrei pra dentro, ele me deixou dormindo no chão sem cobertor, sem travesseiro sem nada, sangrando com dor, eu gemia de dor. Ele dormiu na cama” (LYGIA, 2018).

O relato demonstra como o homem utiliza da sua posição social de “superioridade” que, por ser homem, acredita que tem sobre a mulher, para cometer a violência. Depois que agride, ainda continua tratando a mulher como inferior, pois ela dorme no chão, enquanto ele dorme na cama, ela sente dor enquanto ele sente satisfação por ter “mostrado pra mulher quem é que manda<sup>44</sup>”. O homem faz uso da força física para agredir a mulher quando percebe que está perdendo sobre ela a posse, o sentimento

---

<sup>44</sup> Essa expressão se popularizou hoje na sociedade, e escutamos ela em praticamente todos os relatos das mulheres que procuram o NUMAPE Unioeste/FB para buscar atendimento.

de dominação, a ideia de propriedade que tem em relação a mulher, como se ela fosse um objeto, uma coisa e não um sujeito.

Lygia (2018) relatou que o companheiro “me bateu assim mais na cara sabe. Bateu pra me deixar marcada e a hora que eu me ver no espelho eu ver que não é pra mim fazer as coisas erradas” (LYGIA, 2018). Este trecho é marcante e merece um pouco da nossa atenção. O ato de bater no rosto da mulher é para homem, mais uma vez, a demonstração da sua superioridade em relação a ela. Ele acredita que, assim, acima de tudo, reafirma essa estrutura da sociedade de que a mulher deve obediência a seu companheiro, de que o homem é que molda a mulher conforme ele acredita ser o correto.

O uso de drogas e bebida alcoólica apareceu em praticamente todos os relatos que coletamos. Não estamos querendo dizer que por fazerem uso de tais substâncias os agressores estariam justificando suas condutas errôneas, mas consideramos importante explicar que a violência física acontece com maior frequência quando o homem está sob o efeito delas. Lygia (2018) narra:

Ele chegava de madrugada em casa e do nada ele me tirava pelos cabelos da cama. Ele começou a usar drogas. [...] na hora que ele me deu o soco eu fiquei tonta e inchou na hora aqui assim sabe (mostra o lado esquerdo do rosto onde levou o soco). Foi onde que eu apanhei sem dever nada sabe. Todo dia era assim! Eu comecei a apanhar todo dia! Todo dia! Todo dia todo dia sabe, porque ele chegava bêbado ou drogado em casa e eu apanhava (LYGIA, 2018)

Percebemos que o uso de álcool e drogas aparece como variável significativa para que a violência física aconteça. Tal situação é também narrada pelas mulheres que recebem atendimento no NUMAPE Unioeste/FB.

Sabemos que nenhum motivo justifica as agressões sofridas. A partir dos depoimentos podemos notar que não existiu luta corporal entre os sujeitos. Assim, uma das hipóteses do uso da violência física é o rompimento na relação hierárquica estabelecida entre os gêneros, pois “na medida em que o poder é essencialmente masculino e a virilidade é afetada, frequentemente, pelo uso da força, estão reunidas nas mãos dos homens as condições básicas para o exercício da violência” (SAFFIOTI, 1998, p. 57).

## b) Violência Psicológica

No inciso II do artigo 7º da Lei Maria da Penha, que,

a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (BRASIL, 2006).

Na vida cotidiana, a violência psicológica costuma ser a primeira a acontecer e se perdura no ciclo da violência. E, a partir dos depoimentos, podemos afirmar que tal ação marca profundamente a mulher. Com o psicológico atingido, com o passar do tempo, as outras formas de violência se cristalizam e naturalizam na trama da vida diária das mulheres. O mapa da violência do ano de 2015 aponta que a violência psicológica aparece em segundo lugar, quando falamos dos tipos de violência praticada contra a mulher, como é possível visualizar na tabela abaixo.

**Tabela 6:** Número e estrutura (%) de atendimentos de mulheres pelo SUS, segundo tipo de violência e etapa do ciclo de vida. Brasil. 2014

Tipo de violência	Número						%					
	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total	Criança	Adolescente	Jovem	Adulta	Idosa	Total
Física	6.020	15.611	30.461	40.653	3.684	96.429	22,0	40,9	58,9	57,1	38,2	48,7
Psicológica	4.242	7.190	12.701	18.968	2.384	45.485	15,5	18,9	24,5	26,6	24,7	23,0
Tortura	402	779	1.177	1.704	202	4.264	1,5	2,0	2,3	2,4	2,1	2,2
Sexual	7.920	9.256	3.183	3.044	227	23.630	29,0	24,3	6,2	4,3	2,4	11,9
Tráfico seres	20	16	28	30	3	97	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0
Econômica	115	122	477	1.118	601	2.433	0,4	0,3	0,9	1,6	6,2	1,2
Neglig./abandono	7.732	2.577	436	593	1.837	13.175	28,3	6,8	0,8	0,8	19,0	6,7
Trabalho Infantil	140	133				273	0,5	0,3	0,0	0,0	0,0	0,1
Interv. Legal	75	94	64	90	29	352	0,3	0,2	0,1	0,1	0,3	0,2
Outras	649	2.359	3.228	4.978	684	11.898	2,4	6,2	6,2	7,0	7,1	6,0
Total	27.315	38.137	51.755	71.178	9.651	198.036	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. P. 42.

Mesmo aparecendo em segundo lugar, tanto nos dados apontados pelo Balanço anual do ano de 2016, indicado no gráfico 21 pág. 120, quanto nos dados do Mapa da Violência do Ano de 2015, que acabamos de ilustrar, a violência psicológica é a principal forma de violência doméstica que acomete as mulheres.

A violência psicológica é silenciosa e começa aos poucos. Impedir a companheira de sair de casa sozinha, pedir para que não use mais determinadas roupas, que não frequente mais determinados lugares, que não mantenha mais determinadas amizades, que não fale com algumas pessoas de seu convívio, são as condutas iniciais da violência psicológica na vida da mulher. Dandara (2017) narra alguns desses exemplos.

Eu já não saia mais sozinha, eu já não saia de casa com o vidro do carro aberto. Eu já não podia ir na academia, não fazia mais massagem. Já não podia usar a roupa que eu gostava. Eu não podia usar óculos de sol, não podia olhar pros lados. Ele queria mandar em tudo, no cabelo, na roupa, em tudo, no perfume. Isso eu nem usava mais. E assim aquilo começou meio que a me incomodar. Eu comecei a meio que falar e quando falava, ele falava mais alto do que eu. Eu pra não criar atrito, não criar problema, [...] eu ficava quieta e aceitava. [...] se eu tomasse um banho, por exemplo, e colocasse uma roupa, ele olhava assim pra mim e falava:- não, você não vai usar essa roupa! Você vai tirar essa roupa. E eu falava que eu gostava, essa roupa está normal. Está descente, comprida. Ele dizia:- não, eu não quero que você use isso e tal e se eu permanecesse com a roupa que eu queria usar ele gritava e saía. Aí ele bebia e voltava no outro dia. Daí ele usava muitas drogas chegava em casa e ele já gritava. (DANDARA, 2017).

Quando já proibiu a mulher de fazer coisas das quais gostava, o agressor começou, então, uma espécie de vigilância constante em relação à companheira, como forma de monitorar praticamente todos os seus passos, a fim de saber tudo a seu respeito. Importante reiterar, também, que o “amor” é a justificativa que o agressor utiliza para apresentar tais comportamentos. Dandara (2017) conta um pouco de como era essa vigilância constante que o companheiro fazia sobre ela.

[...] ele fazia eu viajar com ele o tempo inteiro. Isso porque ele não me deixava em casa. Eu tinha que estar do lado dele o dia inteiro. Se ele fosse na firma eu tinha que ir junto se ele fosse no bar digamos fazer um lanche eu tinha que ir junto; se ele fosse na padaria eu tinha que ir junto, então o tempo todo eu tinha que estar sob os olhos dele. E se ele não tivesse, ele colocava um funcionário da firma junto comigo. Funcionário de confiança dele andava comigo [...]. Eu não era dona do meu celular, eu não era dona nem do meu e-mail, nada. A minha conta no banco, o do meu carro ele que tinha a chave! Ele me dava a chave a hora que ele queria. Ou ele mandava eu com o carro dele ou ele mandava o funcionário dele me trazer. Ele chegou ao ponto de colocar o funcionário dele no portão da escola, então o cara ficava o dia todo sentado ali enquanto eu dava aula. (DANDARA, 2017).

Como podemos perceber, Dandara (2017) era vigiada, inclusive enquanto trabalhava. A vigilância não era somente sobre ela, mas também sobre suas redes sociais, contas bancárias, e-mail, sobre o que podia ou não comprar e também sobre seus bens materiais, como, por exemplo, seu carro. Logo após as proibições, começaram as ameaças, que é configurada como a característica mais marcante desta forma de violência, “é a forma mais comum de intimidação e de manutenção do controle sobre as mulheres, e ao mesmo tempo, um meio de assegurar os poderes masculinos” (TELES; MELLO, 2012, p. 47). São as ameaças que, na maioria dos casos, impedem a mulher de sair dos relacionamentos abusivos, por temer, nem tanto pela sua vida, mas pela vida dos filhos e de seus familiares. O tipo de ameaça que as mulheres mais sofrem é a ameaça de morte, como podemos observar no trecho abaixo.

Quando chegou em 2009 ele começou a me bater assim demais, demais, demais! Se a gente saísse de casa e alguém olhasse pra mim ele me falava vamos pra casa e no caminho mesmo ele já me desmontava. Uma vez ele me bateu tanto. Tanto! Ele me chutou tanto! Eu fiquei deformada, fiquei três dias internada e aí o meu irmão veio e disse você vai embora, você não vai ficar aqui. Nesse tempo ele falava assim pra mim:- se você for embora eu vou matar você! Se você for embora eu vou matar você. Vou matar você e vou matar a tua filha e eu ficava com aquele medo. Medo de que ele fosse me matar e, realmente eu achava que ele ia me matar. (DANDARA, 2017).

A ameaça de morte é a mais grave de todas as formas de violência e, em alguns casos, passam de ameaças e acabam se concretizando e se transformando em números que hoje sustentam os altos índices de feminicídios que temos no Brasil. É possível perceber, também, com a ajuda do depoimento de Dandara (2017), que a culpa de estar apanhando é sempre delegada à mulher. Quando ela diz: “Se a gente saísse de casa e alguém olhasse pra mim, ele me falava vamos pra casa e no caminho mesmo ele já me desmontava”, fica evidente o quanto a mulher carrega a culpa pelas agressões que sofre. No caso acima, o psicológico da mulher já está altamente afetado pela violência, o que muitas vezes a impede de fazer a denúncia e de sair de tal posição.

Na vida de Clarice (2018), as ameaças são constantes e a impedem de sair do relacionamento violento que ainda mantém com o seu companheiro. Clarice (2018) já se

dirigiu até a Delegacia Especializada do Atendimento à Mulher – DEAM<sup>45</sup>, do Município de Francisco Beltrão, e já registrou dois Boletins de Ocorrências. Mas, como menciona, retirou as duas Medidas Protetivas e admite não ter mais coragem para denunciar novamente porque ele segue com as ameaças. As ameaças mais constantes são de morte, sendo que o agressor já tentou contra a vida de Clarice (2018) por três vezes:

Ele me ameaçava inúmeras vezes, eu já tinha aberto, eu já tinha aberto duas medidas protetivas e fechei as duas medidas protetivas. Hoje eu não tenho mais essa coragem de abrir outra, ele continua me ameaçando e eu não tenho coragem de abrir outra medida protetiva [...] era de madrugada ele me ligava me ligava me ameaçando, falando que se ele soubesse que eu tinha saído pra ferver pra festa ele iria me matar. Quando ele saísse de lá nós dois iria ficar juntos, ele já estava numa certeza como se eu fosse um objeto, propriedade dele. Propriedade que ele usava e usufruía até que ele queria e depois que não queria mais ele me dava um pé na bunda. Começava a aprontar de novo comigo, então ele tinha essa certeza, ele tem essa certeza até hoje: de que eu sou dele, de que eu sou uma propriedade dele, isso é uma possessão, um sentimento de posse que ele tem sobre mim (CLARICE, 2018).

Já houve muitos rompimentos entre Clarice (2018) e seu companheiro. Quando Clarice (2018) concedeu-nos a narrativa sobre sua vida, estava desempregada. Ela reside no mesmo bairro em que o companheiro reside, ora com a mãe, ora com ela, ora com outras pessoas. Ela narra que mora neste bairro porque não consegue arcar com a despesa de um aluguel maior do que o valor que atualmente paga, que é, em média, quatrocentos reais por mês. Pouco tempo depois da entrevista, Clarice (2018) conseguiu um emprego, o que melhorou suas condições financeiras. Mesmo assim, ela é quem mantém os filhos sozinha, com a ajuda que recebe da sogra. Seu companheiro não ajuda com as despesas da casa, nem com a compra da comida. Roupas, calçado, material escolar das crianças e a manutenção da casa são responsabilidades que Clarice (2018) assume sozinha.

---

<sup>45</sup> As DEAMs são unidades especializadas da Polícia Civil, que realizam ações de prevenção, proteção e investigação dos crimes de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, entre outros. Entre as ações, cabe citar: registro de Boletim de Ocorrência, solicitação ao juiz das medidas protetivas de urgência nos casos de violência doméstica e familiar contra as mulheres, realização da investigação dos crimes.

É possível compreender que tais circunstâncias corroboram para que Clarice (2018) permaneça residindo perto do companheiro e, assim, permaneça também sob suas fortes ameaças, pois tem acesso fácil a sua casa e a seus filhos. Atualmente Clarice (2018) trabalha o dia todo no comércio, saindo de casa às 07h00, para levar seus filhos à escola, retornando para seu domicílio perto das 19h00. A responsável por buscar as crianças, uma no final da manhã e outra no final da tarde, é a sogra de Clarice (2018). Esse fator, segundo Clarice (2018), também a impede de deixar aquele lugar e romper o relacionamento que tem com a família do agressor.

Enedina (2018) teve um relacionamento por pouco tempo com o produtor da violência, mas foi suficiente para que ela levasse mais de dois anos para conseguir desvencilhar-se das marcas daquela convivência. Mesmo depois de findar com a relação, ela ainda foi ameaçada por um longo período, como veremos abaixo.

[...] ele me perseguiu por um ano, um ano. E nesse um ano, fugindo dele porque ele me perseguia, ele estacionava o carro na frente da casa dos meus pais, ele passava o dia inteiro sentado no capo, e eu não podia sair de dentro de casa [...]. Qualquer homem que se aproximasse de mim, independente, se eu saísse caminhar na rua com meu irmão era meu amante. Tudo era meu amante [...] A mulher é sempre a vagabunda (suspirada forte). Enfim, ele chegou a ligar no meu celular mais de 130 vezes em uma hora, é uma coisa de louco que ninguém acredita. Não dá pra acreditar. Ele perseguiu todas as pessoas que estavam próximas a mim. Ele foi no trabalho de cada um, na casa de cada uma, ele ameaçou fisicamente, ele ameaçou moralmente, ele ameaçou simbolicamente, fez tudo isso (ENEDINA, 2018).

Mesmo com o término do relacionamento, Enedina (2018) precisou cuidar-se por mais ou menos um ano. Como ela mesma afirmou, o ex-companheiro fazia plantão em frente da casa dela, impedindo-a até de sair de dentro de casa, pois não sabia ao certo o que poderia acontecer. Além de intimidar Enedina (2018), o agressor também ameaçava e intimidava as pessoas próximas a ela. Tais acontecimentos podem criar “um clima de constante insegurança, desorientação, medo e incapacidade de tomar iniciativas para sair da situação gerando paralisação e mais submissão” (TELES; MELLO, 2012, p. 47).

Além da perseguição, o ex-companheiro tratava Enedina (2018) como se ainda fosse sua companheira, vigiando-a, como fazia enquanto estavam juntos, desconfiando de todas as pessoas que se aproximavam dela. Quando viu que as ameaças que fazia para ela já não estavam fazendo o efeito que ele desejava, começou, então, a ameaçar as

pessoas próximas a Enedina (2018). Essa é, também, uma característica bem presente em relacionamentos abusivos. Além de querer mostrar para as pessoas que a errada da relação e merecedora das violências é a mulher, o ex-companheiro acaba, através das pessoas próximas da mulher, atingindo-a. As ameaças mais constantes são em relação aos pais e aos filhos da companheira. As ameaças estão imbricadas na rotina das mulheres.

Para Saffioti (2004, p. 85)

A violência doméstica apresenta características específicas. Uma das mais relevantes é a sua rotinização, o que contribui, tremendamente, para a sua co-dependência e o estabelecimento da relação fixada. Rigorosamente, a relação violenta se constitui em verdadeira prisão. Neste sentido, o próprio gênero acaba se tornando uma camisa-de-força: o homem deve agredir, porque o macho deve dominar; e a mulher deve suportar as agressões de toda ordem, porque o “destino” assim o determina.

A rotina de violência que se instaura na vida das depoentes é crucial para que permaneçam no ciclo da violência, por vezes, por um período longo de tempo, como é o caso de Clarice (2018), que acabamos de observar acima. Os dias vão passando e o que as mulheres almejam é não apanhar novamente. Como menciona Saffioti, essa rotina vai estabelecendo a co-dependência que elas têm de seus parceiros, que se instala em suas vidas, em grande parte, por conta das violências psicológicas, que acabam diminuindo, humilhando, prejudicando a autoestima da mulher e muitas vezes provocando doenças graves, como a depressão.

Ser co-dependente do agressor, pelas razões estabelecidas acima, não quer dizer que a mulher deseje passar por tais situações de violência ou que precise delas para existir. Como enfatiza Saffioti (2004, p.80): “para que pudessem ser cúmplices, dar seu consentimento as agressões masculinas, precisariam desfrutar de igual poder que os homens”. Como bem sabemos, as mulheres, principalmente as que vivem situações de violência doméstica, são detentoras de parcelas infinitamente menores de poder do que os homens. Portanto, as mulheres cedem, por variados e distintos motivos, não consentem às violências que sofrem.

Os fragmentos evidenciam episódios de violência psicológica que as depoentes da pesquisa sofreram no decorrer do relacionamento, às vezes durante anos, causando intenso sofrimento psíquico. O companheiro utiliza esse tipo de agressão para diminuir

a capacidade de decisão da mulher. A partir dos depoimentos, podemos inferir que a situação se agravava caso a mulher manifestasse interesse em romper o relacionamento. É um fenômeno de dependência psíquica, que faz com que a mulher perca, com o passar do tempo, dentre outras coisas, sua autoestima e capacidade de decisão.

### **c) Violência Sexual**

A terceira forma de violência, apresentada no inciso III do artigo 7º da lei, é a violência sexual, entendida como:

Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

Vê-se, portanto, que várias são as condutas que podem configurar violência sexual contra as mulheres. Ainda existe um grande tabu em nossa sociedade, quando o assunto em pauta é a violência sexual. É uma violência extremamente cruel, pois uma pessoa se apropria do corpo da mulher, que é o que de mais íntimo lhe pertence, para violar sua intimidade, causando-lhe muitos traumas e implicações que a acompanharão durante toda sua existência.

É a forma de violência mais difícil de denunciar, principalmente porque as mulheres têm vergonha, medo e dificuldade de falar sobre o ocorrido. Em muitos casos, as mulheres procuram a delegacia para registrar o boletim de ocorrência, quando são vítimas de violência física, e entre as violências sofridas está a violência sexual. Lygia (2018) foi abusada sexualmente pelo avô quando ainda era uma criança

[...] eu com cinco seis anos eu não entendia o que que era sabe o relacionamento de um homem e de uma mulher, nunca passou pela minha cabeça o que seria isso. Foi aonde que ele começou a tirar o órgão genital pra fora, ele falava que ia amarrar o meu cabelo e passava as mãos nas minhas costas, se eu usava algum vestido ele falava pra mim: você precisa colocar um vestido mais comprido e passava a mão nas minhas pernas. Eu achava que era normal porque eu considerava ele como um avô. [...] as cenas assim que dói de lembrar sabe, ele se esfregando em mim, ele passando a mão em mim.

Ele colocando os dedos dentro de mim e eu chorava! Chorava e falava pra ele parar porque doía e ele saia dali. Não sei se ele saía satisfeito, não sei o que acontecia, ele saia dali e ele ia pra casa da minha avó (LYGIA, 2018)

Como mencionado no caput da lei, não é somente a penetração que pode configurar violência sexual. O ato de passar a mão em Lygia (2018), de mostrar o órgão genital para ela, que na ocasião era uma criança, já são exemplos de violência sexual. Como Lygia (2018) mencionou, era uma criança e não tinha noção do que estava acontecendo. Muitas mulheres são violentadas na infância, não revelam tal segredo e quando chegam na vida adulta são violentadas novamente por seus companheiros, como aconteceu com Lygia (2018) mais tarde.

[...] eu não queria as vezes fazer as coisas, mas eu era obrigada sabe (choro), porque você é minha mulher e você precisa cumprir o teu papel sabe. Eu digo pra ele que eu engravidei de dois dos meus filhos por culpa dele sabe (choro). Porque ele me obrigou, ele me forçou a fazer as coisas que eu não queria [...]. Ele pegou assim os meus cabelos me arrastou pra dentro do quarto e me obrigou a fazer o que eu não queria. (LYGIA, 2018)

A história de Lygia (2018) leva-nos a dar atenção a uma questão importante. Muitas mulheres criadas nessa sociedade patriarcal, que diz que é dever da mulher “cumprir com seu papel de mulher”, de casar, de ter filhos e satisfazer seu companheiro, não enxergam a obrigação de manter relação sexual com o companheiro como violência sexual, ou melhor, como estupro. Somos ensinadas, ainda hoje, que “quando o homem não tem o que deseja em casa, ele procura na rua”. Somos ensinadas que o sucesso do casamento depende única e exclusivamente da mulher.

A mulher é tratada como objeto sexual de desejo masculino. Todas essas questões culturais acabam influenciando a compreensão do que é violência sexual para essas mulheres. A violência começa quando o companheiro impede a companheira de usar métodos contraceptivos, por exemplo, ou quando a obriga a ter filhos, como foi o caso de Lygia (2018).

Na maioria dos casos, quem comete a violência são pessoas do próprio convívio das mulheres, dentre elas o pai, padrasto, irmão, companheiro. Depois das pessoas da família, são os vizinhos, amigos e familiares das famílias que passam a ser possíveis

abusadores, como foi no caso de Karla (2017), que foi abusada pelo irmão, pelo tio e por um amigo da família, como conta na sequência.

[...] então aos sete anos de idade eu fui no potreiro que a gente fala no interior, buscar as vacas para tirar leite. Era um dia, final da tarde, eu tinha chego da escola e fui fazer esse serviço e eu me lembro de o meu irmão em cima de mim, deitado em cima de mim. São flashes que vem na minha memória. Mas eu lembro do meu irmão em cima de mim sem roupa, gemendo em cima de mim. Eu lembro de eu sentir um medo muito grande de eu não saber o que estava acontecendo e eu senti uma dor. (KARLA, 2017)

[...] era véspera de Natal, tinha em torno de umas quinze pessoas na minha casa além dos sete que já moravam lá em casa. Enfim, todos os quartos estavam ocupados e eu precisei dormir numa cama na sala. E eu lembro que eu estava dormindo nesta noite e meu tio, que é irmão do meu pai era alcoólatra e eu acordei durante a noite, acredito eu que era de madrugada com uma dor muito forte na minha vagina, eu sentia uma espécie de ardência, não era nem uma dor, ardia. Eu lembro que eu, com os olhos fechados ainda eu coloquei a mão e tinha uma mão em mim. Uma mão na minha vagina! e eu tentei tirar essa mão da minha vagina e a pessoa só mandava eu ficar em silêncio: -fica quieta: - fica quieta! E aquilo durou em torno de uns dez minutos, aquela dor, aquela ardência e o meu choro calado. Eu precisava chorar calada pra expressar a dor que eu tava sentindo mas eu também tinha medo do que poderia acontecer. Além disso, então eu não podia gritar, ai teve um determinado momento que o meu choro ficou alto e a pessoa colocou a outra mão na minha boca pra que ninguém me ouvisse. Essa pessoa era o meu tio. É passando esses dez minutos de terror ele continuava com a mão dele na minha vagina e com o dedo introduzindo na minha vagina, a minha vó acordou para ir ao banheiro, acendeu a luz do quarto, quando ela acendeu a luz do quarto ele ficou com medo que alguém visse e foi pro quarto dele (KARLA, 2017).

Karla (2017) nunca contou para sua família sobre os episódios de violência sexual. O segredo permanece. Nunca contou porque presumia que ninguém acreditaria na sua versão e, também, por ter medo do julgamento que poderia sofrer, tanto da família como da sociedade. Das oito depoentes que participara da pesquisa, 6 delas sofreram violência sexual.

#### **d) Violência Patrimonial**

A violência patrimonial aparece como a quarta forma de violência contra a mulher, que é definida no inciso IV do artigo 7º da Lei Maria da Penha como: “qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos,

instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades” (BRASIL, 2006).

Assim, todas as condutas que visem à retenção, subtração ou destruição parcial ou total de tudo o que pertença a mulher, é considerada violência patrimonial. O que ocorre em muitos casos é que as vítimas não conhecem por completo a lei, entendendo que só existe a violência física e que não podem denunciar se não forem agredidas fisicamente. A violência patrimonial ocorre com frequência nos episódios de violência.

O mais comum, e o que mais chega junto com as mulheres quando solicitam o atendimento, é a destruição do celular, das roupas ou produtos cosméticos, que são de uso pessoal da vítima, e a subtração dos documentos pessoais para impedi-las ou de trabalhar fora de casa ou de procurar a delegacia para efetivar a denúncia. Clarice (2018) narra o que aconteceu no caso dela quando decidiu dizer ao agressor que gostaria de terminar o relacionamento.

[...] nesse mesmo sábado que eu disse que eu não queria mais ficar com ele, ele enlocou. Ele rasgou todas as minhas roupas, ele me deixou com a muda que eu estava no couro e duas mudas que estavam na roupa suja. O resto ele rasgou tudo! Desde peça íntima, calcinha, soutien. Ele rasgou tudo e aquilo me deixou com mais raiva ainda e eu depois desse sábado eu agüentei mais uma semana (CLARICE, 2018).

Clarice (2018) fugiu da casa em que residia com o agressor somente com a roupa que estava no cesto de roupa suja e a muda que estava usando no momento da agressão. O companheiro de Dandara (2017) tentava convencê-la de que não era necessário que ela voltasse a trabalhar fora de casa, dizendo que o salário que ela recebia não era significativo perto de todo o capital financeiro que ele possuía e que, por isso, não faria diferença na vida dela.

Aí começou dizer que não precisava trabalhar, porque não a fazer diferença o meu salário. Que não ia fazer falta o meu salário, que não ia fazer falta nenhuma o meu salário porque aquele salário que eu recebia não significava nada em relação ao que ele tinha. (DANDARA, 2017)

No caso de Dandara (2017), o agressor não queria que ela trabalhasse fora de casa para que assim não tivesse outra forma para subsidiar suas necessidades, tanto pessoais como coletivas da casa, como, por exemplo, o pagamento das despesas e a compra de alimentos. Tudo, então, dependeria dele, ficando ela, dessa forma, sujeita a

todas as violências que ele praticava contra ela. Dandara (2017) pediu exoneração de dois concursos públicos que tinha em decorrência das chantagens do ex-companheiro.

Esse exemplo é muito comum nos casos atendidos pelo NUMAPE Unioeste/FB. Muitas mulheres chegam relatando episódios em que os companheiros impedem-nas de trabalhar fora de casa, mantendo-as mais uma vez no ambiente doméstico, privado, e sob sua total dependência financeira, o que acaba dificultando a saída da mulher dos relacionamentos abusivos por dificuldades financeiras.

#### **e) Violência Moral**

Por fim, chegamos a última forma de violência, tipificada no inciso V do artigo 7º da Lei Maria da Penha, que conceitua como violência moral “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria” (BRASIL, 2006). Esses três crimes foram “emprestados” pela Lei Maria da Penha do Código Penal Brasileiro, que no capítulo V discorre sobre os crimes contra a honra, conceituando: “Calúnia: Art. 138 - Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato definido como crime. Difamação: Art. 139 - Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo à sua reputação. Injúria: Art. 140 - Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.” (BRASIL, 1940).

Assim sendo, podemos considerar violência moral quando o agressor fere a reputação da vítima perante a sociedade. Por exemplo, quando o agressor fala para terceiros que sua companheira furta coisas no supermercado, ou que ela rouba mercadorias em alguma loja, entre outras ações que podem prejudicar a reputação da mulher. Outro caso bem comum é quando o agressor espalha pela comunidade da qual a mulher faz parte que ela estava cobrando dinheiro para manter relações sexuais com ele. O crime de injúria ocorre quando o agressor ofende diretamente a dignidade da vítima, especialmente quando atinge a subjetividade da pessoa e abala o que ela pensa sobre ela mesma.

A violência moral permeia todas as outras formas de violência. Está imbricada no cotidiano das mulheres que entrevistamos, principalmente quando conseguem terminar o relacionamento com os agressores. Em muitos casos a mulher continua sofrendo violência moral mesmo depois do término, quando é difamada pelo ex-companheiro para as pessoas com as quais convivia diariamente e nas redes sociais,

quando ele ainda continua culpabilizando a mulher, tanto pelos episódios de violência como pelo término do relacionamento.

Os relatos são marcantes e demonstram como vive uma mulher em um relacionamento abusivo. As cinco formas de violência acontecem em praticamente todos os casos, pois uma violência vai acarretando a outra, dando sequência ao ciclo da violência que parece não ter fim.

Na próxima seção, abordaremos os conceitos de tempo e repetição para compreendermos e analisarmos a terceira e última categoria de análise.



**Imagem 5:** Fonte: Google imagens.

*Porta do Purgatório  
Porta das Heresias  
Porta por onde passa  
A caravana dos dias  
(Fagner - Reino/Mínueto da Porta)*

---

### **III – CENAS COTIDIANAS: A EXPERIÊNCIA DO TRÁGICO E DO DRAMA NA VIDA DIÁRIA**

Nesta seção, trabalharemos com dois conceitos: tempo e repetição. Tais conceitos permearam as narrativas das depoentes e se mostraram relevantes para que possamos compreender questões centrais para a pesquisa. Utilizaremos as contribuições de Maffesoli (2001, 2003), Elias (1998), Lima e Werlang (2011) para compreender a questão do tempo e da repetição na vida das mulheres que vivenciaram ou que vivenciam situações de violência doméstica. Reservamos para esse momento, também, a análise da terceira e última categoria de análise que organizamos com base nas entrevistas coletadas, como explicamos no capítulo anterior: **3 - Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama.**

Como aconteceu no início das duas seções anteriores, iniciamos a escrita utilizando como epígrafe outra estrofe da música do cantor Fagner. Com os depoimentos, compreendemos como tais conceitos aparecem em suas narrativas e porque são significativos para compreender as vivências dessas mulheres que passam por tais situações de violência doméstica.

#### **3. Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama**

Para dar início à escrita sobre esta categoria de análise, consideramos importante fazermos algumas considerações. Na vida cotidiana nem sempre temos clareza sobre a presença do trágico e do drama. É incomum dedicarmos atenção ao conceito de tempo, ainda que ele seja rizoma da vida cotidiana. Sabemos que este conceito permeia a existência que, talvez por isso mesmo, por vezes se naturaliza na existência diária. Para continuar as discussões propostas, alguns questionamentos se impõem: Como o trágico se apresenta na trama da vida diária? Como o drama engendra as relações na vida ordinária? Em que medida drama e tragédia se entrecruzam? Como os encontramos nas vivências cotidianas?

A existência, segundo Maffesoli (2001, p.25), nada mais é do que “uma sequência de instantes eternos a que convém viver, da melhor maneira, aqui e agora”. A existência diária dos sujeitos é marcada por acontecimentos cotidianos, que, em última

instância, organizam a vida e a existência social. Tais acontecimentos se processam no dia a dia sem que consigamos, na maior parte das vezes, refletir sobre ações, decisões e escolhas. Assim, a rotina, os compromissos, profissionais e pessoais, as agendas sobrecarregadas, muitas vezes constituem justificativas para a falta de tempo e a dificuldade de analisar a existência diária.

Nesse contexto, o tempo tem uma relação íntima com a ideia de trágico e com o drama que permeiam a existência. Partindo das contribuições de Maffesoli (2001, p.25), poderíamos distinguir o drama do trágico. Para o autor “enquanto o drama, em seu sentido etimológico, evolui, tendendo a uma possível solução, [...] o trágico se compõe de aporias, não procura nem espera soluções, resoluções”. Nenhum indivíduo escapa dos efeitos do trágico e do drama na composição da vida.

Como salienta Maffesoli (2003, p. 7) “não nos atrevemos a falar do que dá medo”. O trágico compõe a vida. É um não dito ensurdecador, é algo que no cotidiano é empiricamente vivido, é o “sentimento trágico da vida”. Vivemos o trágico e o drama nas experiências diárias ao longo da existência. Viver é trágico! O trágico está presente no dia a dia, transpõe as “banalidades do cotidiano”, como salienta Maffesoli (2001) em sua obra<sup>46</sup>.

A tragédia da vida começa no episódio do nascimento, pois a única certeza que temos em nossas vidas é a morte, que, em última instância, é a emergência do trágico. Todos os dias enfrentamos a morte, o trágico, pois “a vida não é nada mais que uma concatenação de instantes imóveis, de instantes eternos, dos quais se pode tirar o máximo de gozo” (MAFFESOLI, 2003, p. 8). O trágico se resume em entendermos que todas as situações que se concretizam no dia a dia, todas as atitudes, todas as oportunidades, aquilo de bom e de ruim que se esgota no próprio momento em que se efetiva no curso da vida.

A cada novo dia tentamos encontrar variadas maneiras de driblar a morte e depositamos no presente, no hoje e no agora, maneiras de adiar o encontro com o fim. Para Maffesoli (2001, p.33) “fundados sobre o desejo de viver o presente, a aceitação do destino, o instinto do coletivo, a dimensão do fantástico, servem de pano de fundo à

---

<sup>46</sup> A obra que nos referimos é *A conquista do presente*. No livro o autor apresenta conceitos importantes como: fantástico, a aparência, o limite, dentre outros, que abordaremos durante a escrita da sessão, relacionando-os com a temática da pesquisa.

vida do dia a dia”. Sobre a noção vida, Maffesoli (2003, p. 22) nos apresenta suas contribuições:

A vida talvez não valha nada, mas já sabemos, nada vale a vida. O trágico nos obriga a pensar esse paradoxo. Paradoxo intransponível, para além das ideologias tranquilizadoras sobre a perfectibilidade do homem e da sociedade, para além das múltiplas ilusões de todo gênero que formam o progressismo ocidental, apela a uma lucidez fortificante, incitando a viver a sua morte de todos os dias, o que, depois de tudo, é uma boa maneira de viver a vida que nos tocou. Integrar homeopaticamente a morte é o melhor meio de se proteger ou, ou menos, de se tirar proveito.

O trágico e a morte permeiam o cotidiano, pois, como salienta o autor, mesmo que a vida não valha nada, nada pode substituir o valor da vida. E é nessa vida de todos os dias que encontramos a morte, e quando nos referimos ao morrer de todos os dias, estamos associando a morte do desejo, da vontade, da esperança, do amor, das expectativas, da empatia pelo outro, a morte da busca de respostas para os desafios que chegam junto com cada novo dia que nasce.

Assim, o dia começa e “cada um, a sua maneira, engaja, no sentido estrito do termo, sua vida como uma aventura, isto é, um processo cujo fim não se conhece e cujo desenvolvimento está sempre submetido ao acaso e ao perigo” (MAFFESOLI, 2001, p. 132). Nas práticas cotidianas, renunciamos, por vezes inconscientemente, com a ajuda da ficção, do jogo duplo, do fantástico, a tragédia que está, de todos os pontos de vista, instalada em nossas vidas, “pois [...], a exuberância da aparência que se esgota no seu próprio ato, o cinismo profundo que é uma resposta à morte de todos os dias, o jogo duplo que permite resistir [...], tudo isso exprime, da maneira mais apropriada o sentimento trágico da existência” (MAFFESOLI, 2001, p. 33).

Neste cenário, no relato das mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica é possível encontrar as representações do drama e do trágico em narrativas de vivências fragmentadas e plurais. As mulheres que contribuíram com a pesquisa, como já referimos, tiveram a violência como parceira de vida. Algumas já chegaram perto da morte - no sentido literal da palavra.

As cenas cotidianas narradas demonstraram as experiências vividas. Anita (2017), como o leitor já conhece, sofreu abuso sexual pelo pai, depois do companheiro, e só depois de quinze anos pode afastar-se daquelas relações. Nas palavras da depoente “[...]”

jogamos a mudança em cima do caminhão e dei adeus aquela vida maldita que eu tinha, dali para frente consegui ser feliz” (ANITA, 2017). Esse depoimento chamou atenção, pois demonstra seu desejo de que novos traços fossem usados para desenhar sua história. Anita (2017) usa a palavra “maldita” para se referir a sua vida quando estava em situações de violência doméstica, parece que a mulher procura a aceção que desse conta de expressar a percepção que tinha da relação familiar. Indagamo-nos como é difícil para uma pessoa olhar para a sua história e ter o sentimento de que tivera uma vida amaldiçoada pelos acontecimentos que sucederam sua história e que se prolongaram pela juventude e vida adulta.

Outra entrevistada faz relato análogo. Mercedes (2017), mesmo depois de ter registrado o Boletim de Ocorrência, continuou sendo perseguida e violentada pelo ex-companheiro. Sentia-se desamparada pela lei e conta que “as medidas protetivas foram expedidas, mas não ajudaram em nada, o que me ajudou de verdade foi o câncer que saiu na cabeça dele” (MERCEDDES, 2017). O depoimento mostra o drama e o trágico na vida de Mercedes (2017). O drama de viver sob variadas formas de violência, de tentar sair da situação opressiva e de não se sentir devidamente amparada pelos aparatos legais disponíveis para que a proteção se efetivasse. Para a depoente, o drama era constante: temor pela sobrevivência, pela continuidade da própria vida e a experiência paradoxal de tentar eximir-se das circunstâncias trágicas que compunham sua existência da vida diária e pregressa.

Para a mulher, a reincidência da violência era a marca do existir. A violência só cessou, quando, em decorrência de uma doença, o ex-companheiro perdeu a vida. Mercedes (2017) narra “eu posso te dizer que eu só tive segurança na minha vida depois que ele faleceu, porque até então não teve medida protetiva que a justiça tenha feito que nos deu sossego” (MERCEDDES, 2017). Foi preciso a morte do companheiro para que novos textos fossem escritos. A morte finda o drama e abre espaço para novas inscrições: criação de um circuito de possibilidades, necessidade de se reinventar diante do novo contexto, não se sentir diante da morte iminente e fazer novo planejamento de vida no qual a violência não fosse companheira permanente. Na história de Mercedes (2017) foi o ex-companheiro que deixou de viver, mas, na maioria dos casos, é a mulher que tem a vida ceifada pela violência doméstica.

O que é narrado por Mercedes (2017) se repete no discurso de muitas mulheres que vivenciaram situações de violência doméstica. No curso da atuação como bolsista

do NUMAPE Unioeste/FB, a impressão que tinha, quando atendia as mulheres, era de que havia desconexão entre perguntas que as mulheres se faziam, tais como: E se ele descumprir a medida protetiva, o que acontece? Eu estou totalmente protegida a partir do momento que denunciar? Agora não corro mais risco?

Tais perguntas contrastavam com as respostas que poderíamos lhes dar. A sensação que tinha, era de que as histórias se repetiam, tal como a violência. É possível ver essa repetição da violência doméstica nos meios de comunicação de massa como jornais, rádio, televisão, cinema, internet, dentre outras. Quase que diariamente, tomamos conhecimento sobre casos de mulheres que vivenciam situações de violência doméstica e parece que no momento de impacto a sociedade é tomada de discussões, mas, passado este momento, nova letargia ou indiferença em relação à vida destas mulheres é verificada. As estatísticas apresentadas na seção anterior evidenciam que o número de registros de Boletins de Ocorrências por situações de violência doméstica cresceu em ritmo acelerado nos últimos tempos.

Considerando o aumento dos casos de violência, chegamos à repetição, algo presente na vida das pessoas. A vida é repetição. Todos os dias ao acordar repetimos uma série de protocolos que, em função da cultura, são perpetrados em nosso cotidiano e se transformam no que denominamos de rotina. Ao amanhecer, despertamos para um novo dia. Ao levantarmos da cama, realizamos a higiene pessoal, tomamos café da manhã, vamos para o trabalho ou para a escola, almoçamos e retornamos para as atividades no período da tarde. No final do dia, retornamos para nossas casas, organizamos a vida para o dia seguinte, providenciamos algo para o jantar e na sequência é chegada a hora de descansar o corpo e a mente para que no outro dia tudo se repita novamente e transcorra como planejado.

Para Maffesoli (2001, p. 116) “[...] repetir significa negar o tempo, é o signo de um não tempo que caracteriza o concreto da vida cotidiana, o instante vivido”. Assim repetimos ações que, por vezes, perenizam-se no decorrer da vida, fazemos e refazemos ações, procedimentos, relações. Existimos negando o tempo que passa, como salienta Maffesoli (2001). Em decorrência dessa repetição cotidiana, o tempo passa tão rapidamente que quando nos damos conta a pergunta que paira sobre nós é: O que fizemos da/na vida durante todo esse tempo? Assim, “a vida tem um custo, ela deve ser continuamente reabilitada, justificar-se. A repetição nos parece ser uma modulação dessa justificação” (MAFFESOLI, 2001, p. 119). Justificamos a vida por meio da

repetição, dando a ela um novo sentido, constantemente atualizando-o ou repetindo-o, mesmo que isso ocorra inconscientemente na maioria das vezes. A repetição é uma proteção contra o tempo que passa, contra a angústia do devir.

A repetição com a qual nos deparamos em nosso cotidiano “é certamente o meio que uma estruturação social dada tem de negociar sua morte, e administrar sua angústia face à aceleração da história” (MAFFESOLI, 2001, p. 119). Com o intuito de negociar a morte, a sociedade pratica rituais, que nada mais são do que formas de justificação da existência. Dessa forma, “em oposição a um tempo linear e progressivo que se torna rapidamente homogêneo e exterior, o tempo vivido socialmente e individualmente é o da repetição, da circularidade” (MAFFESOLI, 2001, p. 41).

Compreendemos que o tempo é socialmente vivido e que a repetição da circularidade o constitui. No cotidiano é possível perceber circunstâncias significativas, algumas que continuam idênticas e invariantes, como menciona o autor. Neste contexto,

[...] existe uma invariância das atitudes populares sob as mudanças aparentes. Numerosas sentenças, ditos espirituosos, observações que pontuam a existência exprimem essa perduração do mesmo. A relação com os valores, a vida familiar, a relação com a morte e o sexo, a atitude para com o trabalho, a habitação e o vestuário, numa palavra, tudo aquilo que concerne a arte de viver ou os modos de vida é extraordinariamente invariante (MAFFESOLI, 2001, p. 43).

Se considerarmos as mudanças sociais e culturais que experimentamos como sociedade nos últimos séculos, compreenderemos que é possível perceber as permanências. Parece que a vida familiar se constitui deste modo. Mesmo com todo o espaço que a mulher conquistou a partir de 1970 na sociedade brasileira, a casa continua sendo vista, na maioria dos casos, como tarefa majoritariamente de responsabilidade da mulher. Outra permanência também se destaca: o homem ainda continua sendo visto e tratado como a autoridade suprema dentro do lar. As relações dos filhos com os pais ainda continuam guardando tais características. As meninas mais próximas das mães, aprendendo como desenvolver os afazeres domésticos, como cozinhar e cuidar dos filhos, e os meninos se dedicando ao trabalho fora de casa, não se atendo muito aos cuidados com os filhos, e, em muitos casos, ainda olhando para a mulher como inferior e submissa.

Como mencionamos, a repetição é uma das formas de negar a morte e está presente no relato das participantes da pesquisa. Analisando o depoimento de Clarice (2018), uma das depoentes que permanece no relacionamento abusivo<sup>47</sup>, percebemos que por oito vezes ela rompeu e reatou o relacionamento com o companheiro. Mesmo não residindo na mesma casa, eles ainda se relacionam. Lygia (2018), outra depoente que ainda permanece com o companheiro, contou que rompeu e voltou o relacionamento no mínimo quatro vezes.

No caso de Lygia (2018), nos momentos em que rompia o relacionamento com o companheiro, tinha duas opções, como relatou em diversos momentos da entrevista: ou retornava para a casa da mãe e aceitava suas condições - que era a de se prostituir para pagar suas despesas - ou deixava a casa com os quatro filhos. Quando ia para a casa da mãe e se defrontava com a situação narrada, preferia optar em voltar para a casa do parceiro do que se prostituir para manter o sustento da família. Quando retornava para casa, por alguns dias o comportamento do companheiro melhorava, mas pouco tempo depois tudo voltava a ser como era antes: um cotidiano marcado pela violência de todas as naturezas, como já referido na seção anterior.

Diferentemente de Lygia (2018), Clarice (2018) narra que teve apoio da família, em especial da sua mãe, para sair do relacionamento abusivo em que vivia. Mesmo com a ajuda ofertada por familiares, Clarice (2018) permanece com o companheiro e diz que

[...] ele tomou domínio sobre mim, é a palavra certa. Ele tomou como se eu fosse propriedade dele e que nada nem ninguém, nem mais a polícia ia fazer com que ele me deixasse em paz. É isso que eu sinto até hoje. Eu sou presa, eu sou livre mas eu sou presa. Eu estou presa a um relacionamento, a uma pessoa que não quer nada com a vida e que quer me levar junto com ele para o fundo do poço (CLARICE, 2018).

---

<sup>47</sup> O relacionamento abusivo é caracterizado por um jogo de controle, violência e ciúmes que permeiam um relacionamento amoroso. No caso da violência doméstica, os abusos podem começar com qualquer atitude que prive a mulher da própria liberdade. Quando a mulher não pode mais decidir sobre suas ações, sobre o que vestir, o que comer, quando não pode mais escolher quais lugares pode frequentar ou com quais pessoas pode falar, ela está sendo privada do direito à liberdade de fazer suas próprias escolhas. Junto com o ciúme excessivo que o companheiro sente da mulher vem a violência, que pode se manifestar de diversas formas, dentre elas, de forma física, psicológica, moral, patrimonial e sexual, violência que estão descritas na Lei Maria da Penha.

Analisando o depoimento de Clarice (2018), é possível perceber que ela não sabe ao certo o que faz com que permaneça nesse relacionamento. Clarice (2018) está livre para sair, tem o apoio da família para romper tal relacionamento, mas está presa a ele por algum sentimento que não consegue explicar. Ao historicizar o vivido, afirma “[...] foram oito anos que eu fiquei desse jeito, e hoje eu estou com vinte e um anos e eu nunca vivi pra mim eu sempre vivi pra ele, tentando agradar, tentando fazer com que as coisas mudassem, só eu lutando, só eu tentando de todas as formas” (CLARICE, 2018). Depreendemos que Clarice (2018) passou os últimos oito anos tentando mudar a forma como seu companheiro a vê, e se relaciona com os filhos e o mundo ao seu redor, “eu sempre quis um relacionamento que nunca existiu, eu sempre tinha uma esperança que ele mudasse então foi uma coisa fora do comum, eu querer uma coisa que não existia” (CLARICE, 2018).

Mesmo depois de todas as tentativas, Clarice (2018) ainda se culpa, pois, segundo ela, “a culpa é minha por ter insistido em um relacionamento que nunca vai dar certo, nunca irá dar certo, mas eu tinha aquela esperança dentro de mim que um dia ele ia mudar. Ele vinha e ficava uma semana me tratando bem, depois era dois três meses me tratando mal” (CLARICE, 2018). O sentimento de culpa que Clarice (2018) carrega aparece também na maioria das mulheres que são atendidas pelo NUMAPE Unioeste/FB.

Ainda nos dias de hoje é possível perceber que a sociedade culpabiliza as mulheres. Nessa sociedade que condiciona as mulheres à função do cuidado e zelo da vida familiar, ao ouvirmos os depoimentos das entrevistadas, identificamos esta compreensão no que concerne às questões familiares.

Neste contexto, talvez seja possível afirmar que a esperança que Clarice (2018) diz ter sobre a mudança de comportamento do companheiro decorra de posicionamentos sociais que a ensinaram que cabia à mulher a função de mudar o homem e de organizar a vida dela e a do outro. Por vezes, no decorrer do desenvolvimento das atividades do NUMAPE Unioeste/FB, escutamos alocações que afirmavam: “agora que casou ele vai endireitar”, “agora ela vai colocar ordem na vida dele”, “depois que se casar com ela ele

vai ser um novo homem”. Tais asserções explicitam posicionamentos sociais que responsabilizam a mulher<sup>48</sup> pelo sucesso dos relacionamentos conjugais.

Gostaríamos de demarcar como tais apontamentos impactam na produção da subjetividade e, por consequência, na forma como são vividos os relacionamentos cotidianamente. É no cotidiano, na vivência da vida diária, que construímos a subjetividade, assumimos posicionamentos e enxergamos o mundo. Ao rememorarmos os episódios de violência doméstica narrados pelas mulheres entrevistadas, percebemos a persistência de uma acepção: a repetição.

O excesso que caracteriza o trauma não pode ser contido simbolicamente, o ato passa a ser a única via de expressão; o que está em excesso continua obrigando o aparelho psíquico a uma demanda para a qual ele não encontra recursos disponíveis, passando a funcionar a partir da compulsão à repetição (LIMA; WERLANG, 2011, p. 512).

Para as autoras há correlação direta entre as histórias de vida das mulheres que sofrem violência doméstica e o processo de escolha dos parceiros conjugais. Afirmam a hipótese de que as situações progressas de violência produziram uma perturbação no sujeito - o trauma. Assim, o “trauma diz respeito a uma dor impossível de ser representada psiquicamente, cuja consequência é um importante impacto no processo de subjetivação” (LIMA; WERLANG, 2011, p. 512).

Nestes termos, poderia acontecer que a “criança que experimenta sentimentos de desprazer, mais tarde, em virtude da lei da compulsão à repetição, pode reviver esse desprazer incessantemente” (LIMA; WERLANG, 2011, p. 512). Dessa forma, compulsão e repetição passam a compor o cotidiano do sujeito,

[...] é pela ausência da memória do que foi traumático que surge a sensação de novidade que acompanha a repetição e não permite a elaboração psíquica. A dor é resultante do círculo que evacua, mas não elabora o excesso, pois reagir à dor é diferente de expressá-la por meio de palavras que lhe confirmam um sentido (LIMA; WERLANG, 2011, p. 512).

As atitudes aprendidas na família de origem encontram um novo cenário para se manifestar quando se estabelece uma reação conjugal,

---

<sup>48</sup> Vide: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/b-culpa-e-delasb-e-o-que-pensam-os-brasileiros-sobre-violencia-contramulher.html>

por citarem uma condição de simetria por parte do casal. Assim, uma história de maus-tratos pode se perpetuar ao longo das gerações (LIMA; WERLANG, 2011, p. 512).

Tais argumentações são corroboradas pelas depoentes. Dandara (2017) afirma que as agressões faziam parte do seu dia a dia “isso começou a virar rotina né, isso acontecia duas vezes na semana, mais sábado e domingo né. Então de sete dias da semana, quatro dias era desse estilo né, droga, bebida e me batia né, e mesmo eu grávida” (DANDARA, 2017). A narrativa demonstra o quanto a violência compõe o cotidiano de certas mulheres. Dandara (2017) já sabia como seria o seu final de semana, o companheiro fazia uso de drogas, álcool e na sequência violência psicológica, moral, física ou sexual. As agressões aconteceriam e ela se sentia impotente para colocar um ponto final naquele relacionamento abusivo. Acreditava que teria que suportar situações imoderadas do companheiro. A depoente afirmou que sentia um *continuon* na sua vida: a persistência da violência, a crença de que o marido mudaria e a percepção de que não tinha condições de viver sozinha.

Sobre a questão, é interessante uma reportagem publicada na Revista Época, em 27 de março de 2014, realizada pelo jornalista Rafael Ciscati (2014, p. 1) na qual lemos “para a maioria dos brasileiros a mulher deve “dar-se ao respeito”. Ela deve obediência ao marido e só se sente realizada ao ter filhos e constituir família. A maioria ainda acredita que, “se a mulher soubesse se comportar melhor, haveria menos estupros”. Mais que isso: para a maioria dos brasileiros, “mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser estupradas”.

A reportagem deriva de estudo conduzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea<sup>49</sup>). A conclusão do estudo indica que a mulher é socialmente culpabilizada pela violência, que seu corpo é vigiado e controlado e que subsiste a visão de que as situações de violência são provocadas pela mulher. Tal argumentação reforça a ideia de que em uma sociedade patriarcal o tempo passa e os episódios de violência ficam mais frequentes e graves na vida das mulheres e que a culpa da perpetração de tais acontecimentos é delas.

---

<sup>49</sup> Mais informações no link <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/03/b-culpa-e-delasb-e-o-que-pensam-os-brasileiros-sobre-violencia-contra-mulher.html>

A partir das narrativas das depoentes percebemos que se forma um ciclo de violência que consiste: violência psicológica, violência moral, agressão, pedido de perdão, mudança de atitude por alguns dias e retorno das antigas condutas. Para a mulher, o ciclo também se efetiva: violência (em qualquer uma de suas formas), sofrimento, culpa, decisão de sair do relacionamento, convencimento de que é preciso dar mais uma oportunidade para o relacionamento, perdão, retorno das antigas condutas.

Em relação a esta questão, Miranda e Ramos (2014, p. 44) fazem um questionamento que consideramos pertinente para esta discussão: “do ponto de vista psíquico o que mantém uma mulher em uma parceria amorosa em que é vítima de violência doméstica? Quais os aspectos subjetivos envolvidos em uma parceria sintomática, na qual está posta à violência física e psicológica contra as mulheres?”. Os autores tentam responder tal questionamento do ponto de vista da psicanálise. Como afirmam os autores o texto tem como objetivo “elucidar o laço amoroso com o parceiro sexual na relação heterossexual, em que a mulher é vítima de violência doméstica” (MIRANDA; RAMOS, 2014, p. 36).

Neste contexto, o sujeito se lança em “em movimento pulsional em busca do parceiro amoroso. “o que significa dizer que a disposição da libido é dirigida, na mais tenra idade com o que é necessário para manutenção das necessidades básicas do sujeito que são satisfeitas pela intervenção da mãe”. Desse modo, tanto a menina como o menino elegem a mãe como objeto de amor. Posteriormente, a menina desloca seu afeto e atenção para o pai (complexo de Édipo). Assim, “a posteriori, em idade adulta, o sujeito se esforçará por encontrar objetos com quem possa ter experiências sexuais e afetivas, estabelecendo o chamado amor objetal” (MIRANDA; RAMOS, 2014, p. 37).

Esta argumentação estabelece dois modelos de relações: primeiro, narcísico, que consiste em amar o que o sujeito é, foi ou gostaria de ser e alguém que foi em determinado momento da vida. De outro lado, o amor analítico ou de ligação, implicaria amar a mulher que o alimenta, o homem que a protege ou outros que preenchem condição similar. Para os autores, o primeiro tipo seria característico das mulheres, o segundo, dos homens. À vista disto, para os autores, nas mulheres

o amor vem a ser um movimento narcisista do sujeito em direção ao objeto. Objeto que imaginariamente supõe que possa recuperar a integridade de seu eu. Aqui reside um dos postulados centrais da teoria da sexualidade freudiana: os investimentos libidinais em objetos surgem como uma tentativa de

restaurar algo perdido. A busca deste reencontro é o que caracteriza os relacionamentos amorosos (MIRANDA; RAMOS, 2014, p. 38).

Novas promessas são feitas, dias um pouco melhores chegam para apaziguar os ânimos, porém, pouco tempo depois, tudo volta à normalidade de uma vida imersa na violência, onde o objetivo principal da vida é não sofrer novas agressões. Há uma permanência, o ciclo de violência.

Como quebrar o ciclo da violência? Porque as mulheres permanecem tanto tempo nos relacionamentos abusivos? O que significa permanecer dois, quatro, oito, doze anos vivenciando diariamente situações de violência doméstica? As mulheres possuem um entendimento do que significa o tempo na vida de cada uma delas? Como elas lidam com a passagem do tempo e as possibilidades de mudança na vida de cada uma delas?

O tempo, como mencionamos no início desta seção, é um conceito importante para a pesquisa. Recorreremos aos estudos de Maffesoli (2001) e Elias (1998) para compreendermos como tal conceito pode ser relacionado à temática da investigação. Neste contexto, é importante demarcar que,

Para além do econômico e do político, a relação com o tempo permanece uma instância que determina ao máximo a vida cotidiana, e não considerar isso é falar de sociedades *desencarnadas*, tanto quanto desconsiderar as sujeições políticas e econômicas. Além disso, enquanto estas são variáveis e modificáveis segundo as situações históricas, a relação com o tempo, em suas diversas modulações, é de uma estabilidade notável. Essa estabilidade, e isso merece ser ressaltado, advém de que o tempo sempre toca o problema da morte. É nesse sentido que o afrontamento do destino é o horizonte insuperável do estudo do cotidiano, é nesse sentido igualmente que é preciso compreender o *nonsense* do tempo vivido, da negação da linearidade (MAFFESOLI, 2001, p. 44-45).

Como apresenta o autor, o tempo rege a vida cotidiana e norteia todas as nossas vivências, “determina o ser social assim como estrutura cada um de nós. Ser e tempo. Uma tensão quer permanece inteira” (MAFFESOLI, 2003, p. 17). Também é relevante demarcar que há relação entre tempo e percepção da própria finitude (por decorrência, os relacionamentos). Este é um tema atual, em vários seguimentos da sociedade fala-se que falta tempo. Tal pensamento se apreende em frases como: “sinto falta de tempo”, “o

dia deveria ter mais horas”, “falta tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos”, “falta tempo para ficar mais com a família”, “falta tempo para colocar em prática tantos planos”, dentre outras.

Tudo o que nos propomos a fazer tem implicação com o conceito de tempo. Em todos os lugares relógios estão espalhados para lembrarmos que o tempo não para e que, por vezes, é visto como adversário da arte de viver. No despertador que toca todas as manhãs, como sinal de que um novo dia se apresenta, e que, relembra que o ontem ficou no passado, parece que, de diferentes formas, o conceito de tempo modula a vida.

O tempo, segundo Elias (1998, p. 7) “não se deixa ver, tocar, ouvir, saborear nem respirar como um odor”, o que nos toca é a representação do tempo. Através de símbolos, ao longo da história, foi possível compreender como, muitas vezes, sentimos o peso do tempo ao longo da vida. O relógio e o calendário, ambos considerados essenciais e indispensáveis, são instrumentos construídos e utilizados pelos homens em função das exigências da vida em comunidade. Fazendo menção ao calendário, Elias (1998, p. 11) pontua que

A sucessão irreversível dos anos representa, à maneira simbólica, a sequência irreversível dos acontecimentos, tanto naturais quanto sociais, e serve de meio de orientação dentro da grande continuidade móvel, natural e social. Numerados, os meses e dias do calendário passam então a representar estruturas recorrentes no interior de um devir que não se repete.

O calendário representa, por meio de símbolos, a sucessão dos anos que não voltarão jamais. Os dias e meses passam e, aos poucos, começamos a sentir a pressão do tempo cotidiano e percebemos com mais intensidade, na medida em que envelhecemos, a fuga dos anos nos calendários, e, para todos os efeitos, isso nos parece cada vez mais natural e é aceito pelos sujeitos como algo que faz parte do destino de todos os homens. “[...] tempo é algo que se desenvolveu em relação a determinadas intenções e tarefas específicas dos homens” (ELIAS, 1998, p. 15). Durante a vida, aprendemos a interpretar os sinais temporais usados em nossas sociedades e orientamos nossas condutas em função deles.

Os instrumentos que utilizamos para determinar o tempo “[...] são sempre sequências observáveis de acontecimentos, ou, no caso dos calendários, sequências

simuladas de acontecimentos, sob uma forma escrita ou impressa” (ELIAS, 1998, p. 15-16). Tais instrumentos transmitem mensagens, tais como, o relógio, mecanismo físico que foi construído pelos homens, mas estão dispostos de uma maneira que se integram, através do deslocamento dos ponteiros, num mostrador em um mundo de símbolos, que norteiam a existência de todos os sujeitos, sendo que

A disposição dos ponteiros tem por função indicar aos seres humanos a posição que eles e outros ocupam atualmente no vasto fluxo do devir, ou então, de quanto tempo precisam para ir de um lugar a outro. Os símbolos artificiais inscritos em ponteiros de configurações mutáveis, assim como nas datas sempre novas indicadas pelos calendários, *são* o tempo. *São* treze horas e dez minutos, agora. O tempo é isso [...]. Podemos legitimamente afirmar que o relógio indica o tempo, mas ele o faz através de uma produção contínua de símbolos que só tem significação num mundo de cinco dimensões, num mundo habitado por homens, isto é, por seres que aprenderam a associar às figuras perceptíveis imagens mnêmicas específicas, e portanto um sentido bem determinado. A particularidade do tempo está no fato de que se utilizam símbolos – hoje em dia, símbolos essencialmente numéricos – como meios de orientação no seio do fluxo incessante do devir, e isso em todos os níveis de integração, tanto física, quanto biológica, social e individual” (ELIAS, 1998, p. 16).

O relógio só pode indicar o tempo em função dos símbolos que nós, seres humanos, criamos e utilizamos para nos comunicarmos. O relógio transmite mensagens e com isso regula o comportamento do grupo, pois “o que um relógio comunica, por intermédio dos símbolos inscritos em seu mostrador, constitui aquilo que chamamos tempo” (ELIAS, 1998, p. 16). Ao olhar para o relógio perto das doze horas, sei que esse, culturalmente, é o horário que destinamos para fazer uma das refeições do dia, não só para mim, mas para o conjunto da sociedade a que pertencemos. Olhando para o mostrador do relógio é possível obter informações sobre diversos aspectos do devir cósmico, como a posição do Sol e da Terra, se é dia ou se é noite. Sendo assim, “o tempo tornou-se, portanto, a representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas sequências de caráter individual, social ou puramente físico” (ELIAS, 1998, p. 17).

O tempo que passa, mesmo não sendo percebido conscientemente assim pela maioria das pessoas, é o encaminhamento da vida individual para a morte, um processo natural a que o poder regulador dos símbolos acaba impondo uma certa ordem. Desde

de que existem homens a vida seguiu o mesmo curso, do nascimento até a morte, isso, independentemente da vontade ou da consciência dos homens. O que mudou ao longo dos anos foi que esse processo só se tornou possível a partir do momento em que os homens desenvolveram, para suprir suas próprias necessidades, o símbolo regulador dos anos, sendo este o calendário. Os dias que podemos acompanhar pelo calendário

[...]constituem um motivo temporal cuja repetição marca, simbolicamente, o retorno de nosso aniversário, enquanto no plano social, e seja qual foi a era de referência – islâmica, crista, judaica ou japonesa –, a acumulação de milênios que não voltarão jamais coloca à disposição do indivíduo uma série de símbolos que lhe permitem calcular, desde seu nascimento, o número de vezes em que o sol, em seu movimento aparente, tornou a ocupar uma posição socialmente padronizada – em outras palavras, quantos anos já tem atrás de si. Graças ao tempo dos calendários, podemos também determinar a idade das sociedades ou a duração dos processos sociais e de suas fases ou épocas (ELIAS, 1998, p. 26).

Hoje, o que vem acontecendo é que buscamos adequar os símbolos à nossa realidade e confundimos a distinção entre as sequências de acontecimentos que balizam a própria vida e a relação construída pela civilização humana. Desta maneira, “muitos não conseguem impedir-se de ter a impressão de que é o próprio tempo que passa. Quando, na realidade, o sentimento de passagem refere-se ao curso de sua própria vida e também, possivelmente, às transformações da natureza e da sociedade” (ELIAS, 1998, p. 22).

Na investigação, o conceito tempo é marcante nos depoimentos das entrevistadas. Transparece o tempo em que permaneceram nos relacionamentos abusivos, o tempo de vida, por vezes, narram o tempo do relacionamento abusivo como não-tempo (identificam que sua vida foi dedicada a outro), o tempo de relacionamentos transcorridos entre o sujeito e seus familiares, a eternidade do tempo nos momentos de agressões, dentre outras modulações que a acepção enseja.

Dentre as mulheres que entrevistamos Clarice (2018) e Lygia (2018), permanecerem em relacionamentos abusivos. Durante o período de leitura das entrevistas coletadas, percebemos, que por vezes, as mulheres não se davam conta da passagem do tempo e da permanência da violência em suas casas. Neste contexto, o apagamento da percepção do tempo poderia ser indício de uma recusa em perceber a

constância da violência e como esta determinou sua existência e as possibilidades de escolha.

Ao aliar tempo e memória, vem-me à mente o momento vivido como bolsista do NUMAPE Unioeste/FB, quando no início das atividades, meados do ano de 2013, iniciamos o trabalho com as mulheres do Clube de Mães Santa Rita de Cassia<sup>50</sup>, no bairro Cantelmo da Cidade de Francisco Beltrão. Participavam deste grupo cinquenta e cinco mulheres, todas concluíram o ciclo de oficinas<sup>51</sup> proposto pelo NUMAPE Unioeste/FB para aquele grupo. No primeiro encontro, perguntávamos sobre o estado civil das participantes. Chamou atenção uma resposta “Eu sou viúva graças a Deus, professora”. Quando a professora a indagou sobre o porquê, a senhora prontamente respondeu: “professora, dou graças a Deus porque só depois que ele morreu eu pude ter paz e viver a minha vida. Passei cinquenta e seis anos da minha vida casada com ele e passei cinquenta e seis anos apanhando. Agora que ele morreu eu pude me libertar e viver a minha vida sem ser julgada por ninguém”. Enquanto a mulher narrava, silêncio na sala. As mulheres a ouviam e o local parecia atravessado pela dor descrita pela mulher. O tom dramático e certa percepção de que este era um significado partilhado pelo grupo.

Esta é uma memória presente: passei inúmeros dias lembrando desta senhora e tentando imaginar o que seria viver cinquenta e seis anos ao lado de uma pessoa que a agredia. Por vezes pensava como seria dormir e acordar sabendo que teria mais um dia de violência. A imaginação sobre como seria sua vida fazia surgir perguntas sobre as

---

<sup>50</sup> Quando as atividades do NUMAPE Unioeste/FB foram iniciadas em Francisco Beltrão, o público alvo a ser atendido pela equipe, eram as mulheres que participavam dos clubes de mães da cidade. Uma conversa inicial era feita com a presidente do clube, para saber se as demais participantes demonstravam interesse e dúvidas em relação a temática abordada pelo projeto. Depois da triagem inicial, as atividades eram planejadas e desenvolvidas pensando o grupo de mulheres específico, com quem trabalhávamos usando Ciclos de Oficinas para nortear o trabalho, abordando diferentes aspectos sobre o tema da violência doméstica contra a mulher.

<sup>51</sup> O ciclo de oficinas era organizado, levando em consideração o que as mulheres que participavam do grupo gostariam de aprender ou aperfeiçoar. Organizávamos cinco oficinas, uma vez por semana durante cinco semanas consecutivas, sempre com o mesmo grupo. Uma oficina complementava a outra. Na primeira oficina, falávamos sobre o atendimento do NUMAPE Unioeste/FB e sobre as formas de ajudar uma mulher a sair de relacionamentos abusivos. No segundo encontro, a oficina era voltada para a auto estima, na qual as mulheres passavam por mudanças estéticas. No terceiro encontro, contávamos com a ajuda de psicólogas voluntárias para abordar com as mulheres a importância da autoestima na vida das mulheres que vivenciam situações de violência doméstica no seu cotidiano. Demarcávamos, que a auto estima não decorria de mudança estética, mas da forma como este sujeito organizava o autocuidado. O quarto encontro, organizávamos depois de coletar informações com as participantes sobre temáticas que eram de interesse comum do grupo, e no quinto e último encontro, reservávamos para que as mulheres pudessem, se assim desejassem, compartilhar com as demais mulheres e com a equipe do NUMAPE Unioeste/FB suas histórias de vida (roda de contação de histórias).

festividades familiares, tais como aniversários, natais, páscoas. Imaginava a angústia diante do tempo que passa e de certa letargia em relação às possibilidades de mudança da vida e afastamento da violência.

Como a história referida, as depoentes reiteram a forma como viam a marcação temporal: violência, dor, perdão, reconciliação, repetição...dinâmica que parecia cingir os dias como movimento infundável. Tais ações parecem marcar um ritmo da vida. Dentre as depoentes chama atenção a narrativa de Ligia (2018), quando diz

[...] São cenas assim que doi de lembrar sabe, ele se esfregando em mim, ele passando a mão em mim sabe, ele colocando os dedos dentro de mim e eu chorava, chorava e falava pra ele parar porque doía e ele saía dali, não sei se ele saía satisfeito não sei o que acontecia (LYGIA, 2018).

[...] a minha mãe se separou do meu pai e foi aonde minha mãe tava me vendendo, na verdade ela me vendeu para um casal estrangeiro e daí a minha vó, o meu pai conseguiu me pegar na rodoviária, eles estavam embarcando comigo (LYGIA, 2018).

[...] minha mãe me expulsou de casa. Minha mãe simplesmente colocou, (tinha aquelas sacolonas de quem trás as coisas do Paraguai), a minha mãe colocou todas as minhas roupas e calçados dentro e me colocou pra fora de casa e falou: a partir de hoje você se vire (LYGIA, 2018).

[...] no que eu entrei, no que eu bati na porta assim ele veio e pegou no meu pescoço assim, e daí eu batia nele sabe no braço dele pra ele tirar porque eu não estava respirando né, e daí ele pegou e empurrou a minha cabeça assim no chão e ele pegou a arma e apontou assim pro lado e ele deu um tiro, atravessou a porta assim né, eu só eu fiquei surda àquela hora com o estouro sabe do tiro e daí ele me bateu, me bateu me bateu, me bateu até eu não conseguir levantar e daí eu fiquei deitada no chão (LYGIA, 2018).

Como é possível depreender, a partir do conhecimento de sua história de vida, Lygia (2018) não conhece outra realidade senão aquela da violência, pois desde criança experimentou situações de violência no seu cotidiano.

Enquanto narravam as situações violentas, as depoentes utilizam com frequência a expressão “e passou” ou “Tá, passou”. Ao utilizar tais expressões, parece que há certa naturalização das cenas antes descritas. Outra questão que chamou atenção foi quando as depoentes narraram o momento em que romperam com as situações de violência. A depoente narra,

Aí eu pensei, não, agora não dá mais, enquanto era só comigo eu aguentava, mas agora com meus filhos não. Amanheceu o dia no domingo, peguei um de cada mão, sai atrás de uma casa, aluguei uma casa, voltei já arrumei o caminhão da mudança, jogamos a mudança em cima do caminhão e dei adeus aquela vida maldita que eu tinha (ANITA, 2017).

É possível compreender com o relato da depoente que ela terminou a relação com o seu ex-companheiro quando ele começou a ser violento com os filhos. Para que os filhos não presenciassem a violência ou para que não fossem vítimas de agressões, ela rompe o relacionamento em busca de uma vida melhor para ela e para os filhos. Com Dandara (2017), o rompimento foi para que se mantivesse viva, pois sofria constantes ameaças de morte, tanto que a única forma que ela encontrou para sair de casa e da violência foi fugir. Com a ajuda de um conhecido,

[...] vamos fazer alguma coisa né, fazer um plano né e que daí eu vou te ajudar a fugir dele e ele dizia que ele ia me matar né, e aí o que a gente fez né. Como ele saía sempre pra usar droga, um dia ele falou pra mim, olha ele está em tal lugar, então se suma, [...] aí a gente combinou né que quando ele saísse de casa ele, eu fugiria né, pegaria o que desse [...] Fui embora, e foi o que realmente aconteceu, ele disse se você quiser ir agora ainda tempo de você fugir. Peguei o meu carro sabe e vim, tipo com algumas roupas, alguns calçados, o que deu de eu colocar no meu carro. Eu peguei e vim embora (DANDARA, 2017).

Depois que conseguiu fugir, Dandara (2017) ainda precisou viver um tempo escondida de praticamente todos, pois tinha receio de que seu ex-companheiro descobrisse seu esconderijo e cumprisse com as promessas de morte que vinha lhe fazendo há tanto tempo. Encarar o medo de morrer, caso o ex-companheiro descobrisse seu paradeiro, e fugir para continuar viva foi o dilema que Dandara (2017) precisou se defrontar para que pudesse seguir sua vida.

Outro ponto relevante na narrativa de vida das depoentes desta investigação, bem como nas narrativas das mulheres que diariamente procuram o NUMAPE Unioeste/FB para atendimento, são os relacionamentos amorosos que elas firmam com novos parceiros logo na sequência de findar a relação que mantinham com os ex-companheiros. Em muitas situações, tais relacionamentos são semelhantes aos que elas puseram fim. Lima e Werlang (2011) nos ajudam a compreender, em parte, porque as

mulheres fazem tais escolhas amorosas. Para os autores, o ser humano não possui o poder de decisão que imagina ter sobre seu comportamento, o que não o eximi da responsabilidade diante dos sucessos e insucessos que envolvem suas escolhas, sendo que “a escolha conjugal não é fruto do acaso, pois sofre influência direta dos diversos acontecimentos e escolhas feitas ao longo da vida que, por sua vez, foram influenciadas por fatores internos que fogem ao alcance da consciência” (LIMA; WERLANG, 2011, p. 515)

Sendo assim, é possível compreender que o excesso, que é vivenciado no cotidiano das mulheres, deixa marcas que condicionam suas escolhas amorosas. Tais decisões influenciam percursos marcados pela desilusão. Nestes termos, a permanência em relacionamentos abusivos pode ter relação com uma impossibilidade de acessar o trauma passado e certa compreensão de aceitação de um destino, de uma história, de um modelo de relacionamento. Dessa forma, “[...] a modalidade de escolha conjugal feita por elas [...] é mais uma forma de expressão da passividade decorrente dos traumatismos que as moveram à repetição de uma dor que as acompanha desde o início de suas vidas e não propriamente uma escolha feita ao acaso” (LIMA; WERLANG, 2011, p. 515).

A narrativa de Lygia (2018) demarca a escolha motivada pela necessidade de ajuda para fugir de uma situação de excesso, que no caso da depoente foi o abandono.

Então os meus irmãos foram morar com o meu pai. E foi no dia seguinte que foi numa sexta, no sábado meu pai veio pegar os meus irmãos e eu arrumei as minhas malas para ir morar com a minha avó porque eu tinha doze anos né. Quando eu cheguei ali na casa da minha vó e a minha vó falou simplesmente assim pra mim: - aqui não tem lugar pra você, só pros teus irmãos. Eu ia pra onde? Né. Eu votei lá pra casa e fiquei lá, ele chegou lá de noite e falou assim: - ó, conversei com a minha mãe, ela falou que não é pra mim deixar você ir embora e nem deixar você na rua então você vai lá pra casa né. Vai morar com a minha mãe até eu alugar uma casa depois a gente vai sozinho daí. (LYGIA, 2018).

Abandonada, primeiro pela mãe, depois pelo pai e na sequência pela avó, Lygia (2018) se encontra sozinha, contando apenas com o auxílio do ex-companheiro, que, na ocasião, ofereceu-lhe um teto para morar e uma família, coisas que Lygia (2018) até então ainda não tinha experimentado. Na infância, não tinha morada certa, vivendo um

pouco com cada familiar, sofreu violências de uma maneira ou de outra. Anita (2017) também narra como conheceu o seu ex-companheiro e também revela uma escolha motivada pela necessidade de ajuda para fugir de uma situação de excesso.

[...] quando eu estava com vinte e três anos, eu conheci um rapaz. Já era meio de idade, já era, já tinha um filho, a gente se conheceu, gostei dele aparentemente ele gostava de mim, a gente começou a namorar, e dentro de seis meses, noivemos e casamos, ai eu tive meu filhinho (ANITA, 2017).

Depois de ser abusada sexualmente pelo pai, engravidar e ser obrigada a doar o filho, Anita (2017) deposita suas expectativas no primeiro homem com quem se relaciona fora da família, visando um relacionamento distinto do que tivera com a figura masculina que tinha como exemplo dentro de casa. Percebemos no depoimento de Anita (2017) que ele foi o primeiro homem com quem ela se relacionou depois que saiu de casa, e que, mesmo sendo nova, dentro de seis meses estava casada e grávida.

Algumas mulheres romperam com o relacionamento de forma momentânea, ficaram sozinhas por um pequeno período e na sequência iniciaram novo relacionamento. Em alguns casos, foi questão de dias para que o relacionamento fosse reatado e mais alguns dias para que o ciclo da violência retornasse. As mulheres que não reatam o relacionamento com o antigo companheiro, ficam pouco tempo sozinhas e, na sequência, iniciam novo relacionamento com companheiros, que, por vezes, possuem comportamentos semelhantes ao anterior. Dessa maneira, os episódios de violência não demoram para recomeçar.

Sabemos que as discussões sobre o tempo são complexas. Para Maffesoli (2001), lidar com a questão do tempo é tocar no problema da morte que todos os dias bate à porta para lembrar que temos um dia a menos neste plano e sobre a proximidade do fim. Assim,

O tempo é vivido na sua incoerência fundamental. Obnubilado pela morte e suas diversas manifestações, o vivido cotidiano põe toda sua importância num presente caótico, que deve ser vivido intensamente, para lá das projeções de todas as ordens (paraísos, amanhas cantantes, sociedades perfeitas). É pelo o que o social é afrontado: o instante vivido em toda a sua concretude, instante que é preciso consumir,

consumir rapidamente, com excesso quando se conhece toda a sua precariedade (MAFFESOLI, 2001, p. 45)

Com medo do tempo que passa, vivemos dia após dia ofuscando a morte e depositamos no hoje todas as fichas que temos para jogar o jogo da vida. É no cotidiano também que o imaginário toma lugar de importância na vida dos sujeitos. O imaginário tem um papel importante na estruturação da vida cotidiana, pois “a aparência, sob todas as suas formas, é o fundamento de múltiplas situações e atos sociais. Do vestuário à habitação, passando pelo encontro, sem esquecer do fantástico de todos os dias, o presente se instala, divertindo e criando ilusões sob máscaras de diversos matizes” (MAFFESOLI, 2001, p. 31). O fantástico e a ficção participam da constituição da realidade, que é também “conhecida como porosa, ou ainda constituída do que não possui realidade” (MAFFESOLI, 2001, p. 96).

O imaginário e o fantástico possuem grande relevância no processo de constituição do eu individual e social. Podemos utilizar, como exemplo, o cinema, que “oferece do real uma imagem precisa e perfeita. A ficção é assim, como na expressão popular, mais verdadeira do que o real” (MAFFESOLI, 2001, p. 97). Segundo o autor,

[...] na vida cotidiana, na vida banal, encontramos [...] uma importante dimensão fantástica que tem origem na brecha criadora da duplicidade, do desdobramento. Estar fora de si, como é comum no espetáculo de uma obra cinematográfica, é uma atitude fantástica, mágica, que permite jogar e enviesar a junção da identidade que nos faz isto ou aquilo, operário, intelectual, homem, mulher, etc. Esse desdobramento mágico que permite navegar infinitamente num tempo e espaço livres, torna possível compreender tudo aquilo que a deambulação existencial e social possui de caótico, imprevisto, aleatório. Ao lado da direção linear e segura que a gestão econômica e política tenta organizar, existe um processo constituído de acasos, feitos de moleza e passividade, que avança o ritmo das paixões, encontros, coerções e pequenas mortes diárias. Nisso não existe porquê: a causalidade é praticamente sem efeito (MAFFESOLI, 2001, p. 98).

Pelo fantástico de todos os dias, a duplicidade ganha vida no cotidiano da massa, que precisa do duplo e do dobro na vida social para sobreviver um dia após o outro, pois “é pela duplicidade, mais ou menos consciente, que os indivíduos [...] guardam uma certa distância que lhes permite sobreviver às diversas imposições. Sem isso, torna-se

impossível compreender a perduração da humilde vida cotidiana” (MAFFESOLI, 2001, p. 97). A duplicidade da vida cotidiana é chamada por Maffesoli (2001, p. 99) como a “face de sombra, uma face oculta, feita de múltiplas e minúsculas situações e práticas, que é o lugar da conservação de si e da espécie”. Os indivíduos vivem a face iluminada, que é a da política e da economia. A face da sombra, que é a da duplicidade, não obrigatoriamente conscientes do que estão fazendo, essas vivências são quase intencionais como um saber-fazer que está incorporado, como um mecanismo de defesa que não se apreciou muito a importância.

Utilizando o fantástico e a ficção, organizamos o dia a dia e nossas vivências, com o objetivo de tornar o cotidiano aceitável. Para Maffesoli (2001, p. 100),

As histórias de vampiros, fantasmas e outras criações são excepcionais somente no quadro de uma visão de mundo normatizada, asséptica, homogeneizada. De fato, na vida diária, sem que sejam tão cristalizadas como aparecem na ficção romanesca ou cinematográfica, essas histórias constituem o substrato dos mitos e dos discursos cotidianos. Elas desempenham o papel de senhas, de sinais de reconhecimento que permitem a comunicação de base. Trata-se aí, de um discurso paralelo ao discurso político, científico, racional e que, através dos rumores, dos mexericos, dos fantasmas, traduz a angústia coletiva do tempo que passa.

Para além do racional ou do consciente, instalamos o fantástico no cotidiano e pode-se dizer que o real *ficcional* de todos os dias ou a *ficção surrealista* “[...] repousam, totalmente ou em parte, sobre as mentiras nas quais o indivíduo decide acreditar. Antes de afrontar a verdade, que em sua última forma é a morte, a massa vive, quase intencionalmente, o ódio da morte pelo viés da mentira” (MAFFESOLI, 2001, p. 100). À vista disto, depositamos no fantástico de todos os dias uma saída para não enfrentar a morte, e, assim, por vezes, vivemos imersos em fantasias que criamos e que posteriormente acreditamos para enganar a nós mesmos. Dessa maneira, em diversos momentos de nossas vidas, desviamos da verdade e decidimos que “pouco importa que uma coisa seja verdadeira, contando que ela seja bela” (MAFFESOLI, 2001, p. 100).

Coligando o pensamento do autor com o depoimento das entrevistadas, é possível perceber que elas perdoaram os episódios de violência que vivenciaram por diversos motivos, e, dentre eles, o mais recorrente é a esperança de mudança de

comportamento agressivo do companheiro. Anita (2017) conta que sua mãe lhe ofereceu ajuda,

Minha mãe disse não minha filha, vamo embora, pega teu filho e tuas coisinhas e vamo embora. Minha mãe morava no interior de Salgado Filho. Fui embora morar com ela na terra do meu cunhado. Mas aos oito meses de gravidez a gente teve uma audiência no fórum que era pro meu ex-marido pagar pensão, mas em vez de pagar pensão ele pediu perdão, pediu para voltar, que me amava, que me queria, que ia cuidar de mim e dos dois meninos, e eu resolvi dar mais uma chance. Então antes do Diogo nascer, eu já voltei morar com o pai dele, mas foi só mais uma ilusão. Mais ou menos seis meses que o meu filho tinha, de novo comecei a apanhar, passar falta das coisas dentro de casa (ANITA, 2017).

Acreditando nas promessas do ex-companheiro, Enedina (2018) volta para casa pouco tempo depois, as agressões retornam ao seu cotidiano. Lygia (2018) também reatou o relacionamento com o companheiro, “[...]ele falou assim: - eu vim como é que você está. Eu falei: - Eu tô bem. Aí ele falou assim: então volta pra casa, eu prometo que eu nunca mais vou te encostar a mão, nunca mais eu vou fazer q eu fiz, eu estava bêbado, me perdoe e não sei mais o que” (LYGIA, 2018).

As contribuições de Lima e Werlang (2011) auxiliam a compreender a decisão de perdoar o agente da violência nas narrativas acima. O ato de perdoar o companheiro pelas agressões é repetição. A escolha por perdoar o agressor é “uma expressão clara da sua passividade ante a dor psíquica que as move para cair repetidamente na armadilha que a pulsão de morte oferece” (LIMA; WERLANG 2011, P. 516). Enquanto as mulheres não conseguirem “nomear a intensidade e o excesso da dor sofrida, não será possível quebrar o circuito da compulsão à repetição” (LIMA; WERLANG 2011, P. 516).

Quando concedem o perdão e retornam para o relacionamento, as mulheres estão atribuindo ao outro, neste caso seus companheiros amorosos, a função de libertá-las, sendo que, desta maneira, reproduzem a condição de submissão que está presente em suas histórias de vida. Tais escolhas, “denunciam a fragilidade de suas identidades” (LIMA; WERLANG, 2011, P. 516).

Considerando o excesso e o fato de que as mulheres permanecem em tais relacionamentos sem de fato acessar os traumas que as aprisionam, outra questão pertinente para a discussão, é a noção de ficção. Para Mafesolli (2001, p. 102), a ficção

é utilizada pelos sujeitos no cotidiano como forma de manifestação e de resistência, como apresenta no trecho a seguir,

Introduzir a ficção na vida cotidiana é uma manifestação de resistência que escapa a temática “ativista” da liberação. A astúcia, a bazófia, a fofoca, a hipocrisia de que falamos não tem outra ambição, elas estruturam, de ponta a ponta, uma existência dupla, cortada, que sem isso, seria monotonamente unidimensional. A sobrevivência social e individual existe a esse preço, somente se pode prosseguir fazendo uso de máscaras.

A perduração da vida depende das máscaras que são utilizadas pelos sujeitos que figuram em dada sociedade. Sem as máscaras, sem a duplicidade, não seria possível sobreviver, pois

[...] o *duplo* introduz a descontinuidade, a *nonsense*, a acentuação no presente. [...] a fragmentação da existência que isso promove remete a um desejo de eternidade que o bestiário, a iconografia, a literatura e a produção cinematográfica codificam amplamente. Viver o instante, vive-lo plenamente sem se preocupar com o futuro, é aí quando o fantástico se junta ao mito que recapitula, na simultaneidade, aquilo que a história dispensa no tempo linear. Nesse sentido, a ficção é o “duplo” da vida cotidiana, no sentido mais forte do termo, aquilo que vários pensadores ressaltam e que apontam com força para o desejo de eternidade (MAFFESOLI, 2001, p. 103).

Seja da maneira que for, pelo viés do eterno retorno do que é cíclico, pelo mito da imortalidade, pela volta diária no tempo, pelo tempo que não se move, todas essas representações fantásticas, com forte conotação mágica, tentam deter a marcha do sol que segue dia após dia. As características do que é ficção, que estão presentes nos mitos e nos ciclos, são utilizadas para que sejamos reenviados a um cotidiano vivido no dia a dia e que nada tem de novo sob o sol que nasce a cada nova manhã. O mito e a ficção são mecanismos de defesa contra o que impede a existência de viver naquilo que ela possui de mais concreto, que, ao quebrar a linearidade do tempo, centra toda a atenção sobre o presente social e sobre o social vivido no coletivo. A duplicidade, o tempo cíclico e imóvel do mito, produz a “moleza” e a “passividade” da massa social. Assim, “a teatralidade da vida social não precisa mais ser demonstrada: o jogo da aparência, o espetacular (habitação, vestimenta, falatório, ludismo, etc.) são agora reconhecidos como elementos estruturantes dos modos de vida” (MAFFESOLI, 2001, p. 105).

No fantástico do cotidiano, os indivíduos e as situações sociais vão se estruturando sempre de maneira múltipla e fragmentada. O pluralismo e a duplicidade permeiam o cotidiano, garantindo assim a perduração da sociedade, que sobrevive a trama diária graças ao misto de mágica e de práticas, que podemos encontrar em todos os minúsculos atos da vida cotidiana. Desse modo “o comer, o vestir, a apropriação do espaço, são compostos de sonhos, estetismos, instrumentalidade, prosaísmo e magia. Realidade que torna possível “cotidiano e fantástico são a mesma coisa com dupla-face” (MAFFESOLI, 2001, p. 107).

Construímos a vida com a duplicidade, a magia, a ficção, e, com as máscaras, sobrevivemos ao trágico que se instala na vida de cada um, junto com a angústia do tempo que passa. O sonho e o imaginário também são fundantes para que possamos nos constituir e viver um dia após o outro. O cinema, exemplo citado por Maffesoli (2001), acentua os traços que encontramos na vida real, no dia a dia, pois

A vida “humilde” e seus trabalhos simples somente podem ser vividos porque existe uma força mágica, poética que os alimenta sem cessar. A poética da vida cotidiana, as criações minúsculas e imperceptíveis permitem de fato a perduração da socialidade. Se não houvesse uma carga mágica na vida cotidiana, o aspecto mortífero de automação dominaria a pulsão do querer-viver (MAFFESOLI, 2001, p. 107).

Percebemos, a partir do fragmento acima, que a carga mágica cotidiana é essencial para a perduração da vida. A magia da vida está presente na imagem, que por vezes é sublimação, reflexo do empírico e do concreto. O fantástico, segundo Maffesoli (2001), faz uma conjugação com o cotidiano. O autor compara as cenas da vida diária, do cotidiano, com os “truques” mágicos da câmera, que, segundo ele, acentuam o que a repetição tende a apagar. As cenas da vida diária, mesmo com toda a sua banalidade, são intensas e a imagem suaviza aquilo que passa despercebido na prática do dia a dia. Ainda segundo Maffesoli, (2001, p. 215).

A encenação da vida cotidiana que nos ensina que, do mais grotesco ao mais poético, na ordem do produtivo ou na ordem do lúdico, assistimos a um encaixe de situações moveis e pontuais que obedecem menos a uma construção intelectual do que uma figuração “imaginal” que é, simultaneamente, contraditória e toda de aparências

Os acontecimentos que edificam a vida são construídos mais pelo imaginal, mais pelo que gostaríamos que fosse ou que cremos ser, do que aquilo que a realidade aponta.

### **3.1 Decisões sobre o estar junto: entre o ir e vir**

Talvez, ao longo desses anos, atuando no NUMAPE Unioeste/FB, nas palestras e atividades realizadas com os diversos grupos atendidos, a pergunta que mais escutamos foi: “Por que ela não se separa dele?”, “Por que ela permanece com ele mesmo depois de sofrer tantas agressões”, “Ela é agredida, regista o B.O, sai de casa, e dias depois volta com o companheiro. Por que isso acontece?”.

Gostaria de registrar aqui que, quando comecei minha caminhada no Núcleo, essa também era uma pergunta que me fazia incansavelmente, pois não compreendia o quão complexo pode ser obter respostas para tais questionamentos. Por vezes, eu não conseguia compreender como que as mulheres, mesmo relatando cenas imaginadas em filmes de terror, não saíam dos relacionamentos abusivos. Quando conseguiam romper o relacionamento, pouco tempo depois reatavam com os companheiros, voltando a viver na violência.

Foi preciso tempo, estudo e escutar muitas histórias para que eu conseguisse compreender a vivência destas mulheres. Na sequência, utilizando os depoimentos dos sujeitos no cotidiano de idas e vindas e a forma como cada mulher encaminhou estas questões.

Primeiro, gostaríamos de abordar o sentimento, a percepção da própria mulher sobre a sua situação em um relacionamento. Enedina (2018) narra que “é uma coisa estranha sabe de você não conseguir sair, eu não sei, [...], mas você não consegue sair disso, você tá vendo que tudo leva a isso, tu tem uma trajetória que tu consegue perceber, mas você não sai, é uma coisa de louco isso”. Enedina (2018), no relato, esclarece que não sabia o porquê de não romper o relacionamento. Ela conseguia perceber que os acontecimentos não eram bons para ela, tampouco regulares nos relacionamentos amorosos, mas ao mesmo tempo não conseguia romper com a situação. A depoente também falou sobre a naturalização da violência e sobre uma espécie de “compensação” que acontecia na vida dela,

[...] a gente não imagina como essas coisas se naturalizam na vida da gente sabe, e aquilo já estava se tornando recorrente. Eu já estava aceitando e achando aquilo normal, porque ele me agredia e no outro dia eu tinha um mar de rosas, eu tinha joias, eu tinha: eu vou comprar um carro pra você porque você tá indo a pé, ele ia e comprava um carro pra mim, coisas assim sabem então tinha uma compensação sabe [...] então num dia você é o demônio e no outro você é a rainha, e sei lá o que é que faz você ficar né (ENEDINA, 2018).

O que aconteceu com Enedina (2018) se repete em quase todos os relatos de violência doméstica narrados pelas depoentes. O conjunto dos depoimentos demonstra que o homem cometia a agressão e na sequência mudava de comportamento, tentando convencer a mulher que o episódio da violência foi fato isolado que não se repetiria e, como prova de que realmente iria mudar, a recompensava com presentes, joias, flores e, no caso de Enedina (2018), como seu ex-companheiro tinha uma situação econômica abastada, os presentes tinham valor monetário elevado.

Dandara (2017) também descreve momentos em que o companheiro mudava de comportamento, “ele mudava uma semana e na semana seguinte ele fazia tudo isso de novo”. Quando conseguiu se libertar do relacionamento, conta que “eu era acostumada assim com algumas coisas e eu fiquei sem nada da noite para o dia, [...] mas o sossego que eu estava sentindo era muito maior do que qualquer sofá, qualquer televisão, qualquer coisa que te ofereça conforto. A tua paz é melhor do que qualquer coisa” (DANDARA, 2017). Dandara (2017) rompeu o relacionamento depois de dois anos e meio vivendo sob agressões e ameaças. Como já mencionamos, seu ex-companheiro era usuário de drogas, e, com base em seu depoimento, havia relação direta entre o consumo de substâncias ilícitas e as agressões. Ela terminou o relacionamento porque fugiu da casa em que residia, levando consigo algumas roupas, deixando na casa todos os outros bens materiais. Dandara (2017) afirmou que, por muitas vezes, teve medo de ser morta pelo ex-companheiro e que acredita que se não tivesse conseguido fugir talvez não estivesse mais viva, visto que as ameaças eram constantes.

Outra questão que chama a atenção no relato das mulheres, é em relação ao pedido de ajuda à Polícia Militar, quando estavam em situações de risco, ou quando precisavam ir na Delegacia Especializada da Mulher para registrar o B.O, ou comunicar

o descumprimento da Medida Protetiva de Urgência<sup>52</sup>. As depoentes contam que por vezes ligavam para a polícia pedindo ajuda e não obtinham a proteção dos policiais pois,

[...] na verdade ele deveria ir pra cadeia, mas como eu já tinha denunciado ele várias vezes e como ele tinha dinheiro e a polícia conhecia ele na cidade, ele acabava dando feijão pra polícia, ele dava arroz, ele dava whisky, ele pagava churrasco, ele dava festa né. Então as vezes ele dava joia né, pulseira de ouro, corrente de ouro, então a polícia gostava de ganhar aquilo e ele não ia nunca ser preso né (DANDARA, 2017).

Dandara (2017) faz uma denúncia sobre o comportamento de sujeitos que estavam a frente dos órgãos de proteção o que significava, em última instância, proteção do produtor do ato violento e não da ofendida. Conforme mencionado, a posição social e a situação econômica do ex-companheiro eram usadas para intimidar Dandara (2017). Sem ajuda oficial e com temor de perder a vida, Dandara (2017) permanecia no relacionamento abusivo.

A violência estrutural é outro fator que, comumente, colabora para que as mulheres não consigam se desvencilhar dos relacionamentos abusivos. Não foram poucas as vezes que escutamos relatos de mulheres que foram mal atendidas pelos órgãos de proteção à mulher em situação de violência doméstica, o que significava experimentar nova violência, agora produzida pelo Estado. Por vezes, as mulheres desistiam de realizar a denúncia porque eram desmotivadas pelos policiais, ou por pessoas que as atendiam em órgão públicos.

Particularmente, presenciei esse tipo de violência quando acompanhava, juntamente com a advogada, no projeto, uma assistida do NUMAPE Unioeste/FB que manifestou a vontade de registrar o B.O contra seu ex-companheiro. A senhora que estávamos acompanhando tinha aproximadamente sessenta anos de idade e, quando

---

<sup>52</sup> As Medidas Protetivas de Urgência são mecanismos criados pela lei para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar, assegurando que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goze dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e tenha oportunidades e facilidades para viver sem violência, com a preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. as medidas protetivas podem ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e da manifestação do Ministério Público, ainda que o Ministério Público deva ser prontamente comunicado. As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor estão previstas no art. 22 da Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha. Já as medidas para auxiliar e amparar a vítima de violência estão reguladas no art. 23 e 24 da referida Lei. Vale destacar que, assim como as medidas que obrigam o agressor, as medidas direcionadas para a proteção da mulher e de seus filhos podem ser cumuladas.

chegou na Delegacia Civil, foi recebida com a seguinte frase: “a senhora não tem vergonha de com essa idade, ainda não conseguiu resolver os seus problemas? ”.

Mesmo acompanhada por advogada a senhora foi desrespeitada, pois na frase da atendente se explicitava a ideia de que cabia à mulher a solução do problema, sem qualquer intervenção do Estado. Mais uma vez, quem deveria oferecer ajuda julgava a situação e determinava que a mulher deveria envergonhar-se da violência doméstica. Neste contexto, produzia-se uma inversão: mulher culpada da agressão e a afirmação de que dependendo da idade o Estado não é mais responsável pela garantia de direitos.

Com Enedina (2018) não foi diferente,

Registrei queixa na delegacia depois que eu já tinha saído de casa, e daí tem outra violência nesse sentido, porque tu ia lá na delegacia registrar a queixa, eu nunca me esqueço que o escrivão me disse: porque casou com um homem tão grande, se tivesse casado com um pequenininho, do teu tamanho, você podia bater nele né? (ENEDINA, 2018).

Considerando os depoimentos das entrevistadas, é perceptível que, em muitos casos, no momento em que a mulher decide fazer o Boletim de Ocorrência há um conjunto de pressões: da família, da estrutura social na qual está inserida, da solução das questões práticas que envolvem o sustento da mulher e dos filhos do casal, as formas como os órgãos de proteção organizam a recepção as mulheres em situação de violência doméstica. Dessa forma, é possível afirmar que as representações sobre violência doméstica impactam o acesso aos direitos, visto que, como na situação relatada, acontece um julgamento social sobre a situação vivida e sobre a forma como a mulher lida com a situação.

Dandara (2017) também narrou situação semelhante,

Eu já tinha uns três, quatro registros de queixa na delegacia, até que um dia o delegado ligou pra mim. O delegado, pra você ter noção do negócio, pediu se eu realmente tinha certeza se eu queria manter as queixas contra esse moço. Eu falei que com certeza, que eu queria ele longe de mim e da minha família. Eles não fizeram nenhuma tomada judicial, não aconteceu nada com ele infelizmente. O poder é quem manda e você quando não é nada, você não é nada! (DANDARA, 2017).

Mesmo Dandara (2017) manifestando a vontade de seguir com o processo judicial contra o ex-companheiro, segundo ela, por se tratar de uma pessoa com um sobrenome “de peso” na localidade em que residiam, transparecia a parcialidade da lei. Assim, as denúncias, as inúmeras vezes que chamou a polícia ou que se dirigiu à delegacia para fazer o Boletim de Ocorrência, nada disso foi suficiente para que seu ex-companheiro fosse julgado e condenado pelo crime de violência doméstica. Como é possível depreender, o sentimento de injustiça que as mulheres manifestam decorre da sensação de impunidade e da insegurança decorrente deste processo. Desse modo, o acolhimento equivocado e as dificuldades na punição são fatores que, indiretamente, podem ser relacionados à permanência da mulher em relacionamentos abusivos.

O depoimento de Mercedes (2017) corrobora tais apontamentos,

[...] eu chamei a polícia, os vizinhos me ajudaram, e a polícia veio, prendeu ele. Ele ficou um fim de semana preso, alguém pagou a fiança pra ele. Eu não tenho nem ideia de quem pagou. Ele foi solto de novo e aí as ameaças continuaram. Então quer dizer que as Medidas Protetivas pra mim não resolveu nada porque ele continuava solto e continuava fazendo ainda pior do que ele fazia. Ligava no meu telefone ameaçando que ia se matar sabe, coisas terríveis, me acusando de estar envolvida com homens casados. [...] hoje eu vivo com as minhas filhas, a gente vive tranquila, e não pretendo, te falo francamente. Se um dia acontecer novamente não pretendo fazer o Boletim de Ocorrência, porque infelizmente a justiça é muito falha nesse sentido. Tem uma Delegacia da Mulher, mas a gente não se sente segura porque a gente sai de lá com o problema. A gente sai de lá com a pessoa que nos agrediu, que nos ameaçou fazendo ainda pior, porque parece que aquela coisa de você ter ido na delegacia faz com que eles fiquem mais agressivos, se revoltem ainda mais contra a gente (MERCEDDES, 2017).

O que foi relatado por Mercedes (2017) é narrativa de um número significativo de mulheres que procuram o Numape Unioeste/FB. Quando chegam no Núcleo, buscam informações de como vai ser o procedimento depois que elas registrarem o B.O na delegacia. Ao informá-las de que a lei prevê a prisão em flagrante, mas que se o agressor for réu primário ele pode pagar a fiança e responder ao processo em liberdade, a mulher rapidamente demonstra preocupação e perde a motivação ou vontade de realizar a denúncia, temendo o que pode acontecer com a vida dela ou dos familiares. Na maior parte dos relatos, transparece o medo do que pode acontecer com os filhos após a denúncia. A partir dos depoimentos, é possível afirmar que o temor sobre o que poderá

acontecer depois que o companheiro sair da cadeia ou quando receber a intimação do Oficial de Justiça parece ser fator significativo para a realização ou não das denúncias.

Compreendemos o receio que as mulheres têm de romper relacionamentos abusivos, pois é perceptível no noticiário que acompanhamos diariamente que, na maioria dos casos, o crime de feminicídio<sup>53</sup> ocorre quando a mulher mostra interesse em romper o ciclo da violência. Mercedes (2017) relata, no trecho acima, que após o companheiro sair da prisão não conseguia “viver em paz com as filhas”.

Outra questão que também consideramos relevante abordar na pesquisa, diz respeito às marcas da violência e o quanto elas influenciam a vida das mulheres, mesmo depois de sair das situações de violência. Karla (2017) faz uma narrativa contundente em relação a isso. Elas podem sair da violência, mas as marcas de tais vivências as acompanham, de maneira que precisarão aprender a administrar tais lembranças para continuarem sua existência. Para algumas mulheres, conviver com as marcas da violência é perturbador e exige esforço cotidiano para reinventar a própria vida. Karla (2017) é exemplo da perplexidade experimentada pelo sujeito, visto que a depoente afirma que é impossível viver sem memória e que as lembranças dos momentos de violência são constantemente atualizadas na vida presente.

Karla (2017) foi violentada sexualmente pelo irmão mais novo, pelo tio e por um “amigo” da família.

Eu tenho NOJO. Nojo do suor das pessoas, nojo das pessoas se encostarem em mim, eu me sinto violentada. Eu tenho trinta anos e eu não quero ter filhos, porque eu não quero que o meu filho ou a minha filha passe pelo que eu já passei e eu tenho plena certeza que eu jamais vou conseguir amamentar uma criança, porque ninguém coloca a mão nos meus seios. Nem exame eu não faço tá, o exame das mamas eu não faço porque eu não permito que ninguém coloque a mão no meu seio (KARLA, 2017).

[...] eu só consigo tomar banho, lavar e colocar o meu soutien, mas ninguém coloca a mão no meu seio, ninguém nunca mais colocou a mão no meu seio depois do que aconteceu [...]. Eu estou vinte quilos acima do meu peso porque a comida pra mim é uma fuga. Se eu estou feliz eu como, se eu estou triste eu como, se eu preciso esquecer alguma coisa eu como, então o meu cano de escape é a comida, então

---

<sup>53</sup>O feminicídio é o homicídio praticado contra a mulher em decorrência do fato de ela ser mulher (misoginia e menosprezo pela condição feminina ou discriminação de gênero, fatores que também podem envolver violência sexual) ou em decorrência de violência doméstica. A lei 13.104/15, mais conhecida como Lei do Feminicídio, alterou o Código Penal brasileiro, incluindo como qualificador do crime de homicídio o feminicídio.

eu preciso comer compulsivamente até quase passar mal pra que eu me sinta satisfeita (KARLA, 2017).

Eu não durmo há muitos anos. Se eu faço uso de medicamentos eu durmo de três a cinco horas por noite, eu já passei quinze dias sem conseguir fechar o olho, nem durante o dia nem durante a noite. Segundo a minha terapeuta, o meu inconsciente age assim por medo que eu durma e eu sofra um abuso novamente. Eu não consigo dormir porque eu tenho medo de dormir e ser abusada novamente [...] (KARLA, 2017).

Eu passo até três meses sem ter nenhum tipo de toque com o meu marido, nenhum tipo de relação sexual porque pra mim não me faz falta, eu não gosto, eu não me sinto bem, eu me sinto **suja** (a marcação está relacionada ao acento a palavra proferida pela depoente). A, então relação sexual com o meu marido é raro, raras as vezes que acontece. Eu sou professora e eu não consigo ter nenhuma relação afetiva com os meus alunos, eu não consigo abraçá-los, eu não consigo beija-los (KARLA, 2017).

Karla (2017) afirma ter dificuldades de relacionamento com várias pessoas, sendo que uma delas é seu atual companheiro, com quem divide a casa e a vida há nove anos. Como é possível perceber no trecho acima, Karla (2017) tem vários traumas decorrentes do que viveu que implicam: não ter o desejo de ser mãe, não cuidar da saúde, visto que não vai ao médico para fazer exames de rotina, sabe que desenvolveu compulsão alimentar e reconhece que esta é a válvula de escape e mesmo assim não consegue cessar os efeitos da violência. Tem problemas no desempenho da escolha profissional, pois não consegue manter relação afetiva com os alunos, relata também dificuldades em manter amizades, visto que não tolera personalidades. O sono ainda é perturbado pela imagem da violência sexual. Para a mulher, sexo e sujeira são sinônimos. Nesse contexto, as relações sexuais com o companheiro são, de alguma forma, cumprimento das obrigações, pois, como afirmou na entrevista, não sente afeto pelo companheiro e se relacionou com ele “para eu parar de passar fome, para eu parar de passar frio eu resolvi morar com ele, mas eu não gosto dele, eu tenho certeza disso. Eu nunca gostei, eu vi nele uma saída para a minha fome e para a minha falta de ajuda financeira” (KARLA, 2017).

Todas essas dificuldades de se relacionar com as pessoas, de não possibilitar que ninguém toque em seu corpo, são traumas que Karla (2017) carrega em razão dos episódios de violência que vivenciou no decorrer de sua vida. Esses traumas refletem significativamente na pessoa que Karla (2017) se tornou. Como já referido, é impossível

apagar as marcas da violência, sendo que o que difere de uma mulher para a outra é a forma que lidam com os efeitos e como organizam essas vivências no ciclo da vida.

Muitas são as razões que contribuem para que as mulheres permaneçam em relacionamentos abusivos e violentos, como a falta de apoio da família e a precariedade da estrutura para o atendimento às mulheres no âmbito dos Municípios. Em muitos dos casos, as mulheres passaram longo tempo sem contar para a família o que acontecia no espaço da casa. O principal motivo relatado por elas é o medo que possuem de serem julgadas e condenadas como as culpadas pela situação. Karla (2017), quando aceitou participar da pesquisa, relatou que, tirando a terapeuta, eu era a primeira e única pessoa para quem ela tinha contado sua história de vida.

[...] a minha família não sabe, porque eu acredito que se eu contasse eles iriam dizer que a culpa é minha. A culpa é sempre da criança, a culpa é sempre da menina. É sempre a criança que usa roupa curta, porque é sempre a criança que se oferece, porque é sempre a criança que vai brincar e senta no colo. É sempre a mocinha que está entrando na adolescência, e os seios estão crescendo, que o bumbum e que as cochas estão ficando mais grossas. A culpa é **sempre** (grifo para demarcar a entonação a aceção dada pela entrevistada) da vítima, a culpa nunca é do agressor (KARLA, 2017).

De acordo com a entrevistada, os familiares não entende o seu comportamento em relação a eles e ao companheiro afetivo. Não compreendem por qual motivo Karla (2017) é distante da família e as restrições que estabelece à presença dos familiares na sua residência. Neste cenário, voltamos à música que selecionamos como metáfora do trabalho “a casa é um nau de turbulentas velas, singrando os desejos, dos que moram nela” (Fagner – Reino/Minueto da Porta). Parece que se desenha analogia entre o vivido pela depoente e uma possibilidade de interpretação da música. Neste fragmento, a casa transparece como lugar do não dito, como lugar do silêncio. A narrativa é contundente e nos apresenta questionamentos:

Das oito mulheres que participam da pesquisa, cinco conseguiram sair dos relacionamentos abusivos. Como foi para essas mulheres desvencilharem-se das situações violência doméstica? Qual o lugar dos familiares e dos amigos neste processo? Encontraram o respaldo esperado na Lei Maria da Penha quando acessaram a

rede de proteção? Entraram com o processo judicial contra o ex-companheiro? Como vivem hoje?

### **3.2 Entre o medo do fim e o medo do novo: o desafio da nova vida**

Nestes sete anos atuando no NUMAPE Unioeste/FB acompanhamos muitas histórias de mulheres fortes, que, apesar das adversidades, saíram das situações de violência em que viviam. Mulheres que tiveram a casa destruída pelo fogo, atado pelo ex-companheiro por não aceitar o término do relacionamento; mulheres que precisaram sair da casa, da Cidade e do Estado em que residiam; mulheres fugitivas, levando consigo os filhos, uma mochila nas costas com roupas e objetos pessoais. Mulheres que precisaram se esconder na casa de familiares, amigos e até de pessoas estranhas para que não fossem espancadas e / ou possivelmente mortas por seus ex-companheiros, que não aceitavam o término da relação.

No percurso como bolsista, encontrei inúmeras mulheres que possuíam o mesmo desejo: nova vida longe da violência doméstica. Na sequência, abordaremos sobre o processo experimentado pelas depoentes.

Dandara (2017) viveu mais ou menos dois anos com o ex-companheiro. Contou que desde que as violências começaram seus sentimentos oscilavam entre o temor de continuar no relacionamento e o receio de ser assassinada caso rompesse o convívio com o companheiro. Depois de abortar os filhos gêmeos, decorrente da agressão durante a gestação, Dandara (2017) conseguiu, com a ajuda de um funcionário do ex-companheiro, fugir de casa. Esse funcionário, por vezes, presenciava as agressões e ofereceu ajuda,

[...] esse menino ficou com pena de mim né! Falou pra mim se eu queria ajuda, aí ele falou: - você quer ajuda pra ir embora? Aí eu falei que sim. [...] como ele (o companheiro) saía sempre pra usar droga um dia ele falou assim pra mim: olha ele está em tal lugar, então se suma [...]. A gente combinou né que quando ele saísse de casa eu fugiria. pegaria o que desse e ia embora, e foi o que realmente aconteceu [...]. Peguei o meu carro sabe e vim. Tipo, com algumas roupas e alguns calçados [...]. Quando eu cheguei aqui eu aluguei um apartamento de um senhor muito querido daqui. Deixou eu ficar no apartamento, me alugou o apartamento escondido né, porque ninguém podia ficar sabendo. Escondi o meu carro e eu fiquei lá naquele apartamento né. Fiquei lá mais ou menos uns quatro dias (DANDARA, 2017).

Como já referido, Dandara (2017) tinha dificuldades em realizar a denúncia contra seu ex-companheiro pela violência estrutural que sofria. Importante salientar também, que, em praticamente todos os casos em que as mulheres conseguem sair da casa ou fugir do companheiro, a situação não se resolveu com o abandono da residência. Dandara (2017) passou algum tempo tendo de se esconder. A depoente disse que ficou na retaguarda por um bom tempo, “trabalhava o dia todo e depois sumia assim [...] eu ia pra casa do meu pai, na casa da minha tia, me escondia na casa deles. [...] sempre tudo fechado né, e assim foi indo” (DANDARA, 2017).

Mesmo depois de nove anos do ocorrido, Dandara (2017) admite que ainda tem medo do ex-companheiro e receio de encontrar com ele novamente.

[...] ele sempre dá um jeito de dizer eu estou aqui sabe. Isso é uma coisa que me persegue até hoje sabe. Você não sabe o que aquela pessoa tá pensando né, você não sabe como lidar! Eu não sei como lidar! Eu vou trabalhar, eu vou pro meu carro eu olho par os lados, eu chego na minha casa eu olho pros lados! Um dia eu faço um caminho, outro dia outro itinerário, porque eu sempre estou me cuidando. Eu sempre me cuido! E eu acredito que ele nunca vá fazer algo pior pra mim né, mas as sequelas que eu tive... Muito difícil sabe. (DANDARA, 2017).

Outra depoente, Mercedes (2017) disse que as “pessoas que eram chegadas a ele, até chegaram pra mim depois e me contaram que ele já tinha planejado tudo. Que ele ia me matar, ia matar as meninas e depois iria se matar. Como ele não conseguia mais viver com a família ele iria terminar com a família”. O marido faleceu em decorrência do câncer que o acometeu. As mulheres afirmam que vivem driblando a morte, que, de uma maneira ou de outra, está presente na caravana dos dias.

Enedina (2018) também conseguiu sair do relacionamento abusivo em que vivia quando deixou a casa em que morava e voltou a morar com os pais. Ela narra “saí de casa, nunca me esqueço, com um cesto de roupa desses de vime sabe, só com as minhas roupas, o resto larguei tudo e fui embora”. Enedina (2018) teve o apoio dos pais e deixou tudo o que haviam construído no período em que se relacionou com seu ex-companheiro. E as mulheres que não têm suporte familiar? Como recomeçar?

Nesse contexto, a questão financeira é uma variável considerável. Das oito mulheres entrevistadas, três não têm filhos, as outras cinco possuem e depois da separação ficaram responsáveis por sua criação. Como abandonar tudo e sair de casa com quatro filhos, como é o caso de Lygia (2018), sem saber como fazer para alimentá-los. Porque a responsabilidade com os filhos é sempre da mãe?

Enedina (2018) disse que atualmente vive um relacionamento em que a violência não é parceira cotidiana.

[...] ao contrário do que eu vivia, hoje eu vivo um relacionamento estável sabe. Eu sempre vivia pra ele e era aquilo que eu achava estranho entre outras coisas né. A calma eu achava estranho, eu achava estranho fazer amor e dormir de conchinha assim sabe. Eu pensava que nos outros relacionamentos poderia ser normal, mas no meu relacionamento não. E foi com quem primeiro eu tive uma vida sexual ativa foi com meu ex. Eu achava estranho ele levantar e fazer chimarrão e me trazer sabe. Tudo coisas que hoje já são naturais. Para mim foi muito estranho (ENEDINA, 2018).

Enedina (2018) narra que achava estranho o comportamento do atual companheiro logo que o conheceu, pois no relacionamento anterior as agressões constituíam o cotidiano. Por vezes, a violência está enraizada na vida das mulheres de tal modo que a não violência é território desconhecido.

Outra entrevistada que permaneceu no relacionamento abusivo mencionou em vários momentos da entrevista que sua família nunca aprovou o relacionamento. Narrou também que, em alguns dos episódios de violência que vivenciou e saiu de casa, recebeu o apoio da família, em especial da mãe, que a recebeu em sua casa. Mesmo tendo o apoio da família não conseguiu permanecer longe de casa, quando o companheiro retorna pedindo perdão, mesmo antevendo que as atitudes não vão mudar, Clarice (2018) volta para casa e, conseqüentemente, para a violência.

Clarice (2018) narrou na entrevista que, em alguns dos episódios de violência, quando chegava a hora de realizar a denúncia ou de contar a sua versão dos fatos para a polícia, mudava seu depoimento e livrava o companheiro de ir para a cadeia. Declara que acreditava que ele mudaria de comportamento. Quando foi agredida pelas costas com uma faca, a polícia foi até o hospital para escutar o depoimento dela e quando precisou ir até a delegacia para falar novamente e registrar a queixa, encontrou com o advogado do seu companheiro e,

[...] o advogado conversou comigo, me explicou a situação lá dentro. Me disse que ele ia ser acusado de tentativa de homicídio qualificado e que se eu desse o meu depoimento de novo, da mesma forma que eu tinha dado no hospital ele iria ficar preso por muito tempo, porque ele já tinha passagem por tráfico de drogas. Então eu vi o desespero dele lá e eu deixei o sentimento falar mais alto. Eu gostava ainda dele, eu estava magoado com ele pelo que ele tinha feito. Mas sabe quando as coisas assim, que parece que a gente tem amnésia que a gente esquece, a gente só quer saber daquele momento, só quer saber de ajudar aquela pessoa, eu esqueço, eu esquecia como até hoje eu esqueço. Eu conversei com o advogado e ele me induziu a falar o que eu tinha que falar no meu depoimento pra que ele não se encaixasse na tentativa de homicídio, me instruiu, e eu fui lá e fiz isso. Eu fiz as lesões corporais, tirei foto, fiz a perícia, fiz tudo isso, só que na hora do meu depoimento, foi totalmente ao contrário. Ponhei no meu depoimento que eu tinha dado o primeiro tapa, e que a gente entrou em briga e que eu não sabia como que ele tinha me atingido. Falei isso no meu depoimento, falei que ele estava em tratamento pra se libertar das drogas e que por isso ele estava muito alterado [...]. Não deu uma semana ele saiu da cadeia, ele marcou um lugar pra gente conversar, fui até ele conversei com ele e de novo a gente voltou. A minha família ficou toda indignada, todo mundo me perguntava como que eu tinha coragem de me deitar com um homem que tentou tirar a minha vida, dormir do lado sabendo que ele poderia tentar outras vezes (CLARICE, 2018).

É difícil compreender o posicionamento de Clarice (2018) e de tantas outras mulheres que, mesmo sofrendo vários tipos de violência, dentre elas tentativas de homicídio, decidem não denunciar o companheiro ou mudar seu depoimento para livrá-los das punições previstas em lei. Clarice (2018) afirma a culpa pelas agressões em nome do sentimento afetivo que nutre pelo companheiro. É quase uma troca: a sua vida pela vida do companheiro. A sua felicidade pela felicidade do companheiro. A sua liberdade pela liberdade do companheiro.

Clarice (2018) já disse em outros momentos da entrevista que não sabe explicar o motivo pelo qual permanece no relacionamento que tem hoje. Não sabe explicar qual o motivo de tantas separações e reconciliações que já teve com o companheiro e ao mesmo tempo não sabe por que não colocou um ponto final da história de violência que vive. Clarice (2018) continua se relacionando com o agressor e relata no decorrer da entrevista que deseja sair do relacionamento que tem hoje,

Até eu penso assim, que eu vou conseguir sair dessa, que eu não vou precisar me submeter a um relacionamento abusivo, porque isso não foi um casamento. Isso foi só um pouco do que eu estou contando,

isso não é um relacionamento, isso não é um casamento e sim um relacionamento abusivo em todos os sentidos em todas as partes. Ele me abusa em tudo (CLARICE, 2018).

Percebemos no depoimento de Clarice (2018) que ela tem consciência que vive um relacionamento abusivo e que deseja sair, mas ao mesmo tempo é impedida pela dependência afetiva em relação ao atual companheiro. A dependência afetiva é recorrente na maioria dos relatos que escutamos no NUMAPE Unioeste/FB e das depoentes da pesquisa.

Lygia (2018) também permanece com o agressor, mas possui condições diferentes de Clarice (2018). A situação de Lygia (2018) é complexa, pois não conhece a vida sem violência. Diz não possuir narrativas de momentos em que a violência não estivesse presente em sua vida. Quando criança, quase foi vendida, depois foi abusada sexualmente pelo avô. Quando pré-adolescente, foi abandonada pelo pai que se separou da mãe e os deixou sem assistência financeira. Pouco tempo depois, foi abandonada pela mãe, que, segundo seu relato, estava cansada da vida “de trabalhar e cuidar dos filhos”. Sem ter a ajuda, conheceu o atual companheiro, que no começo do relacionamento lhe oferecia possibilidade de vida melhor.

Foram muitas idas e vindas dentro do relacionamento de Lygia (2018) com o companheiro, e, em um trecho de sua entrevista, ela conta que, quando era agredida pelo companheiro, recorria a mãe para solicitar ajuda. Contudo, a mãe também cobrava o auxílio, pressionando-a a prostituir-se,

[...] foi onde ela começou a aparecer com homem e eu falei assim: não eu não aceito e daí o [...] pediu para voltar e eu voltei de novo. Sabe, e foi aonde a gente foi indo e voltando indo e voltando sabe. Eu chegava na casa dela e ela me arrumava homem e daí eu voltava pra ele porque eu não queria. Então eu preferia apanhar do que viver na vida que ela vivia (LYGIA, 2018).

Segundo o depoimento de Lygia (2018), ela precisava escolher entre voltar para casa e reatar o relacionamento, mesmo sabendo que as violências não cessariam, ou ficar na casa da mãe e se prostituir. Lygia (2018) relata que quer sair da situação em que está, mas que todas as vezes que tentou se desvencilhar do companheiro não obteve ajuda dos familiares ou amigos,

[...] eu quero sair, eu sei que muitas mulheres estão passando pelo que a gente passa sabe (choro), só que a gente nunca tem ninguém pra ajudar, nunca. Nunca tem um parente, ninguém nem pra escutar você (choro), sabe, porque (choro), você chora e fala com as paredes, não tem ninguém pra te abraçar, não tem ninguém pra te aconselhar (choro). Você tem que aceitar que você não tem pra onde ir (choro, muito choro). As vezes você não quer uma roupa ou um calçado pro teu filho, você não quer alguma coisa pra você. Às vezes você só quer alguém pra te escutar sabe, alguém pra desabafar com você sabe, é isso que você quer, que alguém te incentive sabe, que alguém te ajude. Quando eu casei a primeira vez que eu apanhei, tivesse falado pra mim, ou viesse um parente alguém de fora tivesse me ajudado eu não teria ficado todo esse tempo. Doze anos né! Eu não estaria doze anos com ele, sofrendo, eu não teria passado por tudo isso, mas eu não tive ninguém pra me ajudar sabe (LYGIA, 2018).

O fragmento de texto de alguma forma registra o desespero de Lygia (2018). Sua principal queixa é a de que não teve apoio e ajuda de pessoas da sua família quando manifestou o desejo de sair do relacionamento. Quando completou dezoito anos, tinha planos de trabalhar fora para se manter, sem precisar da ajuda financeira do companheiro, “eu completei dezoito anos, daí eu falei assim, agora eu vou arrumar um emprego fichado né, e daí as crianças não tinham vaga na creche nem na escola, por causa que eu não trabalhava né, e eu não tinha quem cuidasse pra mim” (LYGIA, 2018). Sem trabalho remunerado para suprir as necessidades básicas (sua e dos filhos), sair da situação de violência parece ser impossível para a depoente.

Manter a mulher dentro de casa, impossibilitando-a de trabalhar fora do ambiente doméstico, é uma das formas de violência que as mulheres vivenciam. Manter a mulher restrita ao ambiente doméstico é uma forma de dificultar o pedido de ajuda, visto que sem manter contato com outras pessoas e sem que outras pessoas saibam o que está acontecendo no ambiente doméstico, fica difícil pedir ajuda. Outra questão relevante é que se a mulher não tiver fonte de renda fica ainda mais dependente do companheiro, que provém o sustento financeiro da família.

É difícil possuímos a capacidade de nos colocarmos no lugar do outro e tentar entender o que é viver uma vida imersa na violência. Como fica a saúde mental dessas mulheres depois de tantos episódios violentos? Será que elas conseguem imaginar uma vida longe de tais vivências? Como é a saúde psicológica dos filhos que, por vezes, presenciam as agressões sem conseguir ajudar a mãe? Como as mulheres se sentem

frente a suas realidades de vida? Lygia (2018) faz um relato de um dos momentos em que chegou a pensar em tirar a própria vida para dar fim ao sofrimento que permeia a existência,

Eu cansei esses tempos atrás que eu falei pra ele: eu tenho vontade de me matar, porque eu não aguento, eu não aguentava mais viver na vida que eu vivia, você sempre ser humilhada e acusada de coisas que você não fez (choro) de faltar as coisas dentro de casa sabe, você grávida e não ter nada pra comer. Os filhos pedindo as coisas e você não ter sabe (choro). É o que mais me dói. você ser humilhada ser julgada pelos outros de uma coisa que você não fez sabe (choro) dói. Dói escutar as coisas e você não poder fazer nada porque você não tem pra onde ir. Eu vou sair daqui eu vou pra onde? (choro). Sabe, eu falei pra ele: eu não sei se um dia eu vou te perdoar pelas coisas que você fez não pra mim porque quem bate esquece mas quem apanha não. As coisas que você fez pra mim, as coisas que você fez pros meus filhos, as vezes que você deixou eles ir dormir com fome (choro). Sabe, que eles acordavam de madrugada com dor na barriga porque tava com fome (choro). Chorar porque você não de onde tirar, de você ter vergonha de chegar e pediu uma xícara de arroz para o vizinho, sabe, medo e vergonha do que os vizinhos iam falar de mim sabe (LYGIA, 2018).

A narrativa e o choro desesperado que acompanhou o relato de Lygia (2018), trazem subjacente certa ideia de impotência em relação a possibilidade de reescrever sua história. A entrevistada não se vê como protagonista da sua história de vida. A ameaça de suicídio parece desejo de pôr fim a uma trajetória que nunca esteve sobre o seu controle

O relato de Lygia (2018) indica o enraizamento da violência nos diferentes âmbitos da vida. Desta forma, a sentença “Então eu pretendo, eu quero, eu estou buscando ajuda de todas as formas, pra que eu me liberte disso, desse sentimento, dessa vida que eu não quero pra mim nem pros meus filhos” (CLARISSE, 2017) indica desejo de sair da situação e dificuldade de traçar estratégias para escrever outras histórias em que a violência não seja o par constante.



**Imagem 6:** Fonte: Google imagens.

A casa é uma pilastra  
Que sustenta a alma  
Dos que vão embora  
*(Fagner - Réino/Minueto da Porta)*

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção apresentamos as considerações finais sobre a pesquisa realizada. De antemão, reiteramos que o processo de pesquisa é contínuo, pois a cada dia se desenha um universo de possibilidades, problemáticas e questionamentos interpostos ao pesquisador, ainda que o trabalho de pesquisa exija que respondamos ao problema de pesquisa e aos objetivos propostos. Nestes termos, reapresentaremos percepções e análises que constituíram a investigação e que se apresentam como portas que se abrem e auxiliam a constituir um debate sobre a temática.

Durante o processo de pesquisa e escrita da investigação, ampliamos conhecimentos, adentramos ao mundo da leitura, criamos proximidade com certo desejo de leitura antes inimaginado, conhecemos teóricos e nos inquietamos com seus pensamentos, descobrimos limites de apreensão. Crescemos! Foi um período de intensidades. Dentre estas, talvez a mais pujante tenha sido conhecer a história de vida de oito mulheres. Suas narrativas foram emocionantes, apresentaram um ponto de vista, que obrigaram a dilatar o olhar e compreender o fenômeno da violência doméstica de forma mais complexa e multifacetada.

Ainda que os sujeitos da pesquisa narrassem suas vidas e situações de violência doméstica, seus depoimentos ajudaram a conceber novas formas de ver o mundo e suas relações. Ao ouvi-las, era como se tivéssemos vivido uma punção, como se algo indelével tocasse o ser, como se a vida fosse transformada pela força de suas palavras. Suas palavras reverberavam quando as ouvia, quando realizava as transcrições, quando relia o material da entrevista para compor as categorias, quando fugia da escrita do texto, por vezes para não mergulhar tão profundamente naquelas histórias.

Durante a entrevista, os sentimentos oscilavam entre a alegria e o entusiasmo, por ter encontrado parceiro amoroso que possibilitava vida diferente daquela narrada pelas mulheres, e tristeza pela intensidade das narrativas. No período da investigação, vimos mudanças acontecerem na vida dessas mulheres, algumas que já haviam sofrido violência doméstica, que manifestavam contentamento na forma como se desenrolava a relação com o atual companheiro, e meses depois observamos esse júbilo se transformar em medo, angústia e sofrimento diante de situações de violência doméstica;

encontramos também relatos de relacionamento conjugal satisfatório se transformar diante da mudança que a maternidade e a paternidade trazem. Por meio da fala da depoente, as relações se transformaram em amargura e violência. Ouvimos histórias surreais em função da violência, parecia que a vida da depoente havia sido marcada pela violência quase que desde o nascimento. Ouvimos depoimentos de mulheres que driblam a morte, visto que em seus relacionamentos a ameaça à manutenção da vida é constante devido a ação de parceiros. Também escutamos histórias de mulheres que romperam as amarras que as mantinham em relacionamentos abusivos e que hoje conseguem escrever novas páginas na sua história de vida, sem que a presença da violência seja parceira constante.

Como já mencionado ao longo do relatório de pesquisa, foi a partir da participação e experiência como bolsista de graduação do projeto de extensão Núcleo Maria da Penha – NUMAPE Unioeste/FB que decorreu o interesse sobre a temática. As histórias das mulheres que encontrei durante o percurso como bolsista, que instigaram a curiosidade, que impulsionaram a investigação e um sentimento de sororidade produtor de empatia em relação a essas mulheres e suas histórias. Como discente do Curso de Graduação em Pedagogia, quando participávamos de atividades de extensão percebíamos um alargamento do mundo. Como discente do Programa de Pós-Graduação em Educação precisamos minorar o que percebíamos anteriormente para selecionar um objeto, para tentar compreender um problema de pesquisa, para selecionar uma metodologia e não me perder em meio à vastidão de possibilidades do que desejava conhecer.

Nestes termos, destacamos que o objetivo geral da pesquisa foi conhecer as histórias de vida das mulheres que experimentaram situações de violência doméstica; Os objetivos específicos selecionados foram: a) compreender o cotidiano de mulheres que vivem em situação de violência doméstica; b) Identificar, nas narrativas das depoentes, as razões da permanência em relacionamentos abusivos; c) Inferir a forma como produz, mantém e reproduz o discurso de gênero em famílias que vivem em situações de violência doméstica. O problema central da investigação consistiu em saber: quais são as histórias de vida das mulheres que viveram situações de violência doméstica?

No decorrer do trabalho, tomamos conhecimento das histórias de vida de mulheres em situação de violência doméstica. Compreendemos que o cotidiano das

mulheres que experimentaram tais situações é constituído de violência de todas as formas, que variam de intensidade, considerando o momento do ciclo de violência em que elas e os parceiros conjugais se encontram. Ao analisarmos os depoimentos, verificamos que as depoentes carregam marcas da violência ao longo de sua existência. Identificamos que tais vestígios não podem ser apagados de suas vivências, o que implica necessidade dos sujeitos em encontrar formas de viver e administrar tais vestígios, o que Lima e Werlang (2011) nominaram traumas. Para as autoras, para que esses sujeitos escrevam novas histórias, terão que encontrar formas que ajudem a curar feridas do passado e reestruturar condutas que não tomem o trauma como elemento estruturante da vida presente.

Identificamos, também, que os discursos de gênero circundantes nas famílias das depoentes desta investigação reproduzem posicionamentos machistas e patriarcais que defendem a ideia de que as mulheres são responsáveis pela manutenção e perduração da família, da educação dos filhos e que as responsabilizam pela violência produzida pelo companheiro. Neste contexto, a culpa é ingrediente fundamental. As mulheres entrevistadas foram criadas em famílias em que a representação de masculino e feminino foram demarcadas e naturalizadas nas ações cotidianas. Durante as entrevistas, encontramos pontos de intersecção entre as falas de diferentes depoentes: a relação entre violência e vivência familiar, a dependência afetiva, uma representação do amor romântico e a percepção da comunidade sobre os sujeitos envolvidos em relacionamentos abusivos.

Dentre as tantas leituras que realizamos para desenvolver a investigação, o trabalho de Lima e Werlang (2011) foi significativo para a análise das entrevistas. No referido estudo, as autoras também trabalharam com entrevistas e selecionaram três categorias de análise que auxiliaram a esclarecer o problema de pesquisa.

Na primeira categoria do estudo de Lima e Werlang (2011), intitulada Experiências de violência e desamparo na história de vida: o excesso no cotidiano, as autoras constataram que as participantes percebem o relacionamento dos pais como conflituosos e violentos e que tais lembranças já eram entendidas como traumáticas, pois aconteceram em momentos marcantes da vida das depoentes. Outro fator de destaque para os autores é que o sofrimento experimentado pelas mulheres se deu na família de origem e que tais situações de vida são marcadas pela intensa desarmonia e pelo desamparo. A partir das narrativas das entrevistadas para esta dissertação, percebemos que perdas e desamparos foram recorrentes na convivência familiar das

depoentes. Neste contexto, a aceitação (permanência, negação, manutenção) do relacionamento abusivo é resultado de uma história de vida na qual a violência não tem exterioridade.

Desse modo, na categoria intitulada **Família: segredos e revelações**, aparecem e transparecem momentos de perdas e desamparos que advinham da infância e que permaneceram obliteradas sem que o sujeito conseguisse perceber sua manifestação cotidiana. Os traumas que as mulheres entrevistadas carregam são nomeados por Macedo e Werlang (2007) como ato-dor, que são originadas na dor psíquica do indivíduo e da passividade que são companheiras de vida das mulheres que não conseguem desvencilharem-se dos relacionamentos abusivos. Essa dor psíquica move as mulheres unicamente para o ato que impera na vida das depoentes, atribuindo-lhes uma passividade e vulnerabilidade. Desse modo, os sujeitos não conhecem outra forma de expressão e tendem a repetir a “representação simbólica”, pois não encontram outro meio de expressar o ato-dor.

Enquanto a representação simbólica não ganha espaço, tanto as mulheres do estudo, quanto as mulheres que entrevistamos para esta investigação (re)encenam a sua dor. Assim, a excitação, o excesso, buscará um meio de descarga, que, no caso das mulheres que participaram da pesquisa, parece ser feita pelo ato no círculo da compulsão à repetição. Nestes termos, é possível depreender que a repetição se faz presente em diversos âmbitos da vida do sujeito, dentre eles na escolha conjugal. Tais posicionamentos denunciam o aprisionamento das depoentes nos atos produtores do trauma. Parece que trilham um circuito que as induzem para o mesmo lugar.

Por conseguinte, para que não retornem à compulsão e à repetição, as mulheres precisariam processar o que foi da ordem do traumático de tal forma que o parêntese psíquico fosse capaz de criar possibilidades que as resguardassem de ser invadido repetidamente ao longo da vida. Na pesquisa, percebemos que por vezes as escolhas amorosas se realizaram à mercê da compulsão e da repetição. Em tais relatos, mesmo quando houve troca do parceiro amoroso, transparece a permanência de um padrão, visto que selecionam parceiros amorosos que possuem características similares ao antigo companheiro. Em tais empreendimentos, troca o sujeito da agressão, permanece a violência.

Lima e Werlang (2011) apresentam sua segunda categoria “Escolhas amorosas: a desilusão no cenário da repetição”. Nesta, os autores discorrem sobre como nós, seres humanos, não possuímos o poder de decisão que imaginamos ter sobre nossos

comportamentos e escolhas e como esse falso poder não pode nos eximir das responsabilidades diante dos sucessos ou insucessos que envolvem tais escolhas. As autoras identificam que as escolhas amorosas não são fruto do acaso, pois sofrem influxo direto dos diversos acontecimentos realizados ao longo da vida que, por sua vez, foram influenciados por fatores internos que fogem do alcance da consciência.

Desta maneira, podemos inferir que as escolhas amorosas das depoentes não são tão aleatórias como por vezes elas identificam, quando afirmam o azar do destino. Na categoria **Relacionamentos: afetividade e violência** percebemos que o excesso vivenciado no cotidiano das mulheres deixou marcas que as condicionaram. A forma como a maioria das depoentes fizeram as escolhas amorosas expressam passividade decorrente dos traumas que as moveram à repetição de uma dor que as acompanha desde o início de suas vidas e não propriamente uma escolha feita ao acaso.

Outro fator que reitera tais conclusões é que as depoentes identificam seus relacionamentos como parecidos com o de seus pais. Em alguns momentos nas entrevistas relatavam essa semelhança entre seus parceiros amorosos e seus pais, entre o comportamento de passividade delas frente aos atos de violência com os da mãe, que se comportava da mesma maneira. Nestes termos, as escolhas conjugais não são feitas ao acaso, mas a partir de elementos inconscientes dos dois parceiros que compartilham sentimentos originados a partir do amor infantil e das primeiras relações com seus genitores.

Nossas depoentes atualizam, através de seus relacionamentos amorosos, a dor que a presença da repetição ao longo das gerações de uma mesma família. Essa repetição que se reencena em diferentes gerações dá a conhecer a importância de cessar com a violência no contexto familiar, para interromper um ciclo que parece não ter fim.

O conceito de “Transforma-Ação”, que tratamos na investigação, é noção central para que as mulheres em situação de violência doméstica consigam visualizar outras formas e maneiras de convivência com os traumas que marcam sua existência. Desta maneira, não se trata de identificar sintomas ou queixas que precisam ser tratadas e sim de uma história de vida, com experiências traumáticas, que as mantêm aprisionadas no sofrimento.

Na categoria intitulada **Cenas cotidianas: a experiência do trágico e do drama**, discorreremos sobre a presença do trágico e do drama na vida das depoentes, sobre como o tempo e a repetição contribuem para que as mulheres saiam ou permaneçam nos relacionamentos abusivos que figuram. O drama mantém a mulher em

uma teia de relações que a impede de vislumbrar uma saída para a violência, o trágico que apresenta uma sucessão de acontecimentos (existir em meio a relações de violência doméstica) que parecem não permitir que a mulher escolha sair e cessar os episódios de violência.

Ao ler a totalidade do material coletado, observamos no relato das depoentes que elas possuem uma preocupação com o bem-estar dos filhos, no sentido de que estes não assistam ou presenciem a violência para que sejam poupados das cenas que transcorrem naquele microcosmo. Tal percepção decorre da experiência progressiva.

Esse entendimento parece relevante para entrever possibilidade de cessar a violência. A experiência da dor, da repetição que se instaurou na vida das depoentes, por várias gerações, pode ser a porta de saída de situação de violência. No relato das depoentes que conseguiram sair da situação de violência, os filhos foram motivação para que buscassem ajuda para sair dos relacionamentos abusivos. Nessa empreitada, as entrevistadas sobrepuseram o bem-estar dos filhos à sua história pessoal. As mulheres precisaram desvendar suas histórias e se tornarem autoras de suas histórias futuras. Argumentamos que tais decisões impactam as histórias futuras, visto que geram possibilidades de interrupção do ciclo da violência.

A palavra transformar significa mudar a forma, tornar diferente do que era, passar para um novo estado; já a palavra ação significa uma maneira de atuar, formas de manifestar uma força ou energia. Portanto, para ser possível passar para um novo estado é significativo criar um sentido para a ação que se pratica, pois é somente através de um novo modo de ação, ação diferenciada da mera repetição, que as mulheres poderão conseguir cessar a violência sofrida e escrever novos capítulos de suas histórias sem violência. A partir desta análise, nomeando e discriminando a violência vivida da escolhida, atribuindo sentido à violência, anulando a pulsão de morte e a compulsão à repetição, atribuindo sentido a suas histórias de vida e metabolizando psicologicamente o excesso da violência que foi vivenciada ao longo de suas vidas, as mulheres podem passar por transformações em suas vidas, abrindo novas portas nas quais a violência não esteja presente.

Utilizar a pulsão de vida para impulsionar à busca pela independência e controle de suas vidas, exige que a mulher saia de uma atitude passiva para uma atitude ativa, fazendo com que modifiquem – transformem - suas ações, o que podemos nomear de “*Transforma-Ação*” é identificado como uma possibilidade visível de cessação da violência. Assim, ao acreditar na capacidade que possuem de se desvencilharem dos

relacionamentos abusivos que vivenciam e utilizarem a pulsão de vida em sua radicalidade, as depoentes podem criar possibilidades de reescrita de sua história.

Para concluir, reiteramos a importância do trabalho na área educativa que o NUMAPE Unioeste/FB desenvolve em todo o Estado do Paraná. O material pedagógico criado pelo núcleo e pensado como uma possibilidade de trabalho sobre a temática da violência doméstica contra as mulheres, mostra-se como uma ferramenta a favor da educação, que busca a igualdade entre homens e mulheres. O material, se explorado da forma correta, pode oportunizar, tanto ao professor quanto ao aluno, momentos de aprendizado em relação a uma temática que ainda é vista como tabu dentro das escolas e até mesmo universidades.

Esperamos que o material ainda possa ser utilizado por muitos professores que acreditam que é por meio de uma educação de qualidade que podemos transformar a vida de nossos alunos e de seus familiares, pois sabemos que os limites existentes na área jurídica para proteção das mulheres em situação de violência doméstica são muitos e que o atendimento psicológico nem sempre é ofertado da maneira que deveria pelas administrações municipais e estaduais, por meio de programas sociais que atendem as mulheres, oportunizando um acompanhamento gratuito. Desta maneira, a educação se apresenta como a forma mais eficaz de transformarmos a realidade e imprimirmos novas percepções de gênero.

Ao finalizar a dissertação em um programa de pós-graduação em educação ressaltamos que transformar a maneira como educamos as crianças e adolescentes em relação à produção dos femininos e dos masculinos pode significar movimento para diminuir a violência doméstica, tão presente no Brasil atual. A educação, nos seus diversos âmbitos, é fundamental para reposicionar os sujeitos e construir relações de gênero mais simétricas e igualitárias.

---

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALVES, J. M. D; PIZZ, L. C. V. Análise do discurso em Foucault e o papel dos enunciados: pesquisar subjetividades nas escolas. **Revista Temas em Educação**. v. 23, n. 1, p. 81-94, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/viewFile/19678/11419>>. Acesso em 30 jul, 2018, 16:20.

AMORIN, J. M. M. **Mulher e o mundo do trabalho: histórias de vida de estudantes no programa nacional mulheres mil – instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Tocantins – IFTO**. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSM. Santa Maria, p. 127, 2015.

BAUMAN, Z. **Identidade**: Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BERTAUX D. **L’approche biographique: sa valité méthodologique, ses potentialités**. Cahiers int sociol 1980.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo na memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL. Código Penal. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 2006.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CAPE/SESP. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária. **Relatório estatístico: violência doméstica - crimes contra a mulher Francisco Beltrão e região sudoeste do Paraná**. Foz do Iguaçu, 20 de set de 2017.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DAMATTA, R. **A casa & a rua**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEL PRIORE, M. **Mulheres no Brasil colonial**. São Paulo: contexto, 2000.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FISCHER, R. M. B. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, 2003. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9717/8984>>. Acesso em 16 abr, 2018, 17:10.

FOUCAULT, M. Como se exerce o poder? In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 24 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREYRE, G. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.(orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto imagem e som: um manual prático**. 13 ed. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 90-113.

LAURETIS, T. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, H. B. Tendências e impasses: o feminismo como crítica de cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4 ed. Campinas: UNICAMP, 1996.

LIMA, G. Q.; WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicologia em estudo**. Maringa, v. 16, n. 4, p. 511-520,

out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n4/a02v16n4.pdf>>. Acesso em 15 set, 2018, 21:15.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACEDO, M. M. K., & WERLANG, B. S. G (2007). Tentativa de suicídio: o traumático via ato-dor. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Abr-Jun 2007, Vol. 23 n. 2, pp. 185-194. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n2/a09v23n2.pdf>>. Acesso em 15 set, 2018, 22:00.

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Natal: Argos, 2001.

MAFFESOLI, M. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk, 2003.

MARQUES, S. M. S. **Pedagogia Do Estar Junto: Éticas e estéticas no bairro de São Sebastião do Rocio**. Porto Alegre: 2008.

MARQUES, Sônia Maria dos Santos; TAVEIRA; Adriana Do Val Alves. **Núcleo Maria da Penha - NUMAPE: apoio jurídico e educativo para as mulheres**. Projeto de extensão número 53373/2018. Cadastrado na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Francisco Beltrão: 2017. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgpj/consultaextensao#/>. Aceso em 05/08/2018.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V.(Org.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MIRANDA, A. C. T. **Relações de gênero na escola e violência contra as mulheres: a construção social e cultural do masculino e feminino e sua reprodução na educação.** Dissertação (Mestrado em Educação) – EUM. Maringá, p. 156, 2013.

MIRANDA, C. E. S.; RAMOS, J. S. “**Uma mulher é espancada**”: a violência doméstica contra a mulher a luz da psicanálise. Estudos Contemporâneos da Subjetividade – ECOS. v. 4, n. 1, p. 35-49, 2014. Disponível em <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1297/973>>. Acesso em: 22 jan, 2019, 09:18.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

PARANÁ. Secretaria de Estado, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. Universidade sem Fronteiras. **Núcleo Maria da Penha - NUMAPE:** Apoio jurídico e educativo para as mulheres. Francisco Beltrão, 2018.

PAULINO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. **Serviço Social em Revista.** Londrina, v. 1, n. 1, p. 135-148, 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>> Acesso em: 03 mai. 2018, 14:15.

PEREIRA, J. V.; WORCMAN, K.(Coord.). **História falada:** memória, rede e mudança social. São Paulo: SESC, 2006.

REIS, M. M. Ferreira. Diferença de gênero nos relacionamentos amorosos. In: BRUNS, M. A. T.; SOUZA-LEITE, C. R. V. **Gênero em questão: diversos lugares, diferentes olhares.** São Paulo: Iglu, 2010.

RUIZ, J. M.; MATTIOLI, O. C. Violência psicológica e violência doméstica. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. C(Org.). **Gênero e violência.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1998, p. 383.

SAFFIOTI, H. I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. **São Paulo em Perspectiva.** v. 13, n. 4, p. 82-92, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88391999000400009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400009)> Acesso em 10 set. 2018, 16:00

SARTORI, E. **Reflexões sobre relações de gênero, família e trabalho da mulher: desigualdades, avanços e impasses.** Cadernos CERU. v. 15, 171-184, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75330>> Acesso em: 05 de mai. 2018, 15:20.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade.** v. 20, n. 2, p. 71-99. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> . Acesso em: 16 jul. 2018, 16:25.

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Balanco anual Ligue 180.** Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2015. Disponível em <<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisas/?ian=2015>> . Acesso em 10 mai, 2018, 16:50.

SECRETARIA DE POLÍTICA PARA AS MULHERES. **Balanco anual Ligue 180.** Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2015. Disponível em <[https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2017/06/Balanco-Anual-180\\_2016.pdf](https://assets-compromissoeatitude-ipc.sfo2.digitaloceanspaces.com/2017/06/Balanco-Anual-180_2016.pdf)> . Acesso em 10 mai, 2018, 17:10.

SILVA, T. T.(Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 133 p.

**Sistema de informação de Agravos de Notificação.** Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema\\_informacao\\_agravos\\_notificacao\\_sinan.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/sistema_informacao_agravos_notificacao_sinan.pdf). Acesso em 28/06/2018.

TELES, A. A.; MELO, M. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2012.

THERBORN, G. **Sexo e Poder: a família do mundo, 1900 – 2000.** São Paulo: Contexto, 2006.

THOMPSON, P. História de vida como patrimônio da humanidade. In: PEREIRA, J. V.; WORCMAN, K.(Coord.). **História falada: memória, rede e mudança social.** São Paulo: SESC, 2006. p. 17-43.

VEIGA-NETO, A. **Foucault & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VELASQUEZ, C. D. C. **Memórias de professoras rurais: um tempo... um vento... sentidos e significados de vivências.** Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSM. Santa Maria, p. 156, 2010.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.** 1ª Edição. Brasília - DF. Flacso Brasil. 2015. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em 15/07/2018.

WOODWATS, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T(org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

## DEPOIMENTO DAS ENTREVISTADAS

**ANITA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 05 dez. 2017.

**BERTHA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 09 abr. 2018.

**CLARICE.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 22 fev. 2018.

**DANDARA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Ampere - PR, 07 dez. 2017.

**ENEDINA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 12 fev. 2018.

**KARLA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 18 dez. 2017.

**LYGIA.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 16 fev. 2018.

**MERCEDES.** História de vida. [Entrevista concedida a] Perla Aparecida Zanetti Cristovon. Francisco Beltrão - PR, 22 nov. 2017.

## **APÉNDICE**

- 1- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido preenchido e assinado pelas depoentes da pesquisa.

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Nome pesquisa:** Violência Doméstica contra a mulher: cotidianos, práticas e discursos.

**Pesquisadores:** Sônia Maria dos Santos Marques e Perla Aparecida Zanetti Cristovon

**Instituição:** Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE

Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação Nível de Mestrado/ PPGEFB

**Endereço:** Rua Maringá, 1200 - Bairro: Vila Nova, Francisco Beltrão - Paraná  
CEP 85605-010 - Fone: (46) 3520 4861 (46) 98814-2233 (46) 98409-7419

### **Este estudo tem o objetivo de:**

Conhecer histórias de vida de mulheres que vivem ou viveram em situação de violência doméstica

- Compreender o cotidiano de mulheres que vivem em situação de violência doméstica;
- Identificar as razões de permanência de mulheres em relacionamentos abusivos;
- Inferir a forma como produz, mantém e reproduz o discurso de gênero em famílias que vivem em situações de violência doméstica;
- Identificar as relações entre discurso de gênero e práticas de violência entre as mulheres-sujeitos da pesquisa.

### **Para tanto será necessário realizar os seguintes procedimentos:**

- a) Realizar a gravação de entrevistas com mulheres que vivem ou já viveram situações de violência doméstica durante a vida;
- b) Transcrição das entrevistas gravadas para arquivamento pessoal da pesquisadora
- c) As entrevistas serra transcritas e apresentadas para as participantes da pesquisa.
- d) Reiteramos o compromisso de não divulgar nome e qualquer outro tipo de dado coletado na entrevista, lembrando que utilizaremos pseudônimos para nos referirmos às mulheres na escrita do trabalho.

- **Benefício:** Colaborar para os estudos relacionados à história de vida das mulheres vítimas de violência doméstica contribuindo para que cada vez mais vítimas consigam se desvencilhas de relacionamentos abusivos e violentos

### **Após ler e receber explicações sobre a pesquisa e ter meus direitos de:**

1. Receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, finalidades, benefícios e outras informações relacionados à pesquisa;
2. Procurar esclarecimento, junto aos pesquisadores ou instituição na qual estes realizam o seu estudo. (Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE/ Núcleo Maria da penha - NUMAPE: apoio jurídico e educativo para as mulheres).

**Declaro estar ciente do exposto, e desejo participar da pesquisa, autorizando a gravação das entrevistas bem como suas transcrições para fins relacionados à pesquisa.**

Francisco Beltrão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Nome do sujeito de pesquisa:** \_\_\_\_\_.

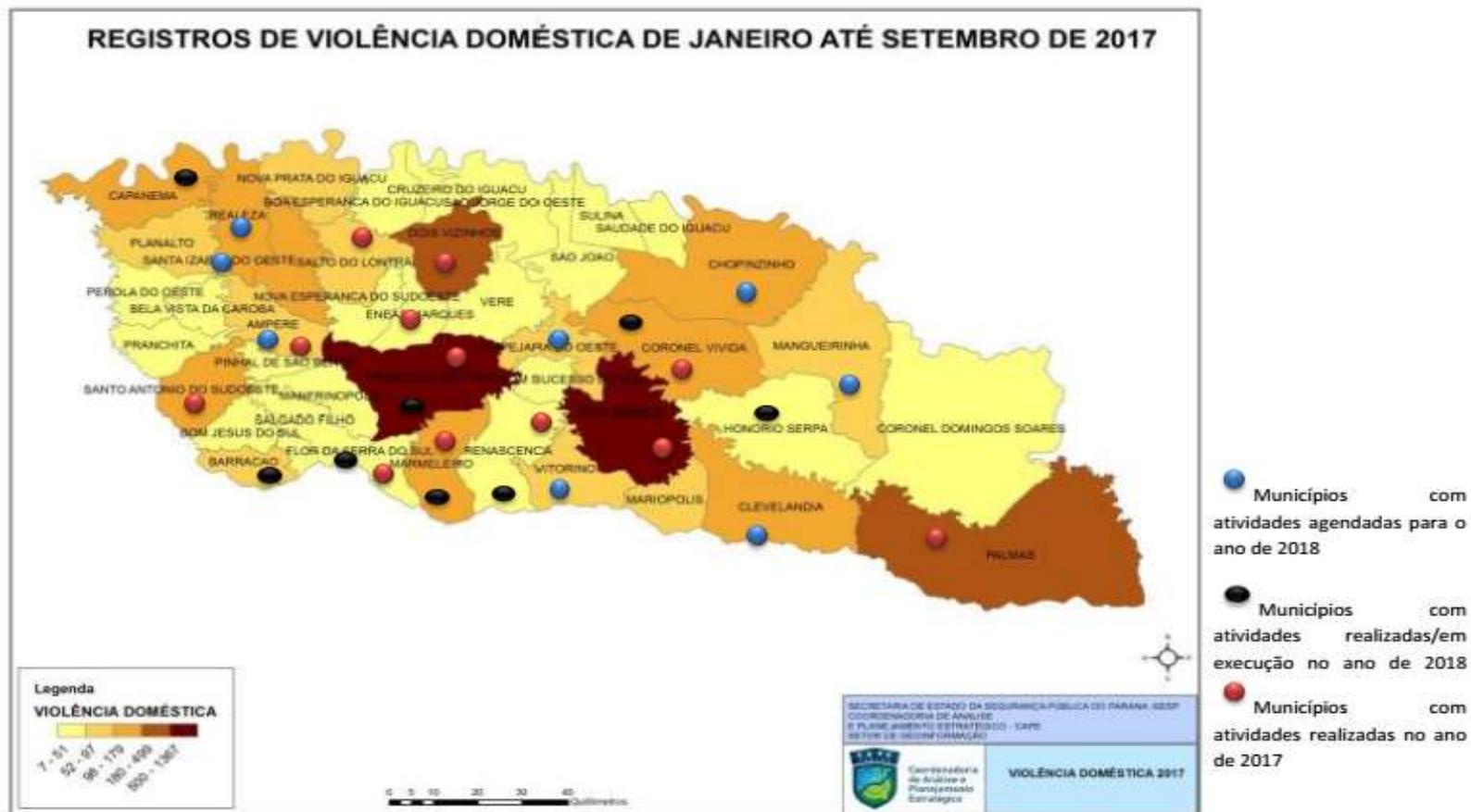
**Assinatura:** \_\_\_\_\_.

Nós, Sônia Maria dos Santos Marques e Perla Aparecida Zanetti Cristovon, declaramos que fornecemos todas as informações referentes à pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Francisco Beltrão, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_

## **ANEXOS**

**Mapa 1:** Comparativo de indicadores criminais de violência doméstica contra as mulheres - municípios da região sudoeste do Paraná - no período de janeiro a setembro de 2017 e indicativo dos municípios atendidos pelo NUMAPE Unioeste/FB



FONTE: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária: Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico – CAPE4